

# *Brusque*

**Os 60 e / os 160:**  
Elementos da Nossa História



Rosemari Glatz

---

**FUNDO  
MUNICIPAL DE  
APOIO À CULTURA**

**CONSELHO  
MUNICIPAL DE  
CULTURA**



**PREFEITURA DE  
BRUSQUE**

Esta publicação recebeu o patrocínio da Prefeitura Municipal de Brusque através da Fundação Cultural de Brusque com recursos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura

---

**Rosemari Glatz**

*Brusque*  
**Os 60 e / o 160:**  
Elementos da Nossa História



**UNIFEBE**  
**2018**

# Brusque - Os 60 e o 160: Elementos da nossa história

Copyright © 2018 by Rosemari Glatz

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio ou forma, sem a prévia autorização da autora. Citações com a devida identificação da fonte são permitidas.

Dezembro de 2018, Editora da Unifebe

**Apresentação:** Ricardo José Engel

**Capa:** Egon Henrique Kohler Formonte

**Projeto Gráfico e Arte Final:** Celso Deucher

**Foto da autora:** Bruna Burigo

**Acervo:** Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim- SAB/Casa de Brusque

**Fotografias:** Daiane Benso

Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira  
Rosemari Glatz

**Gravuras:** Francine Cavalheiro Carbonera

**Poema:** Sarah Beatriz Frainer

**Prefácio:** Edineia Pereira da Silva Betta

**Revisão:** Francisco Daniel Imhof

**Tradução para o alemão:** Emília Rosenbrock

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Primeira edição - dezembro de 2018

Tiragem: 1.000 exemplares.

Glatz, Rosemari

Brusque - os 60 e o 160 : elementos da nossa história / Rosemari Glatz. - Brusque : Ed. UNIFEBE, 2018.

280 p. : il. color. ; 21 cm.

ISBN 978-85-98713-18-2

1. Brusque - História. 2. Santa Catarina - História.  
3. Brasil - História. I. Título.

CDD 981.64

Ficha catalográfica elaborada por Bibliotecária - CRB 14/727

**FUNDO  
MUNICIPAL DE  
APOIO À CULTURA**

**CONSELHO  
MUNICIPAL DE  
CULTURA**



**PREFEITURA DE  
BRUSQUE**

Esta publicação recebeu o patrocínio da Prefeitura Municipal de Brusque através da Fundação Cultural de Brusque com recursos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura

*Para minha Família,  
Pilares da minha existência  
Com amor e admiração.*

*E também para você...*



*Quem passou pela vida em branca nuvem  
E em plácido repouso adormeceu,  
Quem não sentiu o frio da desgraça,  
Quem passou pela vida e não sofreu,  
Foi espectro de homem, e não homem,  
Só passou pela vida, não viveu.*

*Autor: Francisco Otaviano*





# Prefácio

## Indo e vindo ao encontro...

*Na obra é possível verificar uma reunião de escritores, historiadores, músicos e poetas que tiveram Brusque como tema de seus escritos, permitindo um grande encontro.*

Essa foi a sensação que tive após a leitura da obra.

Alguém que passou muito tempo indo ao encontro de documentos, histórias e memórias e que conseguiu estrategicamente compilar preciosidades em curtos textos. Exercício difícil! Arriscaria dizer, quase impossível para muitos historiadores, e que a autora fez com muito cuidado e maestria.

Na obra é possível verificar uma reunião de escritores, historiadores, músicos e poetas que tiveram Brusque como tema de seus escritos, permitindo um grande encontro. Histórias, sentimentos, memórias e, principalmente, valores identitários... Em cada capítulo senti tudo isso vindo ao meu encontro!

Na primeira parte, cuidadosamente fundamentada em documentos, é possível adentrar nos primeiros sessenta

anos da história de Brusque. Imagens, ilustrações e fatos inéditos inserem o leitor em outros tempos, permitindo uma viagem pela Brusque de outrora. Que aliás era bem maior! A cidade antes dos imigrantes, os pioneiros desbravadores, as dificuldades iniciais, as relações políticas, geográficas, econômicas e socioculturais são evidenciados pela autora. Uma grande inserção pela Brusque dos primeiros tempos.

A segunda parte preenche uma grande lacuna, que há muito esperávamos! Uma obra que nos apresentasse a cidade hoje, já que a chegada da tecnologia somada à correria do dia a dia não mais nos permite conhecer e contemplá-la como de fato ela merece. Como é a Brusque atual? Em que contexto foi sendo organizada? Perguntas como esta são respondidas

nesta parte, com dados e explicações minuciosas sobre economia, instituições, festas e tradições. Ah! E com breves textos em alemão. Pois é justo que, quem veio de diferentes lugares, e até de além-mar, envie notícias desta terra hospitaleira que hoje é tão nossa!

O sentimento que fica é de uma Brusque com múltiplas identidades e em constante construção, que se orgulha da sua organização atual, mas que conserva sobretudo suas origens.

Após a leitura, certamente as praças, as ruas, os sobrenomes das pessoas, a dinâmica da cidade ganhará outras nuances.

Outra Brusque vai (re) nascer pelos seus olhos!

Aproveite e boa leitura!

**Edinéia Pereira  
da Silva Betta**



# Sumário

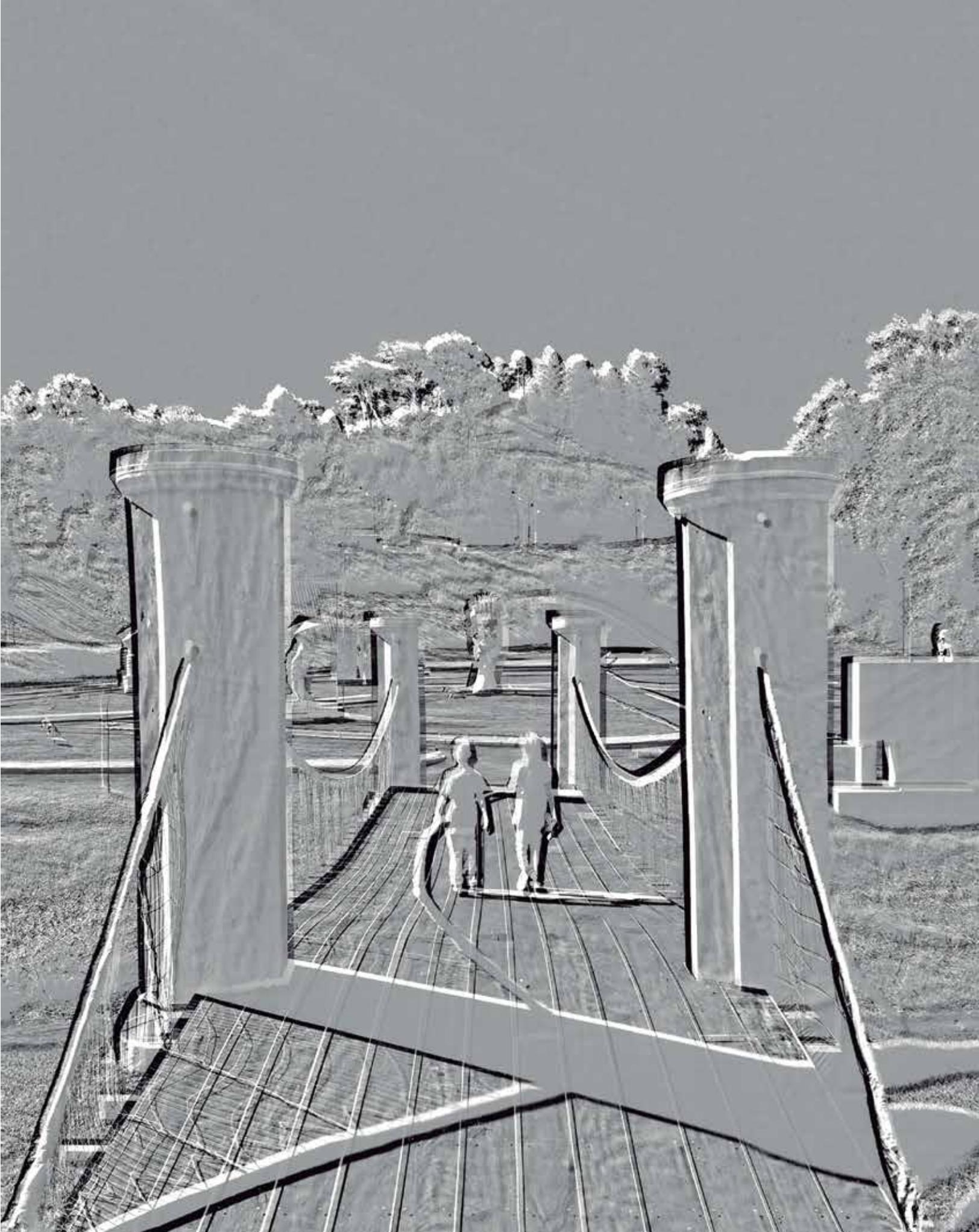
## Parte 1: Os 60

O movimento colonizador para o Sul do Brasil.....	17
Quem já estava ocupando as terras.....	19
A chegada dos primeiros imigrantes.....	23
No Porto de Itajaí: o Ancoradouro das Cabeçadas.....	25
O deslocamento até Brusque.....	27
O barracão dos imigrantes.....	29
A moradia e a alimentação nos primeiros tempos.....	31
A relação da Colônia Itajahy-Brusque com o rio.....	33
Religião nos primeiros anos da Colônia.....	43
Escolas nos primeiros anos da Colônia.....	57
A Stadtplatz e o polo gerador do plano urbano.....	63
Xokleng, os indígenas em Brusque.....	65
A imigração alemã.....	75
A imigração polonesa.....	85
A imigração italiana.....	95
Participação de Brusque na Guerra do Paraguai.....	107
A Colônia Príncipe Dom Pedro.....	111
A emancipação da Colônia.....	115
A evolução territorial e os desmembramentos.....	119
A evolução econômica da Colônia.....	131
A indústria têxtil em Brusque.....	143
A Guarda Nacional e os Coronéis de Brusque.....	153
Francisco Carlos de Araújo Brusque.....	155
Barão Maximilian von Schneeberg.....	157
A Família de Pedro José Werner.....	161
João Bauer e a primeira usina de energia elétrica na região.....	163
Coronel Guilherme Krieger.....	167
A Família Renaux e a indústria têxtil.....	173
A Família von Buettner e a indústria têxtil em Brusque.....	181
A Família Schlösser e a indústria têxtil em Brusque.....	187
Folclore e tradições.....	191
Palacete Renaux.....	197

## Parte 2: O 160

Pórtico de Entrada na Rodovia Antônio Heil.....	202
Pórtico de Entrada na Rodovia Ivo Silveira.....	203
Ponte Estaiada Irineu Bornhausen.....	204
Fórum Dr. Pedro Alexandrino Pereira de Mello.....	205
Câmara de Vereadores de Brusque.....	206
Prefeitura Municipal de Brusque.....	207
Observatório Astronômico de Brusque.....	208
RPPN Chácara Edith.....	209
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque.....	210
Parque Leopoldo Moritz – Caixa D'água.....	211

Terminal Rodoviário Alvim Battistotti.....	212
Terminal Rodoviário Urbano Balthazar Bohn.....	213
Arena Multiuso Antônio Neco Heil.....	214
Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof.....	215
Museu Histórico e Geográfico do Vale do Itajaí-Mirim/Casa de Brusque.....	216
Instituto Aldo Krieger – IAK.....	218
Complexo de Azambuja.....	219
Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio.....	221
Museu Arquidiocesano Dom Joaquim.....	222
Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux.....	223
Gruta de Nossa Senhora de Azambuja.....	224
Seminário de Azambuja.....	225
Morro do Rosário Azambuja.....	226
Villa Quisisana.....	227
Igreja Matriz São Luis Gonzaga.....	228
Igreja Evangélica Luterana Paróquia Bom Pastor.....	230
Cemitério da Comunidade Evangélica Luterana.....	232
Antiga Maternidade Evangélica.....	233
Tiro de Guerra de Brusque.....	234
Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque.....	235
Casarão Dom Joaquim.....	236
Clube Esportivo Paysandú.....	237
Complexo Histórico Indústrias Renaux.....	238
Villa Ida e seus mistérios.....	240
Villa Renaux: Espaço de Memória Cônsul Carlos Renaux.....	242
Parque Internacional das Esculturas em Mármore Ilse Teske.....	244
Praça do Sesquicentenário.....	246
Praça Vicente Só.....	247
Praça da Cidadania.....	248
Praça Barão de Schneeberg.....	249
Praça Gilberto Colzani.....	250
Praça Imigrantes de Karlsdorf.....	251
Praça dos Estudantes.....	252
Festa Nacional do Marreco.....	253
Festa Nacional do Jeep.....	254
Festa Nacional da Cuca: O doce sabor da tradição alemã.....	255
Formação Administrativa de Brusque.....	256
Dados demográficos.....	258
Distâncias e principais vias de acesso.....	259
Dados econômicos.....	260
O Brasão e a Bandeira de Brusque.....	265
Hino do Centenário de Brusque.....	267
Hino de Santa Catarina.....	268
Hino Nacional Brasileiro.....	270
Agradecimentos.....	274
Sobre a obra e a autora.....	277
Os 60 e o 160.....	278



*Mapa de Brusque retratando os empreendimentos  
Renaux. Autor: Eugen Rombach. Acervo: SAB*





Parte 1

OS 60



Hamburg- Süd-Amerik.  
D. G.

Brasilien,  
Argentinien.



nach

# Süd-Brasilien

**Santa Catharina etc.**

*Eine Heimat für deutsche Ansiedler -  
Gesundes Klima -  
Günstige Bedingungen für den Erwerb von Ländereien -  
Deutsche Unternehmung, Deutsche Verwaltung.*



Propaganda para atrair imigrantes alemães para o Sul do Brasil

# O movimento colonizador para o Sul do Brasil

A ideia de colonizar o território catarinense se formou na Administração da Capitania de Santa Catarina, em 1793, quando o governador João Alberto de Miranda Ribeiro propôs a instalação de duas povoações nas margens do Caminho das Tropas de São José a Lages. A mesma ideia foi mantida e defendida em proposições escritas, mais tarde, por Paulo José Miguel de Brito e por João Antônio Rodrigues de Carvalho. Embora essas propostas de povoação representassem uma área de apoio socioeconômico para a região e uma base para qualquer operação militar, só vão ter seguimento mais tarde (PIAZZA, 1994).

Após a independência do Brasil, em 1822, o país passou a olhar a questão da imigração sob uma nova perspectiva e a ideia da imigração europeia foi se fortalecendo. Durante algum tempo, o foco foi recrutar soldados e marinheiros mercenários com o objetivo de formar o exército e a marinha brasileiros. A partir de 1830, a política imigratória brasileira passou a promover

a venda de terras governamentais a preços moderados para os colonizadores a fim de incentivar imigração. O governo tratou de direcionar os imigrantes para o Sul do Brasil, onde havia extenso vazio demográfico, o número de escravos era pequeno e o clima era mais favorável aos europeus. O modelo adotado foi a fundação de colônias em regiões não ocupadas por grandes proprietários, onde agricultores livres foram instalados em pequenas propriedades.

Foi neste contexto que ocorreu o grande afluxo de imigrantes para o nosso estado. O ingresso de imigrantes europeus, não portugueses, em Santa Catarina se dá com a chegada das primeiras levas de imigrantes alemães que aconteceu no final do ano de 1828 em Desterro (atual Florianópolis), com a chegada de um grupo de imigrantes que, em 1829, foram assentados na Colônia São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã do estado de Santa Catarina.

A partir da chegada des-

se grupo de imigrantes até o final da primeira metade do século XIX, a ocupação do território catarinense com imigrantes foi pouco expressiva. A situação mudou a partir de 1850 e o acréscimo na vinda de europeus para o Brasil, de modo especial para o Sul do país, bem como para outros países livres da América, expressava os desajustamentos sociais na Europa do século XIX.

## Impulsos para a emigração da Europa para o Brasil

As guerras, as lutas políticas, o excessivo crescimento populacional, os altos impostos e as terras concentradas nas mãos de poucos deixavam os camponeses em situação econômica difícil na Europa, o que veio a favorecer o desenvolvimento de novas colônias no estado de Santa Catarina. Somando-se aos fatores sociais, havia também a intensa atuação dos agentes

de emigração e companhias de navegação que publicavam anúncios no jornal. O pesquisador Lothar Wieser (2014) informa que agentes regionais de grandes companhias de navegação tinham formado uma grande rede de subagentes, que captavam emigrantes e os destinavam para a chamada “América”. Recrutavam-se emigrantes com brochuras, notícias e cartas para que se estabelecessem em partes desconhecidas do mundo, nas quais supostamente um verdadeiro Eldorado estava à sua espera. A emigração tinha se tornado um negócio lucrativo para muitas categorias profissionais, para intermediários e agentes, correios e trens, hoteleiros e fornecedores, armadores e funcionários de navios.

Além da situação de miséria decorrente do empobrecimento massivo e da intensa atuação dos agentes de emigração, também era relativamente comum as pessoas receberem cartas de familiares ou amigos que já haviam emigrado para as Américas, funcionando como incentivo e provocando a emigração em cadeia. Nestas cartas, além de dar notícias, se retratava um pouco da situação dos emigrados e das dificuldades e facilidades nas novas colônias.

Quando o processo de ocupação das terras por imigrantes europeus teve início, a Província de Santa Catarina se resumia à cidade de Desterro e três vilas: Laguna, Lages e São Francisco e predominava a população de origem lusitana. A vinda dos primeiros alemães trouxe uma contribuição de sangue novo para a província barriga-verde.

Era reiterada a informação de que era possível adquirir terras a preços módicos e que fome ninguém passava. Graças à fertilidade espantosa da terra e ao clima favorável, a fartura e a prosperidade eram uma realidade para quem não tivesse preguiça de trabalhar. Mesmo quem tivesse dinheiro era atraído para as novas colônias, pois o investimento poderia trazer bom retorno financeiro em curto espaço de tempo.

Como resultado de uma soma de fatores, a imigração de europeus em Santa Catarina se torna uma realidade, principalmente na segunda metade do século XIX. O maior volume imigratório de alemães em solo “barriga-verde” aconteceu entre os anos de 1840 e 1870; dos poloneses começou em 1869 e se intensificou nos anos de 1890, e os imigrantes italianos chegaram em grande quantidade entre os anos de 1875 e 1880. Brusque é um exemplo clássico de colônia que recebeu imigrantes de

vários países europeus ao longo da sua história e que se fixaram por aqui. Começou a ser colonizada por imigrantes alemães, aos quais se somaram poloneses e, por fim, recebeu um grande grupo de italianos, os quais foram sendo instalados em regiões próximas, de acordo com a sua região de origem.

## REFERÊNCIAS

PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. 3ª edição. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1994.

WIESER, Lothar. “Das hiesige Land gleicht einem Paradies”: Die Auswanderung von Baden nach Brasilien im 19. Jahrhundert (“Esta terra é um paraíso”: A emigração badense ao Brasil no século XIX). Volume 1. Badisch-Südbrasilianische Gesellschaft (BSG): Karlsdorf-Neuthard: Verlag Regionalkultur, 2014.

# Quem já estava ocupando as terras

Quando falamos de Brusque, 1860 é referenciado como o ano de início da colonização, pois, em 4 de agosto daquele ano chegou à Colônia Itajahy-Brusque o primeiro grupo de imigrantes alemães destinados à colonização do território, conduzidos pelo Barão Maximilian von Schneeburg. No entanto, quando os primeiros imigrantes chegaram o território já estava ocupado, e dentre os que aqui estavam vamos encontrar o pioneiro Peter Joseph Werner, seu sogro e cunhados. Também Franz Sallenthien, Paul Kellner e Reinhold Gaertner eram proprietários de terras, bem como o mais conhecido pioneiro, o lendário Vicente Só. Mas, para compreender essa história é preciso “voltar um pouco no tempo” e, ao fazê-lo, verifica-se que a fundação de Brusque, na verdade, se mistura com a própria fundação de Itajaí.

De acordo com José Ferreira da Silva (1972), em 1819 já havia nas margens do rio Itajaí-Mirim duas sesmarias onde o governo da Capitania mantinha um estabelecimento oficial que preparava madeira para as construções

públicas. Nesta região fixaram-se vários moradores que se dedicaram à pequena agricultura e ao corte de árvores para a serração. O sistema sesmarial perdurou no Brasil até 1822 e depois da independência, Agostinho Alves Ramos, um comerciante antes estabelecido em São Pedro do Rio Grande do Sul e posteriormente em Desterro (atual Florianópolis), resolveu transferir-se e edificou, nas imediações do rio Itajaí-Açu, uma casa de negócios que acabou por inaugurar uma era decisiva para o desenvolvimento da colonização de toda a Bacia do Itajaí.

Ele veio acompanhado da esposa e de um sacerdote e logo foram construídas uma capelinha e a casa de negócios. Ao seu entorno foi se formando a freguesia “S. S. Sacramento do Itajahy”, que mais tarde viria a se tornar a Vila de Itajahy. Homem bastante instruído, prestativo e industrial, Alves Ramos tornou-se, em pouco tempo, chefe político e conselheiro dos moradores. Eleito deputado provincial em várias legislações, valeu-se do prestígio do mandato em proveito de seus

planos de colonização. Após ter trazido para as bandas de Itajaí muitas famílias de agricultores de outros pontos da Província e, até mesmo colonos alemães - dos chegados em 1828 na Colônia São Pedro de Alcântara -, conseguiu que fossem criadas, pela Lei nº 11 de 1835, duas colônias: uma em Belchior, e outra às margens do rio Itajaí-Mirim, às cabeceiras do Ribeirão Conceição.

A tentativa de 1835 não logrou êxito como um núcleo colonial, e somente anos mais tarde foi que o Presidente da

O local que acolheu o primeiro grupo de imigrantes alemães fica em frente da Sociedade Recreativa Bandeirante, e em 2018 é conhecido como Praça Vicente Só. A praça foi reinaugurada em 4 de abril de 2011 e recebeu obras que retratam o encontro de imigrantes alemães com os indígenas e que foram esculpidas em 2002 pelo artista David Rodrigues, de Curitiba (PR).



*Pedro Werner e a esposa Catarina Palm, com os filhos Maria, Nicolau e Pedro. Acervo: SAB*

Província de Santa Catarina determinou nova colonização para a região. Mas, entre 1835 e 1860, alguns colonizadores adquiriram terras às margens do Itajaí-Mirim e ali se instalaram, de forma que já existiam na região três engenhos de serra, pertencendo um ao industrial Werner; outro, ao comerciante Sallenthien, e o terceiro era de Kellner. Assim como os colonos recém-chegados, todos eram alemães.

Em 1860 chegou à Colônia

Itajahy o primeiro grupo de imigrantes alemães dirigidos pelo Barão Maximiliano von Schneeberg, acompanhados de Francisco Carlos de Araújo Brusque, Presidente da Província de Santa Catarina entre 21/10/1859 e 17/04/1861, e em sua homenagem a cidade recebeu seu nome. Inicialmente, se instalaram no ponto demarcado pelo Delegado de Terras Públicas da Província de Santa Catarina, Major João de Souza Melo e Alvim,

no lugar denominado Vicente Só. Ali encontraram uma casa, um engenho de serra e um de farinha de mandioca pertencentes a Pedro Werner, e foi ele que alojou o grupo de imigrantes em sua casa e engenhos, pois nada estava preparado para receber os colonizadores.

Peter Joseph Werner, ou Pedro José Werner (em português), pertencia a uma família que fez parte do grupo de imigrantes alemães que em

1828 aportou em Desterro e, a partir de 1829, estabeleceu a primeira colmeia alemã em Santa Catarina. Situada no Vale do Maruim, região de natureza exuberante próximo a Florianópolis, São Pedro de Alcântara se mantém pacata como nos primeiros tempos. Ainda se fala alemão em muitas casas, preenchidas com móveis herdados dos antepassados. Da colônia fundada em 1º de março de 1829, muitos imigrantes saíram para implantar núcleos em outras regiões catarinenses. Espalharam pelo estado o espírito empreendedor e a persistência exigidos aos que se propõem a desbravar um território desconhecido. Dentre eles, vamos encontrar Werner, que, na década de 1850, transmigrou para a região de Itajaí onde fixou residência e, já em 15 de fevereiro de 1855, começou a movimentar em Brusque os seus engenhos. Membros da família da esposa de Peter Joseph Werner, a família Palm, também haviam se instalado na região de Brusque.

Os outros três alemães que já possuíam terras na Colônia Itajahy-Brusque em 1860, Sallenthien, Kellner e Gaertner, compunham o grupo dos 17 imigrantes pioneiros que, a 2 de setembro de 1850, fundaram a Colônia Blumenau.

Franz Sallenthien, ou Francisco Sallenthien (em português), era vizinho de Pedro José Werner e comerciante na Barra do Rio, confluência dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açú (Itajaí). Segundo José Ferreira da Silva (1950), Sallenthien era de Brunswick, terra natal do Dr. Blumenau e tinha 24 anos quando chegou a Blumenau. Poucos anos após a sua chegada, mudou-se para o local Barra do Rio, próximo a Itajaí, onde estabeleceu um pequeno negócio. Ali o Dr. Blumenau comprara terrenos de Agostinho Alves Ramos e fizera construir barracões para hospedagem dos imigrantes que, desembarcados dos veleiros transatlânticos, aguardavam transporte para a sua Colônia, rio acima. Ao mesmo tempo, eles já faziam



*Franz Sallenthien. Acervo: SAB*



*Esposa e filhas de Franz Sallenthien*

*Acervo: SAB*

os seus negócios comerciais. Sallenthien auxiliava os patrícios recém-chegados, aconselhando-os e instruindo-os. Construiu, depois, um engenho de serrar madeiras, rio Itajaí-Mirim acima, nos terrenos que mais tarde passaram a integrar a Colônia Itajahy-Brusque. Foi um dos primeiros moradores e colonizadores de Brusque.

Ayres Gevaerd (1980) escreveu que Sallenthien tinha recursos materiais e era dotado de cultura geral. Foi dono de engenho e grande proprietário de terras no local da futura sede de Brusque, no lugar conhecido como “Vicente Só”. A área era de 750 braças de frente para o rio Itajaí-Mirim, e 3.000 braças de fundo, e foram vendidas por Sallenthien para Pedro José Werner.

Era amigo de Paul Kellner.

Paul Kellner, ou Paulo Kellner (em português), também foi um dos precursores do vale do Itajaí-Mirim. Era proprietário de engenho de serrar madeiras instalado em Pedras Grandes quando o primeiro grupo organizado de colonizadores alemães chegou à Colônia Itajahy-Brusque.

De acordo com José Ferreira da Silva (1950) Kellner também era de Brunswick, sobrinho do Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, fundador da cidade de Blumenau, e tinha 23 anos quando chegou em Blumenau. Pouco tempo depois de sua chegada, mudou-se para o local Barra do Rio, próximo a Itajaí, onde montou um engenho de serra.

Seu estabelecimento foi atacado pelos índios, em 1855, justamente quando se construía os fundamentos desse engenho. Kellner foi gravemente ferido por uma flecha. Os cuidados médicos que lhe dispensou o sábio Fritz Müller e a sua natureza robusta e sólida, auxiliaram-no a refazer-se. Viveu longo tempo e desviveu no Rio de Janeiro, para onde se mudara nos derradeiros anos de sua vida.

Do mesmo modo, Reinhold Gaertner, ou Reinoldo Gaertner (em português), sobrinho

do Dr. Hermann Blumenau, era proprietário de imóvel na região de Brusque. Conforme Silva (1950), assim como Salenthien e Kellner, Gaertner igualmente era de Brunswick, terra natal de seu tio, e tinha 26 anos quando chegou. Era Cônsul do Ducado de Brunswick, um ducado tornado independente em 1815 no Congresso de Viena, cuja capital era a cidade de Brunswick. Coube a Gaertner a tarefa de guiar os primeiros colonos, desde a Alemanha até a barra da Velha, em Blumenau. Por vários anos se manteve ao lado do tio, auxiliando-o nos seus trabalhos, compartilhando dos seus insucessos e dos seus aborrecimentos. Estabeleceu-se, mais tarde, na povoação de Itajaí, de onde regressou a Alemanha, onde desviveu.

Outro nome mencionado pelos historiadores é o de Vicente Ferreira de Mello, mais conhecido por Vicente Só. Consta que quando o primeiro grupo de imigrantes alemães chegou a Brusque, ele já estava estabelecido no morro onde agora se encontra edificada a Igreja Católica São Luis Gonzaga, no Centro de Brusque. Ele não possuía terras na Colônia, e contam as crônicas que, andando a caçar, achou o lugar muito bonito e se instalou na região. Mais

tarde foi com a família morar em Coloninha, Itajaí, onde terminou os seus dias. Ayres Gevaerd (1980) complementa as crônicas a respeito de Vicente Só informando que, como ninguém pode viver em sonho eterno só contemplando as belezas naturais, possivelmente também ele teria sido um garimpeiro de ouro na região da Colônia Itajahy-Brusque.

---

## REFERÊNCIAS

GEVAERD, Ayres. Notícias de Vicente Só. Ano 4. Nº 14. Abril, maio, junho 1980.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Centenário de Blumenau. 1850-1950. Blumenau. Edição da Comissão dos Festejos: 1950.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis: Editora EDEME - Empreendimentos Educacionais Ltda., 1972.

Blumenau em Cadernos. O que havia no território de Brusque, Nova Trento e Blumenau. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Outubro 1959. Nº 10. Disponível em: <[http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cader-nos/1959/BLU1959010\\_out.pdf](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cader-nos/1959/BLU1959010_out.pdf)> Acesso em 14 de setembro de 2018.

# A chegada dos primeiros imigrantes

A primeira leva organizada de colonizadores alemães chegou à Colônia Itajahy (atual Brusque), no dia 4 de agosto de 1860. O grupo era composto por 54 pessoas, veio sob o comando do Barão Maximilian von Schneeberg, primeiro diretor da Colônia, e chegou acompanhado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Francisco de Araújo Brusque. Era a segunda vez que se tentava a colonização do Itajaí-Mirim. A primeira tentativa de colonização, em 1836, pela execução da Lei Provincial nº 11, de 05/05/1835 no lugar denominado Taboleiro, não tinha dado resultado.

De acordo com Cabral (1958), o grupo levou seis dias para subir o rio, desde a sua barra (Itajaí) até o ponto do seu desembarque em “Vicente Só”. Estes imigrantes haviam saído de Desterro, a bordo da “Belmonte”, canhoneira da marinha de Guerra do Brasil, que fundeou na Barra do Rio, onde estava situado um armazém próprio para pouso provisório dos colonos e de

O primeiro grupo organizado de colonizadores chegou a Brusque no dia 4 de agosto de 1860. Era composto por Augusto Höffelmann, João Wilhelm, Frederico Guilherme Neuhaus, João José Scharfenberg, Frederico Orthmann, João Germano Boiting, Jacó Morsch, João Ostendarp, Daniel Walther e Luis Richter. Eles foram conduzidos pelo Barão Maximilian von Schneeberg, primeiro diretor da Colônia, e chegaram acompanhados por suas famílias.

onde os imigrantes deveriam seguir em canoas para o local destinado ao estabelecimento da colônia.

Quando chegaram, os colonizadores encontraram a área ocupada. Além dos nativos, a Colônia Itajahy-Brusque já estava sendo explorada por outros imigrantes que haviam se instalado na região antes da constituição oficial da co-

lônia, em 1860. Ao grupo pioneiro logo se somaram novas levas de imigrantes de diversas regiões da Alemanha. A segunda turma de imigrantes chegou poucos dias depois, em 19 de agosto, e era composta, em sua maioria, por lavradores de Baden e do Reno. Mais tarde, juntaram-se a eles outros colonizadores provenientes, sobretudo, das províncias prussianas da Pomerânia e Schleswig-Holstein.

Nos primeiros dias, o Diretor da Colônia, Barão von Schneeberg, e as famílias de imigrantes se abrigaram no rancho e no engenho de Pedro José Werner, pois, exceto pela designação do local, nenhuma providência havia sido tomada pelo Poder Público para instalar os colonos. Tudo estava por fazer. Em seguida, os colonizadores construíram um tosco rancho com troncos de palmito e cobertura de palha, onde durante nove meses ficaram alojados precariamente até que pudessem ocupar definitivamente os lotes que lhes foram designados. Mesmo então, não conseguiram

ram dedicar-se integralmente aos trabalhos agrícolas, pois nos primeiros anos tiveram que se dedicar à construção de estradas.

Apesar das dificuldades iniciais, Max Tavares D'Amaral (1950) escreveu que o progresso da Colônia Itajahy-Brusque foi surpreendente. Em 1861, a população já era de 657 colonos. Em 1863, atingia 938 habitantes, dos quais 659 católicos e 279 protestantes. A população era quase toda teuta (alemã), vindo das mais variadas zonas da Alemanha. Só mais tarde passaram a chegar outros povos, como os poloneses, em 1869, e os italianos, a partir de 1875.

Os fragmentos da carta que a imigrante alemã Rosalie (Roese) Auguste Sametzki escreveu a seus avós que residiam na Alemanha, em agosto de 1860, exatamente no mês e ano em que teve início a colonização de Brusque, falam sobre a região do Vale.

O texto foi publicado na Revista Blumenau em Cadernos, Tomo XXVI, 1985 e retrata, em pinceladas, alguns aspectos da nossa região à época da colonização de Brusque:

*(...). Aqui vivemos no meio da natureza e tu, meu avô, certamente gostaria de viver aqui. O nosso lar, na casa onde moramos é coberta de folhas de palmeiras, sem janelas e sem assoalho, e a uns trinta passos da mesma está a mata virgem entre as mais belas flores e em volta das mesmas vê-se o beija-flor voando. O chão está coberto de baraços, nos quais muitas vezes corre-se o perigo de cair. Do topo das árvores, os baraços enviam seus cipós até o chão, sendo que alguns deles são finos e outros chegam a ter a grossura de um braço. Deste cipó fazemos cordas que são mais fortes do que sisal. Com estes cipós amarramos as paredes das casas.*

*Que passarinhos de cores e formas inimagináveis! Tangerinas, pêssegos, mamões e outras frutas para nos deleitarmos no verão... Naturalmente para os que gostam de folguedos, estes faltam. Mas também os temos aqui. Eu danço ao som de um violino e de um harmônio, enquanto na Alemanha se ouvem orquestras e coros. Cada terra com seus costumes. Nossos trajes são muito simples: os homens usam camisa azul e a calça é segurada por um cinto no qual penduram um facão de dois palmos. Nós mulheres, vestimos saia e blusa e em geral andamos descalças ou calçamos tamancos, e naturalmente somos alegres. Nos dias de festa vestimos nossas roupas trazidas da Alemanha, com as quais também vamos à igreja.*

*Em nosso pasto temos duas vacas, dois terneiros, e meu cavalo Alazão que vale uma fortuna para mim, pois me leva nos domingos à igreja que fica há uma hora de distância (...). Os bugres, aqui ninguém precisa temer, pois um tiro de espingarda os assusta logo. Porém, o que falta aqui é mão de obra qualificada ou pessoas que trabalhem. (...). A comida é em geral feijão preto, farinha e carne seca. Nós já procuramos modificá-la. Fabricamos açúcar e cachaça (...). O nosso pão é de milho e é muito gostoso. Ah! Se vocês pudessem viver aqui conosco para ver e provar do mesmo (...).*

## REFERÊNCIAS

Álbum do 1º Centenário de Brusque – Edição da Sociedade Amigos de Brusque. 1960.

D'AMARAL, Max Tavares. Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950.

CABRAL, Oswaldo R. Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque comemorativa do 1º Centenário da Fundação da Colônia, 1958.



*Transferência dos imigrantes dos veleiros para pequenas embarcações*

## No Porto de Itajaí: o Ancoradouro das Cabeçadas

No tempo em que teve início a Colônia Itajahy-Brusque, o Porto de Itajaí ainda não existia, os navios aportavam no Ancoradouro das Cabeçadas, local onde ancoravam as embarcações que transportavam imigrantes e as cargas para as colônias dos “Vales do Itajaí”. De lá, os passageiros e cargas precisavam ser

baldeados para pequenas embarcações e transportados até os barracões dos imigrantes. Construídos na foz do rio Itajaí-Mirim, conhecido até hoje como Barra do Rio, esses barracões tinham capacidade para abrigar de 160 a 200 pessoas.

Ao chegar em terra firme, exaustos pelos meses de via-

gem, os imigrantes descansavam alguns dias no barracão dos imigrantes da Barra do Rio antes de seguir viagem para a Colônia. Nos primeiros tempos, o rio é que era a estrada mais segura e fácil, e barcas, lanchões e canoas eram utilizados para a viagem que demorava de três a cinco dias entre Itajaí a Brusque.

A pesquisadora Thayse Fagundes (2014), em sua Dissertação de Mestrado escreve sobre a “Enseada de Cabeçudas”, onde ficava o Ancondouro utilizado pelos imigrantes:

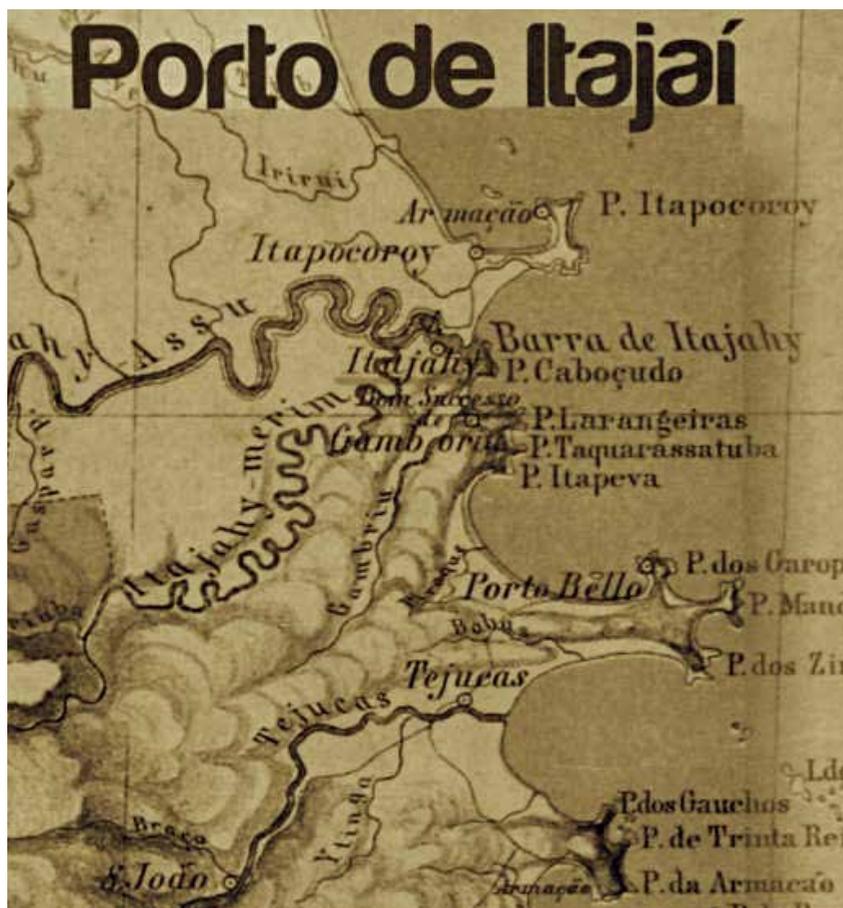
*“Desde antes da fundação do Município de Itajaí em 1860, a Enseada de Cabeçudas já era conhecida dos navegadores que desejavam entrar no rio Itajaí ou aportar na cidade. Era comum que em dias com o mar bravio e cheias as embarcações ancorassem em Cabeçudas (JORNAL O DIA, 1911).*

*Em 1862 uma embarcação trazendo colonos que desembarcariam em Itajahy foi forçada pelo mau tempo a permanecer ancorada por três dias naquela enseada (O MERCANTIL, 1862).*

*O senhor José Rolino Alves Serpa, naquela ocasião, responsável pelos colonos, arcou com mais de 200 mil réis para a alimentação do grupo (O MERCANTIL, 1862).*

*O requerimento para resarcir sua despesa que fez ao sr. Dr. Brusque, principal responsável pela viagem, não foi atendido de imediato. Não se sabe exatamente como a compra de mantimentos era realizada nestas condições.*

*O vapor alemão “Numidia”*



Mapa do litoral catarinense

*que em 1904, ao transportar material metálico para a ponte sobre o rio Itajaí-Mirim, nas proximidades da sede da Vila de Brusque, teve que aguardar um vapor menor que faria a condução pelo rio (VAPOR, 1904).*

*Linhares contou que alguns navios aguardavam no mar por horas e até por dias a autorização para entrada no rio, esta resposta era dada por um posto de sinalização que ficava na Atalaia, estendendo uma bandeira vermelha” (LINHARES, 1997, p.10).*

## REFERÊNCIA

FAGUNDES. Thayse. Enseada de Cabeçudas: a formação sócio espacial do Balneário. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Rose/Downloads/327815%20(1).pdf >. Acesso em 28 de agosto de 2018.



*Imigrantes viajando da Europa para o Sul do Brasil*

## O deslocamento até Brusque

A viagem da Europa para o Brasil levava entre dois e três meses de navio.

Chegando em Santa Catarina, o Porto de Itajaí ainda não existia e as embarcações que transportavam imigrantes e as cargas para as colônias aportavam no Ancoradouro das Cabeçadas.

Em seguida, os passageiros e as cargas eram transportados por pequenas embarcações até os barracões dos imigrantes, na Barra do Rio.

Ao chegar em terra firme,

muitas vezes exaustos pelos meses de viagem, os imigrantes descansaram alguns dias no barracão antes de seguir viagem para a Colônia.

Da barra do Porto de Itajaí, onde os imigrantes aportavam, até Brusque, o transporte dos colonizadores e seus pertences era feito pelo rio Itajaí-Mirim. Era a opção mais segura e fácil para chegar à Colônia.

O percurso era feito usando botes, lanchões e canoas impulsionadas por remo.

Rio acima, a viagem durava de três a cinco dias entre Itajaí a Brusque. Aqui chegando, os colonizadores eram instalados no Barracão dos Imigrantes, destinado ao abrigo provisório de imigrantes, que ficava nas proximidades do atual Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque.

Durante muitos anos, o rio Itajaí-Mirim foi a principal via de transporte, não só para o deslocamento de pessoas, mas também para o transporte de mercadorias.

Partes do texto “Diário de Viagem do Imigrante Paul Schwarzer”, que retrata uma experiência comum daqueles que aqui chegaram nos primeiros anos da colônia. A Família Schwarzer chegou na Colônia Brusque por volta do ano de 1864.

*A Vila Itajaí é bem situada numa planície de vale na foz do Itajaí. A margem esquerda é muito baixa e coberta por mata de palmeiras. A vila fica na margem esquerda, entre laranjais, e diante dela, alguns navios. Velejamos com nossa fragata um pedaço rio acima, até uma casa de recepção destinada aos colonos. Desembarcamos com nossos pertences e fomos até a casa de recepção. Achava-se ali, naquela ocasião, o Diretor da Colônia Brusque, Barão von Schneeberg, hospedado no hotel que ficava perto da casa de recepção. Na manhã seguinte após a nossa chegada, ele nos fez uma visita e se mostrou extremamente atencioso conosco. Era um homem idoso, bigode e cavanhaque brancos. Era do Tirol e foi oficial austríaco. Encontrava-se já há muitos anos nesta terra.*

*Depois de uma semana, chegou um bote da colônia para transportar nossas coisas. Minha mãe e irmãs foram acomodadas no bote, enquanto meu pai e eu seguimos a pé até uma pequena hospedaria que fica perto do rio Itajaí-Mirim, afluente do grande Itajaí, onde esperamos o bote, que ancorou na manhã seguinte. O Barão von Schneeberg, chegou em seguida, em sua canoa. Ele pagou a todos um bom jantar. Na outra manhã, o diretor chamou uma canoa com dois homens (um branco e um mulato), que iriam levar minha mãe, minhas irmãs e a mim até a colônia (...). Viajamos, rio acima, com a canoa para a Colônia Itajahy-Brusque. A maior parte da viagem era feita entre mata virgem, que me pareceu bem perto da margem do rio, num aspecto completamente novo. Do solo até acima nos altos das árvores enrolavam-se trepadeiras num emaranhado tão denso que formava verdadeiras cortinas, que impediam a vista para o interior da mata, às vezes formando caramanchões naturais enfeitados com belas flores. De vez em quando, víamos belas plantações de cana, milho, etc. Também passávamos por serrarias. Quando chegou a noite, e sendo muito tarde para continuar a viagem, nossos guias entraram em um ribeirão e amarraram a canoa. Na manhã seguinte seguimos viagem pelo rio (...).*



*Canoas utilizadas para transporte de pessoas no rio Itajaí-Mirim, enquanto não havia estradas. Acervo: SAB*

## REFERÊNCIAS

Blumenau em Cadernos. Diário de Viagem do Imigrante Paul Schwarzer. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, tomo XXV, nº 9, 1987.

CABRAL, Oswaldo R. Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque comemorativa do 1º Centenário da Fundação da Colônia, 1958.

D'AMARAL, Max Tavares. Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950.



*Barracão de recepção dos imigrantes na Barra do Itajahy. Acervo: Rosemari Glatz*

## O barracão dos imigrantes

Nas colônias instaladas no estado de Santa Catarina a partir da segunda metade do século XIX, os imigrantes que chegavam para colonizar o território eram acolhidos nas chamadas “Casas de Imigração”. Os imigrantes que aportavam no Acoradouro das Cabeçadas, em Itajaí, inicialmente eram acolhidos na casa de recepção, que ficava na Barra do Rio. Ao chegar em terra firme, antes de seguir viagem para a Colônia, os colonizadores descansavam alguns dias no barracão dos imigrantes. O percurso até a colônia onde seriam instalados era feito pelo rio, usando botes, lanchões e canoas impulsionadas por remo.

Os primeiros imigrantes que chegaram em 4 de agosto de 1860 para colonizar a Colônia Itajahy-Brusque não conseguiram se abrigar no “Barracão dos Imigrantes”, pois ele ainda não havia sido construído e nenhuma pro-

A distância entre o barracão da Colônia Itajahy-Brusque e o barracão da Colônia Príncipe Dom Pedro era de cerca de 4 km, distância entre o início da Rua do Cedro, no bairro Dom Joaquim, até o Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque, Centro.

vidência havia sido tomada pelo Poder Público para instalar os colonos. Então, por um período de tempo o Diretor da Colônia, Barão von Schneckenburg, e os imigrantes se ajeitaram no rancho e no engenho de Pedro José Werner. Os dias seguintes à chegada foram destinados à derrubada da mata e à construção de um rancho de palha, que serviria como “Barracão dos Imigrantes”, onde ficaram até que puderam ocupar definitivamente os lotes que lhes foram designados. E ali ficaram instalados precariamente durante longos nove meses.

O primeiro barracão da Colônia Itajahy-Brusque, ou “Casa da Imigração” foi cons-



*Chegada dos imigrantes pelo rio Itajaí-Mirim. Acervo: SAB*

truído em 1860, na região onde está edificado o Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque, rua Hercílio Luz, também conhecida como “Rua das Carreiras” no bairro Centro, bem próximo do rio Itajaí-Mirim. Era o espaço destinado à recepção e hospedagem dos colonizadores.

Durante o tempo de preparação do espaço que receberia a família, mulheres e crianças ficavam instaladas no Barracão dos Imigrantes. O trabalho de ocupação das terras era feito em mutirão, também chamado de “pixurum”, com grupos de homens abrindo as picadas, os claros na floresta nativa, derrubando as árvores, delimitando os lotes e ne-

les construindo as primeiras casas provisórias, para que as famílias dos imigrantes se instalassem provisoriamente. Os primeiros lotes coloniais foram demarcados a partir dos rios e ribeirões, abrangendo, em média, 25 a 30 hectares cada lote.

Poucos anos depois, em 1867, foi construído mais um barracão, este para acolher os imigrantes destinados à Colônia Príncipe Dom Pedro. Ali, em março daquele mesmo ano, aconteceu o primeiro acampamento dos colonizadores no barracão provisório de Águas Claras, erguido no terreno onde, em 2018, funciona a Escola de Educação Fundamental Padre Luiz Gon-

zaga Steiner, Travessa Lagoa Dourada, nas proximidades do bairro Dom Joaquim, Brusque.

---

## REFERÊNCIAS

CABRAL, Oswaldo R. Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque comemorativa do 1º Centenário da Fundação da Colônia, 1958.

NIEBUHR, Marlus. Organizador. Brusque 150 Anos: Tecendo uma História de Coragem. Fundação Cultural de Brusque, 2012.

# A moradia e a alimentação nos primeiros tempos

Quando os primeiros colonizadores chegaram à Colônia Itajahy-Brusque, não havia sido providenciado suficiente alimentação. De acordo com Buggenhagen (1941) ainda estava vívido na memória dos velhos o que os pais lhes contaram sobre as crises provocadas entre eles pela fome e penúria, e como, sentados à margem do rio, eles tinham chorado sua desventura. Durante muito tempo, uma opção fácil de alimentação foi o palmito. Se os troncos e as folhas serviam para a construção das moradias primitivas dos colonizadores, o miolo do palmito juçara servia para o preparo de alimentos com carnes de aves. A captura de pequenos animais e as formas de caçada de aves foram desenvolvidas, e assim os colonizadores passaram a fazer caçadas para abastecer a dispensa. Era comum encontrar porcos-do-mato, jaguatiricas, antas e capivaras, algumas das quais eram abatidas para servir de comida. As carnes eram salgadas e depois dependuradas para



*Moradia primitiva dos colonizadores assim que chegavam ao seu lote. Acervo: Rosemari Glatz*

secar. No mais, além das frutas nativas encontradas em abundância, o que se comia era basicamente o que a roça produzia, com pouquíssimas exceções. E a carne é o que

mais fazia falta nos primeiros tempos. A criação de porcos e gado vacum iniciou-se só alguns anos depois da fundação da colônia.

A farinha de mandioca fervida em água era o alimento por excelência; comiam esse pirão com toucinho em que se notavam os indícios da longa viagem. Pão só havia quando chegava a lancha de Itajaí. Mas a quantidade não dava até a próxima chegada da lancha; acontecia, então, que se ralava o milho para servir de prato no domingo. Era frequente a falta de sal; raspava-se, então, a crosta de sal do toucinho amarelo de Minas Gerais, para temperar o produto do mato. Só com o passar do tempo é que a situação da alimentação foi melhorando.



*Construção de tijolos tipo enxaimel*

Com o passar do tempo, a situação econômica dos imigrantes foi melhorando. Os barracos provisórios foram sendo substituídos por casas de madeira e, em alguns casos, por casas feitas com tijolos.



*Casa de imigrantes nos primórdios da Colônia. Acervo: Rosemari Glatz*

## Moradia

Nos primórdios da colônia, as moradias eram simples barracos, feitos com troncos de palmito juçara, cobertos de folhas de palmeiras trançadas, e chão batido. Em alguns casos, as frestas das paredes eram fechadas com barro. Foram tempos difíceis, e só com muita fé em Deus e união é que as famílias conseguiram suportar aqueles primeiros tempos e prosperar em terras brasileiras.

Conforme a economia foi se desenvolvendo, por toda a parte foram surgindo novas casas, mais sólidas, que iam substituindo as pobres construções de pau a pique. E, à medida que foram surgindo as olarias que produziam os tijolos, começaram a aparecer as casas com armação de madeira e enchimento de tijolo, no estilo enxaimel, inaugurando um novo tempo, de mais conforto e segurança.

## REFERÊNCIA

BUGGENHAGEN, E.A. von. História Econômica no Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

# A relação da Colônia Itajahy-Brusque com o rio

Brusque foi fundada em 1860, mas os terrenos que hoje integram o município começaram a ser conhecidos e palmilhados lá pelos fins do século XVIII. É conhecido que em 1799 foram feitas concessões de sesmarias ao comandante da fortaleza dos Ratoões, de uma légua em quadro das terras que hoje fazem parte do município e possivelmente alcançavam o seu atual perímetro urbano. Mais tarde, após a fundação de Itajaí, viu-se gente requerendo terras, lançando culturas nas margens do Itajaí-Mirim, até grande altura de sua foz e de seus afluentes mais próximos. Agostinho Alves Ramos, pioneiro do aproveitamento de toda a fértil região, pôs o seu prestígio de deputado à Assembleia provincial, de oficial de ordenanças, de negociante ativo e culto, à tarefa de impulsionar, pelo Mirim acima, a onda civilizadora que levará até as alturas de Belchior e Gaspar. Várias tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, se fizeram para colonizar terras tão bem situadas, dis-



*Balsa para travessia central do Itajaí-Mirim em 1895. Acervo: SAB*

Patrianova (1989) informa que os rios sempre foram topônimos da maior importância, tanto por parte dos índios, que os utilizavam a partir da foz, como por qualquer outra espécie de marinheiro. Para ele, os diversos usuários se preocupavam em nomear os rios adequadamente. Ao discorrer sobre a origem do nome Itajaí, Patrianova informa que “Itajaí” recebeu alguns nomes, inclusive muitas corruptelas, como: - rio das Voltas, rio Tajahug, rio Taiahug, rio Tacahug, rio Tacuay, rio Tayahug, rio Tayaby, rio Tajahug, rio Taiaiye, rio Tajay, rio Tujuy, rio Tamarandi, enseada Tajay, rio Tajahi, rio Tahahy, rio Thajahi, rio Itajahy, e, finalmente, rio Itajaí, rio Itajaí-Açu (açu = grande porte), rio Itajaí-Mirim (mirim = pequeno). O autor conclui informando que o nome do rio Itajaí passou a denominar a cidade, e no passado também já emprestou o nome para Brusque, então denominada “Colônia Itajahy-Brusque”.



*Desde logo o brusquense aprendeu a conviver com as enchentes. Acervo: SAB*

pondo de grandes planícies e aguadas em abundância. Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que estava em Santa Catarina como contratador dos reais cortes de madeira, solicitou o apoio governamental para a fundação de uma colônia nas terras de Itajaí. Pelo Aviso Real de 05/01/1820, o Rei D. João VI autorizou que Drummond estabelecesse uma colônia em duas sesmarias reais junto do rio Itajaí-Mirim, na região da agora Itaipava. Com a ajuda de soldados dispensados de um batalhão da sede da capitania, Drummond iniciou a derrubada das matas que

permitisse começar as plantações e a construção de casas para os colonos.

Passados alguns anos, nova iniciativa. Boiteux (1958) conta que, a 27/02/1836, o Secretário do governo, Major José da Silva Mafra, oficiava ao Major Agostinho Alves Ramos para que, com a brevidade possível, informasse se conhecia pessoa capaz de encarregar-se da exploração do Itajaí-Mirim; quais os meios necessários a empregar em homens, transporte, ferramentas, munições e despesa provável, o tempo necessário à exploração, etc.

A 15/03/1836, respondia

ele que o Alferes João da Silva Mafra, afazendado na freguesia e, na sua falta, o Alferes João da Cunha de Souza, eram as pessoas do seu conhecimento mais aptas para a referida exploração. Mas, somente no governo de Francisco Carlos de Araújo Brusque, que administrou Santa Catarina de 21 de outubro de 1859 até 17 de abril de 1861, foi que se concretizaram os projetos que desde muito vinham sendo elaborados para se fundar, ali, um núcleo populacional que marcasse o início do aproveitamento real e efetivo de todo o vale do Itajaí-Mirim.

Logo nos primeiros anos da Colônia, duas terríveis enchentes, de fevereiro de 1861 e de agosto de 1862, prejudicaram muito o desenvolvimento da nascente colônia. Com essas enchentes, alagaram grande parte das terras lavradas, destruindo as plantações e causando a morte de vários homens. Mas os imigrantes tinham noção da importância que tinha o rio Itajaí-Mirim para o desenvolvimento da colônia, indispensável para a navegação, principalmente para o comércio de madeira, pois que nas margens do mesmo rio, já no início da Colônia Itajahy-Brusque, estavam mais de uma dezena de serrarias, tocadas hidráulicamente, serrando grande quantidade de cedro, canela, peroba e óleo. Era consenso que, embora não fosse tarefa fácil, o melhoramento da via fluvial, com a limpeza do rio de árvores e raízes poderia facilitar o seu trânsito e, ao mesmo tempo, diminuir a violência das inundações, o grande flagelo da colônia que, em 3 anos de existência, sofreu duas calamitosas cheias. (Brusque Centenária. Agosto, 1960).

O aviso imperial de 18 de junho de 1860 determinou a fundação da Colônia Itajaí, demarcando-se uma área de quatro léguas em quadro, desmembradas da jurisdição da Freguesia do SS. Sacramento do Itajaí. Dando cumprimento a esse Aviso, Araújo Brusque providenciou o necessário para a fundação, tendo nomeado o Barão Maximilian von Schneeberg como diretor da Colônia, e este, com uma leva de 54 colonos, partiu da Vila de Itajaí, a 31 de julho para, depois de cinco atormentados dias de viagem, de canoa, passando toda a sorte de trabalhos e privações, chegar ao local em que Brusque se eleva altaneira.

E ninguém melhor do que o abnegado primeiro diretor da Colônia Itajahy-Brusque para nos contar como foi essa aventura. No primeiro relatório enviado à presidência da província, von Schneeberg informa: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excelências que, em 4 de agosto corrente, quinto dia de viagem pelo rio Itajaí-Mirim acima, cheguei com a primeira turma de colonos com bom tempo e com muito zelo, conduzidos pelo contraente Pedro Werner (vulgo Pedro Miúdo) ao lugar Vicente Só. Dias

depois, Schneeberg escreve que: “o desembaraçamento do rio da Guabiruba foi feito em tempo de chuvas; agora, porém, com águas baixas, que são as mais frequentes, é preciso limpá-lo novamente, em certos lugares tirar árvores e mesmo cortar algumas das muitas serpentinas, que tornam a sua navegação com canoas menores, muito difícil, mesmo perigosa”. E assim, desde o princípio, fica estabelecida a relação da Colônia Itajahy-Brusque com o rio.

## Onde nasce o rio Itajaí-Mirim

O rio Itajaí-Mirim nasce no município de Vidal Ramos. A cidade já pertenceu ao território de Brusque e, em 1919 foi criado, por lei estadual, o Distrito Adolfo Konder. Nesta época, a região onde hoje está situada a sede de Vidal Ramos começou a ser denominada de Alto Itajaí-Mirim ou Rio da Brusque.

Anos depois, a 3/12/1957, na mesma área que correspondia ao antigo distrito, foi criada a cidade de Vidal Ramos que, na ocasião, englobava o Distrito de Itaquá, hoje município de Presidente Nereu. Atualmente, a nascente

do rio Itajaí-Mirim é considerada um atrativo turístico de Vidal Ramos.

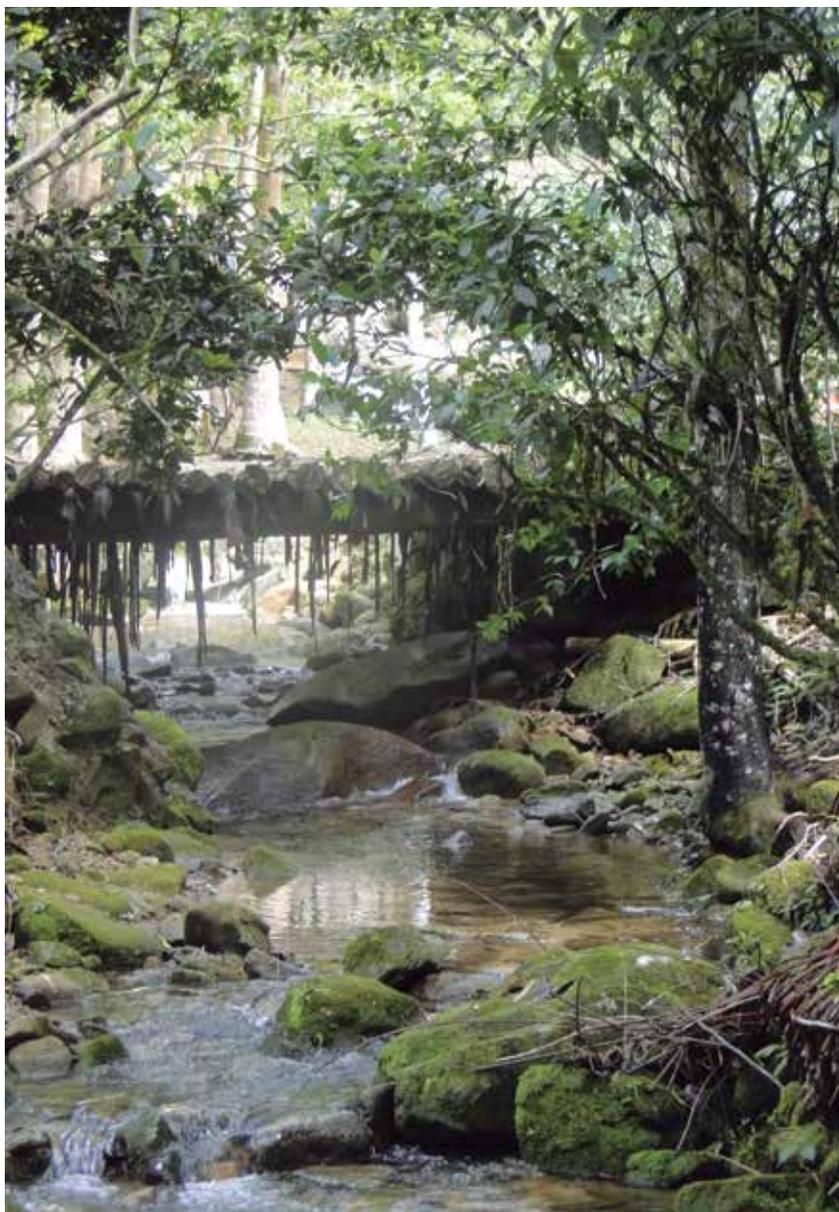
Ao discorrer sobre o rio Itajaí-Mirim e seus primeiros desbravadores, Boiteux (1961) informa que o Itajaí-Mirim tem origem na Serra que se prolonga entre o braço do sul do Itajaí ao ocidente, e

o rio Tijucas-Grande ao oriente, e segue o rumo de nordeste por uma extensão de cerca de 20 léguas com suas muitas e amudadas voltas até desembocar na margem direita do rio Itajaí-Açu 2.850 braças acima da sede da vila. Da navegação até 10 léguas, porém tem muitas voltas que fati-

gam, tornando-se para seus moradores, mais cômoda a viagem por terra quando têm de subir contra a violência de sua correnteza. Devido a isso, com certeza, deu-se início em 1855 a um caminho para comunicação dos seus moradores com o arraial da freguesia. O governo imperial, tendo em vista o estabelecimento de uma colônia de alemães às margens do Itajaí-Mirim foi encarregado da escolha e locação da mesma, o dinâmico catarinense, militar e engenheiro João de Souza Mello e Alvim, então delegado das obras públicas da província. Isto aconteceu em 1859. O sítio apontado como mais acomodado foi um longo estirão à margem esquerda do rio, fronteiro a uma propriedade onde vivia Vivente Só. Ali também já se encontrava outro alemão, Pedro José Werner, apelidado Pedro Miúdo, com casa de moradia e engenho.

E, para finalizar a investigação sobre o famoso rio Itajaí-Mirim, Boiteux transcreve um texto do General José Vieira da Rosa, conhecedor inigualável da “face geográfica” do nosso Estado, que, em 1909, nos deixou esclarecido em sua preciosa “Coreografia de Santa Catarina”. Segundo Rosa (1909): “O Itajahy-Mi-

Foto: Rosemari Glatz



Uma das muitas nascentes do rio Itajaí-Mirim. Acervo: Rosemari Glatz

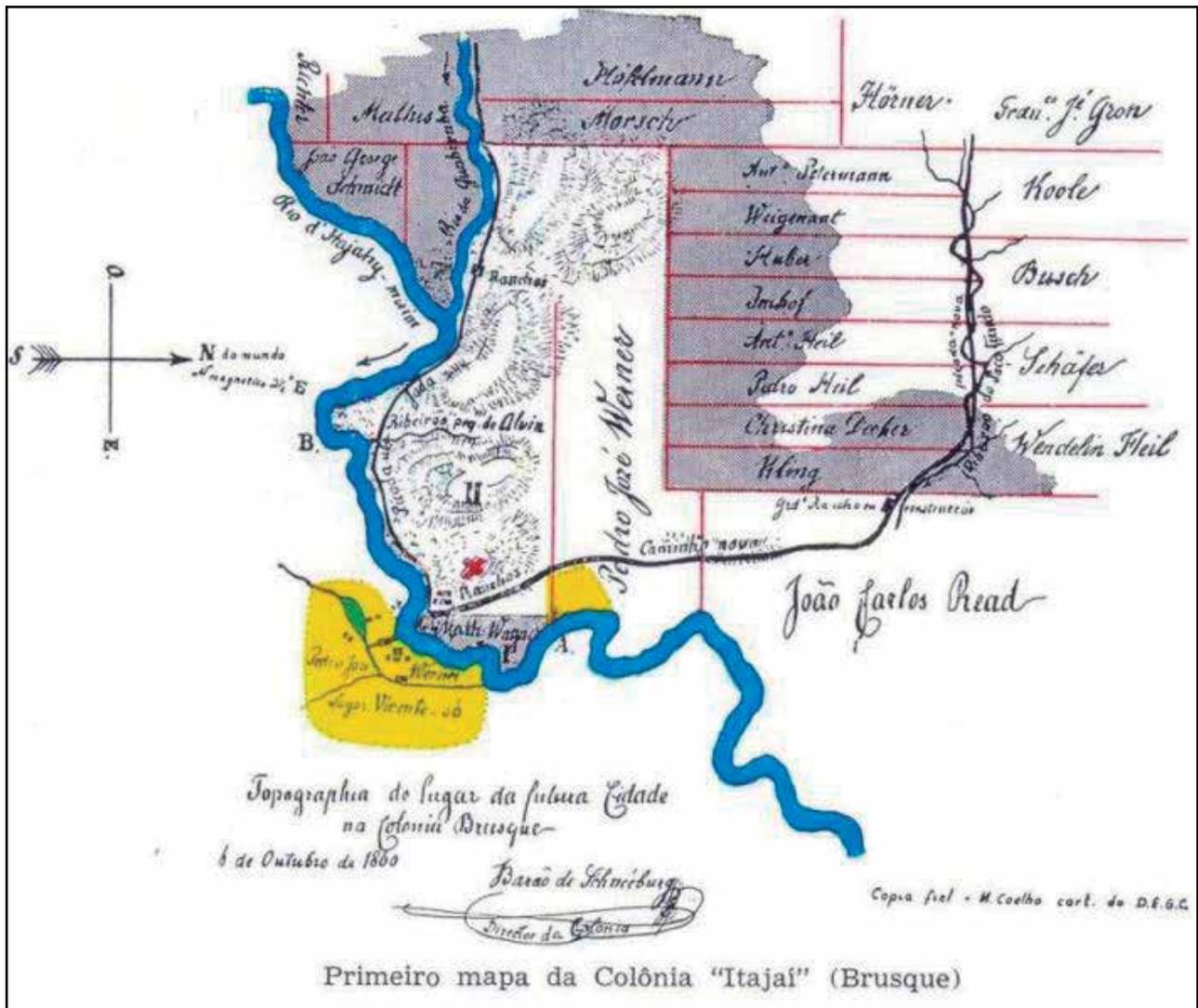
rim, que no seu segundo terço banha a vila de Brusque, tem um curso de cento e trinta quilômetros. Vai buscar sua nascente na Serra do Mar, não muito longe das cabeceiras do Braço-do-Norte e corre sempre no vale formado pelas serras do Itajaí e Tijucas. Correndo em terreno muito acidentado, não admira que apresente tão numerosas voltas, mas que não

impedem que se possa notar que o curso deste rio siga um rumo mais igual na direção de sudoeste para nordeste formando com o Itajaí-Açu um ângulo muito agudo. Em seu curso a caminho do litoral, recebe pela margem direita doze destacados afluentes; e, pela esquerda, um maior número deles. Não alcança o oceano, lançando suas águas no Itajaí-Açu, pela margem

esquerda deste e, à montante da barra deste, cerca de seis quilômetros”.

## Plano construtivo demarcado ao longo do rio

Sob as ordens do Barão von Schneeberg, vários agrimensores tinham a incumbência



Primeiro mapa conhecido da Colônia Itajaí-Brusque. Acervo: SAB



*Lanchas Peruas, usadas para transporte de mercadorias e de pessoas. Acervo: Rosemari Glatz*

de executar a medição dos lotes. Na exploração da colônia, tal como foi posteriormente levada a efeito, prevaleceu o plano construtivo de demarcar, ao longo do rio, uma série de lotes, fazendo frente estreita com o rio e estendendo-se, no fundo, até a altura dos morros. A partir do rio abriram-se, vales adentro, largos travessões, em cujos lados se delimitaram os lotes, de forma idêntica. No início, o rio Itajaí-Mirim, em sua maior extensão, era atravancado por infinidade de árvores e raízes; ora seco, de modo a permitir apenas a navegação de pequenas canoas, ora cheio e

com tão impetuosa corrente, que impossibilitava toda navegação contra ela.

Do ponto de vista urbanístico, é possível afirmar que os núcleos das colônias de imigrantes que se transformaram em muitas das atuais cidades de Santa Catarina apresentam traçados diferentes dos partidos luso-brasileiros até então existentes no estado. As cidades da região de imigração, nascidas de empreendimentos rurais, têm seus traçados urbanos decorrentes da interação entre a geometria da demarcação dos lotes rurais e a organicidade dos acidentes naturais.

Os lotes eram demarcados preferencialmente ao longo dos rios (IPHAN, 2018). A demarcação dos lotes foi o elemento básico da urbanização. Quase sempre, iniciou-se aleatoriamente a partir do local onde o ingresso de imigrantes e mercadorias fosse facilitado por rios navegáveis ou caminhos preestabelecidos. Abaixo dos contrafortes da Serra do Mar, onde os rios são abundantes, prevaleceu o estabelecimento de colônias às margens dos cursos d'água, utilizados como vias preferenciais de acesso e comunicação, partindo do litoral. Assim ocorreu, por exemplo,

nos atuais centros urbanos de Gaspar, Blumenau, Pomerode, Jaraguá do Sul e Joinville, São João Batista, Nova Trento e Brusque. A partir dos contrafortes da Serra do Mar, em direção ao interior, os caminhos prevaleceram como vias preferenciais de penetração.

Em Blumenau, Joinville e Brusque, os rios eram as vias naturais de acesso à região, inteiramente coberta por matas fechadas. As cidades nasceram a partir dos portos fluviais, escolhidos por permitirem o acesso tanto ao interior das colônias, quanto aos portos marítimos, que

viabilizavam o comércio e abasteciam de gentes e de gêneros os nascentes empreendimentos migratórios. Peluso, citado pelo IPHAN (2018), na publicação sobre o patrimônio cultural do imigrante, explica que o traçado urbano derivado desse contexto foi distinguido dos congêneres luso-brasileiros. Segundo Peluso, estudando-se as cidades do estado de Santa Catarina, fundadas até meados do século XIX, nota-se a persistência de dois tipos de plano urbano: um, o mais difundido, tem como elemento predominante a praça central

que emoldura a igreja, como as cidades de Florianópolis e Lages; outro, mais raro, adapta-se ao relevo, partindo do centro comercial, como, por exemplo, Joinville, Blumenau e Brusque. Vemos aqueles núcleos urbanos como cidades portuguesas, e estes, como cidades alemãs, atribuindo seus planos, respectivamente, às culturas lusa e germânica.

## Brusque como cidade de porto fluvial

Brusque é um bom exem-



*Balsa para travessia do rio Itajaí-Mirim, nas imediações da atual ponte Estaiada. Acervo: SAB*

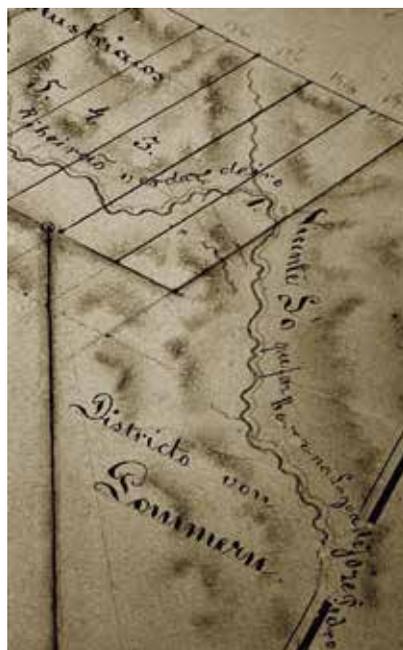
plo de cidade cujo início do processo de urbanização se dá a partir do principal rio e pode ser assim descrito: quando, em 1860, chegaram os primeiros imigrantes, esses usaram o meio de transporte mais fácil na época, o fluvial. A colônia teve início no lugar conhecido como “Vicente Só”, e através do caminho aberto ao longo do rio começaram a aparecer os primeiros sinais de comércio. Brusque iniciava-se, então, como cidade de porto fluvial.

Implantado o núcleo, seu desenvolvimento era balizado, como nas demais colônias alemãs, pela fixação de um eixo comercial, a partir do qual se subordinavam outras funções, como a religiosa, a recreativa e a institucional. Nas colônias onde italianos e poloneses predominaram como, por exemplo, Botuverá e Nova Trento, a igreja destacou-se como elemento aglutinador principal, estruturador do plano urbano adotado e ponto de partida de seu desenvolvimento.

Sendo o transporte fluvial o mais fácil na época, nos primeiros decênios da Colônia Itajahy-Brusque, vários brusquenses possuíam lanchas-perua que faziam o percurso de Brusque a Itajaí. Eram usa-

dos para escoar as mercadorias e também para o transporte de pessoas. O porto que dispunha de um trapiche de pedras, mastro de madeira e guincho, ficava nas cabeceiras da ponte Irineu Bornhausen (atual ponte estaiada). Ali aportavam os barcos, as canoas, e lanchas que visavam o abastecimento da população que se fixava na Colônia Itajahy-Brusque, ou a saída dos produtos para o porto marítimo, na atual cidade de Itajaí. As lanchas-perua eram utilizadas para transporte de cereais, como farinha de mandioca, milho, açúcar grosso, pipas de cachaça e, pelo rio Itajaí-Mirim, o percurso entre Brusque e Itajaí levava de sete a oito horas, para ida, e um dia, para a volta.

Arquivo:SAB



## Descrição do rio Itajaí-Mirim em 1860

O texto: Características interessantes do rio Itajaí-mirim e seus afluentes no século passado, reproduzido abaixo e originalmente publicado na revista Blumenau em Cadernos em fevereiro de 1992, apresenta características interessantes do rio Itajaí-Mirim e seus afluentes no século XIX, com base no levantamento realizado pelo engenheiro Charles Philippe Garçon Rivière.

O engenheiro firmou um contrato com o governo imperial em 16/06/1859 e, durante o 2º semestre de 1859 e começo do 1º semestre de 1860 levantou a planta do rio Itajaí-Mirim e de seus afluentes.

O resultado do trabalho foi encaminhado pelo Eng. Rivière ao Ministro da Agricultura em 06/06/1860, e encontra-se aqui reproduzido por apresentar uma descrição bastante interessante do rio baseado em levantamento realizado ainda antes da instalação oficial da Colônia Itajaí-Brusque, em 4 de agosto de 1860.

*“O rio Itajaí-Mirim, afluente*

do rio Itajaí-Açu, tem um curso de 47.710 braças desde sua barra até o seu primeiro salto. Esta extraordinária extensão é devido às suas numerosíssimas curvas, pois que, em linha reta, não tem mais de 70.500 braças. Corre de sul, sudoeste oeste, a norte, nordeste leste. Sua largura média é de 180 palmos. A velocidade da corrente é muito variável; em certos lugares é de 0,95 palmos em um segundo de tempo; em alguns de 2 palmos e em outros de 6 palmos. O volume de água que passa em 1 segundo foi calculado na barra, em seis marés, e achou-se ser de 5.641 palmos acima do nível do mar. O rio, neste lugar, tem 18 braças de largura. As águas correm com violência sobre e entre rochedos; é mais uma cachoeira do que um salto.

Do salto até pouco mais ou menos 1.400 braças para baixo, o Itajaí-Mirim segue entre morros pedregosos que chegam até nas margens. Atravessa depois uma grande várzea que para o norte se estende até o território medido. Daí um pouco acima do engenho do Paulo [Kellner], o terreno pelo rio torna-se de novo montanhoso até a serraria de Pedro José Werner. Deste ponto até o lugar denominado Sepultura, os morros são mais baixos

e espaçados uns dos outros, e da Sepultura até a barra o Itajaí-Mirim atravessa uma bela várzea. Os principais afluentes deste rio são: o ribeirão da Guabiruba e do Cunhandaba. O primeiro tem suas cachoeiras na paralela à dita meridiana, depois de ter sido desobstruída dos numerosos paucídeos que a atravessam. O segundo é navegável igualmente com canoas até 3.000 braças. Além destes dois ribeirões, o Itajaí-mirim recebe muitos córregos e ribeirões pequenos que não dão navegação, mas que podem ser aproveitados para motores e alguns já o são.

As embarcações que não demandam mais de 12 a 15 palmos d'água, podem subir o rio até o lugar denominado Marechal Custódio, onde encontra-se a primeira itaipava (uma pequena queda d'água, corredeira) formada por uma grande rocha granítica. Deste ponto para cima, a influência das marés ainda se faz sentir até pouca distância. De Marechal Custódio até o engenho de Pedro José Werner, o Itajaí-Mirim dá franca navegação a canoas; porém, deste engenho para cima, aparecem as itaipavas que obrigam, quase sempre, a arrastar as canoas, puxando-as sobre as pedras. São dezoito estas itaipavas,

sendo a mais dificultosa a passar, a da Figueira. O leito do rio é de areia até a serraria de Pedro Fritz; desta serraria até o salto, de rochas e seixos. As suas margens até o Cunhandaba são baixas, formadas de areia misturada com pouca argila; deste ribeirão para cima, a argila vai pouco a pouco predominando e os barrancos vão ficando mais altos. Os terrenos nas várzeas são fertilíssimos; porém, quase que não são aproveitáveis por motivo das frequentes inundações no tempo das chuvas. Em parte, poder-se-ia fazer desaparecer este grave inconveniente cortando algumas das muitas agudíssimas curvas que existem, obra fácil e pouco dispendiosa, pois que será suficiente abrir valas de 5 a 6 palmos de largura com outro tanto de altura, deixando ao mesmo rio o trabalho de as aprofundar e alargar. Existem curvas de 600 braças que, para serem cortadas, exigirão somente a abertura de uma vala de 40 braças de comprimento. Torno a repetir que são algumas das maiores curvas que seria necessário fazer desaparecer, pois que, a querer cortá-las todas, a correnteza do rio aumentaria consideravelmente e a sua profundidade poderia diminuir a ponto de prejudicar

a navegação.

*É preciso dia e meio de viagem em canoa para descer da Guabiruba à Freguesia e dois dias e meio até três dias para percorrer a mesma distância, subindo o rio. Entretanto, construindo-se na margem direita uma estrada que talvez não venha a ter mais de cinco léguas de desenvolvimento, tornar-se-ia fácil e rápida a comunicação entre a Freguesia do Itajaí e a Guabiruba; as terras medidas no território acharão compradores que até hoje se apresentaram em pequeno número por motivo da dificuldade dos transportes.*

*É também muito provável que os proprietários das terras situadas nas margens do Itajaí, que todos sentem a falta de uma estrada, coadjuvassem o Governo na construção da tão útil obra. Calculo a superfície dos terrenos possuídos nas duas margens do Itajaí-Mirim em 40.000.000 de braças quadradas. À vista de tão grande extensão de terras ocupadas poder-se-ia supor que a lavoura existe em grande escala. Infelizmente assim não acontece, sendo isto devido principalmente ao diminuto número de proprietários de extensos terrenos e ao grande impulso que tem tomado a extração das madeiras.*

*Contam-se neste rio: 12 engenhos de serrar; 7 engenhos de fazer farinha; 2 de fubá; 1 de socar arroz e uma olaria. A sua exportação anual é de 18.000 dúzias de tábuas; 8.000 alqueires de farinha; 400 alqueires de arroz e alguns milhares de tijolos, perfazendo tudo o valor de perto de 200 contos de réis, dos quais 150 provém das madeiras. O gado vacum empregado nestes diversos engenhos, orça em 900 cabeças. A população do rio Itajaí-Mirim pode ser avaliada em 2.000 almas, das quais 480 empregadas nos engenhos de serrar.*

*Ainda há muitas madeiras de lei, porém já é preciso ir procurá-las bastante longe das margens do rio. As principais madeiras são: cedro, canela, peroba, óleo, etc. Um pouco abaixo do Salto, numa das curvas do rio, existem ainda vestígios de uma antiga lavra de ouro. Perto do mesmo salto, em diversos poços acha-se ouro em pó em pequena quantidade. Em todas as Itaipavas há muito quartzito opaco.*

*Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1860. - C. RIVIERY"*

OBS: A medida citada em braça corresponde a 2,20 metros. A medida relativa ao palmo é de 22 centímetros.

## REFERÊNCIAS

BLUMENAU EM CADERNOS. Brusque Centenária. Blumenau em Cadernos, Tomo III – Nº 8. Agosto de 1960.

BOITEUX, Lucas A. Itajaí: de Fazenda à Cidade. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 7. Maio de 1958.

BOITEUX, Lucas A.O Itajaí-Mirim: Seus primeiros desbravadores. Blumenau em Cadernos. Tomo IV, nº 1. Janeiro de 1961.

IPHAN. O patrimônio cultural do imigrante. Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina O modelo de ocupação do território. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi\\_RoteirosNacionaisImigracao\\_SantaCatarina\\_v2\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf)>. Acesso em 13 setembro 2018.

PATRIANOVA, Hermes Justino. O Rio Itajaí é o Rio do Jaó de Pedra - Não é o Rio de nenhuma aroídea. Blumenau em Cadernos. Tomo XXX, nº 10. Outubro de 1989.

RIVIÈRI. Charles Philippe Garçon. Características interessantes do rio Itajaí-mirim e seus afluentes no século passado. Blumenau em Cadernos. Tomo XXXV, nº 2. Fevereiro de 1992.



*Vista de Brusque. À esquerda a igreja católica e à direita a luterana. No alto do morro, entre as duas igrejas, a escola evangélica alemã, hoje Colégio Cônsul Carlos Renaux. Acervo: SAB*

## Religião nos primeiros anos da Colônia

A religião, a educação, a disciplina e o trabalho sempre foram considerados fundamentais para o imigrante europeu e, assim como na colônia Itajahy-Brusque, as religiões, principalmente a católica e luterana, foram molas propulsoras que atuaram como alavancas nas novas colônias instaladas em solo barrega-verde e mereceram des-

taque pela sua importância no saudável desenvolvimento das comunidades. Em algumas colônias, a exemplo da Colônia Blumenau, uma colônia privada, o triângulo social “igreja, cemitério e escola” desde o princípio da colonização contou com a demarcação e reserva de lotes para instalação e funcionamento das igrejas, dos cemitérios e

das escolas. Mas esse modelo não foi adotado na Colônia Itajahy-Brusque, uma colônia governamental, onde os lotes foram demarcados, os imigrantes assentados, mas sem qualquer reserva para a igreja. A religião oficial do Brasil era a católica e, em que pese o luteranismo ser permitido, a grande maioria vivia o catolicismo.

## Catolicismo em Brusque

No início, a vida de igreja acontecia no círculo familiar e, segundo o Pe. Eder Claudio Celva (2013), a referência religiosa material era fundamental para a vida dos imigrantes inseridos num contexto exclusivamente agrário, com uma visão sacral de ver as coisas e o mundo. Embora a construção de igrejas fosse de responsabilidade do Governo Imperial, em algumas comunidades, como a de Guabiruba, onde predominava a religião católica, não se cogitou esperar por auxílio público e, logo após a chegada dos imigrantes, um oratório foi edificado ainda em fins de 1860, ano do assentamento das primeiras famílias alemãs. Guabiruba guarda muito pioneirismo. Pe. Eder Celva conta que em abril de 1861, os colonos já têm finalizada uma capela apta para o culto litúrgico, sendo que, quando o padre Gattone, Vigário de Gaspar, visitou Brusque pela primeira vez em junho daquele ano, celebrou na capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A primeira igreja de Brusque, a primeira escola paroquial, em 1862; e

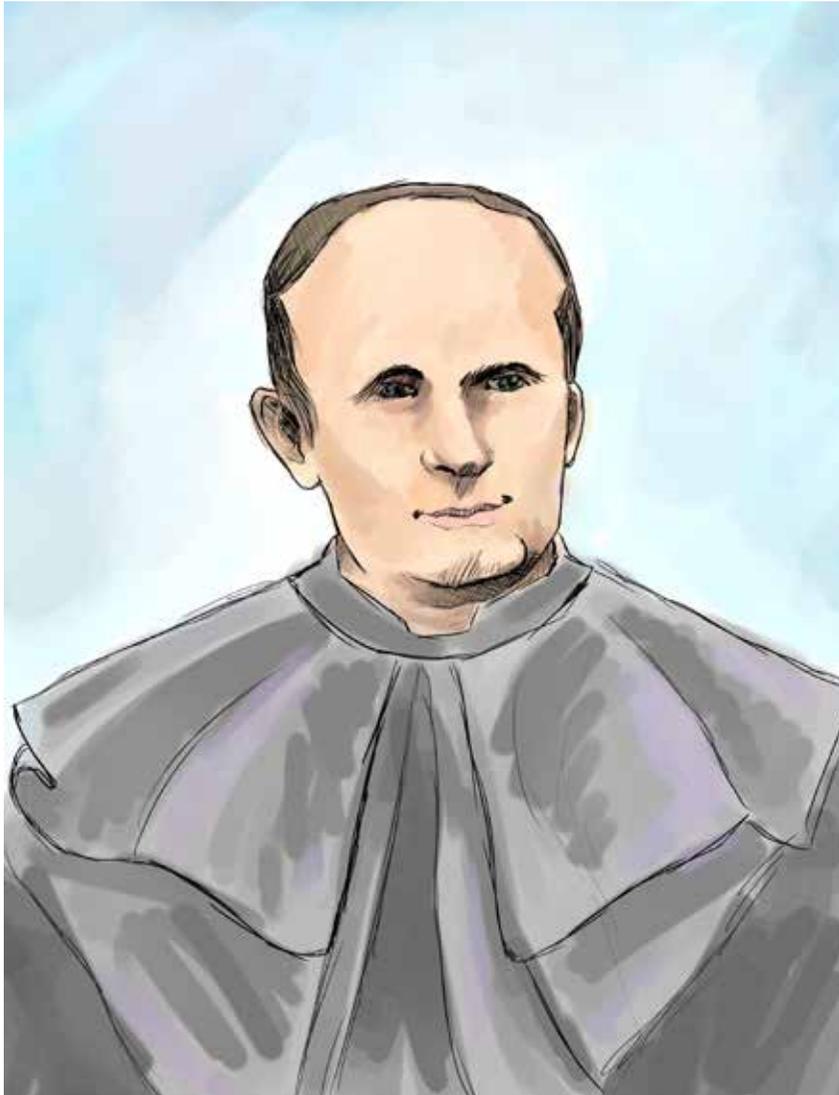


*A primeira capela católica de Brusque em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

o primeiro sino de Brusque, em 1864, são da localidade de Guabiruba. Na Stadtplatz não havia capela, o que obrigava o padre a celebrar no barracão dos imigrantes. Ao se referir ao assunto, Oswaldo Cabral (1958) confirma que o primeiro templo católico da Colônia Itajahy-Brusque foi o da então Guabiruba do Norte. Ainda em meio à mata, os colonizadores fixaram um toco cruzeiro, que logo se transformou em ermida (pequena igreja em lugar ermo), encosta acima, próximo à confluência do rio Pomerânia com o rio Guabiruba. De acordo com

as pesquisas de Roque Luiz Dirschnabel (2018), a primeira capela foi construída no centro de Guabiruba, nas terras de Franz Jakob Klein. Denominada *Mariahilfsskapelle* (Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro), foi construída de espiques (caules) de palmito. O piso da capela era de chão batido e a cobertura de palha.

Existem referências de que já no ano de 1862 existia uma capela na Guabiruba do Norte Alta (atual bairro Aymoré), denominada Capela de Santo Afonso. Em julho de 1862 ocorreu a bênção desta cape-



*Padre Alberto Francisco Maximiliano Gattone em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

la pelo padre Gattone, ocasião em que também foi realizada a primeira comunhão das crianças. Anexo à capelinha se encontrava o cemitério, ambos alocados em terreno doado por João Scharf. No início de 1863, quando da visita do padre Gattone, entre as manifestações de regozijo da parte de seus fiéis residentes na linha colonial de Guabi-

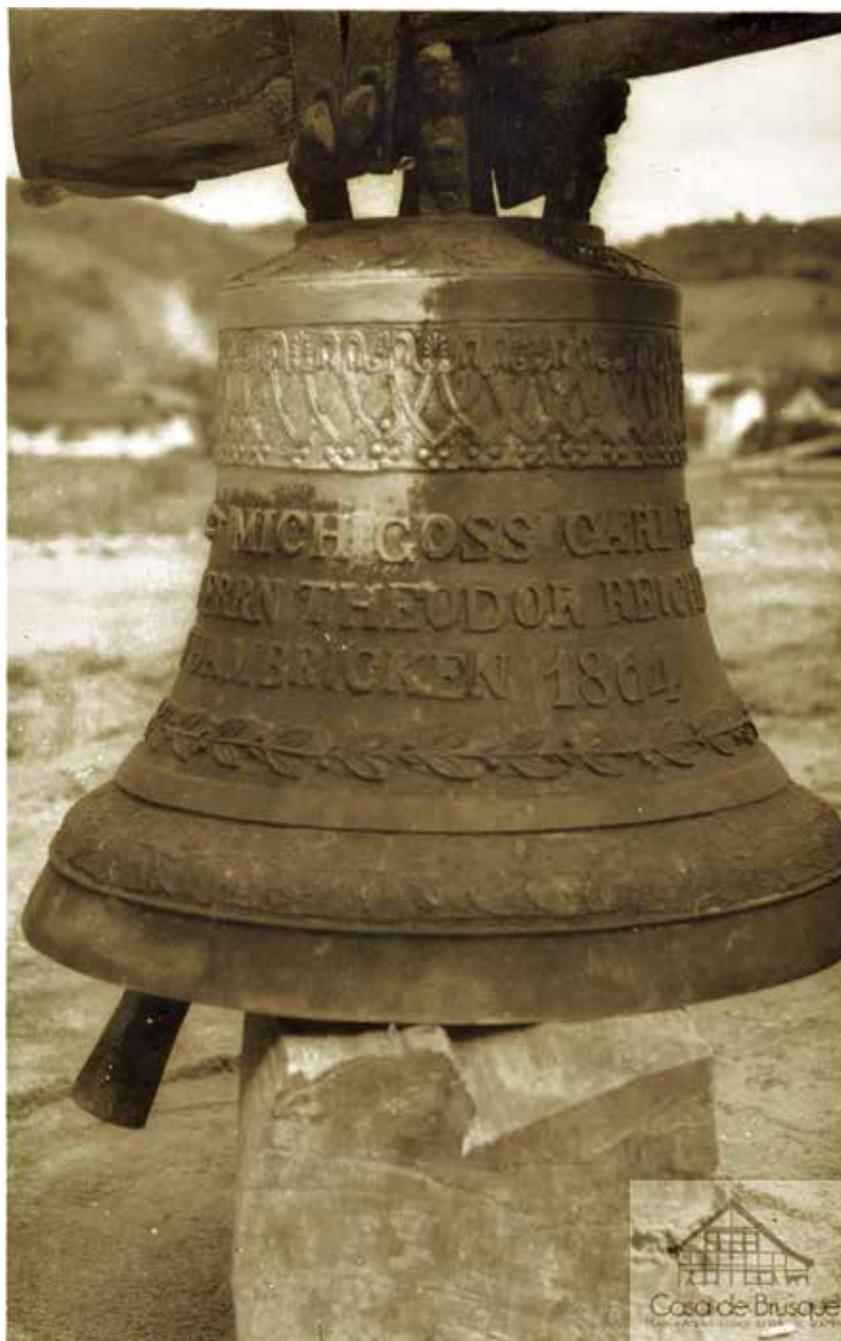
ruba do Norte Alta, o colono José Scharf esfacelou uma das mãos. Sua espingarda, que preparara para saudar o padre, disparou acidentalmente. Scharf precisou ir a Itajaí, em canoa, para medicar-se. Com o passar dos anos, a vida de fé e comunidade passou a ser centralizada na Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no centro. O culto litúrgico

na Capela de Santo Afonso foi desativado por volta de 1867 (CELVA, 2013).

Ayres Gevaerd publicou sobre a religião católica em Brusque em 1973, trazendo um registro das principais ocorrências no campo espiritual desde os primeiros dias da Colônia até a data da Lei que a elevou à condição de Freguesia de São Luiz Gonzaga, o qual transcrevemos, em partes: A primeira capela da nascente colônia foi edificada em Guabiruba, às expensas da própria comunidade, logo no início de 1861, e dedicada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e por isso é considerada a primeira padroeira da Colônia Itajahy-Brusque. Um ano antes, em outubro de 1860, o diretor, Barão Maximilian von Schneeberg, em seu segundo relatório, encarregava a necessidade de um sacerdote para «confessar, casar e enterrar». No dia 9 de junho de 1861 verificou-se a primeira visita de um padre, Alberto Gattone, à Colônia, na qual ficou por sete dias. No documento de 20 de agosto de 1862, Schneeberg informa que celebrou, mediante contrato assinado, vários casamentos que seriam abençoados na próxima visita do padre ou do pastor evangélico.

O relatório correspondente a 1862 registra a existência na Colônia de quatro capelas, três delas já abençoados por Gattone.

Em 1864 o número de capelas subira a cinco. A 21 de maio desse ano [1864] os colonos Pedro José Werner e Pedro J. Heil pediram à administração da Colônia permissão para construir, com recursos próprios e de outros fiéis, uma igreja na sede. Encaminhando o pedido ao presidente da Província, Schneeburg sugere a construção, por razões que explica, no fim da rua principal, em uma “colina ainda com mato”. Entretanto, segundo outro documento de 21 de maio, e como resultado da reunião dos colonos citados e outros, foi resolvida a construção no lugar demarcado pelo então presidente Pedro Leitão da Cunha, “por suas próprias mãos para a futura igreja do governo”. Essa igreja, se é que se pode dar essa denominação, tinha 42 palmos de frente por 72 de fundos, construída com esteios, “palmos de pluma, enripada e barreada”, foi solene e festivamente abençoada nos dias 17 e 18 de novembro de 1866 sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, sendo a semente da atual matriz São



*Primeiro sino da colônia, instalado em Guabiruba em 1864. Acervo: SAB*

Luis Gonzaga. Gevaerd (1973) continua informando: Disse o barão em documento que a missa foi celebrada pelo padre Alberto Gattone estando presentes para cima de 300 pessoas, além das que ficaram

do lado de fora. Gattone rezou a missa e abençoou o sino, famoso hoje, denominado “Ana Suzana”, atualmente guardado no Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, em Azambuja. Pe. Celva (2013) complemen-

ta informando que o primeiro sino da Colônia Itajahy-Brusque havia vindo dois anos antes, em 1864, e instalado na colônia alemã de Guabiruba, possivelmente na Capela de Santo Afonso, Guabiruba do Norte Alta (atual bairro Aymoré). De grande valor histórico, desde 1978 este sino está na Capela Nossa Senhora Aparecida, no bairro Guabiruba do Sul.

A 16 de abril de 1867 foi criada, por Portaria Imperial, a Capelania, e nomeado o padre Alberto Gattone primeiro Cura com residência fixa. Tranquilizou-se a Comunidade católica. Afinal, tinha sua igreja, simples, modesta «de palmas de pluma, enripada e barreada, com pequena torre e um sino de quase sete arrobos, etc., e o seu Cura, para “confessar, casar e enterrar” na pitoresca expressão do barão». E o “Ana Suzana” ia sinalizando e regulamentando a vida eclesial e social da Colônia. Pe. Eder Celva (2018) complementa dizendo que os sinos cumpriam uma importante missão eclesial, humana, psicológica, sentimental e comunitária.

Conforme Gevaerd (1973), antes padre Gattone atendia simultaneamente a Colônia dos Belgas (Ilhota), São Pedro

Apóstolo (Gaspar) e Brusque. Um documento de 6 de janeiro de 1871, de nº 4, anota que um abastado doutor do Tirol remeteu para a Igreja Católica da Colônia, paramentos, atendendo pedido feito pelo padre Gattone, a caritativos europeus. A 1º de agosto de 1872 Paes Leme, diretor da Colônia, justifica junto aos seus superiores, o esforço de seus colonos, católicos e luteranos, no sentido de edificarem definitivamente, seus templos. A 31 de julho de 1873 veio o desmembramento pelo qual tanto trabalharam Schneebug e Paes Leme, a Lei nº 693, assinada por Pedro Afonso Ferreira, Presidente da Província de Santa Catarina, etc.

Artigo 1º - Os Distritos das Colônias Itajaí e Dom Pedro ficam desmembrados da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí, para formar nova Freguesia, com a denominação de São Luiz, a qual é criada precedendo licença do Ordinário, na forma da Constituição do Bispado.

Artigo 2º - Os Limites da nova Freguesia são os mesmos dos atuais Distritos coloniais.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Finalmente, a 21 de junho

de 1874, a população católica da Colônia assistiu ao início da construção da nova igreja, desta vez com planta da edificação previamente estudada e aprovada. Os luteranos já haviam inaugurado a sua primeira casa de oração em 1872. A igreja católica só foi abençoada em 1877.

No trabalho intitulado “As Primeiras Paróquias de Itajaí, Gaspar, Brusque e Blumenau”, o Pe. Antônio Francisco Bohn apresenta uma rica contribuição em relação às quatro paróquias mais antigas do Vale: a paróquia Santíssimo Sacramento (Itajaí), fundada em 12/08/1833; São Pedro Apóstolo (Gaspar), fundada em 25/04/1861; São Luis (Brusque), fundada em 31/07/1873, e a paróquia de São Paulo Apóstolo (Blumenau), fundada em 31/07/1873. Ele informa que, ao longo dos anos, muitas novas paróquias foram sendo desmembradas destas primeiras. O Pe. Bohn (1989) conta que, quando chegou a Gaspar e, com a criação da Freguesia (o termo paróquia é mais recente, anteriormente o termo Freguesia era o mais usado), Pe. Gattone começa a fazer anotações sacramentais da região onde atuava, incluindo Brusque e Blumenau.

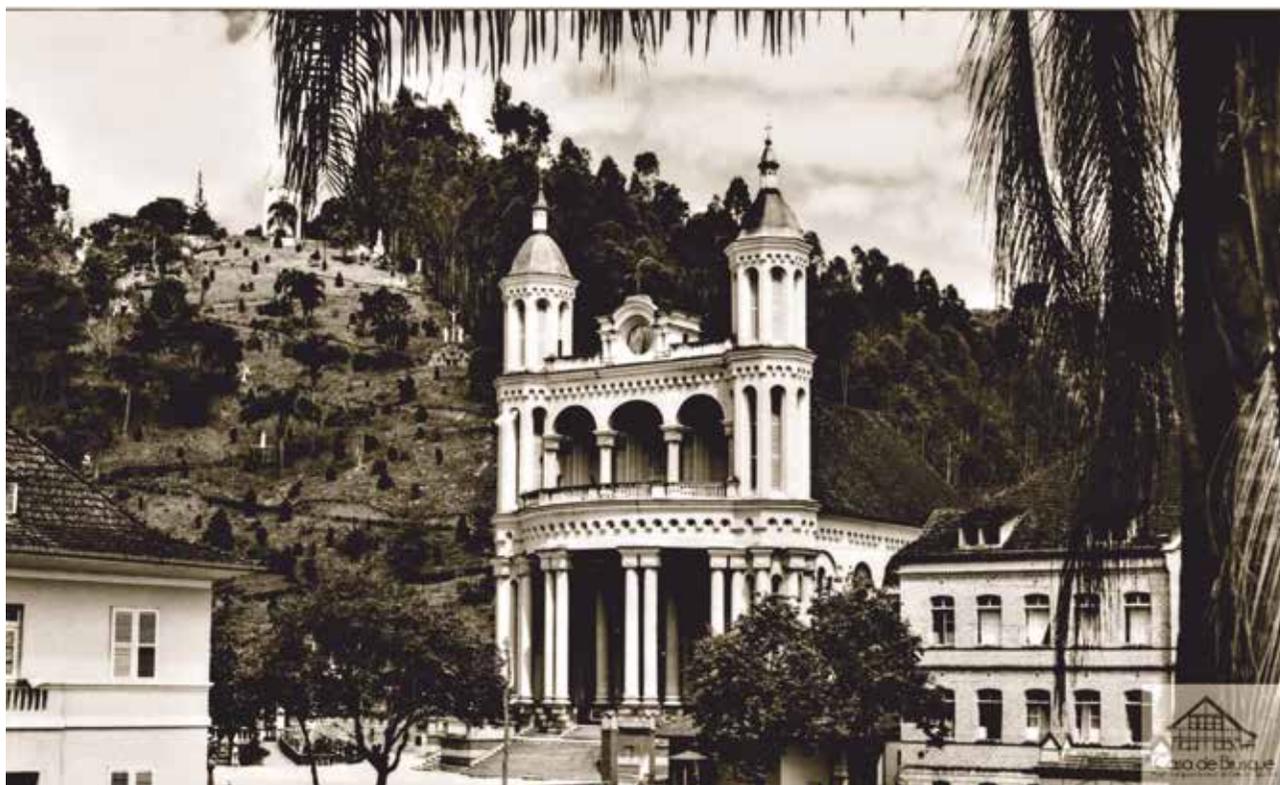


*Antiga igreja Matriz São Luiz Gonzaga. Acervo: SAB*

No passado, os livros próprios de registro eram somente os originais, por isso alguns se encontram bastante danificados pela ação do tempo e, devido à qualidade da tinta utilizada, muitos foram restaurados para que não se perca esta fonte preciosa de dados. Todos os antigos livros de batizados, casamentos e óbitos estão arquivados no Arcebispado, principalmente os do século XIX. Os demais se encontram nos arquivos das respectivas paróquias. O Brasil viveu sob o regime do padroado até a Proclamação da República, que tornou o país oficialmente laico. Pe.

Eder Celva (2018) complementa informando que no fim do Padroado, foi criada a Diocese de Curitiba, à qual Brusque passou a pertencer. Foi a partir desse tempo que os párocos passaram a fazer o livro próprio do Tombo das paróquias; o da Paróquia de São Luis data de 1892. Padre Eder conclui esclarecendo que, desde que a Diocese de Florianópolis foi criada, em 1908, e até hoje, os municípios de Itajaí e Brusque pertencem a ela. Gaspar, por sua vez, quando da criação da Diocese de Blumenau, no ano de 2000, passou a pertencer a esta Igreja Particular.

O Pe. Alberto Gattone foi o primeiro vigário e chegou a Gaspar no ano de 1861 para atender religiosamente a população do lugar e fica lá até inaugurar, em 1867, a nova capela de São Pedro Apóstolo, quando então se transfere para Brusque. Com a chegada do Pe. Alberto Gattone em Gaspar, Brusque começa a ser atendida também por este sacerdote, duas vezes por ano. Pe. Bohn conta que, na Colônia Itajahy-Brusque as funções religiosas eram realizadas num dos ranchos de imigração. No entanto, a insistência popular era muito grande para que se construís-



*Santuário de Azambuja, tendo ao fundo o Morro do Rosário. Acervo: SAB*

se uma igreja. Pela demora do Governo, os senhores Pedro Werner e Pedro Jacob Heil, em 24/05/1864 tomaram a iniciativa da construção, sendo que dois anos depois foi inaugurada a igreja na sede da colônia e também a eles coube a iniciativa de conseguir o sino. Pe. Gattone trabalhou 20 anos em Brusque, de 1861 a 1881, tendo se dedicado com amor ao magistério e ao ministério pastoral. Com sua saúde debilitada seguiu para o Rio de Janeiro em 1882, onde faleceu a 28/01/1901. Outros sacerdotes tiveram importância no prosseguimento dos trabalhos: Pe. Arcângelo

Ganarini, Pe. João Fritzen, e o sempre lembrado Pe. Antônio Eising, todos diocesanos. A partir de 1904, começa o atendimento pastoral dos padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. Ainda conforme o Pe. Bohn, até o ano de 1989 as seguintes paróquias haviam sido desmembradas da paróquia São Luis Gonzaga: Botuverá, criada em 31/07/1912; Vidal Ramos, em 1951; Guabiruba em 19/03/1963; Dom Joaquim, em 16/11/1969 e Santa Teresinha em 13/01/1974, estas duas últimas no município de Brusque.

No que se refere à questão

religiosa em Brusque, o Complexo de Azambuja merece destaque especial. Pe. Celva (2017) diz que em 1876 já se pensava em construir ali uma igreja. No centro natural da linha, uma bela fonte parecia indicar o local da igreja, mas no princípio a fonte de água foi apenas coberta e virou um oratório. No final de 1884 é que a comunidade se uniu e, em 26 de maio de 1885 foi celebrada a primeira missa na capela. Em 1892, uma nova igreja foi erguida, exatamente no lugar onde fica a parte interna do atual santuário. Pe. Celva (2018) conclui informando que desde 1905 o tem-

plo de Azambuja é Santuário Episcopal, ou seja, goza de direitos e deveres próprios. Em 2009 o Santuário também foi erigido como paróquia. Ao longo da sua história, Azambuja teve – e ainda tem – obras de importância: Santa Casa de Misericórdia, Escola Paroquial, Asilo, Hospício, Seminário Episcopal e Primeiro Hospital de Brusque. Azambuja começa a ser um local importante para toda região, pelas suas instituições, vi-

tais para a sociedade. Outras obras foram surgindo... Atualmente, o Complexo de Azambuja ainda abriga o Santuário de Azambuja, a Gruta, o Morro do Rosário, o Museu Arquidiocesano, o Hospital e o Seminário, formando um conjunto de instituições importantes. Devido ao seu importante complexo histórico, social, religioso e cultural, o Vale de Azambuja é local de peregrinações de turistas e devotos de todo o Brasil.

## Luteranos em Brusque

Com a chegada do primeiro grupo de imigrantes que deu início oficial à Colônia Itajahy-Brusque também chegaram os primeiros imigrantes alemães que professavam a religião luterana. Assim, com base nas informações disponíveis no site da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Brusque (2018), é possível informar que a história da Comunidade Evangélica Luterana iniciou com a chegada, em Brusque, dos imigrantes pioneiros em 4 de agosto de 1860. Dentre eles, estavam as famílias luteranas de Augusto Hoefelmann, Frederico Guilherme Neuhaus, Frederico Orthmann, Daniel Walther e Luiz Richter, todos casados e com filhos. Esses imigrantes, ainda que não o tenham percebido, foram os responsáveis por plantar a semente evangélica em Brusque, que cresceu e floresceu. Os colonizadores foram acolhidos no galpão de Pedro José Werner e, meses depois, foram estabelecidos à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, na localidade de Bateas. À medida que chegavam mais colonizadores, novos luteranos se

Durante os seus primeiros 15 anos, a população da colônia Itajahy-Brusque era quase toda teuta (alemã), mas de forma diversa do que aconteceu com a Colônia Blumenau, onde as primeiras levas de imigrantes alemães foram exclusivamente de evangélicos luteranos. Se em Blumenau os primeiros católicos começaram a chegar de 1854 em diante, e sempre em número diminuto em proporção ao de protestantes, Brusque recebeu mais imigrantes da religião católica. O relatório da diretoria da Colônia de 1863 assinala uma população dividida em 204 casais, dos quais 139 casais eram católicos (68%), 53 eram luteranos (26%) e os demais eram mistos (6%). O relatório de 1866 aponta uma população com 931 católicos (70%) e 402 luteranos (30%), indicando a predominância quantitativa da religião católica sobre a luterana. Essa predominância se acentuou ainda mais a partir de 1875, com a chegada dos imigrantes italianos, dentre os quais não havia luteranos.



*Pastor Sandreczki e esposa Elisabeth Groben em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

somavam aos que já estavam estabelecidos na Colônia. Os imigrantes luteranos haviam trazido consigo a Bíblia, o Hinário e o Catecismo Menor, e em Bateas a comunidade evangélica de confissão luterana se reunia em uma pequena casa primitiva coberta por folhas de palmitos, paredes de barro, sem assoalho e sem janelas, sendo o serviço religioso praticado pelos próprios colonos. Os cultos eram celebrados quando das visitas do Pastor Hesse.

Pelas informações deixadas pelo pastor Sandreczki

em seus relatos, encontramos o registro de que a primeira Ordem da Comunidade Evangélica de Brusque foi aprovada no dia 17 de abril de 1863, com a presença do pastor Hesse, de Blumenau, sendo assim considerada como sendo a data oficial da fundação da Comunidade Evangélica de Brusque. Mas, antes disso, no dia 1º de janeiro de 1861 foi realizado, em caráter de emergência pelo estado da criança, o primeiro batismo de Heinrich Paul Gustav Philip Ludwig Sabel, o qual foi ratificado no dia 21 de abril de

1863, juntamente com o batismo da criança Heinrich Friedrich Kuhl, oficiado pelo pastor Hesse. Sobre o primeiro culto da Igreja Evangélica de Brusque existem registros de que tenha sido em 17 de abril de 1863, mesma data em que foi aprovada a primeira Ordem da Comunidade Evangélica de Brusque.

Nos primeiros tempos da Colônia Itajahy-Brusque, a comunidade luterana se reunia para os cultos dominicais no barracão dos imigrantes, um rancho feito de palmitos, sem assoalho e sem janelas. O



*Igreja Evangélica (Evangelische Kirche), no tempo do pastor Sandreczki. Era igreja e ao mesmo tempo escola. Acervo: SAB*

primeiro barracão da Colônia Itajahy-Brusque, ou “Casa da Imigração” foi construído em 1860, na região onde está edificado o Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque, rua Hercílio Luz, também conhecida como “Rua das Carreiras” no bairro Centro, bem próximo do rio Itajaí-Mirim. Era o espaço destinado à recepção e hospedagem dos colonizadores. Depois, os cultos dominicais passaram a ser realizados em um galpão.

Até início de 1865, os imigrantes luteranos de Brusque foram periodicamente servidos pelo pastor Oswald Hesse, primeiro pároco de Blumenau. Depois de muitos pedidos, para alívio e alegria dos fiéis, em fevereiro de 1865 chegou Johann Anton Heinrich Sandreczki, o primeiro pastor, e a comuni-

dade passou a ter um pastor residente. Seu pai era de descendência polaca, nascera na Baviera e desde muito jovem, Sandreczki teve contato com os ofícios religiosos. O pastor Johann Anton Heinrich Sandreczki foi ordenado pastor no dia 21 de fevereiro 1864, em Württemberg e designado pela missão da Basileia para ser pregador dos colonizadores alemães no Brasil, especificamente para ser pastor na Colônia Itajahy-Brusque. No dia 9 de outubro de 1868, o pastor Sandreczki se casou, no Rio de Janeiro, com Elisabeth Groben, que acompanhou seu esposo na vida pastoral em Brusque.

O pastor Sandreczki fez as seguintes anotações sobre a sua chegada a Brusque: “Depois de quatro dias cavalgando uma mula, sozinho,

ali cheguei de surpresa, sem cantos nem toques de sinos de recepção pública e, no dia 25/02/1865, me apresentei ao diretor da Colônia, o Barão Maximilian von Schneeberg”. O pastor recém-chegado deu início às atividades que o esperavam. Citaremos alguns fatos interessantes de como prosseguiu sua jornada aqui em Brusque. O primeiro sepultamento foi já no dia 23 de março de 1865, do jovem Gustavo Neuhaus. O primeiro grupo de confirmandos foi preparado a receber a Confirmação do Batismo, o que se deu no dia 9 de julho de 1865 com os seguintes jovens: Friedrich Johann Mohr, Elisabeth Krumenauer, Carolina Werner, Hans Todt, Augusto L. Werner, Loise Feige, Gertrudes Kannengiesser, Sofia Korb, Charlote Jungblut e Ana Wagner. O primeiro matrimônio realizado pelo pastor Sandreczki foi de Johann W. Wandrey e Maria Charlota Johanna Joenk, em 1º de novembro de 1865. No dia 25 de novembro de 1865, a comunidade reuniu-se com o pastor Sandreczki e aprovou uma nova Ordem da Comunidade para que em todos os domingos fossem realizados Cultos.

Ainda conforme o histórico disponível no portal da



*Igreja Luterana no alto da colina. Acervo: SAB*

Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Brusque, em 1866 o pastor Sandreczki requereu um lote de terras do Governo Imperial para construir o templo e a casa paroquial na Stadtplatz. O pastor Sandreczki agora já conhecia os membros da Comunidade Luterana, formada por 220 famílias e acreditava ser possível iniciar a construção da própria capela. Ao dar início à construção da nova capela, em 1869, o rancho onde se realizavam os cultos já havia desmoronado e a comunida-

de estava sem casa de oração. O Governo ajudou com uma pequena verba para a construção da primeira capela que, somada aos recursos da própria comunidade, possibilitou a construção da igreja, que não era suntuosa, mas digna. O principal ornamento do altar dessa igreja era uma cópia do quadro “A descida da Cruz”, do famoso artista alemão Peter Paul Rubens, doado pela Rainha da Prússia, sua majestade Vitória Adelaide Maria Luísa, esposa de Frederico III, imperador da

Alemanha e rei da Prússia, que ainda hoje decora a casa de oração. A obra original se encontra na Catedral de Antuérpia, na Bélgica. A nova capela foi inaugurada em 1872 e, já naquele ano, no dia 14 de julho, a diretoria da Comunidade resolveu que os cultos dominicais seriam realizados na igreja da sede da Colônia. A medida se justificava pela otimização pela centralização do trabalho e a partir de então a realização de cultos em outros lugares só seria autorizada em casos de extrema

necessidade.

Em 1870 o pastor Sandreczki tomou algumas medidas bastante fortes que não agradaram a Comunidade, a saber, a decisão de que só crianças com 14 anos completos e que soubessem ler e escrever poderiam ser confirmadas. Mais tarde, essa medida se revelou uma verdadeira bênção para a Comunidade.

Em 1871, foi construída a primeira casa paroquial, sendo de propriedade do pastor Sandreczki e mais tarde transferida para a Comunidade. As primeiras casas pastorais eram também o espaço para a escola ou a doutrina. A sala da casa pastoral tornava-se um recanto de ensino e doutrinação, preparando para a vida de fé e para a manutenção das tradições.

A religiosidade, a educação e a disciplina sempre foram consideradas fundamentais para os alemães luteranos, e o relatório pastoral expressa a preocupação de a Comunidade ter uma Escola Evangélica, pois os filhos dos imigrantes não poderiam ficar sem o aprendizado da escrita e leitura. Graças ao esforço conjunto dos membros da igreja, em 20/04/1872 foi fundada a Escola Evangélica que, inicialmente, funciona-

va em uma sala anexa à casa do pastor Sandreczki. Apenas um ano depois, em 1873, a Escola já era frequentada por 53 crianças. O primeiro prédio da escola foi concluído em 1878 e o pastor Sandreczki foi professor até 1880. Até o ano de 1882 o Governo pagava o ordenado do pastor. Mas as famílias eram responsáveis pelas demais despesas da Comunidade e da Escola.

No final de agosto de 1880, o pastor Johann Anton Heinrich Sandreczki deixou a comunidade de Brusque para assumir a comunidade de Blumenau, mas continuou a dar assistência à Brusque até agosto de 1889, quando a visitou pela última vez, transferindo-se, então, para os Estados Unidos.

Com a transferência do Pastor Sandreczki a comunidade evangélica de confissão luterana de Brusque ficou sem pastor residente. Durante 10 anos a comunidade evangélica luterana fora atendida pelo pastor Sandreczki que vinha mensalmente de Blumenau a Brusque. Depois de longa espera, finalmente a comunidade recebeu o seu 2º Pastor residente, P. Julius von Czecus, no dia 25/05/1890, que permaneceu em Brusque até fevereiro de 1896. Durante

sua estada, as atividades foram intensas. Neste período foi construída e inaugurada a bela Igreja no topo da colina, centro da cidade, a qual conhecemos hoje.

Em 1º/03/1896 o pastor Lange substituiu o pastor Czecus, que foi transferido para Blumenau. A partir de 1903 o coral da Comunidade reuniu-se para seus ensaios e para cantar louvores ao Criador nos cultos festivos. No dia 11/06/1905 a Comunidade Evangélica foi filiada à Comunidade Evangélica da Prússia e, em 11/11/1907, foram aprovados novos estatutos. Outro marco importante foi a fundação da Associação de Damas de Caridade, hoje conhecida como Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas Damas de Caridade (OASE – CARIDADE), em novembro de 1907. Em julho de 1909 o pastor Lange, por motivos de saúde, deixou a Comunidade.

A partir de 1º/01/1910, o pastor Gerold Hobus assume, era o quarto pastor da Comunidade Evangélica Luterana de Brusque. Em 1911 a Comunidade adquiriu um relógio, da Alemanha, que foi instalado na torre da igreja no mesmo ano. Este relógio continua dando testemunho à população de Brusque, pela



*Igreja Evangélica Luterana, paróquia Bom Pastor. Brusque. Acervo: Rosemari Glatz*

Em 3/05/1894 foi lançada a pedra fundamental da igreja, construída durante a estada do pastor Czecus. Sua inauguração se deu no dia 6/01/1895 e, mais tarde, para a alegria da Comunidade, foi inaugurado o primeiro sino da igreja.

No dia 12/08/1928 foi comemorado o 65º aniversário da Comunidade, com a vinda do segundo sino. A igreja foi renovada em 1942, com ampliação

das laterais e do altar, e enquanto a igreja era restaurada e ampliada, os cultos dominicais eram realizados na Casa da Comunidade.

Durante os anos de 1959 e 1960 foi efetuada uma campanha para a compra de um novo órgão, encabeçada pelo então maestro Aldo Krieger.

Este órgão ainda continua embelezando as horas de culto de louvor a Deus. Sua inauguração foi no dia 9/08/1960. No mesmo ano

também foi renovada toda a cobertura da igreja.

A igreja recebeu mais uma reforma, do piso ao telhado, de 1978 a 28/10/1979.

Considerado o segundo prédio mais antigo de Brusque, em 2014 o templo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Brusque (IECLB) passou por uma restauração para que a história da comunidade, e também de Brusque, possa ser preservada.

sua robustez e pontualidade até hoje.

O pastor Hobus desenvolveu suas atividades em Brusque até março de 1914. A Comunidade então se dirigiu ao Conselho Mor em Berlim (Alemanha), pedindo um sucessor para o pastor Hobus e este chegou no mesmo ano, na pessoa do P. Eberhardt Neumann, que permaneceu em Brusque até 1920.

Com a transferência do pastor Eberhardt Neumann para Blumenau, foi eleito o pastor Albert Bornfleth, que foi instalado em culto festivo no dia 15 de agosto de 1920. Em 12 de junho de 1921 foi lançada a pedra fundamental da casa pastoral. Seria de dois pavimentos, a ser construída no mesmo lugar daquela construída em 1871. Nada consta sobre sua inauguração, mas serviu aos pastores até 1956.

Desde a sua fundação em 1863 até o período sucessivo à 2ª Guerra Mundial, a comunidade evangélica luterana de Brusque era uma filial da Igreja Evangélica de Berlin – Alemanha.

Somente com a união das centenas de comunidades evangélicas luteranas espalhadas no Brasil, especialmente no Sul, com o surgimento

dos primeiros sínodos, que se uniram numa federação sinodal em 1949, que no ano de 1968 se transformou na hoje conhecida IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), a comunidade evangélica luterana de Brusque deixa de ser uma filial da Igreja na Alemanha, e passa a ser uma das milhares de comunidades que integram a IECLB atualmente.

Ao longo de quase 160 anos, Brusque cresceu significativamente, de sorte que ao longo destes últimos 60 anos, com o crescimento da população nos diversos bairros e na região, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil também expandiu, e surgiram mais cinco comunidades nos bairros brusquenses: Dom Joaquim, Santa Luzia, Paquetá, Bateas e Santa Terezinha. Nos municípios vizinhos foram fundadas quatro comunidades: Em Guabiruba: Holstein, Lorena e um Ponto de Pregação no Sternthal. Em Nova Trento: Claraíba.

Recentemente foi iniciada uma nova comunidade evangélica de confissão luterana na cidade de São João Batista, sob a responsabilidade da paróquia luterana brusquense: Unidos em Cristo (Paquetá).

## REFERÊNCIAS

BOHN, Pe. Antônio Francisco. As Primeiras Paróquias de Itajaí, Gaspar, Brusque e Blumenau. Blumenau em Cadernos, Tomo XXX. Nº 11 e 12. Novembro e dezembro de 1989.

CELVA, Pe. Eder Cláudio. História da Igreja Católica em Guabiruba: Cinquentenário da Paróquia, 2013.

CELVA, Pe. Eder Cláudio. Informações fornecidas a Rosemari Glatz, por e-mail, em outubro de 2018.

CELVA, Pe. Eder Cláudio. Seminário de Azambuja – 90 anos. Notícias de Vicente Só. Sociedade Amigos de Brusque. 2017.

DIRSCHNABEL, Roque Luis. Entrevista concedida a Rosemari Glatz, por e-mail, em 9 de julho de 2018. De acordo com as pesquisas realizadas por Dirschnabel.

GEVAERD, Ayres. Primeiro Centenário da Freguesia de São Luiz Gonzaga. Blumenau em Cadernos. Tomo XIV, julho de 1973, Nº 7.

LUTERANOS. Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Brusque. Disponível em: <http://www.ieclbrus.com.br/historia.html> Acesso em 23/09/2018.



*Primeira escola pública feminina estabelecida na sede da Colônia. Acervo: SAB*

## Escolas nos primeiros anos da Colônia

Quando os primeiros imigrantes alemães chegaram na Colônia Brusque tiveram que enfrentar trabalho árduo e penoso. Um grande número de imigrantes não era agricultor pois exerciam profissões urbanas, mas todos eram igualmente denominados “colonizadores ou colonos”, pois vieram para “colonizar” um

território. Os camponeses alemães emigrados para o Brasil eram, na sua maioria, alfabetizados, pois, desde o início do século XIX, a escolarização infantil era obrigatória nos Estados alemães. Foi comum a organização de sociedades escolares, as “Schulvereine”, com o objetivo de suprir as deficiências relativas à edu-

cação nas colônias (IPHAN, 2018). E assim, independentemente de ser na área agrícola ou na Stadtplatz, desde os primeiros tempos uma das preocupações básicas dos imigrantes foi a questão da educação das crianças, pois a família, a escola e a igreja se complementam e constituem os principais pilares da socie-

dade.

Como raramente o Governo se preocupava com a questão da educação – tão importante para os imigrantes germânicos, que já tinham aprendido em sua terra de origem sobre a força da educação e da disciplina para o desenvolvimento de uma sociedade, a iniciativa para ministrar aulas foi assumida pelos próprios colonizadores. De acordo com IPHAN (2018), muitas escolas comunitárias foram erguidas por mutirão pelos próprios colonos. Assim surgiram inúmeros conjuntos de “casa e escola” do professor. Dezenas dessas construções pontilhavam a paisagem rural. As escolas comunitárias eram elemento indispensável na configuração das colônias e representavam a principal instituição da comunidade, destinada à manutenção e estímulo ao uso do idioma. Eram caracteristicamente locais e sua figura central era o colono-professor que, muitas vezes, concentrava também as tarefas religiosas e recreativas. Muitas vezes o professor era o chefe de alguma família da localidade, e por isso sobrepunha sua atividade de ensino à atividade agrícola. Além disso, as aulas ministradas em alemão eram uma garantia à sobrevivência

da língua-mãe e à manutenção da identidade alemã.

Sobre a questão do ensino na Colônia Itajahy-Brusque, Ayres Gevaerd (1961) informa que era grande a preocupação do Barão von Schneeburg, com a extraordinária visão de que era dotado. Já em 24 de outubro de 1860 dirigia-se ao presidente da Província requerendo, com urgência, a implantação de escolas na nascente colônia. Atendendo aos contínuos pedidos do Diretor, em 30 de julho de 1861 foi instalada a primeira escola pública da colônia, dirigida pela professora Augusta Sofia von Knorring, mas ela atendia apenas crianças do sexo feminino. Ainda segundo Gevaerd, no Relatório de 1º de janeiro de 1862, o diretor interino da Colônia, João André Cogoy Junior, reclamou a criação de uma escola para o sexo masculino, pois a feminina já fora criada. É justo, salientou aquele diretor interino, dar-se aos professores casa para a escola, com cômodos suficientes para morada, pois a existente apenas serve para nela funcionar a escola por ser somente uma adaptação provisória de uma quarta parte de um dos ranchos de recepção, sem outra capacidade, tendo



*Professora de Brusque, Augusta Sofia von Knorring.  
Acervo: SAB*

a professora de morar fora, em um rancho particular que alugou. Em julho de 1862, o Governo ordenava providências para a construção da casa para a escola pública, possibilitando também moradia anexa para a professora. Em dezembro daquele mesmo ano o edifício estava pronto, era de “tijolos, barreada e rebocada”, de acordo com o Relatório de 1863. Essa casa achava-se localizada na Stadtplatz. No Álbum do Centenário de Brusque (1960) encontramos diversas informações sobre a questão educacional à Colô-



*Deutsche Evangelische, atual Colégio Cônsul Carlos Renaux. Acervo: SAB*

nia Itajahy-Brusque. Piazza comenta, no referido livro, que em 1864 foi autorizada a criação de uma escola de instrução primária pública para o sexo masculino na Colônia Itajahy-Brusque, com salário do professor pago pelo governo. Mas essa escola, instalada no centro da Colônia, não atendia as comunidades do interior da Colônia e também nessas comunidades a questão da educação das crianças era uma das preocupações básicas dos imigrantes.

Um relato importante neste sentido é o de Dirschnabel (2018). Ele informa que, segundo suas pesquisas, no

tempo em que os imigrantes chegaram, o Padre Alberto Francisco Maximiliano Gattone apostolava em Blumenau e Gaspar quando foi chamado pelo Barão Maximilian von Schneeberg, Diretor da Colônia, para atender ao crescente número de famílias católicas da Colônia Itajahy-Brusque. Face a ausência de professores qualificados, o Pe. Gattone estimulou alguns colonos para que ensinassem as primeiras letras em suas comunidades e, assim, alguns colonizadores mais esclarecidos assumiram a nobre função de ensinar. A primeira escola paroquial de Guabiruba

começou a funcionar ainda em 1862, nas imediações da primeira capela – Mariahilfskapelle, e com isso vem a ser, de fato, a primeira escola não pública da Colônia Itajahy-Brusque. A escola tinha como professor o sacristão Frederico Nützel que, antes de atuar como professor, já ministrava a catequese e escolarizava as crianças e os jovens, sob a coordenação do Pe. Gattone.

Outro tipo de organização escolar surgiu juntamente com as escolas rurais teuto-brasileiras e, em muitos casos, as substituiu. São as “Schule und Kirche”, assim chamadas a igreja e escola,



*Grupo Escolar Feliciano Pires. Alunos do primeiro ano masculino em 1920, junto com a professora Reinalda Moritz. Acervo: SAB*

um modelo alemão onde escola e igreja existem em perfeita simbiose. Elas estiveram estreitamente unidas no sistema colonial, uma vez que o governo deixou a educação por conta e risco da iniciativa particular.

Na escola da “Stadtplatz”, havia professores pagos pelo Governo, mas em número insuficiente para atender toda a população em idade escolar. Assim, à medida que se regulamentou a presença das igrejas católica e luterana, com vigário e pastor residentes, apareceram as

escolas vinculadas às igrejas e pagas por particulares. Segundo IPHAN (2018), são as escolas comunais ligadas às comunidades religiosas católica e luterana, e desenvolveram-se independentemente dos governos, tanto do Brasil quanto da Alemanha. Pastores, padres e freiras foram os principais responsáveis pela sua estruturação, mas tais escolas predominavam nos núcleos urbanos, na Stadtplatz. Nas escolas ligadas às igrejas, o professor era uma pessoa qualificada para a função e vivia apenas da sua profissão

(quando não era um religioso). Além disso, ao contrário do que acontecia na zona rural, nessas escolas era ensinado o idioma português como uma das disciplinas do currículo e segunda língua dos alunos. O ensino geral, contudo, era ministrado em alemão.

A pesquisadora Emilia Rosenbrock (2018, no prelo) apresenta importante contribuição sobre a educação primária pública e particular nas escolas nos primeiros anos da Colônia Itajahy-Brusque. O estudo, desenvolvido a partir do autor Cabral (1958) e

de outras obras literárias, é apresentado de forma linear no artigo “A Roca do Idioma Alemão nos Teares do Berço da Fiação Catarinense”, partes do qual reproduzimos abaixo, de forma resumida.

- 1860: demandas do diretor da Colônia Itajahy-Brusque, Barão Maximilian von Schneeberg, junto ao presidente da Província de Santa Catarina para a implantação de escolas.

- 1861: em 30 de julho, é instalada a primeira escola pública da colônia, dirigida pela professora Augusta Sofia von Knorring. A escola pública feminina estava estabelecida na sede da Colônia.

- 1862: o Barão de Schneeberg reitera seu pedido ao Governo Provincial para a criação de uma escola do sexo masculino na Colônia.

- 1863: em seu relatório de 1º de janeiro, correspondente ao ano de 1862, o Barão von Schneeberg volta a insistir na necessidade de uma escola para o sexo masculino. Em outro documento, Schneeberg pede autorização para que os sete meninos da Sede da Colônia frequentem as aulas na escola para o sexo feminino já em funcionamento, uma vez que a criação da escola para o sexo masculino havia sido

protelada.

- 1863: em 7 de julho, o Barão insiste na criação de mais escolas para a Colônia visto a necessidade da implantação em localidades mais distantes da Sede da Colônia. Sugere a fundação de uma escola para atender 47 meninos no Vale do Braço do Norte do Guabiruba, hoje Centro, e também para atender com escolas a localidade de Peterstraße-Bateas.

- 1864: foi autorizada em 22 de abril, a criação da primeira escola primária pública para meninos na sede, sendo professor Maximilian von Borowsky.

- 1867: um relatório da Colônia informa que a frequência escolar havia aumentado e que três escolas particulares funcionavam nos distritos da Colônia. Acrescente-se a este número a escola pública feminina e a masculina;

- 1868: em 1º de fevereiro, começou a funcionar na localidade de Guabiruba do Norte Alta, hoje Aymoré, uma escola particular.

- 1869: haviam sido construídas cinco casas escolares na Colônia. Na Limeira havia 30 crianças em idade escolar e os moradores solicitavam uma escola.

- 1872: Fundação da Escola

Evangélica Alemã (Deutsche Evangelische Schule, atual Colégio Cônsul Carlos Renaux]. As primeiras aulas foram ministradas pelo Pastor Johann A. Heinrich Sandreczki que permanece à frente da escola até 1879 quando é transferido para Blumenau. Em 1873 a escola alemã particular era frequentada por 53 crianças.

- 1875: moradores das localidades de Limoeiro e dos Cunha solicitam escolas para suas crianças. O Limoeiro receberia sua primeira escola e a localidade dos Cunha já contava com uma escolinha.

- 1876: Frederico Dressel e Virgínio Fantini continuavam com as suas escolinhas na zona colonial de Tijucas. As estatísticas do ano de 1876 apresentam os seguintes números: duas escolas públicas, uma para cada sexo e 10 escolas particulares.

- 1878/1879: em 1879 o Governo continuava a subvencionar os professores com um auxílio mínimo para que mantivessem suas escolinhas primárias nas linhas coloniais. Houve exoneração de professores por falta de alunos e fechamento de escolas.

- 1880: criada em Guabiruba do Norte a primeira escola particular alemã.

- 1885: primeira escola no



*Alunos das escolas de Brusque em desfile cívico. Acervo: SAB*

bairro Alsácia. As aulas aconteciam duas vezes por semana e em língua alemã.

- 1886: criada a Escola Isolada Desdobrada de Guabiruba do Sul.

- 1887: Fundada uma escola particular na localidade de Águas Claras, na qual residiam imigrantes alemães, italianos e ingleses.

- 1898: o Decreto nº 179, de 15 de dezembro, suspendeu, a contar de 1º de janeiro de 1899, as subvenções que recebiam diversas instituições escolares em Brusque: Escola Evangélica Alemã, Escola Guabiruba do Sul, Escola de Guabiruba do Norte e a Escola dirigida pelo Padre Antônio Eising.

- 1890: é criada a primeira escola na vila de Botuverá.

- 1903: é fundado o Grupo Escolar Santo Antônio (como Escola Paroquial, hoje Colégio São Luís) mantido pela Congregação das Irmãs da Divina Providência. O número inicial de matrículas foi de 14 alunos.

- 1917: criadas as Escolas Reunidas de Brusque, que eram constituídas por uma escola do sexo masculino, uma do feminino e uma mista. Em 1919, passou a funcionar como Grupo Escolar Feliciano Nunes Pires conforme Decreto nº 1.200, art. 1º de 11/02/1919.

- 1916: o município contava com 2 escolas estaduais, 17 municipais, 2 particulares.

- 1920: De uma população de 13.203 habitantes, 4.548 pessoas sabiam ler e escrever.

## REFERÊNCIAS

DIRSCHNABEL, Roque Luiz. Entrevista concedida a Rosemari Glatz, por e-mail, em 9 de julho de 2018. De acordo com as pesquisas realizadas por Dirschnabel.

GEVAERD, Ayres. Primórdios do Ensino Primário em Brusque: Centenário da Primeira Escola Pública. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Tomo IV, nº 7. Blumenau: julho de 1961.

IPHAN. O patrimônio cultural do imigrante. Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi\\_RoteirosNacionaisImigracao\\_SantaCatarina\\_v2\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf)>. Acesso em 13 setembro 2018.

PIAZZA, Walter F. Álbum do Centenário de Brusque. Edição Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

ROSENBROCK, Emilia. A Roca do Idioma Alemão nos Teares do Berço da Fiação Catarinense: Considerações acerca do ensino da língua alemã em Brusque/SC. Notícias de Vicente Só – Brusque e Região nº 66. Edição Sociedade Amigos de Brusque. Brusque, 2018. No prelo.



Ao centro, o palacete da família Renaux. Ao fundo, a colina Evangélica e a igreja Luterana. Acervo: SAB

## A Stadtplatz e o polo gerador do plano urbano

Nos primórdios da Colônia Itajay-Brusque, a sede da colônia, ou vila, era um novo núcleo formado por imigrantes alemães que se estabeleceram como colonizadores em áreas pioneiras que, dia após dia, foram construindo uma sociedade inteiramente diversa da nacional. Na sede da colônia estavam as vendas, as capelas católica e luterana, o cemitério, as escolas, a sociedade dos atiradores, a administração da colônia e o ancoradouro.

Era para ela que convergiam os caminhos coloniais

mais importantes; era onde os imigrantes recém-chegados ficavam aguardando a posse dos seus lotes e davam informações da Alemanha. Era chamada de Stadtplatz.

A vila era ao mesmo tempo aldeia e cidade. Era a sede da administração da colônia e, por isso mesmo, ponto de passagem obrigatória para todos os imigrantes que pretendessem se estabelecer na área. Quaisquer assuntos relacionados à posse das terras, atribuição de lotes, pagamento de dívidas contraídas pelos colonos com o governo,

resolução de conflitos relativos a limites de propriedade, concessão de serviços acessórios vinculados à abertura de picadas e estradas, tudo era resolvido na Stadtplatz pelo Diretor e seus auxiliares. A partir da Stadtplatz, temos o polo gerador do plano urbano. Ao mesmo tempo que ocorria a povoação, eram abertos as picadas e os caminhos, construídas pontes e os ancoradouros para balsas, botes e barcos. Esta atividade era uma das mais importantes para o desenvolvimento econômico e de suma importân-

cia para o progresso cultural na nascente colônia. E, para manter as tradições trazidas pelos imigrantes, uma importante instituição do tempo de colônia eram as festas: havia a festa anual de cada igreja, e a grande festa do município, chamada de Schützenverein, prestigiada por todas as famílias.

Por ter sido colonizada por imigrantes alemães, a Colônia Itajay-Brusque obedeceu ao modelo usual das cidades que foram traçadas por alemães. O estudioso Peluso Júnior (1991) esclarece que o modelo alemão adotado em cidades catarinenses costumava eleger a rua comercial como polo gerador do plano urbano. O ponto de partida para a demarcação dos lotes eram as picadas traçadas ao longo do curso dos rios e ribeirões. Brusque, assim como outras cidades catarinenses, cresceu linearmente “entre o rio e a montanha” ao longo da sua rua comercial, a atual avenida Cônsul Carlos Renaux, e de outras estradas e caminhos que penetravam em direção ao fundo dos vales e montanhas. Ao se planejar a cidade, no cruzamento das picadas, ou em pontos estratégicos das linhas coloniais, foram reservados lotes para a implantação de escolas e igrejas, formando pequenos núcleos de

Stadtplatz (de Stadt = cidade, e Platz = lugar), significa centro urbano.

A vida social, econômica e religiosa dos colonos estava estreitamente vinculada a ela, especialmente a vida econômica. Durante muitos anos, Brusque foi uma pequena vila, formada principalmente por imigrantes europeus que acreditaram no valor e nas riquezas deste vale, e apresentava certas características e serviços públicos que faziam dela uma cidade em miniatura – uma “Stadtplatz”. E, por isso mesmo, era um ponto de atração para os colonos com suas atividades reduzidas à proporção de um pequeno lote colonial.



urbanização, locais em que se destacavam as vendas, centro da vida econômica do lugar.

Brusque se formou de modo descentralizado, com pequenas comunidades surgindo em diversos pontos da região. Isto permitiu que, devido ao sistema das linhas coloniais, mesmo as áreas que

ficavam longe da Stadtplatz, como a região de Botuverá, Guabiruba e Dom Joaquim, logo nos primeiros anos da Colônia apresentaram um núcleo comercial ativo, muito antes que outras áreas mais próximas, como a região do Maluche. Com o crescimento, esses pequenos núcleos urbanos e suas comunidades foram se transformando nos bairros que temos hoje, e alguns se tornaram cidades independentes, como Botuverá, Guabiruba e Nova Trento. As primeiras picadas e caminhos abertos transformaram-se em ruas e são, hoje, importantes vias arteriais da cidade, principais eixos de penetração para os bairros, como, por exemplo, as ruas São Pedro, 1º de Maio, Sete de Setembro, Hercílio Luz, do Cedro, entre outras.

## REFERÊNCIAS

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. Editora da UFSC. Florianópolis, 1991.

SEYFERTH. Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico. Editora Movimento. Porto Alegre. 1974.

# Xokleng, os indígenas em Brusque

Na tradicional história do Vale do Itajaí-Mirim e de outras regiões dos vales do Itajaí, os colonizadores são vistos pelo senso comum e pela literatura local como heróis, que enfrentaram diversas dificuldades, uma dessas seria a difícil vivência da colônia em contraste com os nativos que se sentiam ameaçados pela grande exploração dos mesmos, causando enfrentamentos entre ambos, muitas vezes violentos com resultados fatais. Mas, toda história tem dois lados, a versão do vencedor e a versão do vencido. Sem entrar na questão de juízo de valor, pois não cabe aqui julgar quem foram os “mocinhos” e os “vilões”, mas apenas apresentar fragmentos da história de um determinado ponto, pois todo ponto de vista é vista de um ponto, este capítulo apresenta informações que nos permitem conhecer um pouco mais sobre os índios Xokleng/Laklãnõ, moradores que os colonizadores europeus encontraram ao chegar às novas terras.

Laklãnõ significa gente



*Mãe e filha Xokleng que habitavam a região. Acervo: SAB*

ligeira, que conhece todos os caminhos. Pela literatura antropológica, os Xokleng/Laklãnõ eram os índios que habitavam a Colônia Itajahy-Brusque. Regionalmente, são mais conhecidos como índios “Bugres” e “Botocudos”. A denominação “Botocudos” está associada ao uso de um enfeite labial pelos homens, denominado tembetá, ou “Bugres”, designação que também foi dada pelos brancos, mas com sentido pejorativo. Wiik (1999, citado por Garrote, 2012) explica que a denominação Xokleng foi inventada pelos brancos, sendo também conhecidos como “Bugres”, “Botocudos”, “Aweikoma”, “Xokleng”, “Xokrén”, “Kaingang de Santa Catarina” e “Aweikoma-Kaingang”.

Os índios Xokleng/Laklãnõ eram um povo migrante entre o litoral e o planalto. Habitavam florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil, vivendo da caça e da coleta. A Floresta Atlântica e os bosques de pinheiros

(araucária) forneciam tudo o que necessitavam para sobreviver. Caçavam diferentes tipos de animais e aves, coletavam mel, frutos e raízes silvestres. E tinham o pinhão como um dos principais recursos alimentares. O território que ocupavam não tinha contornos bem definidos. As rotas de perambulação eram frequentadas de acordo com o seu potencial em suprir, através da caça e da coleta, as necessidades alimentares do grupo. Mantinham uma disputa secular com o Guarani e o Kaingang, disputando o controle desse território e recursos. Ainda de acordo com Garrote, antes do contato com o branco, o território tradicional dos Xokleng se estendia do planalto até o litoral, aproximadamente de Porto Alegre até os campos de Curitiba e Guarapuava no Paraná, e incluía quase todo o centro-leste de Santa Catarina. Os planaltos eram de predominância da araucária, fonte de alimento durante os meses de inverno para o Xokleng/Laklãnõ, e de intrigas e disputas com os Kaingang e Guarani pelo pinhão e pela fauna. Em relação à organização social, Santos (1965) escreve que os Xokleng/Laklãnõ estavam divididos em grupos locais

formados por contingentes de 50 a 300 indivíduos, apartados entre si. Em cada grupo, as famílias eram constituídas com base na monogamia, poliginia, poliandria e no chamado “casamento conjunto”. Usavam pinturas corporais que estavam associadas a grupos de nomes e a cinco clãs, e a função dessas pinturas era “afastar os Kupleng” - isto é, o espírito dos mortos.

O território dos Xokleng/Laklãnõ passou a ser ocupado por povos não índios na primeira metade do século XIX, através de política de ocupação de terras nos campos de Lages em Santa Catarina, e regiões de Guarapuava no Paraná. Garrote (2012) conta que uma carta Régia de Dom João VI declarou guerra aos bárbaros índios “Bugres” e “Botocudos” dessas localidades citadas. Aos poucos o povo indígena foi perdendo seu território com as frentes colonizadoras, que pelo extremo sul no Rio Grande do Sul avançavam para o Norte, e pelo Paraná, avançando para o Sul. Assim o índio passou a se refugiar em terras de difícil acesso, e menos ocupadas, adentrando as serras da Mata Atlântica de Santa Catarina. Os Xokleng tinham um território extenso por necessita-

rem da caça e da coleta, que variava em seu território conforme a sazonalidade compreendida para cada região: litoral, região dos vales e planalto. A partir do crescimento dos núcleos coloniais como o de Brusque e Blumenau, os índios foram coagidos e passaram a ocupar áreas que antes eles não ocupavam. Essas áreas eram afastadas dos novos colonizadores da floresta, escondidas na proteção natural de serras e vales, onde ainda havia meios de sobrevivência através da caça e coleta. Assim, a região da Serra do Itajaí, que antes era um local de caça e coleta do indígena, passou a ser o novo habitat dos colonizadores europeus. O contato com o índio passou a ocorrer com maior frequência após a instalação de famílias de imigrantes nas terras onde os Xokleng já estavam refugiados. O fato de não terem alternativas de guardarem seus espaços de onde provinha a sobrevivência, provocou confrontos com os colonos, e da mesma forma os colonos com os índios. Com isso, cada vez mais os índios passaram a ser encurralados e perseguidos. Foram criadas expedições de bugreiros para caçar os índios, ato estimulado, aprovado e encoberto-

Em uma carta enviada por Julius ao seu irmão Hermann Blumenau, é relatado um ataque de “bugres” a uma residência localizada próxima à serraria Sallentien e Gartner, instalado em Pedras Grandes (Ribeirão do Cedro). O autor da carta relata que os colonos não levavam a sério os pequenos ataques dos nativos que são chamados de “bugres”, [...] *“Antes aqui riam todos acerca dos bugres, como aqui são chamados, porque raramente apareciam, e quando isto acontecia, era para roubar, não para matar”* (BLUMENAU, 1855, p.1). É notável que alguns colonos não temiam os nativos, entretanto, um acontecimento singular mudou as concepções de suas seguranças pessoais. No dia 9 de novembro de 1855, oito ou nove nativos realizaram uma emboscada na serraria de Sallentien e Gartner, que resultou na morte de dois operários e um ferido, esse último era Paul Kellner, um dos 17 primeiros colonos de Blumenau e um dos precursores do vale do Itajaí-Mirim. Eles estavam escavando um canal para escoar água da serraria quando foram atacados com flechas. Os cuidados médicos que lhe dispensou o sábio Fritz Müller e a sua natureza robusta e sólida, auxiliaram-no a refazer-se. No livro de Edith Kormann (1994), Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850 – 1985) é citado o acontecido entre os nativos e colonos. Segundo a autora, Paul Kellner, sobrinho de Hermann Blumenau, e um dos primeiros imigrantes da região, não se limitou a um simples lote colonial, adquirindo uma área maior na margem do rio Itajaí-Mirim entre Itajaí e Brusque.



do pelas autoridades locais, império e república. Garrote (2012) informa que na literatura da história local, vários autores produzem uma historiografia onde está presente um discurso, que demonstrava o que se configurava na mentalidade do período da colonização, de que o índio era um entrave ao processo de colonização, um inimigo a ser vencido, assim como a floresta. Este discurso gerou conflitos físicos contra os índios, em sua grande maioria, ditos violentos e dizimadores.

O Prof. Silvio C. dos Santos (1965), ao escrever o relatório apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Santa Catarina, informa que a tribo Xokleng/Laklãnõ que atualmente se encontra aldeada no P. I. “Duque de Caxias”, no município de Ibirama/SC era considerada barreira constante para aqueles que desejavam incursionar pelos vales litorâneos ou pelo planalto. Sua mobilidade espacial, aliada ao fato de estar formada por diversos grupos locais, possibilitava o domínio das florestas que cobriam a faixa entre o litoral e a encosta do planalto. Essa é a orientação que obtemos quando consul-



*Os Xokleng/Laklãnõ foram sendo envolvidos por frentes pioneiras que, originárias da Europa e incentivadas pelo Governo local, estavam decididas a ocupar definitivamente suas terras. Acervo: SAB*

tamos os diversos autores que se preocuparam com a história do estado catarinense. Entretanto, os Xokleng/Laklãnõ somente “entram para a história” em 1852, quando atacam a casa do Dr. Blumenau, na colônia por ele criada, e tem Fritz Müller como expositor dessa façanha. Dessa data, numerosos relatos passam a registrar as “tropelias” praticadas pelos membros da tribo contra os contingentes migratórios que estavam a fixar-se nos vales do Itajaí. As companhias colonizadoras e

o próprio Governo Provincial iniciam campanhas no sentido de “afugentar os bugres, sem lhes fazer mal”.

As “tropas de pedestres” e as “patrulhas de bugreiros” passaram a acudir onde os Xokleng/Laklãnõ apareciam, e em pouco tempo iniciava-se o extermínio dessa população. A cada ataque da tribo, que dia a dia via seus territórios ocupados, passou a ser respondido com os ataques inesperados e não menos sangüinários dos “bugreiros”. Com o desenvolvimento e a

expansão dos primeiros núcleos coloniais, os Xokleng/Laklãnõ foram sendo envolvidos por frentes pioneiras que, originárias da Europa e incentivadas pelo Governo local, estavam decididas a ocupar definitivamente suas terras. E o esforço foi de tal ordem que o Governo catarinense financiou diversas incursões de “bugreiros”, e mesmo os jornais da época chegaram ao máximo de anunciar, com antecipação, incursões punitivas que se faziam contra os silvícolas.

Durante os primeiros decênios da colonização de Santa Catarina pelos europeus, a história registra várias situações de confronto entre os primitivos moradores dos sertões banhados pelos vários Itajaís, causando grandes prejuízos e ceifando a vida de muitos índios e também de colonizadores. Brusque não escapou a essa sorte. E há, a esse respeito, farta documentação nos arquivos da Sociedade Amigos de Brusque.

Transcreveremos aqui dois ofícios do Barão Maximilian de Schneeburg, primeiro Diretor da Colônia Itajahy-Brusque, datados de 1863, dirigidos ao Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, e publicados por José Ferreira da Silva em 1970. O inicial desses ofícios é datado de 5/09/1863, e diz:

*“Tendo-se mostrado de novo os índios (bugres) no Ribeirão do Cedro, lugar denominado Pedra Grande, no Itajaí-Mirim, contíguo à Colônia, no mesmo lugar onde em março do corrente ano já pereceram três vítimas, levo ao conhecimento de V. Excelência, a reparição desses gentios e rogo a V. Excelência de mandar-me uma força de soldados com sua necessária munição que, batendo as matas seguindo as extensas e largas picadas dos bugres, os afugentem e expilam dos seus estabelecimentos, estacionando nos lugares mais expostos aos ataques repentinos dos bugres, protegendo e defendendo assim as vidas e propriedades das famílias, o que os colonos, por si e sem disciplina regular, moradores em dispersos e distantes lotes, além de grandes despesas, debalde tentariam alcançar”.*

O outro ofício é de 10/12/1863: *“Na noite seguinte à partida de V. Excelência desta Colônia, reapareceram os bugres noturnamente, fazendo bulha no mato, batendo nas árvores e imitando gritos de galinhas, no mesmo lugar em que V. Excelência foi reconhecer uma pessoa nos lotes de João Jorge Schmitt e Carlos Mathus. Os animais e cães refugiaram-se, uivando, para as casas dos ditos colonos e, assim, toda a gente está com medo e alarmada. Ontem, no dia 9 do corrente mês, pela tarde, apareceu junto à casa de Gustavo Rose, um porco do mato a toda brida e, pouco depois, a mulher do mesmo colono, viu as costas nuas, de cor castanho, de alguém que abaixo engatinhou ao longo da cerca de sua roça para o rio Guabiruba, desaparecendo no mato. Envio gente armada para bater de frente e dos fundos destas situações os matos e para perseguir os rastros, caso os encontrassem. Eu mesmo vou com um partido, e o escriturário com outro. E quanto tenho com pressa de levar ao conhecimento de V. Excelência para que determine as providências como bem julgar”.*

*Dies Guardado a V. Ex.<sup>a</sup>*

*M.<sup>me</sup> e Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Francisco Carlos de Araújo Brusque  
D.<sup>no</sup> Presidente da Província de S.<sup>a</sup> Catharina*

*Colônia Brusque 17 de Outubro de 1863*

*Barão de Schneeburg  
Diretor da Colônia Brusque*

Garrote (2012) escreve que na região de Lageado Alto, em Botuverá, localidade colonizada predominantemente por imigrantes italianos, em entrevista realizada por Garrote com Jacó Venzon, este comentou que “até depois da Segunda Guerra Mundial, quando voltou à localidade dos Lajeados, era frequente presenciar índios”. Segundo suas memórias, quando criança ele teve um rápido contato com os Xokleng/Laklãnõ: “Era índio por que ele estava nu, se via que estava nu, era índio naquela época, eles não me fizeram nada por que o papai sempre dizia: vocês não fazem nada, que eles não fazem nada. O papai nasceu na Itália, mas ele veio morar aqui e dizia para a gente quando éramos pequenos: Pelo amor de Deus! Gente, deixa ele estar, não mexe com eles. Eles assoviavam de noite, um na banda de lá, outros na banda de cá”, contou Jacó Venzon. Garrote acrescenta que, de acordo com as entrevistas que fez com os moradores da região, é possível concluir que inicialmente houve contatos de paz, e anos depois contatos mais violentos. Os relatos dos antigos moradores descrevem um contato com o índio, mas apenas com troca de

olhares, sem contatos físicos. O índio era visto, percebido, e os contatos existentes eram de paz, sem uso da violência. O caso de Botuverá demonstra uma outra percepção sobre o índio, remetendo a um certo respeito à sua presença no local. Já em outras regiões próximas, algumas narrativas demonstram que índios, ao entrarem em contato com o não índio, agiram com violência. Por parte de colonos, e dos caçadores de bugres estão presentes principalmente contatos violentos. A partir dessas ações violentas dos nativos e dos colonos, entende-se que partiram da defesa do território, dos espaços, no caso do índio, de passagem ou de caça, até mesmo de recursos, coleta de vegetais, frutos e sementes, e por muitas vezes terem esses espaços destruídos pelas técnicas de ocupação, uso do solo e caça dos europeus. Na visão do colono, o índio estaria em sua propriedade, espaço onde precisava ocupar, cultivar, ou buscar recursos da floresta, como madeira. Já os contatos impostos pelos caçadores de bugres, chamava atenção dos próprios sujeitos da história pela violência atribuída aos índios. O que demonstra toda falta de respeito com a histó-

ria e cultura dos povos indígenas pelo processo civilizador, uma vez que eram os governos e as agências de colonização que contratavam esses assassinos para exterminar os índios. O índio foi entendido como um empecilho ao processo de colonização, os imigrantes chegavam na região e vinham com um entendimento preconceituoso com o índio. No processo de colonização, os atos de contatos violentos entre as etnias causaram mais malefícios ao povo indígena Xokleng/Laklãnõ do que o indígena ao povo colonizador europeu, conclui Garrote.



Índio Xokleng que habitava a região. Acervo: SAB



*Famílias indígenas em casa de madeira coberta com telhas também de madeira. Acervo: SAB*

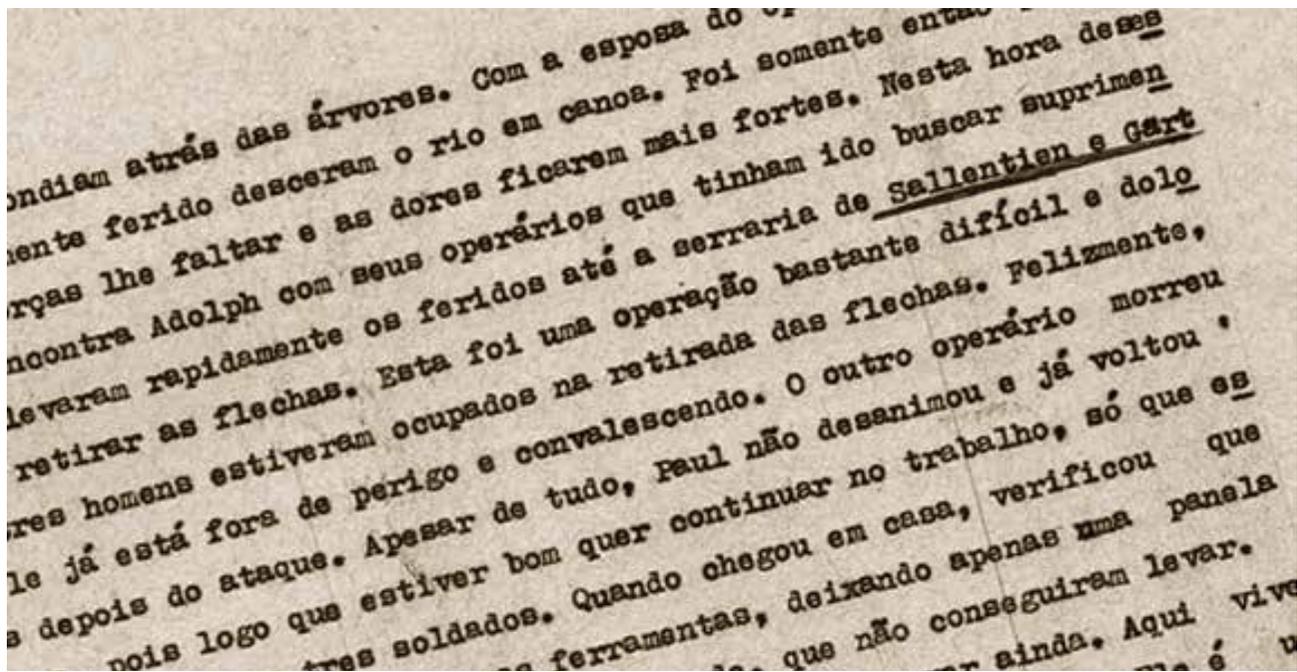
## Os indígenas da Bacia do Itajaí

José Ferreira da Silva (1959), ao discorrer sobre os indígenas da Bacia do Itajaí, informa que os primeiros civilizados que aportaram à costa catarinense, aqui encontraram os índios e que as poucas praias que se podem contar como integrantes da Bacia do Itajaí, em sua pequena orla marítima, certamente também eram povoadas desse gentio. Empurrados pelos civilizados que iam ocupando as terras próximas

ao mar, deitando culturas e entregando-se à pesca, os índios foram-se internando nas matas, fugindo à companhia do branco usurpador, votando-lhe ódio e jurando vingança pelas violências com que eram tratados. Mesmo depois de muitos anos de posse efetiva de toda a faixa litorânea, desde S. Francisco às terras de Laguna, para falar apenas no território catarinense, quando já então fora aberta a estrada de ligação entre a Vila de Nossa Senhora da Graça e a de Santo Antônio dos Anjos, vinham os índios do interior atacar, matar e roubar colo-

nos nas praias, junto às quais os brancos tinham as casas e as suas culturas.

Em 1820, quando Saint'Hilaire passou por Itapocu e Barra Velha, encontrou o povo alvoroçado e certamente armando batidas pelas matas próximas, em perseguição de índios que haviam matado dois moradores das redondezas. Silva conta que, por esse tempo, e mesmo antes, nos começos do século XIX, os "bugres" eram uma constante ameaça às tentativas que faziam os civilizados para se apossarem e cultivarem os férteis terrenos banhados



*Fragmentos de carta onde menciona que Paul Kellner foi atingido por uma flecha de índios em 1855.*

pelo rio Itajaí-Mirim. Vários foram os assaltos ao estabelecimento de colonos nas zonas de Camboriú e da margem do Itajaí-Mirim. E quando, na primeira metade do século XIX, Agostinho Alves Ramos se estabeleceu na foz do Itajaí-Açu, construindo capela e agrupando moradores em povoado de que se originou a cidade de Itajaí, e, dando expansão aos seus planos de exploração e aproveitamento, em grande escala, dos vales ubérrimos dos confluente do Itajaí, vieram também as primeiras providências dos poderes públicos, tendentes a acabar com o enorme entrave que o índio representava à colonização. Depois dos poucos eficientes postos de pedestres estabelecidos em alguns pontos da estrada do litoral, destinados, entre outras finalidades, a enfrentar e per-

seguir os selvagens que ousassem molestar os colonos, veio a criação da Companhia de Pedestres de Itajaí, entregue ao comando de Henrique Etur, militar que prestou incontestáveis e assinalados serviços na fundação e desenvolvimento das colônias de Pocinho e Belchior, que a Lei nº 11, de 1835, inspirada e redigida por Alves Ramos, mandara estabelecer naqueles ribeirões e no Itajaí-Mirim.

Os velhos documentos dos começos de Porto Belo, cuja câmara estendia sua jurisdição por toda a Bacia do Itajaí, estão cheios de referências a ataques de indígenas aos que ousavam abrir roças e plantar ranchos nas matas mais ou menos afastadas das praias. Silva (1959) escreve que lhes faltam elementos para acompanhar as atividades dos pedestres de Etur. Estabelecidos

em Belchior, parece que se preocuparam mais em tornar-se, eles próprios, colonos, donos de casas e plantações, do que permanecer em guarda, observando o movimento dos selvícolas, para que os colonos, que Alves Ramos ia mandando de toda parte da província, se sentissem seguros nos lotes que lhes destinavam. Nisso fizeram bem. Etur adquiriu lotes na sede da colônia, onde construiu casas de morada, e mandou fazer roças em terras próximas. Imitaram-no os "pedestres". Se assim ganhava o progresso da Colônia, aumentava a ameaça que o indígena representava para outras zonas que iam sendo colonizadas, como, por exemplo, a novel Colônia Itajahy-Brusque, que iniciara às margens rio Itajaí-Mirim.

Nem todos os colonizadores europeus eram favo-

ráveis à violência contra os selvagens. Dr. Blumenau, por exemplo, condenava, em cartas e relatórios, as “batidas” sangrentas de que quase sempre resultavam no massacre de infelizes índios, principalmente de mulheres e crianças, menos capacitadas para escapar à perseguição através do emaranhado das florestas. Infelizmente, era o método em voga a que os escrupulos do filósofo alemão tiveram também que se acomodar. Surgiram os piquetes volantes de batedores, de “bugreiros”, como eram conhecidos. Depois da extinção, em 1879, da Companhia de batedores de mato, também na Bacia do Itajaí houve necessidade de lançar-se mão desses piquetes, dentre os quais salientou-se o que deixou fama em toda a região, pela valentia, coragem e tática de seu comandante, Martinho Marcellino, mais conhecido por “Martinho Bugreiro”. Suas “batidas” eram faladas, ecoavam no próprio seio do governo central pela audácia com que se revestiam. Embora ponto controverso, parece que eram feitas com requintes de crueldade, levantando protestos violentos. Muitas mulheres e crianças índias foram apreendidas por Mar-

tinho nos pousos atacados de surpresa e trazidos à civilização. Os homens, ou eram mortos, ou encontravam salvação na fuga desordenada para as profundezas da mata. E assim, aos poucos, vemos o desaparecimento quase total dos índios nas áreas de colonização europeia.

## Contribuição do Índio ao Folclore Brasileiro

Maria de Lourdes Borges Ribeiro (1979), ao escrever sobre a Contribuição do Índio ao Folclore Brasileiro, diz que o Folclore - sabedoria do povo - é uma resultante da dinâmica cultural no encontro das etnias e é inconfundível e significativo o valor da contribuição indígena. Era o índio o dono da terra, quando do descobrimento. A teoria mais generalizada aponta o norte da Ásia como seu ponto de origem e o estreito de Bering como a porta de sua entrada no continente americano. Acredita-se em mais de 10.000 anos sua vinda ao Brasil. Neste longo período, conviveu, conheceu, explorou e se utilizou dos produtos do meio, descobrindo as riquezas da fauna e da flora, dando

nome a lugares e acidentes geográficos. Numa economia de subsistência criou atividades e processos para a obtenção de alimentos e provisão de recursos que lhe garantisse a sobrevivência. Em processo exaustivo de experiências, soube transformar em boas as más qualidades de certas plantas (como, por exemplo, a mandioca, tornando-a indispensável à sua alimentação); revelou as propriedades terapêuticas de muitos vegetais; descobriu a borracha, indicou técnicas artesanais, patenteou expressões artísticas e introduziu muito do seu cotidiano, como o hábito de fumar o tabaco, o costume de dormir em rede, o mutirão (prática social destinada à estrutura da comunidade).

Em ligeiro sumário, Ribeiro (1979) relaciona itens que representam alguns dos pontos que remetem à contribuição indígena ao folclore brasileiro:

Alimentação - mandioca (carimã, tapioca); milho (canjica, pamonha, curau); insetos (dentre os quais a tanajura ou içá); quelônios, mariscos, crustáceos, peixes, aves, caças, palmito, mel, castanhas, pimentas, guaraná, amendoim, frutas nativas e seus sucos, moqueca, processo de

moquear, etc.

**Instrumentos Musicais** - vários tipos de flautas, maracás, chocalhos, guizos, zunidores, trocano, tambores, buzinas, trombetas, bastões de ritmo, etc.

**Religião** - influência dos astros sobre os viventes e os vegetais, espíritos benfazejos e maus, gênios das águas, poderes ligados à natureza e aos fenômenos meteorológicos, pajelança, etc.

**Armas de Guerra** - tacape, espadas de pau, arco e flecha, borduna- A ponta de flecha era embebida em curare, substância preparada com várias espécies vegetais, com efeito paralisante ou mortal, sobre o homem e o animal. E hoje é usado na anestesia.

**Artes Plásticas e Artesanatos** - cerâmica (marajoara, tapajônica, santarena); utensílios e objetos domésticos de cerâmica, fibras e madeira; trançados de fios e fibras; cestaria; tecelagem de algodão e de fibras em tear rudimentar; rede de algodão e de fibras; pentes de osso e de chifre; plumária (leques, mantos e adornos: pulseiras, testeiras, braçadeiras, perneiras, colares, tangas, cocares, etc.); enfeites com penas, conchas, sementes, dentes e unhas de animais, fibras. etc.; máscaras

de pele de animais, casca de árvore, sementes e fibras; processos de tinturaria com corantes vegetais; armadilhas e processos de caça e pesca, tipiti, aproveitamento de peles e couros, etc.; o emprego da borracha para diversos fins, etc.

**Mitologia** - caopora, anhangá, saci, jurupari, cobra-grande, iara, rei-da-mata, boitatá, curupira, etc.

**Transporte** - vários tipos de canoa e a rede;

**Danças** - guerreiras, imitativas, representativas da vida tribal, toré (nome tirado da trombeta que lhe fazia o acompanhamento musical, ainda em vigor no Nordeste) e outras inspiradoras das que são encontradas em vários estados brasileiros: tapuiadas, caiapós, caboclinhos, etc. O cururu e o cateretê são formas com raízes indígenas e foram largamente utilizadas na catequese, pelos jesuítas.

**Medicina** - a teológica, exercida através do pajé, e a natural, com o emprego de elementos vegetais e animais.

**Habitação** - feitura de casas com armação de cipós, ripas ou troncos, entretecida com folhas de palmeira, utilizadas na cobertura, juntamente com o sapé.

## REFERÊNCIAS

BLUMENAU, Julius. Carta, 7 de dezembro de 1855, Colônia Blumenau para Hermann, Alemanha. 2 folhas. Ataque de índios.

GARROTE, Martin Stabel. Os Conflitos Étnicos entre Colonos e Índios no Sul de Blumenau/SC: Memórias. IX ANPED SUL: Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012.

KORMANN, Edith. Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850 - 1985). Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. Contribuição do Índio ao Folclore Brasileiro. Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Nº 32. Ano 1979.

SANTOS, Silvio C. dos. Os Xokleng, Hoje. Blumenau em Cadernos. Tomo VII. Nº 2. 1965.

SILVA, José Ferreira da. Indígenas da Bacia do Itajaí. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Nº4. Abril de 1959.

SILVA, José Ferreira da. Sallentien, um dos pioneiros. Blumenau em Cadernos. Tomo XI. Nº 5. Maio de 1970.

SILVA, José Ferreira da. Um pouco mais sobre os bugres. Blumenau em Cadernos. Tomo XI. Nº 5. Maio de 1970.

# A imigração alemã

O Brasil foi descoberto pela frota comandada por Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, mas só depois de muitos anos é que Portugal se dá conta das inúmeras riquezas brasileiras e dá início ao seu capitalismo comercial, advindo também a ideia de dividir o Brasil em capitanias.

O governo usou como modelo a experiência do Arquipélago de Açores e da Madeira. De acordo com Piazza (1994), se acreditava que, criando-se o sistema de capitanias hereditárias, era possível defender mais corretamente o Brasil das incursões dos que pretendiam comerciar com o pau-brasil.

Tem início o sistemático povoamento do solo e desenvolve-se, a partir daí, a economia açucareira, de alto valor comercial, com a Europa. As cartas de doação foram assinadas em 1º de setembro de 1534. Itamaracá e outro quinhão menor ao Sul couberam a Pero Lopes de Souza e, pelas cartas de doação assinadas em 6 de outubro de 1534, São Vicente e um segundo quinhão mais ao Norte couberam para Martin Afonso de Souza.



*Família Klein, imigrantes alemães. Acervo: Rosemari Glatz*

A Pero Lopes de Souza, coube a Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana, que se dividia em duas partes: uma no rio de São Vicente até a barra do rio Juqueriquerê, e outra da barra do Paranaguá até as imediações de Laguna. Esta segunda porção correspondia, portanto, ao litoral catarinense. E assim teve início o povoamento do Brasil Meridional e, particularmente, o litoral de Santa Catarina. Mas o povoamento da área não litorânea do nosso estado vai acontecer apenas no século XIX, após a proclamação da independência do Brasil, em 1822.

A imigração alemã foi fruto de uma decisão política e, durante alguns anos após a independência do Brasil, o foco foi recrutar soldados e marinheiros mercenários, com o objetivo de formar o exército e a marinha brasileiros. Após a abdicação de D. Pedro I em 1831, e com o início do Período Regencial, o país passa a olhar a questão da imigração sob uma nova perspectiva. Neste sentido, Piazza (1994) informa que, em 1832, José Lino Coutinho já pleiteava a promoção da imigração, enquanto em 1835 Joaquim Vieira da Silva e Souza, de forma aberrante, propunha a

criação de colônias no interior do país, com indigentes e criminosos. Venceu o pleito de Coutinho, pois outros legisladores acreditaram que a venda de terras governamentais, a preços moderados, faria o Brasil mais atraente aos imigrantes. Podia ser a solução do problema de incentivo à imigração e assim, a partir de 1830, a política imigratória passou a estimular a vinda de agricultores e artesãos, e o governo tratou de direcionar os imigrantes para o Sul do Brasil, onde havia extenso vazio demográfico, o número de escravos era pequeno, e o clima era mais favorável aos imigrantes europeus.

O modelo adotado foi a fundação de colônias em regiões não ocupadas por grandes proprietários, onde agricultores livres foram instalados em pequenas propriedades. Foi neste contexto que ocorreu o grande afluxo de imigrantes para Santa Catarina. O ingresso organizado de imigrantes europeus, não portugueses, para Santa Catarina se dá com a chegada das primeiras levas de imigrantes alemães, em 1828, quando, nos dias 7 e 12 de novembro, aportaram em Desterro (atual Florianópolis), os veleiros Luiza e Marquês de Viana,

respectivamente. Naquele tempo, a Província de Santa Catarina se resumia à cidade de Desterro e três vilas: Laguna, Lages e São Francisco, e predominava a população de origem lusitana. Com a chegada dos primeiros alemães tem-se, a partir de 1828, uma contribuição de sangue novo para a província barriga-verde.

Até o final da primeira metade do século XIX, a ocupação do território da Província de Santa Catarina com imigrantes alemães foi pouco expressiva. A situação mudou a partir de 1850 e o acréscimo na vinda de alemães para o Brasil, de modo especial para o Sul do país, bem como para outros países livres da América, expressava os desajustamentos sociais na Alemanha do século XIX. As guerras, as lutas políticas, o excessivo crescimento populacional, os altos impostos e as terras concentradas nas mãos de poucos, deixavam os camponeses em situação econômica difícil, o que veio a favorecer o desenvolvimento de novas colônias alemãs em solo catarinense.

Dentre os imigrantes alemães que ajudaram a povoar e a desenvolver a Colônia Itajahy-Brusque, existem muitos

que vieram de Baden, que até a Unificação Alemã, em 1871, era um Estado independente na União Alemã. Lothar Wieser (2014), pesquisador da imigração badense no século XIX, informa que os badenses emigravam para fugir da fome decorrente do empobrecimento massivo em Baden.

Segundo o autor, a emigração em massa do século XIX pode ser explicada preponderantemente por condições econômicas e, em muitos casos, o Estado os apoiou financeiramente para se livrar de aldeões pobres. Embora a emigração fosse de interesse do Estado, pois os pobres eram uma carga para o poder público, o processo não era muito simples.

Para que a emigração fosse autorizada, a pessoa precisava comprovar que não tinha nenhuma dívida, seja com o poder público, seja com a iniciativa privada. Uma vez certificada a inexistência de dívidas, era emitida a autorização de emigração e, em seguida, o passaporte.

Somando-se aos fatores sociais, havia também a intensa atuação dos agentes de emigração e companhias de navegação que publicavam anúncios no jornal. Wieser informa que agentes regionais

de grandes companhias de navegação tinham formado uma grande rede de subagentes que captavam emigrantes em toda a Alemanha, destinando-os para a chamada “América”. Recrutavam-se emigrantes com brochuras, notícias e cartas para que pessoas se estabelecessem em partes desconhecidas do mundo, nas quais supostamente um verdadeiro Eldorado estava à espera do emigrante. A emigração tinha se tornado um negócio lucrativo para muitas categorias profissionais, para intermediários e agentes, correios e trens, hoteleiros e fornecedores, armadores e funcionários de navios.

Enquanto em Baden a emigração era estimulada, essa mesma situação nem sempre era realidade em outras regiões, pois apesar do empobrecimento, a população badense muitas vezes tinha o seu próprio pedaço de terra e um pouco de patrimônio que era vendido para fins de emigração.

De forma diversa se verificava em algumas outras regiões da Alemanha, onde as terras pertenciam a latifundiários que não tinham interesse na emigração porque assim perderiam sua força de trabalho, cuja paga muitas ve-

zes se resumia na concessão de abrigo e alimentação ao trabalhador.

Não bastasse a situação de miséria decorrente do empobrecimento massivo e a intensa atuação dos agentes de emigração, era relativamente comum as pessoas receberem cartas de familiares ou amigos que já haviam emigrado para as Américas. Nessas cartas, além de dar notícias, se retratava um pouco da situação dos emigrados e das dificuldades e facilidades nas novas colônias. Era reiterada a informação de que no Brasil era possível adquirir terras a preços módicos e que fome ninguém passava.

Graças à fertilidade espantosa da terra e ao clima favorável, a fartura e a prosperidade eram uma realidade para quem não tivesse preguiça de trabalhar. E mesmo quem tivesse dinheiro era atraído para as novas colônias, pois o investimento poderia trazer bons retornos financeiros em curto espaço de tempo. Assim, como resultado de uma soma de fatores temos, finalmente, a emigração de alemães para Santa Catarina, sendo que o maior volume emigratório para o solo “barriga-verde” aconteceu entre os anos de 1840 e 1870.

## A colonização de Brusque por alemães

Em 1819 já havia, nas margens do Itajaí-Mirim, duas sesmarias onde o Governo da Capitania mantinha um estabelecimento oficial que preparava madeira para as construções públicas. Nesta região fixaram-se vários moradores que se dedicaram à pequena agricultura e ao corte de árvores para a serração. José Ferreira da Silva (1972), ao escrever sobre a história de Blumenau, conta que pouco depois da independência do Brasil, em 1822, Agostinho Alves Ramos, um comerciante antes estabelecido em São Pedro do Rio Grande do Sul e depois em Desterro, resolveu transferir-se e montou uma casa de negócios que acabou por inaugurar uma era decisiva para o desenvolvimento de toda a Bacia do Itajaí. Eleito deputado provincial, valeu-se do prestígio do mandato em proveito de seus planos de colonização. Após ter trazido para as bandas de Itajaí muitas famílias de agricultores de outros pontos da Província e, até mesmo colonos alemães - dos chegados em 1828 na colônia São Pedro de Alcân-

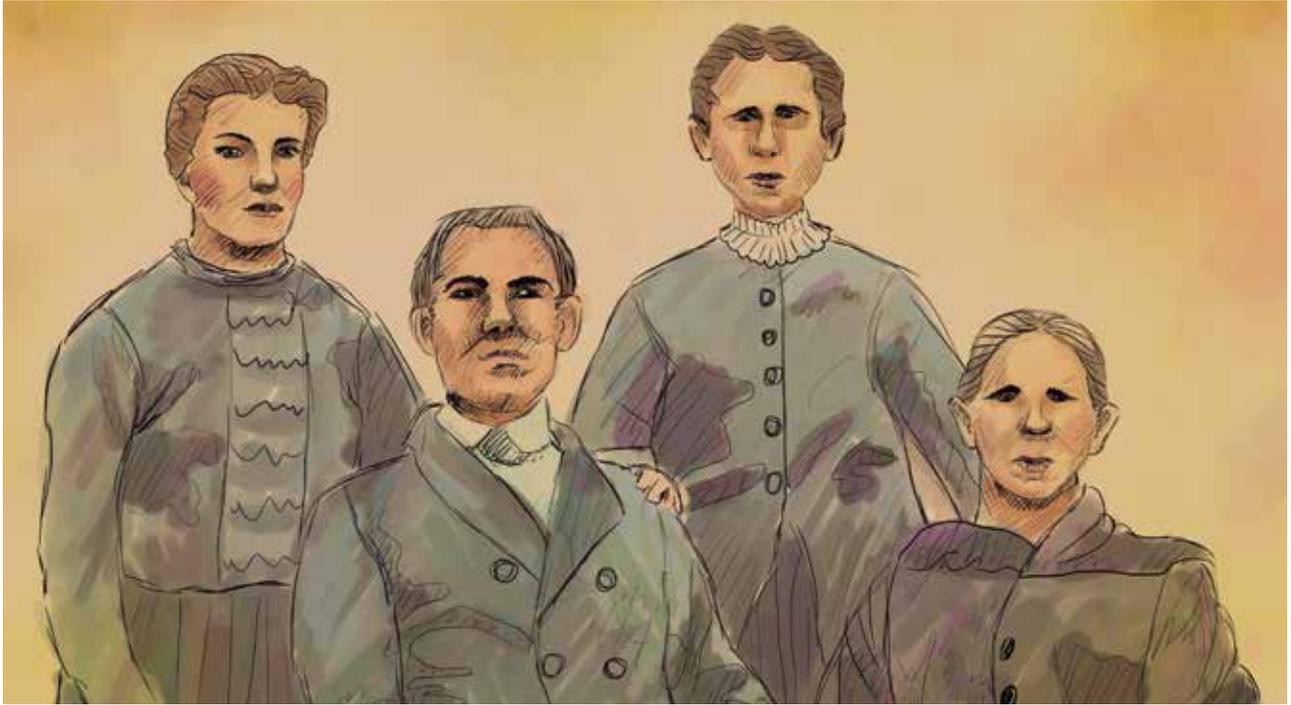
tara, conseguiu que fossem criadas, pela Lei nº 11/1835, duas colônias: uma em Belchior e outra às margens do Itajaí-Mirim, às cabeceiras do Ribeirão Conceição, no lugar chamado Taboleiro. A tentativa de 1835 não logrou êxito, e somente vinte e cinco anos depois é que foi determinada nova colonização para a região.

A colonização de Brusque teve início, de forma organizada, em 1860, quando o Governo Imperial ordenou a colonização do Itajaí-Mirim ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Francisco de Araújo Brusque. Toda a região designada pelo governo ainda se achava coberta de densa mata virgem e pouco povoada. Já existiam na região três engenhos de serra, pertencendo um, a Pedro José Werner; outro, ao comerciante Sallentien; e o terceiro era de Paulo Kellner. Também Reinhold Gaertner, sobrinho do Dr. Blumenau, era proprietário de imóvel na região de Brusque. Eram todos alemães, e podem ser considerados os verdadeiros iniciadores da colonização alemã em Brusque, pois foram eles que estabeleceram o primeiro contato entre a zona deserta da Brusque de então, e o lito-

ral pouco povoado.

Narram as crônicas que os alemães levaram cinco dias para subir o rio de Itajaí até o ponto de desembarque em “Vicente Só”. Estes imigrantes haviam saído de Desterro, a bordo da “Belmonte”, canhoneira da Marinha de Guerra do Brasil, que fundeou na Barra do Rio, onde havia um armazém próprio para pouso provisório dos colonos e de onde os imigrantes deveriam seguir em canoas para o local destinado ao estabelecimento da colônia (CABRAL, 1958). E assim fundou-se a Colônia Itajahy-Brusque, aos 4 de agosto de 1860. Seu organizador e primeiro diretor foi o Barão Maximilian von Schneeberg, antigo oficial da cavalaria do exército austríaco, que aportou no local indicado com 54 colonizadores alemães.

Pedro Werner, que concedeu o primeiro abrigo aos colonizadores quando eles chegaram, não podia abrigar tanta gente em sua casa por muito tempo. Foi preciso que os colonos passassem, por algum tempo, as noites ao ar livre na margem do rio, até que pudessem ocupar os ranchos toscamente acabados. Não se havia providenciado suficientemente para a alimentação, e o descontentamento chegou



*Família Krieger no início da colonização em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

a tal ponto que os homens acabaram ameaçando um dos engenheiros com suas espingardas, ao que este seguiu para Itajaí, trazendo na volta víveres e vinho para acalmar os ânimos. Agravava essa situação a falta de trabalho, pois ainda não estavam parceladas as terras, tendo os homens que esperar nove meses até poderem tomar posse de seus lotes. Veio completar-lhes os sofrimentos, provenientes de uma organização defeituosa, a perplexidade diante dos problemas que lhes reservava a mata virgem. Logo na chegada, a Diretoria subvencionou os imigrantes com um auxílio de 30 a 60 mil réis por família, com o fim

de aliviar-lhes a vida, quantia que não era insignificante naquele tempo. Buggenhagen (1941) escreveu que, segundo o que contavam as testemunhas presenciais daqueles primeiros tempos, muitos deles teriam abandonado imediatamente o lugar se houvesse uma possibilidade. A situação dos colonos não era nada satisfatória.

A maioria dos imigrantes alemães eram lavradores, gente simples. Embaraçava-os a natureza que desconheciam, e a vida que tanto se distanciava da que lhes pintara o agente que os convidou para emigrarem. Por muito tempo se contou, em Brusque, histórias que ilustravam a ti-

midez dos recém-chegados diante das ocorrências mais inocentes e mesmo diante de pretos ou de índios pacatos. Mas, não eram somente os perigos imaginários. Brusque era um lugar saudável; o tifo, a malária e outras moléstias demoraram a aparecer, mas a tradição também fala dos colonos que sucumbiram ao peso do trabalho no clima subtropical. Um perigo constante eram os animais selvagens, sobretudo as onças e as cobras que, de vez em quando, ocasionaram a morte de um homem ou de uma cabeça de gado. Outra preocupação eram os bugres que, nos primeiros tempos, ainda eram em quantidade considerável



*Casa enxaimel em ruínas. Acervo: Rosemari Glatz*

no Vale do Itajaí. Além desses riscos, havia outras contrariedades. O que se comia não era senão o que a roça produzia e os colonos não podiam dedicar todo o seu tempo à lavoura, pois as subvenções concedidas pelo governo tinham que ser amortizadas por serviços a serem prestados em caminhos a serem abertos e pontes a serem construídas. Nenhum obstáculo, porém, foi capaz de impedir o adiantamento da colônia. E, apesar de tudo, em pouco tempo a Colônia Itajahy-Brusque saiu da precária situação inicial.

O povoamento da Colônia aconteceu gradativamente, com pequenas levas de imi-

grantes a chegar ano após ano, mas é difícil indicar com números absolutos o total de imigrantes alemães que entraram na Colônia durante o século XIX. Os imigrantes que chegaram nos primeiros anos estão relacionados nos relatórios do Barão Maximilian von Schneeberg, com indicação do local de procedência e profissão do chefe da família. A partir de 1863, as listas estão incompletas, e após 1870 as informações são dadas em números globais. Nos primeiros 14 anos da Colônia entraram principalmente imigrantes alemães, com poucas exceções, como os poloneses que aqui chegaram em 1869.

Até 1874, a população era bastante homogênea, constituindo-se predominantemente de camponeses oriundos de Schleswig-Holstein e do Grão-Ducado de Baden - quase metade dos imigrantes alemães que colonizaram as cidades de Brusque e Guabiruba era originária do Grão-Ducado de Baden, hoje Baden-Württemberg, sudoeste da Alemanha. A partir de 1875, as condições de composição da população alteraram-se por completo. Navios e navios de imigrantes, em quase totalidade italianos do Norte, eram desembarcados em Itajaí ou Desterro, e encaminhados à Colônia Brusque.

A população duplicou em um ano e, em 1877, o número de imigrantes italianos entrados já era 300% maior que o de alemães introduzidos em 15 anos de imigração.

## O modelo de povoamento da Colônia Itajahy - Brusque

O povoamento do vale do Itajaí-Mirim apresentou características peculiares a algumas áreas de colonização alemã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Com poucas exceções, os colonos alemães povoaram os vales dos rios, com terras cobertas pela floresta atlântica, e aí ficaram isolados durante as primeiras décadas da colonização.

Nos primeiros 15 anos, a única via de comunicação para a Vila de Itajaí era o rio, navegável por pequenas embarcações. A primeira estrada, margeando o rio Itajaí-Mirim, foi inaugurada em 1874, pouco antes da chegada das grandes levas de imigrantes italianos. Outra característica peculiar a esse povoamento é a forma que tomou a distribuição das terras entre os colonos, semelhante à colo-

nização de algumas áreas da Alemanha. A primeira providência do Barão Maximilian von Schneeberg, diretor da Colônia, foi escolher o local para estabelecer a sede administrativa, a “Stadtplatz”, de onde sairia a principal picada que acompanhava o curso do rio, o eixo do sistema colonial a partir do qual o agrimensor marcava os lotes.

Acompanhando os principais afluentes, abriam-se as picadas secundárias. Como os terrenos eram montanhosos e cobertos de vegetação, essa era considerada a forma mais racional de penetração. As linhas coloniais abertas pelos colonos serviram como vias de comunicação.

Nos cruzamentos das linhas coloniais, apareciam pequenos povoados reunindo residências, uma capela, casa de comércio, alguns engenhos e artesãos. Vários desses povoados podem ser assinalados na área colonial, todos com as mesmas características: Guabiruba Baixa, Guabiruba Sul e Guabiruba do Norte (atual bairro Aymeré), Hochebene (atual Planície Alta); Holstein e Alsácia, todos em Guabiruba. Grosser Fluss (atual bairro Rio Branco); Cedro; Lageado; Pommerstrasse (estrada dos

Pomeranos, atual rua 1º de Maio); Peterstrasse (atual rua São Pedro, parte em Brusque, parte em Guabiruba); dentre outras.

Como as casas se distribuíam ao longo de uma linha colonial transformada em estrada, o povoado tomava forma física alongada. Os lotes eram estreitos, paralelos uns aos outros, de ambos os lados das picadas, dos rios ou dos ribeirões e cada família recebia um lote de aproximadamente 25 hectares.

Esse modelo de propriedades em lotes alongados é que faz o sistema de povoamento da Colônia Itajahy-Brusque se assemelhar a um modelo de colonização existente em partes da Alemanha, onde predominou a “Waldhufendorf” - aldeia na orla da floresta ou, ainda, ao de uma “Strassendorf” - aldeia longa e estreita, características de algumas áreas da Alemanha. Esse modelo de povoamento disperso, associado a pequenos povoados espalhados na área colonial, é que torna as regiões de colonização alemã completamente diferentes das áreas do Estado de Santa Catarina ocupadas por luso-brasileiros e caracterizadas por latifúndios pastoris (SEY-FERTH, 1974).

## O despreparo para o que iriam encontrar

Os colonos chegavam totalmente despreparados para explorar um lote de terras coberto de floresta e isolado numa ampla área despovoadada. Esse despreparo dizia respeito a tudo: nada sabiam das técnicas agrícolas adequadas, do equipamento necessário ao desmatamento e ao plantio, dos tipos de roupas adequados à região ou mesmo da existência de animais domésticos. Há relatos de imigrantes que traziam grossos cobertores de penas de ganso e roupas de lã demasiado grossas – que tornavam a bagagem muito volumosa. Gastavam seu dinheiro no país de origem com itens pouco úteis aqui e chegavam à área de colonização sem nada para começar a exploração do lote. Na Administração da Colônia é que recebiam um machado, enxada e um facão ou uma foice para iniciar os trabalhos.

Giralda Seyferth (1974) conta que as três principais fontes de informação dos colonos foram os administradores da colônia, os vendeiros e os jornais de língua alemã editados em Blumenau e Join-

ville. Nos relatórios do Barão von Schneeberg, encontramos referências quanto às sementes fornecidas aos colonos (com informações de como plantá-las), bem como a cultivos experimentais com plantas europeias e seu posterior fracasso. Os vendeiros também tinham interesse em ensinar aos colonos quanto ao tipo de plantio e as plantas melhor adaptadas na área. E, já desde a década de 1860, circulavam no Vale do Itajaí-Mirim jornais semanais em língua alemã que traziam algumas informações sobre agricultura. É pouco provável que tenham aprendido a plantar suas roças com brasileiros, pois os poucos agregados de Werner e Sallentien (que já estavam na Colônia Itajahy-Brusque em 1860) trabalhavam a exploração da madeira e a zona litorânea de Santa Catarina fora colonizada com açorianos, cuja atividade principal era a pesca.

A exploração do lote colonial se caracterizou pela policultura e pelo uso de técnicas agrícolas peculiares ao sistema de coivara. O preparo da primeira plantação tinha início com a derrubada da floresta, chamada de “Waldschlag”, que ocorria nos meses de maio, junho e novembro.

Com um facão cortavam-se os arbustos menores; a seguir, com uma foice abatiam-se as árvores menores e depois, usando machado ou serra, se derrubavam as grandes árvores. Os ramos eram deixados no solo para secar durante seis a oito semanas, enquanto a madeira melhor era retirada e usada na construção de ranchos, cercas e como combustível. Após a secagem dos ramos, estes eram queimados e a cinza utilizada como adubo. A terra era então plantada com milho, mandioca e feijão nos primeiros anos, acrescentando-se depois outras plantas, tendo por objetivo o mercado. O colono, ao tomar posse do seu lote, construía uma casa rústica, com madeira obtida na propriedade. A casa e outras dependências, como os ranchos para guardar mercadorias e abrigar uns poucos animais domésticos, se situavam próximo à picada. No seu lote alongado e acidentado, o colono só dispunha de 1/3, e às vezes até menos, de terras de várzea própria para a lavoura.

## A indústria

O trabalho nos engenhos de açúcar e cachaça, a produ-

ção de fubá e farinha de mandioca nas atafonas, a manufatura de charutos, a produção de vinhos, banha, derivados do leite, e de um doce de frutas, pastoso, chamado “muss” constituíam as principais atividades que rotulamos como “indústria doméstica”.

Os colonos denominavam essa atividade como “Landwirtschaftlicheindustrie” - indústria derivada da lavoura – que designa a atividade realizada nos engenhos e atafonas. Nem todas as propriedades possuíam engenhos e atafonas, mas a subsistência das famílias dependia da transformação do milho e da mandioca em farinha, e da cana-de-açúcar em rapadura, açúcar e cachaça. Os engenhos eram movidos por força hidráulica, através do aproveitamento de pequenos cursos d’água represados e de uma roda d’água. As atafonas eram movidas por força animal, com burros, bois ou cavalos. Embora o colono, em geral, tivesse condições de construir sua própria casa e os ranchos da propriedade, a construção dos engenhos era feita por um especialista, o carpinteiro, um dos serviços mais bem remunerados da colônia, e nem todos os colonos tinham o dinheiro ne-

Logo nos primeiros anos, o aumento anual da população foi notável. Ao final de 1860, a Colônia Itajahy-Brusque já contava com 650 pessoas, em 1865, com 1.227, em 1870, com 1.728 e, em 1874, com 2.891 habitantes. Até aquele ano, a população era constituída basicamente de alemães, e de alguns poloneses. A partir de 1875, com a chegada dos imigrantes italianos, a população passou para 4.568 habitantes e, durante o ano de 1876, a população aumentou em cerca de 4.000 pessoas. Em 1877, a Colônia Itajahy-Brusque já contava com uma população de 11.089 habitantes.

cessário para contratá-lo. As atafonas e engenhos de fubá e farinha de mandioca eram em maior número, mas ainda assim, uma grande parte das propriedades não os possuía, e tinham de recorrer a seus vizinhos mais afortunados ou aos vendeiros para transformar o milho em fubá e o aipim em farinha de mandioca.

Além das chamadas indústrias domésticas, também havia as “indústrias técnicas”, que os colonizadores rotulavam de “Technischeindustrie”, que eram as outras ocupações que nada tinham a ver com a produção agrícola ou pecuária: o trabalho nas serrarias, cervejarias e olarias. Seyferth (1974) escreveu que as indústrias técnicas não faziam parte da atividade doméstica dos colonos, principalmente as serrarias, que pertenciam a comerciantes ou pessoas

apenas ligadas ao comércio da madeira. As olarias atendiam às necessidades locais produzindo telhas e tijolos. A produção de cerveja era muito pequena, insuficiente até para o consumo local e dependia de matéria-prima importada da Europa. Até o final do século XIX, havia apenas duas cervejarias, que mais tarde desapareceram. O número de pessoas que se ocupavam desse trabalho e não se dedicavam ao trabalho agrícola era pequeno. Ou seja, durante os primeiros anos da Colônia Itajahy-Brusque a agricultura era o recurso principal e essencial dos colonos alemães. A produção da propriedade fornecia os meios básicos de consumo dando à família uma relativa independência e, ao grupo, uma relativa estabilidade. Em crise, estariam aptos para manter sua existên-



*Primeira Fábrica Renaux, na avenida 1º de Maio. Acervo: SAB*

cia a partir do aumento dos seus esforços e diminuição do seu próprio consumo se necessário, algo extremamente importante em virtude do isolamento a que estava submetido o colono.

Tanto a indústria doméstica quanto a indústria técnica, funcionavam sem grande capital, simplesmente porque a matéria-prima abundava e exigia um beneficiamento. Paravam quando começava a faltar a matéria-prima que provinha da roça. Nos primeiros 40 anos da Colônia Itajahy-Brusque ainda não havia indústrias propriamente ditas, cujas produções em larga escala independessem das quantidades limitadas de matérias-primas. Mas no último decênio do século XIX a economia de Brusque já havia atingido um grau de adiantamento que permitia a criação de uma indústria. Para tanto,

era indispensável a existência de capital e de braços.

Os vendeiros tinham feito bons negócios, chegando a fazer algumas economias. A população da colônia tinha aumentado bastante. Nem todos os imigrados que haviam inicialmente se dedicado à lavoura desejavam continuar nessa ocupação. Se lhes oferecia uma oportunidade, muitos estavam prontos a abandonar o trabalho na roça. Havia, pois, o que era imprescindível.

A partir de então, vai ter início a indústria têxtil que marca a economia de Brusque até a atualidade, e a primeira iniciativa no segmento têxtil coube à família Bauer, seguido dos Renaux, Buettner e, finalmente, da família Schlösser. Novamente, foram os imigrantes de origem alemã os responsáveis pelo impulso econômico dado à região.

## REFERÊNCIAS

BUGGENHAGEN, E. A. von. História Econômica no Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

CABRAL, Oswaldo R. Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Edição da Sociedade Amigos de Brusque comemorativa do 1º Centenário da Fundação da Colônia. Brusque, 1958.

PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. 3ª edição. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1994.

SEYFERD, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico. Editora Movimento. Porto Alegre. 1974.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis: Editora EDEME - Empreendimentos Educacionais Ltda., 1972.

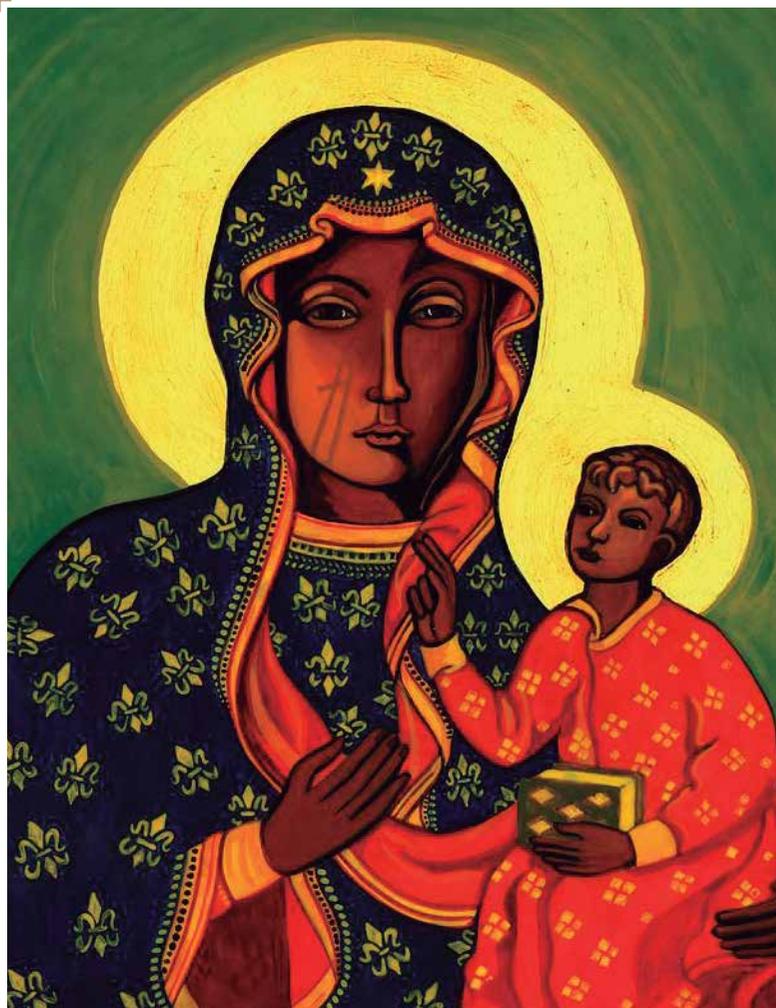
WIESER, Lotar. "Das hiesige Land gleicht einem Paradies": Die Auswanderung von Baden nach Brasilien em 19. Jahrhundert ("Esta terra é um paraíso": A emigração badense ao Brasil no século XIX). Volume 1. Badisch-Südbrasilianische Gesellschaft (BSG): Karlsdorf-Neuthard: Editora Verlag Regionalkultur, 2014.

# A imigração polonesa

No processo de ocupação do território catarinense por imigrantes europeus, ocorrido a partir da independência do Brasil em 1822, o país acolheu vários imigrantes poloneses ao longo dos anos.

Mas o início da imigração polonesa organizada no Brasil começou por Brusque em agosto de 1869, quando um grupo de 16 famílias vindo da aldeia de Siolkowice, próximo à Opole, região que se encontrava sob o domínio prussiano, desembarcou no porto de Itajaí. Este grupo foi instalado na Colônia Príncipe D. Pedro, concedendo a Brusque o título de “Berço da Imigração Polonesa no Brasil”.

Mas o que foi que motivou os poloneses a deixar o Continente Europeu em busca da terra prometida? Essa resposta só pode ser obtida conhecendo alguns fatos importantes da história da Polônia que acabaram impulsionando o movimento emigratório e contribuindo para a vinda do primeiro grupo de imigrantes poloneses que se instalou em Brusque.



## Oração a Nossa Senhora de Czestochowa, Rainha da Polônia

Virgem Santíssima Mãe de Deus, amada e venerada em Vosso Glorioso Templo de Jasna Gora, onde através dos séculos foste a dispensadora de graças a Vosso povo fiel, vinde em nosso auxílio, salvai-nos, nós Vos suplicamos, como livrastes de tantos perigos os nossos antepassados, oh bendita Rainha da Polônia.

## Fragmentos da história da Polônia

Segundo pesquisadores, o Estado polonês foi estabelecido no ano de 966, quando Mieszko I, governante de então, se converteu ao cristianismo, mas o Reino da Polônia somente foi fundado em 1025. Em 1385, por meio do casamento do Grão-Duque Jagiełło, do Principado da Lituânia, com a Rainha Jadwiga, do Reino da Polônia, os dois países se uniram. Em 1569, foi estabelecida uma associação política com o Grão-Ducado da Lituânia ao assinar a União de Lublin, formando a Comunidade Polaco-Lituana, a República das Duas Nações, também conhecida como Primeira República da Polônia, que existiu até 1795.

O território prosperou militar e economicamente e o século XVI ficou conhecido como o “Século de Ouro” da Polônia. De acordo com Piekas (2018), ao longo dos anos, a szlachta (nobreza) polonesa, por meio de seu parlamento, o Sejm, começou a legislar em favor dos próprios interesses e retirar o poder do rei. A República das Duas Nações foi tendo cada

vez mais divergências entre poloneses e lituanos e acabou perdendo poder depois de decisões equivocadas da nobreza, conflitos armados e perda de território para os impérios vizinhos. Aos poucos, essa comunidade deixou de existir, e o território da Polônia foi sendo partilhado entre os impérios Prussiano, Austro-Húngaro e Russo.

Minikovsky (2009) informa que, na divisão do território, o Império da Prússia, que já detinha parte de Brandenburg, ficou com o prolongamento do território de Brandenburg que ficava do lado polonês, e anexou a seu território mais cinco províncias polonesas. Em 1618 o Império Prussiano anexou ao seu território a Prússia Oriental e, em 1648, anexou a Pomerânia. Em 1742, anexou a Silésia. Em 1772, anexou a Prússia Ocidental e, finalmente, em 1795, a Prússia anexou Poznam.

A síntese das Partilhas da Polônia é apresentada pela professora Piekas (2018), informando que em 1772 aconteceu a “primeira partilha da Polônia”. A Áustria tomou a Galícia, a Rússia conquistou a maior parte da Bielorrússia e a Prússia obteve o controle do Sul do Báltico e da Pome-

rânia. Em 1793 aconteceu a “segunda partilha da Polônia”. A Rússia dominou todo o resto da Ucrânia, enquanto a Prússia absorveu a Posnânia. Em 1794, o “Levante de Kościuszko”, uniu todas as classes sociais polonesas numa insurreição contra o Império Russo, porém, suas tropas foram suplantadas ao final do mesmo ano. E, a história registra que, finalmente, em 1795 ocorre a “terceira partilha”, e a Polônia desaparece do mapa político da Europa por longos 123 anos.

Sob o domínio dos impérios da Rússia, Prússia e Austro-Húngaro, no século XIX a Polônia sofria todo tipo de dificuldades provenientes da falta de independência e exploração por parte dos opressores. Sem as reformas necessárias na área rural, com grandes latifúndios e excesso de mão de obra, começaram a surgir graves problemas sociais. Os movimentos em prol da independência, que levaram ao sangrento e mal-sucedido “Levante de Janeiro” nos anos de 1863-1864, provocaram mais represálias e fizeram com que muitos poloneses procurassem fugir do país. Piekas (2018) informa que o “Levante de Janeiro” foi a mais longa insurreição

polonesa contra a ocupação russa. Combatentes italianos, húngaros e franceses se aliaram aos revoltosos poloneses e até mesmo religiosos entraram para a resistência, mas dois anos depois o levante sucumbiu e foi seguido de severas represálias. Centenas de revoltosos foram executados e milhares se viram condenados e enviados para a Sibéria, na Rússia, para trabalhar em regime de escravidão. Após o Levante, os impostos aumentaram, propriedades foram confiscadas, conventos e mosteiros foram fechados.

A região ocupada pela Prússia também foi atingida por forte repressão. A língua polonesa foi proibida nas escolas e na administração pública. O serviço militar tinha que ser cumprido nas forças armadas dos países ocupantes. A miséria, a fome, a falta de quaisquer esperanças de mudança na vida dos mais pobres também era um fator importante na procura de uma nova “terra prometida”.

E, ao final do século XIX, a crise econômica generalizada na Europa e agravada pela Guerra da Crimeia forçou os ocupantes a liberar a emigração de poloneses. Com o início da 1ª Guerra Mundial, os impérios Alemão, Russo

e Austro-Húngaro estavam profundamente comprometidos com a guerra. Ao final dos conflitos, em 1918, esses impérios haviam perdido vastas extensões de seus territórios ou deixado completamente de existir. As Legiões Polonesas, comandadas por Józef Piłsudski, aliadas a ações diplomáticas, finalmente garantiram a independência da Polônia em 11 de novembro de 1918.

Ao mesmo tempo em que se desenrolava a crise econômica generalizada na Europa, o Brasil procurava meios e pessoas para colonizar suas enormes áreas de terra e desenvolver no seu território uma agricultura variada e relativamente moderna. Os imigrantes poloneses, em sua grande maioria agricultores, trabalhadores honestos e perseverantes, encaixavam-se muito bem nas necessidades do país.

## O papel de Saporski na colônia polaca em Brusque

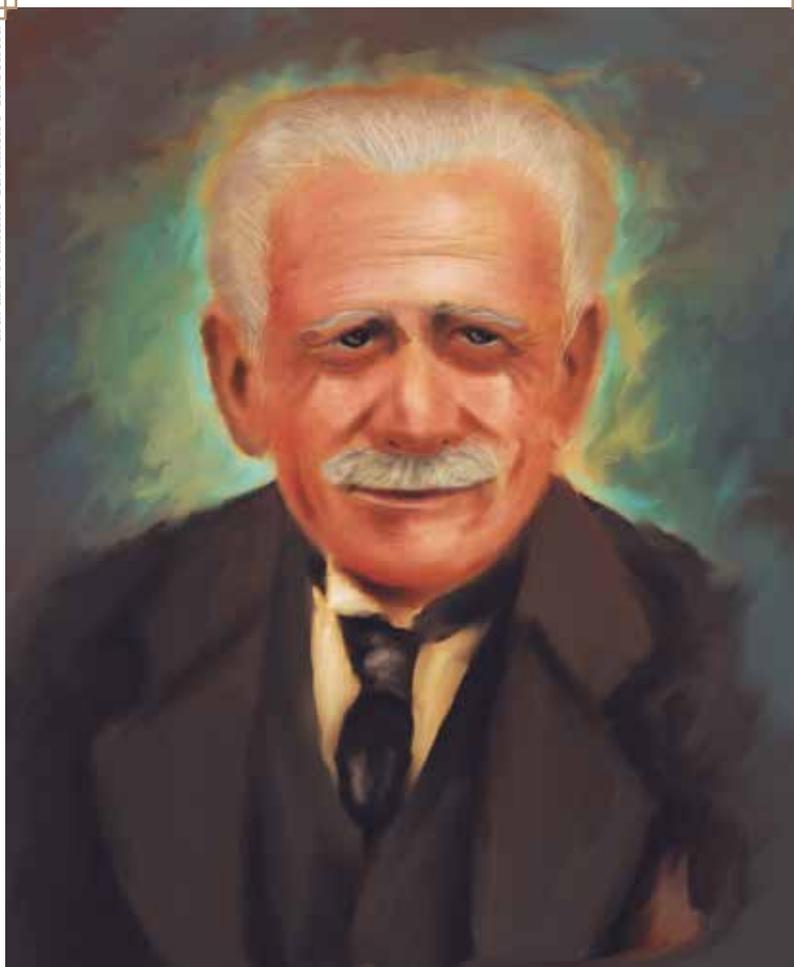
Na época em que chegaram os primeiros imigrantes poloneses em Brusque, havia

um padre polonês trabalhando na cidade vizinha, Gaspar, o Padre Antônio Zielinski, que em 1867 havia substituído o Padre Alberto Francisco Maximiliano Gattone quando este foi transferido para Brusque. O Pe. Zielinski concebiam ideias de colonizador e pretendia trazer para o Brasil famílias de patrícios seus que viviam em situação pouco invejável, sob as bandeiras da Rússia, da Prússia e do Império Austro-Húngaro, impérios entre os quais havia sido repartida a Polônia. Também por aquele tempo, chegou à Colônia Blumenau o polonês Sebastião Edmundo Woś-Saporski, que mais tarde se tornaria o pioneiro da colonização polaca no Paraná.

Saporski estabeleceu relações de amizade com o Pe. Zielinski e convenceu o amigo a tentar junto à corte uma concessão para a colonização de terrenos brasileiros por imigrantes poloneses. Decidiram requerer ao Ministro da Agricultura uma área de terras que se obrigariam a povoar com colonos poloneses, muitos dos quais já estavam esperando no Rio de Janeiro. Recebendo resposta afirmativa, foi-lhes perguntado onde desejariam receber as terras que pretendiam colonizar.

Pensavam em Santa Catarina, mas quase todo o vasto território da Bacia do Itajaí já fora destinado à colônia do Dr. Blumenau, e a maior parte das terras litorâneas havia sido atribuída às colônias oficiais ou concedidas a particulares. Pensaram, então, no Paraná. Estando em Curitiba desde 1870, Saporski persistia no seu intento e teve contato com o Padre Agostinho Lima, vigário da cidade, que levou suas intenções a Ermelino de Leão, Vice-Presidente do Estado. As demandas de Saporski tiveram êxito, pois o próprio Presidente da Província do Paraná, Venâncio de Lisboa, mostrou interesse na proposta (Piekas, 2018). Tendo obtido áreas de terras nos arredores de Curitiba, planejava encaminhar os poloneses de Brusque para lá. Mas não era tarefa fácil a transferência de imigrantes de uma para outra colônia e só o próprio imperador podia autorizá-la. Saporski não desistiu diante das dificuldades surgidas e foi, pessoalmente, à Corte advogar a causa dos seus patrícios de Brusque. Inicialmente, nada conseguiu. Então regressou ao Paraná, onde fundou um colégio, na atual Rua 15 de novembro, em Curitiba.

Gravura: Francine Cavalheiro Carbonera



Sebastião Edmundo Woś-Saporski (ou Edmund Woś-Saporski) nasceu no dia 19 de janeiro de 1844 em Stare Siołkowice, a mais antiga das 12 aldeias que formam a comuna rural de Popielów, localizada na província de Opole, pertence à região conhecida como Alta Silésia, no sudoeste da Polônia. Saporski era um jovem de 20 e poucos anos que, em sua terra natal sufocada por estrangeiros, não vislumbrava qualquer perspectiva e decidiu tentar a vida em outras paragens. Deixou a Polônia e, em junho de 1867, alcançou terras brasileiras. Saporski viajou a bordo do veleiro “Emma”, que atracou no porto de Paranaguá, no litoral do Estado do Paraná. Mas ele não desceu ali e seguiu viagem no navio, que rumava para o Uruguai. Em Montevideu ele conheceu um alemão que estava vindo para o Brasil e o convidou para voltar. Saporski foi para a Colônia Blumenau, onde por alguns meses atuou como professor (Piekas, 2018).

## Primeiros poloneses em Brusque

Enquanto Saporski se empenhava em conseguir obter do governo imperial terras para instalar os imigrantes poloneses, em agosto de 1869 o navio Victoria atracou no Porto de Itajaí, trazendo o primeiro grupo de imigrantes poloneses composto por 16 famílias originárias da Alta Silésia. Não tendo outra alternativa naquele momento, as autoridades do Departamento de Imigração encaminharam o grupo para a Colônia Imperial Príncipe Dom Pedro, vizinha da Colônia Itajahy-Brusque. Nessa colônia havia muitos lotes de terra disponíveis, pois o grupo de ingleses e irlandeses reemigrados dos Estados Unidos que havia sido assentado naquela área não era muito afeito ao trabalho no campo e, depois de causar muitos problemas à administração da Colônia, havia ido embora, liberando as terras. Pouco depois da chegada dos imigrantes poloneses, 6 de dezembro de 1869, a Colônia Príncipe Dom Pedro foi extinta e o seu território e os seus negócios foram então incorporados à Diretoria da Colônia Itajahy-Brusque.

## Um pouco sobre o veleiro Victoria

O grupo dos primeiros imigrantes poloneses que chegaram a Brusque no mês de agosto de 1869 viajou a bordo do navio Victoria - um veleiro do tipo barca, que tinha como destino Dona Francisca e Blumenau. Foi conduzido pelo Capitão Redlich e trazia, a bordo, 173 pessoas, sendo 97 homens e 76 mulheres.

Conforme noticiado pelo Kolonie Zeitung (14/8/1869), 60 imigrantes ficaram na Colônia Dona Francisca, onde foram recepcionados no dia 12 de agosto. Destes, 33 são provenientes da Prússia, 9 da Saxônia, 2 de Anhalt e 16 são provenientes da Boêmia. Segundo a idade: 36 pessoas acima e 24 abaixo de 10 anos. Segundo a religião, 44 são protestantes e 16 católicos. Os demais seguiram viagem para o Porto de Itajaí, com destino a Blumenau e Brusque.

Dados técnicos sobre aquela viagem do Veleiro Victoria:

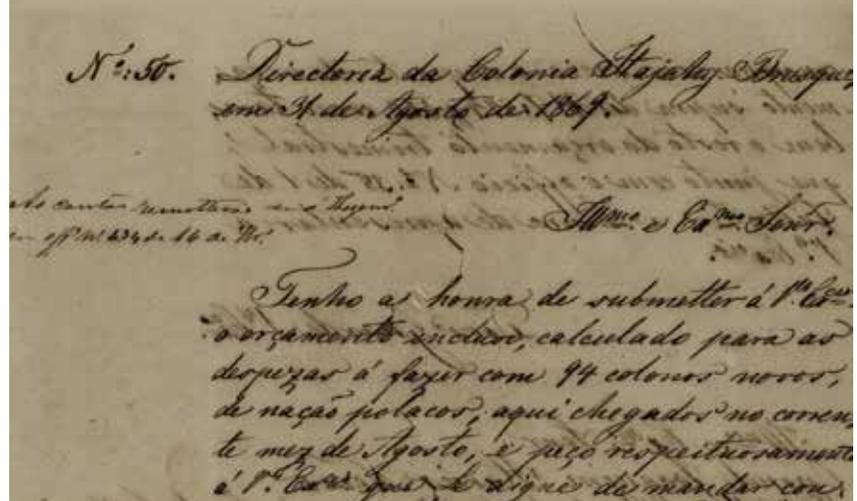
Embarque dos passageiros em Hamburgo: dia 10 de junho de 1869.

Partida de Hamburgo no dia 11 de junho de 1869.

Foi para o mar em 13 de junho.

Chegada no Porto Dona Francisca no dia 11 de agosto de 1869.

Tempo de viagem até o Porto de Dona Francisca (São Francisco do Sul): 58 dias.



Conforme o original da lista de passageiros do Victória emitida em Hamburgo, a maioria das famílias declarou ser originária da aldeia de Siołkowice (as famílias Wosch, Purkott, Kania, Prodló, Szjnowski, Gbur, Pollack e Pampuch), a mesma aldeia de onde emigrou Saporski em 1867. Uma família se declarou originária de Poppelau (Kania), e duas famílias de Chroszczütz (Stempka e Otto), todas elas localizadas na província de Opole, Alta Silésia, no sudoeste da Polônia. Deste primeiro grupo, apenas uma - a família Weber-, se declarou originária da aldeia de Neuhamer.

Nas últimas décadas do século XIX, a tendência de emigração assumiu uma dimensão massiva na região de Opole, e embora as autoridades tentassem contê-la, inúmeras famílias decidiram emigrar, inclusive para o Brasil. Muitos formalizaram o pedido de liberação da cidadania prussiana, justificando o pedido com a intenção de deixar a Prússia e de se estabelecer no Brasil e, depois de alguns dias, recebiam o chamado “Entlassungsschein”, que significa “passe livre” para a emigração para a América desejada. No entanto, há

notícias de que muitos também emigraram ilegalmente. (SIOLKOWICE, 2018). No tempo em que os primeiros imigrantes poloneses chegaram a Brusque, a sua região de origem estava sob o domínio da Prússia (Alemanha) e somente após a Segunda Guerra Mundial é que aquele território voltou a pertencer à Polônia. Os nomes das aldeias, antes em alemão, foram alterados para a variante polonesa: Schalkowitz passou a ser denominada Stare Siolkowice. Poppelau, atualmente é chamada de Popielów, e Chroszczütz hoje é designada de Chróścice.

Os habitantes daquela região estão envolvidos na agricultura há muitos anos, e o trabalho agrícola era a principal ocupação da maior parte da população até meados do século XX. As terras eram muito férteis sobre a larga bacia do rio Odra, que atravessa a planície da Silésia, e inúmeras vezes o rio Odra causou grandes estragos em suas enchentes. A atividade econômica predominante era a atividade agrícola. Trabalhava-se como assalariado para os grandes fazendeiros locais, ou então como pequeno artesão. Assim era também com aqueles que emigraram da Polônia para

Brusque em 1869. A emigração da região de Schalkowitz recebeu impulso no século XIX, principalmente devido ao desenvolvimento de meios de comunicação, da ação dos agentes de emigração e dos “incentivos estatais” dos países que queriam atrair imigrantes. A magia da terra prometida gratuita atraiu milhares de pessoas e também os poloneses emigraram (SIOLKOWICE, 2018), inclusive Edmund Woś-Saporski que emigrou de Stare Siołkowice em 1867 e consta que, depois dele, cerca de 200 pessoas o seguiram. Emigraram de lá com famílias inteiras, todas para o Brasil. Tal informação é consistente com o ideal colonizador de Saporskie de sua pretensão de trazer para o Brasil famílias de patrícios seus que viviam em situação pouco invejável no seu torrão natal.

## A transmigração de Brusque para Curitiba

Além do grupo de 16 famílias que aportou em Itajaí a bordo do navio Victoria, ainda em agosto de 1869 chegaram mais algumas famílias polonesas à Colônia.

Tal assertiva é confirmada pela correspondência emitida em 31/08/1869 pelo Barão Maxmillian von Schneeberg, Diretor da Colônia Itajahy-Brusque e dirigida ao Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Coronel Joaquim Xavier Neves. No documento, o Diretor submete orçamento à Tesouraria da Província “para as despesas a fazer com 94 colonos novos, de nação polacos, aqui chegados no corrente mês de agosto”. Mas a maioria dos poloneses não se adaptou por aqui, seja por questões relacionadas à topografia dos lotes, seja em função do clima quente da região, ou em função da tensa relação com os alemães que já estavam instalados em Brusque, e eles logo passaram a demonstrar seu descontentamento.

Em queixas junto à direção da Colônia, manifestavam seu desejo de mudar para outro ponto do país, o que veio a se concretizar rapidamente sob o comando de Saporiski, que já estava no Paraná. Saporiski era agrimensor, e conhecia as condições geográficas da região onde os imigrantes haviam sido assentados na Colônia Imperial Príncipe Dom Pedro: havia pouca terra de vargem apta ao plantio



*Ovos de Páscoa ornamentados com figuras, cores e símbolos poloneses tradicionais*

ao qual os patrícios estavam habituados, e muitas montanhas cobertas com mata densa. Certamente, era uma região bem diferente daquela com a qual os imigrantes poloneses estavam acostumados nas planícies da Silésia. Somado a isso, também havia a pressão exercida por outras correntes migratórias, afinal, na Polônia eles já estavam sob o jugo dos prussianos, é possível que não quisessem continuar sob a administração dos alemães também aqui no Brasil, e Brusque era uma colônia alemã. Saporiski envidou muitos esforços para concretizar o seu ideal colonizador e transladar seus patrícios para o Paraná e assim, em setembro de 1871, esses colonos foram transferidos para Curitiba, onde os poloneses de Brusque deram início à imigração polonesa que,

mais tarde, deslanchou no processo imigratório polaco.

Ao se manifestar sobre o assunto, o pesquisador José Ferreira da Silva (1998) escreveu que, entre o exercício do magistério e a ideia fixa de trazer os poloneses de Brusque para o Paraná, Saporiski continuou as negociações junto ao governo daquela Província para obter a concessão de área para a colonização e também para concretizar a transferência dos colonos. Depois de superar entraves de toda sorte, afinal Saporiski conseguiu a tão almejada transferência. O governo paranaense se prontificou a cobrir as despesas de transporte dos poloneses de Itajaí para Curitiba. Mas foi então que as coisas começaram a se complicar. Os carroções que transportaram os poloneses de Antonina até Curitiba dei-

xaram os imigrantes à porta do Colégio de Saporski, alegando que o seu compromisso era levar os colonos até ali. Nem um metro adiante. Saporski conseguiu alojá-los em casas particulares e em algumas chácaras nas proximidades. Mas os colonos vinham sem vintém, desprovidos de tudo. Como manter-lhes a subsistência? O governo da Província tirava o corpo fora e ia retardando de dia para dia, a localização dos pobres poloneses que não tinham outro recurso que se amontoar às portas do Colégio de Saporski ou vadiarem pelas ruas da capital. A Câmara Municipal da cidade tomou sua defesa e resolveu intervir. Curitiba tinha um vasto patrimônio em terras ao redor da cidade. Improdutivo, esse patrimônio até então inaproveitado seria mais para atrasar o desenvolvimento urbano do que para o seu progresso. Resolveu, por isso, a edilidade curitibana localizar os poloneses de Brusque em Pilarzinho, onde Saporski participou da divisão e demarcação dos lotes e da sua distribuição. As primeiras cartas de foro foram passadas pela Câmara em 28 de novembro daquele mesmo ano de 1871. Iniciou-se, assim, a colonização do rocio



*Desenho para tear criado por um tecelão de Lodz para produção na indústria têxtil em Brusque. Acervo: Rosemari Glatz*

de Curitiba com esses e mais tarde com milhares de outros colonizadores que pelos anos seguintes foram chegando, abrindo uma era de extraordinário desenvolvimento para todo o estado do Paraná.

## **Novo movimento imigratório para Brusque**

Anos mais tarde, já no final do século XIX, especialmente

após a proclamação da República do Brasil em 1889, é que Brusque vai receber novas levadas de imigrantes poloneses. A leva migratória que corresponde ao período entre 1890 e 1891 ficou conhecida na Polônia como “febre imigratória brasileira”. Por aquele tempo, caiu o preço dos cereais, agricultores se endividaram e muitos venderam as suas terras. O agravamento dos problemas sociais e econômicos na região, combinado com a propaganda de imigração do governo brasileiro, dissemi-

nada principalmente pelas agências de navegação que descrevia o país como uma terra de oportunidades, impulsionou a imigração maciça de poloneses para o Brasil. Brusque também recebeu colonizadores poloneses que se dedicavam à agricultura, mas recebeu um tipo especial de imigrantes: os profissionais da indústria têxtil.

A maioria desses imigrantes vinha de importantes centros têxteis da Polônia, como Lodz, e foram eles os responsáveis pela pioneira atividade da indústria têxtil em Brusque no final do século XIX. Eles tinham formação técnica, conheciam bem o ofício têxtil, e contribuíram, de forma decisiva, para que Brusque recebesse, anos mais tarde, o título de “Berço da Fiação Catarinense”. Desta vez, os imigrantes poloneses vieram para ficar e para mudar a história.

## Marcos em homenagem aos poloneses

Na história dos povos, fatos importantes costumam ser registrados em marcos que se incorporam ao patrimônio coletivo. Brusque,



*Marco dos 130 anos de imigração polonesa em Brusque. Acervo: SAB*

considerada o “Berço da Imigração Polonesa no Brasil”, não foge à regra e, ao longo da história mais recente, tem criado alguns marcos para registrar os fatos relacionados a essa história. Segundo Goulart (1984), como parte das solenidades alusivas ao 98º aniversário da fundação de Brusque, em 02/08/1958 a Sociedade Amigos de Brusque – SAB instalou um marco de granito com placa de bronze, contendo a inscrição:

“Neste lugar foi a sede da Colônia Príncipe Dom Pedro. Instalada em 1867, foi extinta e incorporada à Colônia Itajahy (Brusque), em 1869. SAB”. Alguns anos depois, a placa do marco – que se constitui num símbolo importante para a história da imigração polonesa e integrante do patrimônio histórico do município -, foi encontrada abandonada próximo ao leito do rio Itajaí-Mirim, e recolhida à sede da Casa de Brusque.

Um novo marco foi registrado 18 anos depois, em 31/07/1976, quando outra placa foi fixada com os dizeres “Homenagem ao Imigrante Polonês pela sua contribuição ao progresso de Brusque”. Na gestão do prefeito Hilário Zen, possivelmente em 1999, foi descerrado um novo monumento, uma pedra de granito, que continha três placas. Uma delas, era a mesma de 1976. Outra, marcava os 130 anos de imigração polonesa e continha, dentre outros dizeres, a expressão “Obrigado, Polônia”, e, desta vez, o monumento foi instalado nas proximidades da antiga Câmara de Vereadores (atual Praça da Cidadania, bairro Centro). De todos estes monumentos, só restaram algumas fotos disponíveis na Casa de Brusque/



*O Pinhão: Monumento aos poloneses de Brusque e região. Acervo: SAB*

SAB.

Houve, ainda, a instalação de outro monumento, intitulado “pinhão” (semente da árvore araucária), no qual estava incrustada uma placa em homenagem aos primeiros imigrantes poloneses. Esse monumento ainda existe e está implantando na Praça da Cidadania. Uma iniciativa bem-sucedida e que merece ser reconhecida é a lei que es-

tabeleceu, em 2009, o dia 25 de agosto como o “Dia Municipal da Imigração Polonesa para Brusque e no Brasil”.

Segundo Deucher (2009), a data foi escolhida porque, em 25 de agosto de 1869, poucos dias após a chegada dos imigrantes poloneses, foi batizado em Brusque o menino Estevão Sieniovski, nascido em “o mar” no dia 3 de julho de 1869, a bordo do

veleiro Victoria, filho legítimo de Thomaz Sieniovski e de Maria Kovalska.

## REFERÊNCIAS

DEUCHER, Celso. Brusque Polonesa. S&T Editores, 2008.

GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. A imigração polonesa nas colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro: uma contribuição ao estudo da imigração polonesa no Brasil meridional. Fundação Casa Dr. Blumenau, 1984.

MINICOVSKY, Cléverson Israel. O Imigrante de Polônês. Editora: Biblioteca24horas; 2009.

PIEKAS, Mari Ines. Notícia fornecida na palestra Sebastião Edmundo Woś-Saporski - Pai da Imigração Polonesa no Brasil. VII Seminário Temático do Programa História e Memória Regional 150 Anos de Imigração Polonesa no Brasil. Centro Universitário de Brusque – Unifebe. Brusque, 24 de agosto de 2018.

SILVA, José Ferreira da. Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIX, 1998.

Siołkowice, a História de. Disponível em: <: <http://star-esiolkowice.pl/historia/>>. Acesso em 25 de agosto de 2018.



*Igreja Matriz de Botuverá. Acervo: Rosemari Glatz*

## A imigração italiana

Nos primeiros anos de existência da Colônia Itajahy-Brusque, a região foi ocupada com imigrantes alemães que foram sendo instalados na região central (Stadtplatz), na Rua São Pedro, e em Guabiruba. Em 1869, chegaram os poloneses que foram instalados na Colônia Príncipe Dom Pedro. Mas a história da colonização de Brusque não foi

feita somente pelo elemento alemão e polonês. Os italianos deram grande parcela de contribuição à formação da nova Colônia, e a chegada deles tem estreita relação com o Contrato Caetano Pinto.

A colonização do interior do Brasil era uma ideia antiga, mas aplicá-la nem sempre foi fácil. As dimensões do Império eram grandes e, com-

parados com a extensão dos pequenos núcleos de povoamento europeus, os resultados não eram animadores. A política oficial de colonização era de 1820 e, com o término da Guerra do Paraguai em 1870, as atenções do Governo se voltaram novamente para a questão da imigração, numa tentativa de dinamizar a política imigratória e po-

voar o interior. Como o fluxo imigratório havia diminuído, o Governo Imperial tratou de levantar as dificuldades que emperravam a emigração para o Brasil. E passou a tomar as providências cabíveis para incrementar novas correntes migratórias, medidas que despertassem a atenção do homem do campo europeu para uma melhoria da sua situação econômica nas terras do interior brasileiro. Com esse objetivo, foi elaborado um contrato, conhecido como Contrato Caetano Pinto, que foi firmado entre o Império do Brasil e o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, registrado como o Decreto nº 5.663, de 17/06/1874.

As cláusulas do Contrato Caetano Pinto estimulavam a imigração europeia, pois eram atrativas para as populações que na sua pátria sofriam com os problemas decorrentes de uma situação econômica desfavorável, agravada pela exiguidade do espaço físico dos lotes. Na Itália, na maioria dos casos, o lote não pertencia àquele que cultivava a terra que, além de tirar o sustento para a sua família, ainda pagava aluguel pelo seu uso. Aliciados por agenciadores e atraídos pela possibilidade de serem proprietários

de terrenos documentados, bem como pela fertilidade da terra, a Colônia Blumenau e a Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro, passaram a receber grande contingente de imigrantes italianos a partir de 1875, quase todos italianos, lombardos ou tirolezes.

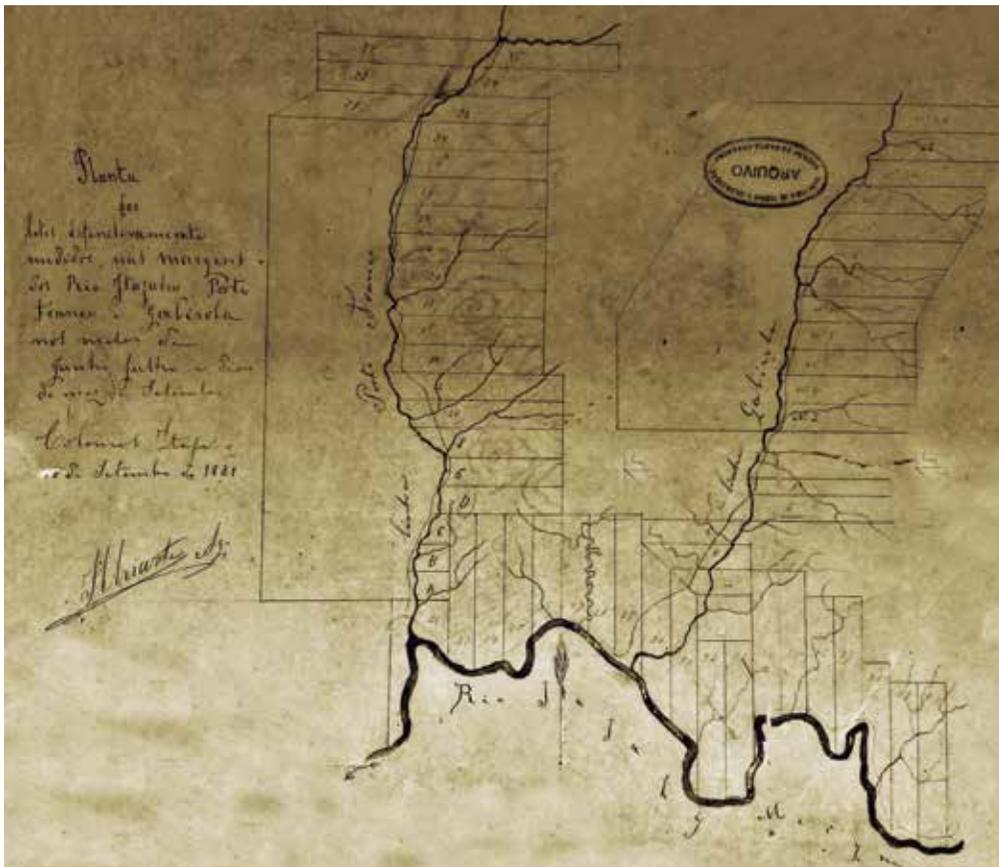
## O Contrato Caetano Pinto

Roselys Izabel Correa dos Santos (1981) informa que, quando se lê as principais cláusulas do Contrato Caetano Pinto, não se tem ideia dos grandes problemas que as mesmas acarretariam, tanto para os imigrantes quanto para o Brasil. As dificuldades estavam associadas ao grande número de imigrantes que deveriam ser introduzidos: 100 mil imigrantes dentro do prazo de dez anos! A aplicação das cláusulas do Contrato exigia infraestrutura para a sua aplicação, a fim de que os objetivos fossem alcançados. No entanto, o pequeno espaço de tempo entre a assinatura do contrato (17/06/1874) e a chegada das primeiras grandes levas de imigrantes já no início de 1875, prejudicou bastante a sua aplicabilidade.

De acordo com o Contrato, os lotes já deveriam estar demarcados quando da chegada dos imigrantes, mas a realidade foi bastante diferente.

Na Colônia Itajahy-Brusque, o número de funcionários para a demarcação dos lotes era insuficiente para atender ao número de imigrantes recém-chegados. Em 1876, ano de entrada de grandes contingentes de imigrantes italianos, lombardos e tirolezes, o engenheiro Pedro Luis Toulois chefiava uma comissão responsável pela demarcação dos lotes na Colônia. Composta por Toulois e pelos agrimensores Cristiano Boaventura da Cunha Pinto, Germano Thieme e Sarmat du Lauraux Bousquet, o trabalho de medição era demorado, e a situação se agravava pelo alto índice de pluviosidade da região, tornando a tarefa ainda mais dura. Mas as dificuldades de demarcação dos lotes em tempo hábil não impediram que grandes levas de imigrantes continuassem a chegar e, para a administração colonial, a acomodação dos imigrantes se transformou num grande problema.

Por não ser possível localizar os colonizadores nos seus respectivos lotes logo que chegavam, eles foram sendo



Mapa dos lotes coloniais em Porto Franco (Botuverá). Acervo: SAB

Eram novos tempos. Tempos de caos para a jovem Colônia. Em relatório datado de 10/01/1877, o engenheiro Pedro Luis Toulois, encarregado da distribuição dos lotes na Colônia, relatou ao Presidente da Província de Santa Catarina que em 1875, a população da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro era de 4.568 pessoas, e os lotes eram 724. Durante o ano de 1876, a população aumentou em cerca de 4.000 pessoas, e foram preparados 1.123 novos lotes. Em um ano, a população da Colônia quase duplicou. Durante os primeiros 15 anos, entre 1860 e 1875, foram distribuídos 724 lotes, e só em 1876 foram preparados quase o dobro. Segundo o relatório da Administração, a situação estatística das Colônias Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro a população em 1876 era de 8.110 habitantes, sendo 4.862 homens e 3.248 mulheres. Quanto à nacionalidade da população: alemães: 2.620. austríacos (assim denominados os imigrantes vindos do norte da Itália, Tirol): 2.214. italianos: 2.018. brasileiros: 996 pessoas. ingleses: 36. espanhóis: 25. portugueses: 18. belgas: 7. Outras Nacionalidades: 154 habitantes (GEVAERD,1976).

acomodados nos barracões de recepção. Eram construções precárias, sem o mínimo de conforto, como a maioria das habitações da época: de pau a pique, barreada, coberta de folhas de palmito trançadas. Essas acomodações destinavam-se a abrigar os colonos pelo prazo máximo de oito dias, período em que, conforme cláusula do Contrato Caetano Pinto, o Governo concederia hospedagem e alimentação aos imigrantes. Tudo já deveria estar pronto para recebê-los, mas não foi assim.

A partir de 1876, os barracões de recepção estavam apinhados, e a Colônia não tinha mais condições de receber novas levas, mas os imigrantes continuavam a chegar. Com relação ao assunto, o Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay, Presidente da Província de Santa Catarina, em ofício datado de 1876 e dirigido ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim se manifestou: "Esta situação (...) é agravada de modo evidente pela chegada contínua de novos imigrantes. Acumula-se gente nos barracões de recepção, lá ficam seis ou mais meses a receber subsídios do cofre público e à espera de lotes medidos,

onde serão localizados”. E a população da Colônia Itajahy-Brusque, que em 1875 era de 4.568 habitantes, subiu a 8.110 pessoas até dezembro de 1876.

No início de 1877, os barracões estavam completamente abarrotados, pois, só em janeiro e fevereiro daquele ano, 952 imigrantes haviam se juntando à população que em dezembro de 1876 já somava 8.110 almas na Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro. A administração tinha dificuldades para localizar tão grande número de imigrantes, e a situação se agravava devido às cláusulas do Contrato Caetano Pinto, que davam ao colonizador o direito de escolher o seu lote. Ele poderia rejeitá-lo, implicando numa situação bastante difícil para o Governo, pois o fato de o imigrante não aceitar o lote fazia com que o trabalho de agrimensura se perdesse - em parte - e, por outro lado, enquanto não estivesse devidamente estabelecido, cabia aos Cofres Públicos o seu sustento. Mesmo vivendo em condições precárias nos barracões, alguns preferiam a ocupação de “jornaleiros”, quando o imigrante trabalhava na conservação das estradas da Colônia e recebia por dia de

trabalho. A ocupação de jornaleiro não poderia exceder seis meses, findos os quais, em tese, o colono já teria condições de tirar o seu sustento e o da família da sua própria lavoura.

## O poder de atração da Colônia

A situação não era a mesma em todas as Colônias da Província de Santa Catarina. Santos (1981) conta que, em muitas delas, como no caso da Colônia Blumenau, existiam lotes medidos e prontos para serem ocupados, mas a grande maioria dos imigrantes italianos preferiria a Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro.

A causa novamente estava nas cláusulas do Contrato Caetano Pinto, pois já na Europa o imigrante escolhia o lugar onde queria fixar-se no Brasil e nada havia a fazer, a não ser atender as prerrogativas dos imigrantes. Dentre outros fatores, a preferência dada à Colônia Brusque dava-se pela forma como eram feitas as distribuições das ajudas de custo para a compra de sementes e ferramentas. Não havia uma norma comum a

todas as Colônias. Na de Blumenau, por exemplo, o colono só recebia as ajudas que lhe eram devidas quando ele já estava na propriedade do lote no qual deveria se fixar, mas na Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro, as quantias já lhe eram entregues quando ele ainda esperava nos barracões pela demarcação dos seus lotes.

As razões de maior importância para o poder de atração da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro são analisadas pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alfredo D’Escragnolle Taunay, em seu relatório encaminhado ao Ministro da Agricultura em outubro de 1876. Segundo Taunay, eram razões de maior importância o fato do elemento germânico, em geral exclusivista, repelir a fusão com outras raças, e em Blumenau ele existir vivo com todos os seus defeitos e virtudes; e, pelas cartas que eram encaminhadas pelos imigrantes que já estavam instalados em Brusque, dirigidas aos seus patrícios na Europa, indicando-lhes as regalias especiais de que gozavam os colonos logo à chegada.

Chega o colono e é levado para o barracão de recepção da Barra do Itajahy-Mirim



*Choupana dos colonos tirolezes em 1875. Acervo: SAB*

e do Açú, onde fica dois dias à espera de uma condução, quer para a Colônia Itajahy-Dom Pedro, quer para a de Blumenau. Consultados sobre o destino que desejam, gritam todos, em uma só voz: Itajahy, desconfiados de que possam ser enganados na direção a tomar e levados para Blumenau. Aí aparecem agentes de negociantes estabelecidos em Itajahy, e notadamente um certo Pietro Beltramini, homem audaz e possuidor de alguns bens, que aconselha

resistência até que todos sigam para o centro onde eles têm suas casas de negócios. Uma vez em Itajahy, o colono recebe de uma só vez todo o dinheiro para o seu estabelecimento, fartura de casa, derrubadas (das matas), sementes e transporte, de modo que, se tiver três pessoas da família, recebe de pronto e de uma só vez 148\$000, ainda que vá ficar oito ou mais meses dentro de um barracão de recepção à espera para que se localize num lote que ele, pelo

seu contrato, ainda pode ou não aceitar, conforme for do seu agrado. E enquanto está no barracão, o Estado lhe dá 2\$000 (dois mil Réis) diários para que ele vá trabalhar em estradas, ficando a família a “abandar os braços”. Para Tannay, representava o sistema mais irregular e antieconômico que se podia imaginar. E dizia mais: “esse sistema é filho das péssimas tradições existentes na administração da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro (...)”.

Ainda conforme Santos (1981), Taunay emitia sua opinião quanto à razão da preferência dada pelos imigrantes italianos à Colônia Brusque: “O que se faz de afogadilho em Itajahy, faz-se sucessivamente (aos poucos) em Blumenau. Assim, na Colônia Blumenau o colono só obtém o dinheiro para fazer a casa quando entra na posse do seu lote, para derrubar (a mata) quando já tem casa, e para sementes quando já tem área para plantar”. E termina a sua análise: “Uma vez de posse da soma que naturalmente lhes é fabulosa, aqueles proletários da Europa começam os gastos em botequins e casas de cerveja, de modo que uma dessas, do cidadão Thies, vendeu em cinco dias 16.000 garrafas de cerveja. Some-se a esta porção o que foi consumido em outros negócios e, especialmente ao tal Pietro Beltramini, e terá V. Ex.<sup>a</sup>. uma quantidade enorme de litros de cerveja pagos pelo Governo do Brasil aos seus imigrantes como saudação de feliz chegada”. A Cervejaria de Friedrich Wilhelm Thies estava localizada na Stadtplatz da Colônia Itajahy-Brusque, próximo da esquina da atual rua Rui Barbosa com a Hercílio Luz.

## A realidade que os italianos encontraram

Em 1875, ano da chegada dos primeiros italianos, Luis Paes Leme era o Diretor da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro, e se viu obrigado a dar acolhida aos imigrantes italianos após receber o telegrama de 10/02/1875, em que o Ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, informava que em breve chegariam à Colônia 200 imigrantes Lombardos, e que a Colônia deveria se preparar para bem recebê-los. Paes Leme não teve dúvidas, e de pronto orçou as despesas, distribuindo os devidos valores entre mantimentos durante o transporte, mantimentos para dez dias, auxílio, casas provisórias, sementes, ferramentas, etc. Os primeiros 108 colonos chegaram em 4/07/1875. A partir de então, a região da Colônia Príncipe Dom Pedro, que depois de extinta, em 6/12/1869, havia sido anexada à Diretoria da Colônia Itajahy, passou a ser colonizada com imigrantes italianos.

Estes imigrantes vieram para o Brasil com a perspec-

tiva de se tornar proprietário de terras, e também devido à propaganda corrente na Itália afirmar que o solo aqui era fértil. Eles tinham vontade de vencer, mas a realidade que encontraram foi dura: as terras eram montanhosas, o isolamento era quase total, aliado ao desconhecimento do espaço que os cercava. A consequência foi o desencanto, o arrependimento, o desespero e a vontade de voltar. Houve revoltas e motins em vários pontos da Colônia e muitos a deixaram, voltaram para a Itália ou foram em direção à América Platina (Argentina, Paraguai e Uruguai).

Os lotes junto à sede da Colônia já estavam ocupados pelos alemães, cuja chegada oficial se deu a partir de 1860. Das terras destinadas à colonização, restou a periferia e, principalmente, os terrenos da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro, quase todos montanhosos, com pequenas várzeas, onde a agricultura de porte se tornou dificultada, áreas às quais se adaptaram melhor aqueles que já eram lavradores em seu país de origem. Inicialmente, os imigrantes italianos receberam lotes nas localidades de Poço Fundo e Águas Claras. A seguir, foram distribuídos os terre-

nos que margeiam o Ribeirão Alferes, já no vale do Rio Tijucas, onde, em 1875, havia sido criado o núcleo de Nova Trento, ligado administrativamente à Colônia Brusque. A partir de 1876, os imigrantes que chegavam eram levados para ocupar os terrenos montanhosos que faziam parte da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro, no médio vale do Itajaí-Mirim. Foi criado o núcleo de Porto Franco, distante 30 km da sede colonial, com colonos, em sua maioria, de origem italiana. Assim, as maiores áreas de concentração de elementos italianos foram as localidades de Cedro; Águas Negras, Porto Franco e Ribeirão do Ouro (ambos em Botuverá); Alferes (hoje Nova Trento) e um pequeno grupo foi instalado na localidade de Lageado Alto (Guabiruba).

Sobre os primeiros anos após a chegada dos imigrantes italianos, D. Arcângelo Ganarini escreveu, em 1880, um interessante texto intitulado “Notícias de Brusque e Nova Trento, isto é, das Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro na Província de Santa Catarina Império do Brasil”, traduzido do italiano para o português por Lucas Alexandre Boiteux, e publicado ao longo de várias edições



*Vinhedo em Nova Trento. Acervo: Rosemari Glatz*

O número de imigrantes que deu entrada na Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro, por força do Contrato Caetano Pinto, não é conhecido com exatidão, mas é sabido que entre os anos de 1875 e 1877 entraram 5.616 imigrantes. Quanto à procedência, a maioria dos imigrantes veio do norte italiano: Vêneto, Piemonte, Lombardia e Trentinos, que eram chamados de tirolezes porque possuíam passaporte austríaco. Alguns imigrantes eram bilíngues, falavam o austríaco e o italiano, outros, somente o italiano.

da revista Blumenau em Cadernos em 1959. Vejamos as impressões do Padre Ganarini: Quando os imigrantes italianos chegaram à Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro, a própria sede da Colônia contava uma dezena de ranchos de madeira ou de barro, cobertos de folhas. As melhores construções eram a Capela católica, a Casa de orações protestante e a Casa da direção. Existia uma única bodega, mantida por uma

sociedade, aonde muito mal se poderia matar a fome. Um vigário católico e um pastor protestante exercitavam, havia já algum tempo, a cura das almas dos seus correligionários, que, a não ser pequenos atritos, viveram sempre em boa paz. Em 1875, os nossos Trentinos e Lombardos, fugindo, como estes diziam, às misérias da pátria, começaram a encaminhar-se para o Brasil, cheios de douradas esperanças, e Brusque recebeu

o seu contingente.

Os primeiros chegados eram umas vinte famílias de Valsugana e de Monza, que não querendo adaptar-se às terras que lhes haviam sido designadas na colônia Príncipe D. Pedro, foram localizadas em melhor situação entre Brusque e Alferes (Nova Trento). Coisa curiosa era observar-se como os de Monza, não entendendo o modo de falar dos de Valsugana, os tomavam por alemães, ao passo que os de Valsugana pensavam o mesmo em relação aos de Monza. Também em Brusque não havia meios de se entenderem, pois ainda não tinham nenhuma prática da língua portuguesa. Por felicidade, um dos chegados conhecia o alemão, e este teve de servir de intérprete, e todos passaram a recorrer a ele ao pretenderem fazer qualquer compra ou tratar dos seus negócios com a Diretoria. No ano seguinte, graças às boas informações prestadas pelos primeiros aqui estabelecidos, foi um contínuo chegar de gente do Trentino, da Lombardia e do Vêneto e em menos de três anos a população chegou a onze mil pessoas.

À chegada de tantas famílias, em vez de encontrarem

os terrenos medidos, com suas casas provisórias e um trecho de floresta derrubado com suas estradas para localizá-los, nada existia. Houve necessidade de improvisar-se grandes barracões com capacidade para 50 a 60 famílias e neles abrigá-las provisoriamente, enquanto um monte de pseudoengenheiros metia-se nos matos em todas as direções, medindo terrenos para toda aquela gente. Como houvesse interesse que o serviço se prolongasse bastante, não havia grande pressa, nem se olhava se os terrenos eram próprios à cultura, e por isso muitos colonos descontentes tiveram, com grande despesa, de mudar de sítio ou desgostosos retornar à pátria ou ir para a Argentina. Entrementes, todas aquelas famílias encontravam-se como que acampadas, ociosas, em torno de Brusque, excetuando-se as ocasiões em que a administração lhes proporcionava alguns dias de trabalho na abertura de estradas. Eram, aproximadamente, cem contos mensais que o Governo despendeu durante quase dois anos com a sua manutenção. Quase todo esse dinheiro era derramado em Brusque e nas tascas (tavernas) de antigos colonos, que tinham algu-

ma coisa para vender.

Brusque tornara-se o centro da vida, uma torre de Babel, onde os menos providos sentiam-se alegres em gastar o dinheiro que hoje choram. Alfaiates, sapateiros, operários, carpinteiros, barbeiros, pintores, e talvez também algum poeta, todos se aplicavam à mesma arte de nada fazer, enquanto os cidadãos laboriosos, face àquela crescente ociosidade e àquela felicidade tão dissipadora e perigosa para os seus filhos, suspiravam pelo momento de poder entrar em suas terras. Desse tempo data o engrandecimento de Brusque, agora (1880) uma povoação à esquerda do rio, constituída de casa de estilo tudesco (germânico), mais asseadas, cobertas de telhas, com alguns graciosos palacetes de dois andares.

Surgiram bodegas e casas comerciais e, quase por encanto, construiu-se uma assaz cara, ampla e bela igreja, benzida a 21/06/1879 e dedicada a São Luis Gonzaga. Existem duas escolas públicas católicas e uma particular do pastor evangélico, agência do correio, tiro ao alvo, um pequeno teatro, três fábricas de cerveja, padarias, açougue, alfaiataria e todos os demais

artesãos necessários à vida social. Uma cômoda estrada carroçável à margem direita do rio Itajaí-Mirim, de 38 quilômetros, a põe em comunicação com o porto de Itajaí, e outra de 28 quilômetros, passando pelo Morro da Onça, a põe em comunicação com Nova Trento. Sobre o rio, fazendo vez de ponte, duas balsas transportam carros, animais e pessoas; e, em outros pontos existem canoas para dar passagem às pessoas de uma margem à outra.

Padre Ganarini (1880) prossegue, dizendo que as melhores terras em torno de Brusque estão ocupadas por colonos tudesco (alemães), enquanto os italianos, situados mais distantes no fundo dos vales, nem sempre puderam alcançar terras boas e planas. Havia montes escabrosos, próprios somente para a plantação da mandioca. E, particularmente os lombardos, habituados à planura de sua pátria, com aquela antipatia que manifestavam à mandioca, vendo que o terreno não se prestava ao milho e a outros produtos a que estavam acostumados, tornaram-se indiferentes às suas terras e mudaram de sítio assim que o Governo lhes suspendeu a devida subvenção.



*Casa de italianos em Guabiruba. Acervo: Rosemari Glatz*

## As áreas onde os imigrantes italianos foram instalados

As duas colônias, Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro, se desdobram em quatro distritos, em cada um dos quais há um engenheiro, designado pelo diretor, que distribui os trabalhos, faz os pagamentos e mantêm a boa ordem. O distrito de Cedro Grande é o mais próximo de Brusque, e por isso é o mais bem-dotado de estradas, mas ao mesmo tempo o mais mesquinho em terrenos, estando os melhores ocupados pelos colonos alemães e brasileiros. O distrito de Gaspar, com algumas exceções, possui terras excelentes, e está situado em

bom ponto pela facilidade de comunicações com Brusque, distante cerca de dez quilômetros, e com o povoado de Gaspar, no Itajaí-Açu, onde há a comodidade do vapor que faz o serviço três vezes por semana entre Itajaí e Blumenau.

O distrito de Porto Franco, atual Botuverá, situado na parte superior do Itajaí-Mirim é habitado por imigrantes naturais de Cremona e de Mântua, com poucas famílias de Trento. Ali existe uma capela, um cemitério e os colonos, satisfeitos com a fertilidade de suas terras, lamentam encontrarem-se tão afastados de um sacerdote e desejam ter um colado junto deles. É o distrito que tem maior falta de estradas, nem há esperança de tão cedo en-

trarem carros em Porto Franco. Nos anos passados todo o transporte era feito por água ou em lombos de muares; pelo que se pagava um terço a mais pelos gêneros do que em outra qualquer parte, e quem tinha milho ou outra coisa devia dá-los aos animais por ser o preço do transporte muito alto. Agora se está trabalhando com satisfação, e espera-se em poucos meses ter 22 quilômetros de estrada carroçável, e antes do fim do ano poder-se-á alcançar a sede do distrito. Falava-se em uma mina de ouro e outra de carvão de pedra, tentando-se fazer escavações, mas mesmo que elas existissem, seriam precisos outros meios de que não poderiam dispor os colonos. O sítio é muito rico de madeiras de construção, e é de esperar que a serraria recentemente montada possa realizar bons negócios. Existem moinhos, piladores de arroz, alguns engenhos de açúcar e cachaça, e preparam-se outros para a fabricação de farinha de mandioca.

Nova Trento, sede do quarto distrito da Colônia Itajaí-Brusque e Príncipe Dom Pedro, foi assim denominado por serem seus habitantes e os das linhas adjacentes, na maior parte, do Trentino.

Ayres Gevaerd (1970) escreveu sobre a origem do nome de Ribeirão do Ouro ao afluente do rio Itajaí-Mirim: por volta do início da década de 1840, quando toda a região que hoje constitui o município de Brusque era um sertão bravo, habitado por bugres, apareceram aqui três irmãos vindos dos Estados Unidos da América. Chamavam-se eles Roberto, Augusto e Leweson Leslie, e andavam à procura de minas. Depois de terem cruzado todo o nosso sertão, permaneceram durante alguns meses às margens de um córrego, afluente do pequeno Itajaí, e onde, segundo diziam, haviam encontrado ouro, tendo extraído e levado consigo uma boa quantidade desse metal. A notícia do fato espalhou-se e, quando, anos depois, moradores foram se estabelecer perto do ribeirão, junto ao qual os três irmãos americanos haviam minerado, e batizaram o riacho com o nome de Ribeirão do Ouro, em virtude daquela tradição. Dos três mineiros, dois voltaram logo depois para os Estados Unidos e o terceiro ficou por aqui. Era o velho Lessa, conforme todos aqui tratavam o Sr. Leweson Leslie, um abastado agricultor, falecido com avançada idade, em Ilhota, no ano de 1909. Deste modo se fica sabendo por que o pequeno curso de águas que conflui no Itajaí-Mirim, próximo às nascentes deste recebeu o nome de Ribeirão do Ouro.



*Terra preparada para o plantio no interior da Colônia*

Até 1876, o sítio onde hoje se levanta Nova Trento chamava-se do Alferes e também Serras, devido a uma serra aí

existente havia muitos anos. Uma colônia de famílias genovesas, procedentes da Europa há cerca de 40 anos se

estabelecera ao longo do rio Tijucas, a qual com o andar do tempo passara para as margens do Braço e alcançou por fim o Alferes. Ganarini se referia à primeira colônia de italianos no Brasil, a Colônia Nova Itália, localizada no vale do Rio Tijucas-Grande, atual município de São João Batista, fundada em 1836 por 132 imigrantes italianos que aportaram no porto do Desterro (hoje Florianópolis) em março de 1836. Ganarini (1880) continua: os nossos colonos estabelecidos naqueles pontos encontraram ainda bananeiras e laranjeiras atufadas na floresta que sobreveio. A razão daqueles genoveses abandonarem o local da Colônia Nova Itália, com exceção de poucas famílias, foram as frequentes correrias dos selvícolas chamados “bugres”, que assaltavam as casas para roubar, matando as pessoas. Foram enviados soldados para protegê-los; mas, mal estes se retiravam, os bugres voltavam de novo, encarniçados contra os detestados brancos, considerados invasores das suas terras; diante disso acharam mais prudente retirarem-se para São João Batista.

Entre Nova Trento e Brusque existe uma cadeia de



*Roda d'água, parte dos engenhos  
construídos pelos italianos.  
Acervo: Rosemari Glatz*

montes cujos cimos mais elevados podem alcançar setecentos metros acima do nível do mar. O ponto tomado para a passagem da estrada chama-se Morro da Onça, entre cujas quebradas se penetra em uma garganta principal flanqueada por outras, que se poderia chamar a Suíça dessas colônias. Em vários lugares do distrito de Nova Trento os colonos ergueram ermidas, para que o padre a elas concorresse algumas vezes no ano a fim de rezar a santa missa, confessar a população, doutrinar as crianças e realizar alguns dias de festa de acordo com o tempo disponível. Ganarini dizia que não basta um diretor e uma dezena de engenheiros para fazerem prosperar uma colônia, faz-se preciso o padre, natural propugnador da moral e da justiça do qual uma única palavra basta para consolar muito mais do que os favores do governo. Com um engenheiro de menos e um sacerdote a mais, o governo ganharia bastante, e teria a satisfação de ver frutificar os muitos milhões gastos para colonizar o país.

Aos poucos, os imigrantes italianos foram se adaptando ao meio, tirando a subsistência através da agricultura.

Entre os principais produtos, figuravam o milho, o feijão, a batata, o aipim, e a cana-de-açúcar. O excedente de produção era trocado nas “vendas” por gêneros de maior necessidade, como querosene, trigo, açúcar, sal e equipamentos agrícolas.

Encontrando-se em Nova Trento um bom número de colonos, logo apareceram casas comerciais, as chamadas “vendas” com gêneros de primeira necessidade. Depois alguns artesãos ali estabeleceram suas oficinas de calçado, de alfaiate, de marceneiro. Durante a abertura da estrada carroçável para Brusque, puseram-se em comunicação com São João Batista por meio do rio, de onde se traziam açúcar, café, cachaça, animais para o corte, feijões que os genoveses e brasileiros ali estabelecidos vendiam mais barato do que os encontrados em Brusque.

Também os negociantes e os artífices construíram boas casas e bastante cômodas, dispostas regularmente no povoado e com hortas nos fundos. Duas fábricas de cerveja já estão funcionando, uma alemã e outra de quatro irmãos naturais de Rovere, que sabem manter-se unidos e trabalhar de acordo. A es-

cola, estabelecida em 1879, é frequentada por bom número de meninos. Eis aqui, pois, o que é a povoação de Nova Trento; uma pequena povoação com cerca de quarenta casas no máximo; pobre, se se quiser, mas com um belo e querido nome, e com fundadas esperanças de próspero futuro, conclui Ganarini.

## Tempos depois

O ideal de melhoria econômica e social dos imigrantes italianos que, a partir de 1875, cruzaram o oceano e vieram buscá-lo nos apertados vales do Itajaí-Mirim demorou para se concretizar, mas aconteceu. Passados mais de 140 anos e várias gerações depois, os milhares de descendentes dos quase seis mil imigrantes italianos que se estabeleceram no território da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro, território este que deu origem aos municípios de Botuverá, Nova Trento, Presidente Nereu e Vidal Ramos, podem lembrar a história dos seus antepassados com deferência e orgulho pois, afinal, corre em suas veias o sangue de um povo vencedor.

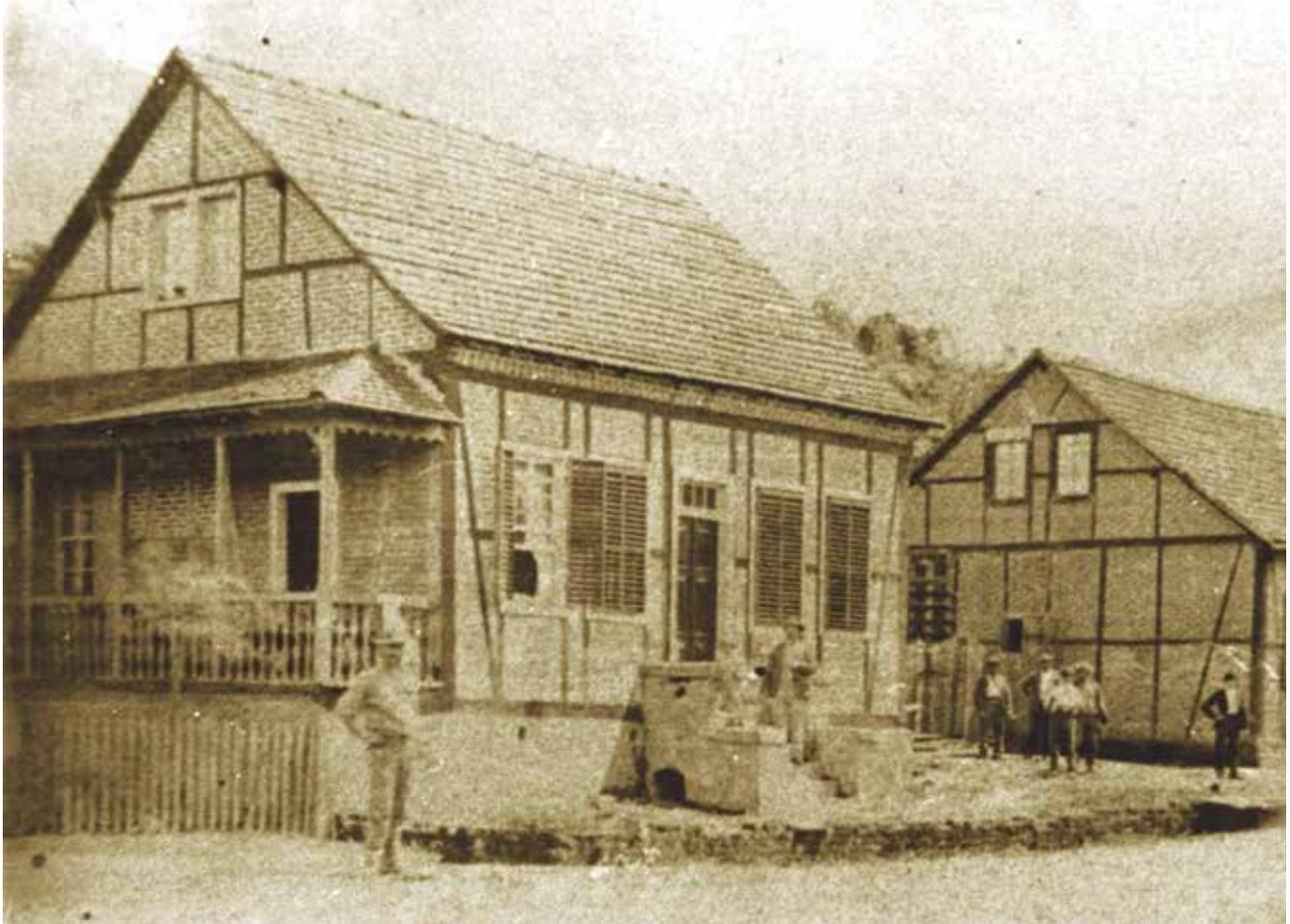
## REFERÊNCIAS

GANARINI, D. Arcângelo. Notícias de Brusque e Nova Trento, isto é, das Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro na Província de Santa Catarina Império do Brasil. Trento Estbl. Tip. G. B. Monauni, Editora. 1880 Traduzidas do Italiano por Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cader-nos. Tomo II. Várias edições do ano de 1959.

GEVAERD, Ayres. Blumenau em Cadernos. Meu Caderno de Recordações. Tomo XI, nº 4, abril de 1870. Disponível em: < <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cader-nos/1970/BLU1970004.pdf> > Acesso em 13 de setembro de 2018.

GEVAERD, Ayres. Aconteceu em há 100 anos Brusque 1876. Tomo XVII, nº 10, outubro de 1876. Disponível em: < <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cader-nos/1976/BLU1976010.pdf> > Acesso em 13 de setembro de 2018.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. Colonização Italiana no Vale do Itajaí-Mirim, Florianópolis. 1981.



*Casa comercial de Wilhelm Thies no centro de Brusque. Acervo: SAB*

## Participação de Brusque na Guerra do Paraguai

No dia 14 de outubro de 1865, um sábado, partiram da Colônia Itajahy-Brusque rumo à Capital da Província, os 25 voluntários que atenderam à convocação da Lei nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865, do Governo Imperial. Contando apenas cinco anos, Brusque já ofereceu esse apreciável número de volun-

tários, graças às atividades empreendidas pelo diretor da colônia, Barão Maximilian von Schnneburg, junto aos colonizadores alemães que detinham as condições necessárias e qualidades exigidas para defender sua nova Pátria.

O alistamento foi rápido, aproximadamente 15 dias,

pois o diretor recebera, nos primeiros dias de outubro, ofício do presidente da Província autorizando-o abrir o voluntariado. Houve uma série de pequenos incidentes relacionados à convocação. Schneeberg, entretanto, contornou diplomaticamente a situação, mantendo a dignidade de seu cargo e da missão

orientadora do alistamento. Eugênio Rieger, Guido de Seckendorf e Alexandre Rufener, médico na Colônia, foram os primeiros que se apresentaram, tendo Schneeberg, em carta ao Presidente da Província, recomendando-os ao oficialato. Rufener, entretanto, não seguiu, retirando mais tarde sua inscrição.

Realizaram-se algumas reuniões preparatórias e de esclarecimento, especialmente com relação aos benefícios que teriam os conscritos e suas famílias. O governo concedia abono de 300\$000 a cada voluntário engajado e o Barão entendeu-se com o Presidente da Província pedindo para que cada um recebesse, antes da partida, a metade daquela importância. Outras quotas seriam concedidas mensalmente, destinadas às famílias e descontadas de seus soldos. Cada voluntário, ao partir, recebeu uma ajuda de 15\$000. Ultimadas as providências em reunião realizada numa taberna da “Stadtplatz” (centro da colônia), seguiram os voluntários. O percurso, em uma lancha e duas canoas, deu-se normalmente até a Barra do Rio, de onde os voluntários marcharam até a sede da Vila de Itajahy, embarcando dias

mais tarde rumo a Desterro. Schneeberg acompanhou os seus voluntários até Desterro, confiando-os então a Guido de Seckendorf, que naquele momento já ocupava o posto de tenente.

Os nomes dos voluntários da Colônia Brusque constam da relação que inclui também os voluntários das Colônias Dona Francisca, Blumenau, Teresópolis e São Pedro de Alcântara, e foi assinada por Victor de Gilsa – capitão, Guido Seckendorf – tenente, e Emílio Odebrecht – tenente. São eles: Roberto Schmidt; Ricardo Vollrath; Frederico Moritz; Germano Klekenkamper; Valentin Schaefer; Simão Habitzreuter; Eduardo Becker; Eduardo Bachmann; José Schoren; Guilherme José Olhafen; João Schwanberger; Antônio Dinkelberg; Emilio Puhlmann; Vicente J. Barth; João José Hermes; José Schlindwein; Augusto Jansen; João Zabel; Cosmo Vogel; Francisco A. Day; Guilherme Oestrenger; Guido de Seckendorf – Tenente e Augusto Peters – cabo, e um brasileiro cujo nome não consta da relação. Mais tarde, Eugênio Rieger, um dos primeiros que havia se apresentado ao Barão, recebeu autorização para unir novos voluntários e arrumou

sete que com ele seguiram no dia 8 de fevereiro de 1866. São eles: Bernardo Josiger; Detlef Sacht; Antônio Boos; Henrique Sacht; Germano Boos; Henrique Dorenkot e Antônio Straub. Segundo Wiederspahn (1962), o esforço militar do Império do Brasil neste maior conflito continental sul-americano havido até nossos dias, correspondeu a 139.000 homens mobilizados para a guerra e enviados ao Paraguai, sobre cerca de um total de 9.000.000 de habitantes, isto é, cerca de 1,5%, dos quais faleceram em campanha, aproximadamente 24.000 homens, inclusive os desaparecidos, ou 17% do total em campanha.

Quando foram recolhidos os documentos que se encontravam no Departamento de Terras e Colonização, em Florianópolis, Ayres Gevaerd acreditou que Raymundo Rodrigues, de cor preta, fosse o brasileiro cujo nome não se achava registrado na lista assinada por Victor de Gilsa, Emílio Odebrecht e Guido de Seckendorf. Gevaerd adquiriu de Raymundo Rodrigues uma espada de cavalariano que doou ao Museu de Azambuja. No entanto, anos mais tarde Gevaerd se deparou com um exemplar do jornal “Brusque



*Voluntário da Guerra do Paraguai em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

Em 2012, Brusque rendeu homenagem aos colonizadores alemães que, em 1865, atenderam voluntariamente a convocação do Governo Imperial e foram lutar pelo Brasil na Guerra do Paraguai. Em sua honra, a Lei Ordinária nº 3.518/2012 denominou, no bairro Tomás Coelho, a rua Voluntários da Pátria.



Zeitung”, de 1912, informando que naquele ano (1912) viviam em Brusque, Francisco A. Day e José Galiza, veteranos da Guerra do Paraguai. Então ele consultou pessoas idosas, contemporâneas dos dois velhos soldados, que confirmaram a nota do jornal, inclusive que José Galiza era brasileiro. E assim, ainda perdura a dúvida quanto à identidade do voluntário brasileiro cujo nome não consta da relação.

Alguns dos voluntários que deixaram a Colônia Itajahy-Brusque entre 14 de outubro de 1865 e 8 de fevereiro de 1866 deram à nova pátria o máximo que um homem pode dar, a vida:

Foram os seguintes: Antônio Dinkelberg, Germano Kleknamper, Guilherme Ostringer, Guilherme José Olhafen e Valentin Schaefer. Eles faleceram durante a Guerra do Paraguai, quer em consequência de doença adquirida em campanha, quer em consequência direta das operações militares em torno do Passo da Pátria, na confluência dos rios Paraná e Paraguai, ligando-se, assim, definitivamente à história, irmanados aos demais que lá tombaram para que a dignidade do Império e a tranquilidade do nosso Continente não mais sofressem tais agressões, como aquela iniciada então pelo Ditador

-Presidente do Paraguai, General Francisco Solano López.

Pouco se sabe sobre o regresso dos sobreviventes daquele contingente de alemães que atenderam à convocação e lutaram como “Voluntários da Pátria”. Muitos regressaram doentes e alquebrados pelos males que lhes abalaram a saúde para sempre, e no coração, traziam a dor pelos companheiros caídos na Guerra do Paraguai. A todos esses bravos guerreiros, a comunidade da Colônia Itajahy-Brusque tributou as honras merecidas, mas o Governo bem cedo os esqueceu. Aos poucos, os “Voluntários da Pátria” foram desaparecendo e a história apenas guardou os seus nomes.

## REFERÊNCIAS

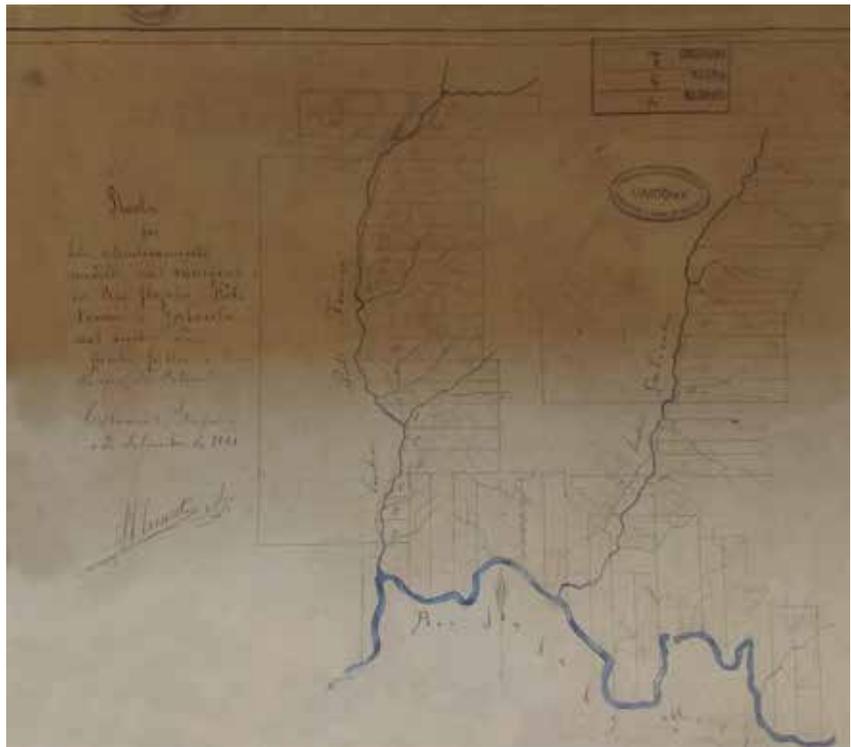
GEVAERD, Ayres. Os Voluntários da Pátria de Brusque na Guerra do Paraguai. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Tomo VII, nº 7. Blumenau: 1965.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Blumenau na História Militar Brasileira. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Tomo V, nº 6. Blumenau: 1962.

# A Colônia Príncipe Dom Pedro

Nos primeiros anos da colonização de Brusque, em 1860, os imigrantes alemães foram sendo instalados na margem esquerda do Itajaí-Mirim. No correr dos anos, juntaram-se a eles colonos de outras nacionalidades. Os resultados obtidos com a colonização de Brusque eram bem animadores e o governo resolveu fazer um segundo ensaio nas terras situadas mais ao interior, ao curso superior do mesmo rio. A exploração seria mais difícil, mas havia motivos para tentá-la e fazia parte do programa governamental.

A Colônia Príncipe Dom Pedro foi uma colônia imperial formada com imigrantes de língua inglesa reemigrados dos Estados Unidos. Segundo o historiador José Ferreira da Silva (1998), a Colônia Príncipe Dom Pedro foi implantada em terras que o Governo adquirira de Francisco Sallenthien, um dos integrantes do grupo dos 17 imigrantes fundadores de Blumenau. Sallenthien, já em 1852, havia se transferido para as margens do rio Itajaí-Mirim, para adiante do Ribeirão das Águas Claras, onde montou uma serraria. Precisando o governo de mais terras para



Mapa da Colônia Príncipe Dom Pedro com demarcação de lotes. Acervo: SAB

ampliar a Colônia, adquiriu a gleba de Sallenthien e outras próximas, instalando ali os imigrantes aliciados na América do Norte.

## O transporte de Itajaí e a chegada em Brusque

O Diretor Dr. Barzillar Cottle foi o primeiro diretor da Colônia Príncipe Dom Pedro e fretou várias embarcações a remo e transportou os imigrantes rio acima da barra do Porto de Itajaí até o Barra-

cão dos Imigrantes (instalado próximo ao Clube de Caça e Tiro) em Brusque. Antes, um ofício de 9 de fevereiro de 1867, expedido pelo Presidente da Província de Santa Catarina, solicitava ao Barão Maximilian von Schneeberg, Diretor da Colônia Itajahy-Brusque, que fizesse descer “as duas canoas da Diretoria e todas as lanchas de particulares que V. S.<sup>a</sup> puder alugar para este feito (...) para conduzir colonos agora mesmo chegados”. E lhe aconselhava o Presidente da Província que estivesse “pronto para receber até 190 colonos no Barra-

ção dessa Colônia, destinado a semelhante mister”.

O grupo de imigrantes ingleses com os quais o Governo Imperial deu início à colônia agrícola Príncipe Dom Pedro chegou ao Brasil a bordo do Vapor Tartar. A intenção do Governo Imperial era trazer correntes migratórias de mão de obra livre e, acima de tudo, de mentalidade liberal e progressista, semelhante à migração aos Estados Unidos.

Foram três dias navegando rio acima até alcançar a Colônia Itajahy-Brusque, onde o núcleo colonial – até então constituído de alemães - se viu surpreendido com a presença dos colonizadores reemigrados dos Estados Unidos.

Ainda que a contragosto, o Barão Von Schneeberg teve que acatar a instalação da colônia vizinha. E quando, sob o comando do Diretor Dr. Cottle, chegaram os imigrantes destinados à nova colônia, o Barão colocou à disposição dos chegados os animais de condução de carga pertencentes à Diretoria. Emprestou, também, as 12 espingardas e a competente munição para espantar eventuais correrias de bugres. E orientou o novo Diretor Dr. Cottle sobre a prevenção de moléstias do clima, oferecendo medicamentos da botica (farmácia rural de manipulação caseira) da colônia.

## A data da fundação

Em 19 de janeiro de 1866, o Decreto Imperial criou, oficialmente, a Colônia Príncipe Dom Pedro. Mas, de acordo com Aloisius C. Lauth (2014), os administradores usaram diferentes datas para marcar o início da colônia. Para uns, seria o dia 19 de janeiro de 1867, quando o Decreto nº 3.784 aprovou o Regulamento para as Colônias do Estado. Para outros, seria o dia 15 de fevereiro de 1867, quando da chegada da primeira leva de norte-americanos (aliciados pela Companhia de Navegação “United States and Brazil Steamship”) ao Barracão dos Imigrantes em Brusque. Para outros, seria o dia 1º de março de 1867, quando da emissão dos primeiros atos administrativos que confirmariam a intenção do Governo Imperial de fundar a Colônia. De acordo com Lauth, a data mais adequada para ser o marco da fundação da Colônia Príncipe Dom Pedro seria o dia 10 de março de 1867, pois foi nesse dia que se realizou o primeiro acampamento dos imigrantes norte-americanos no barracão provisório de Águas Claras, erguido no terreno onde em 2018 funciona a Escola de Educação Fundamental Padre Luiz Gonzaga Steiner, Traves-

sa Lagoa Dourada, nas proximidades do bairro Dom Joaquim, Brusque.

## O porquê do nome

O nome da nova colônia foi uma homenagem ao Príncipe Dom Pedro, filho da Princesa Leopoldina e do Duque de Saxe, nascido em 1866. Segundo Lauth (2014), a denominação Príncipe Dom Pedro deve-se a um brinde do liberal Tavares Bastos no salão nobre do Império, quando este homenageou a política nacionalista da Guerra do Paraguai. O Imperador estaria ocupando os territórios devolutos com uma nova colônia, bem próximo das regiões de onde partiram centenas de soldados alemães, inclusive os 25 voluntários da Colônia Itajahy-Brusque que atenderam à convocação do Governo Imperial e, em 1865, partiram rumo à Capital da Província para defender sua nova Pátria na Guerra do Paraguai.

## A demarcação dos lotes

A distância entre o barracão dos imigrantes da colônia Príncipe Dom Pedro e o barracão da Colônia Itajahy-Brusque era de cerca de 4

km (distância entre o início da rua do Cedro, no bairro Dom Joaquim, até o Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque, Centro.

A jornada de exploração e o levantamento topográfico da colônia começaram logo após a chegada dos ingleses reemigrados dos Estados Unidos ao barracão dos imigrantes. Uma parte abriu uma clareira na mata. Reconhecida a região, e com as informações prestadas pelo Barão von Schneeberg, Diretor da Colônia Itajahy-Brusque, ao Dr. Cottle, Diretor da Colônia Príncipe Dom Pedro, este definiu as trilhas de acesso a partir de um porto aberto na foz do Ribeirão Águas Claras e outro em Pedras Grandes, até onde os barcos a remo poderiam navegar. Também foi preciso abrir uma picada do porto do ribeirão ao barracão coletivo, distante aproximadamente 1,2 km.

O território da colônia Príncipe Dom Pedro era cortado pelo Ribeirão Águas Claras, Limeira, Limoeiro, Cedro Grande, Cedro Pequeno, Alferes e Creeker. Acima da foz do Ribeirão Águas Claras, a área era menos acidentada e não estava sujeita a tantas enchentes do rio. Os primeiros lotes coloniais foram demarcados a partir dos ribeirões, abrangendo, em média, 30

hectares cada.

Formaram-se os primeiros grupos de serviço assalariado, pagos por jornada diária. Outro grupo ocupou-se da abertura de picada para a Encruzilhada de Águas Claras e para o lugar chamado Rodger's Road, na região de Cedro Grande. Uma picada seria aberta da sede da Colônia Príncipe Dom Pedro na direção das terras de Paul Kellner e Pedro José Werner, antigos moradores, proprietários de terras em Pedras Grandes.

## **A frustração do Diretor em relação ao território**

Já nos primórdios da demarcação, em 1867, a Diretoria da colônia se dirigiu à Presidência da Província, reclamando que “o terreno que foi destinado para esta colônia, segundo a descrição feita pelo engenheiro que a demarcou, devia conter boas terras para a cultura; as explorações, porém, ultimamente feitas, por ocasião da divisão dos lotes, não confirmaram aquela informação, encontrando-se em quase toda parte estreitos e montanhas escarpadas, que não se prestam à cultura, principalmente pelo arado; as melhores terras estão

dentro da área pertencente a Sallenthien, que fica entre o primeiro território da Colônia Itajahy e o segundo, que também lhe estava destinado, mas que foi designado para a nova colônia”. Ou seja, as melhores áreas estavam localizadas justamente nas terras particulares de Paul Kellner e de Franz Sallenthien que, naquele momento, as usavam para exploração de madeira e cujas terras estavam encravadas no seio do território incorporado à Colônia Príncipe Dom Pedro. (LAUTH, 2014).

Vencidas as dificuldades iniciais, um bom trecho de caminhos foi aberto para o trânsito de veículos de tração, e outros apenas para pessoas e animais de carga. Um caminho de carroças ligava as colônias Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro. Tendo em vista a grande utilidade proveniente da ligação direta com a capital, que viria a facilitar o intercâmbio comercial, o Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, autorizou, em 1867, a abertura de uma picada até o núcleo de Tijucas. O trabalho de abertura era realizado pelos imigrantes e pago com recursos públicos.

A Colônia Príncipe Dom Pedro foi instalada à margem

direita do rio Itajaí-Mirim, divisando com a Colônia Itajahy. Inicialmente, as terras foram utilizadas para instalação de elementos ingleses e irlandeses reemigrados dos Estados Unidos, que permaneceram por pouco tempo. Segundo José Ferreira da Silva (1972), essa Colônia não prosperou já que, logo de início, foi mal administrada pelo seu diretor que foi demitido e processado por desvio de dinheiro e outras irregularidades. A duração da Colônia foi efêmera e, em 1869, foi anexada à Colônia Itajahy. Depois suas terras foram utilizadas para instalação de colonos poloneses e, mais tarde, por italianos.

## O fracasso da colonização

A Colônia Príncipe Dom Pedro custava a se desenvolver. Os imigrantes ingleses e irlandeses, que haviam sido assentados no território, eram avessos ao trabalho na terra e logo se tornaram pensionistas do governo. Dependiam do trabalho na abertura de estradas, que era pago por diária. Nem sempre havia dinheiro do governo para contratação dos serviços e logo passaram à ociosidade. Surgiram inúmeros desacertos e distúrbios entre os imigrantes.

Má gestão pública também foi verificada. Com o fracasso da colonização, aos poucos a área foi sendo abandonada. Apesar de ser área montanhosa e pouco propícia ao plantio da lavoura com arado, o território era de grande riqueza florestal e havia muitos cursos d'água. Suas dificuldades em termos de áreas propícias à agricultura eram semelhantes a outras regiões do estado de Santa Catarina. O que faltou foi administração e vontade de trabalhar. Conforme dizia Ayres Gevaerd, as administrações da Colônia Príncipe Dom Pedro foram incapazes de promover o seu êxito, apesar de bem-intencionadas.

Segundo Jacintho Antônio de Mattos (1917) “aos poucos, esses colonos (ingleses e irlandeses reemigrados dos Estados Unidos) foram deserdando dos seus lotes, até que no aviso de 6 de dezembro de 1869, do Ministério da Agricultura, a Diretoria da Colônia foi anexada à Diretoria da Colônia Itajahy”. A partir de então, a correspondência oficial passou a ser dirigida à Diretoria da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro. As dimensões coloniais também aumentaram, passando a somar aproximadamente 70.000 hectares.

A Colônia vivia completa anarquia e já estava em vias

de ser extinta quando chegou, em agosto de 1869, o primeiro grupo de famílias de imigrantes poloneses, rendendo a Brusque o título de “Berço da Imigração Polonesa no Brasil”. Foram instalados na linha “Sixteen Lots”, na Colônia Príncipe Dom Pedro e substituíram, em parte, os irlandeses. Em 1875, teve início a colonização com imigrantes italianos.

Anos mais tarde, partes do território da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro deram origem aos municípios de Nova Trento, Vidal Ramos, Presidente Nereu e Botuverá. Uma parte do território continuou pertencendo a Brusque.

---

## REFERÊNCIAS

LAUTH, Aloisius C. Colonos Ingleses em Águas Claras. 2014.

MATTOS, Jacintho Antônio de. Colonização do Estado de Santa Catarina: dados históricos e estatísticos, 1917.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis: Editora EDEME - Empreendimentos Educacionais Ltda., 1972.

SILVA, José Ferreira da. Blumenau em Cadernos. 1998.

Brusque Memórias. Disponível em: <<http://www.brusquememoria.com.br>>. Acesso em 16 de agosto de 2018.



*Centro de Brusque no início do século XX. Acervo: SAB*

## A emancipação da Colônia

Em 1860, teve início a colonização oficial do território da Colônia Itajahy-Brusque. Por aquele tempo, Brusque consistia numa parcela de “território” organizado, sob o comando de uma diretoria, para onde se encaminhavam colonizadores alemães, incumbidos de explorá-lo. A princípio, dera-se a essa zona a denominação “colônia” conceito que nem compreende qualidades administrativas, segundo a Lei brasileira. Era

considerada colônia uma zona que estava sendo povoada por lavradores. No ano de 1881 a Colônia Itajahy-Brusque alcançara um grau de desenvolvimento que levou o governo a dar-lhe o caráter de município. Essa elevação, porém, não se processou tão inesperadamente; tivera seus preliminares. Pela Lei Provincial nº 693, em 31 de julho de 1873, o então presidente da Província, Pedro Afonso Ferreira, desmembrava as colô-

nias anexadas da freguesia do Santíssimo Sacramento (Itajaí), formando-se a Freguesia (paróquia), que normalmente é o primeiro passo para a emancipação política e administrativa, e foi escolhido como orago São Luis Gonzaga.

A data de 23/03/1881 marca a criação do município de Brusque quando, por força da Lei Provincial nº 920/1881, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila e município, igualmente denomi-

nado de São Luiz Gonzaga. Foi a emancipação político-administrativa de Brusque. Kons (2018) informa que a Vila abrangia os territórios dos atuais municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá, Vidal Ramos, Presidente Nereu, Nova Trento e inclusive uma porção de São João Batista (localidade de Crecker), pois a lei de criação da Vila fixava os limites como sendo os mesmos da Freguesia de São Luis Gonzaga. Itajaí, Blumenau, Lages e Tijucas eram os municípios limítrofes. E, ao contrário de um grande número de municípios, a data magna comemorada em Brusque não é a efeméride de sua emancipação político-administrativa, mas sim o dia 4 de agosto de 1860, data que marca a chegada dos imigrantes alemães liderados pelo primeiro diretor da Colônia Itajahy-Brusque, Barão von Schneeberg.

De acordo com a Lei provincial nº 920/1881, tão logo os moradores tivessem preparado a edificação em que a Câmara Municipal passaria a atuar, seriam instalados o novo município e a Villa de São Luiz Gonzaga. Enquanto não se aprovasse o próprio Código de Posturas e este não fosse referendado pela

Assembleia Provincial, a administração da Câmara Municipal obedeceria às normas constantes das posturas do município de Itajaí. Segundo Gevaerd e Gevaerd (1960), o primeiro administrador do Município de São Luiz Gonzaga foi Jacinto Adolfo A. Pantoja, o nono e último administrador efetivo da Colônia Itajahy-Brusque, e o primeiro administrador do município criado em 23 de março de 1881, conforme pode ser atestado por vários documentos assinados por ele.

No período monárquico, os municípios eram administrados pelas câmaras municipais, e os presidentes das câmaras correspondiam aos superintendentes, o equivalente ao cargo de prefeito de hoje. E para instalar e administrar o novo município, em 5/05/1883 foram eleitos os vereadores. Assim, mesmo criado em 1881, o município foi instalado apenas em 8/07/1883, com a solenidade de tomada de posse dos primeiros vereadores e consequente instalação do município de Brusque. Com início às 10 horas, a solenidade foi presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Itajaí, advogado Luiz Fortunato Mendes. Após o juramento,

foi eleito o comerciante Germano Willerding como o primeiro presidente da Câmara do novel município. Os administradores do Município de São Luiz Gonzaga durante o período monárquico foram Germano Willerding, Pedro Jacob Heil, Guilherme Krieger, Germano Augusto Thieme e Guilherme Krieger.

Em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República Brasileira, instaurando a forma republicana presidencialista de governo no Brasil, encerrando a monarquia constitucional parlamentarista do Império e, por conseguinte, destituindo e deportando o então chefe de estado, Imperador Dom Pedro II. A proclamação ocorreu na Praça da Aclamação, atual Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil. Em 24/02/1891, o Congresso Nacional Constituinte decretou e promulgou a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. E, pouco tempo depois, em 11/06/1891, foi promulgada a primeira Constituição Estadual de Santa Catarina. Durante as primeiras décadas do regime republicano, os municípios eram administrados pelos superintendentes

## A Certidão de Nascimento do Município

Em 23 de março de 1881, a freguesia de São Luiz Gonzaga das colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro foi elevada à categoria de Município, conforme a Lei nº 920, de 23 de março de 1881:

“O Dr. João Rodrigues Chaves, Juiz de Direito e Presidente da Província de Santa Catharina. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º - Fica elevada à categoria de município a freguesia de São Luiz Gonzaga das colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro, com a mesma denominação.

§ 1º - A sede do dito município será a da referida freguesia, que fica também elevada à Villa, e com a denominação de Villa de São Luiz.

§ 2º. Os limites do novo município serão os mesmos da freguesia de São Luiz.

Art. 2º - Logo que os moradores tenham preparado casa em que deva funcionar a Câmara Municipal, serão instalados o novo Município e a dita Villa, devendo a Câmara reger-se pelo Código de Posturas do município de Itajahy, até que organize o código pelo qual deva reger-se, depois de aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial.

Art. 3º - O novo município fará parte da comarca de Itajahy.

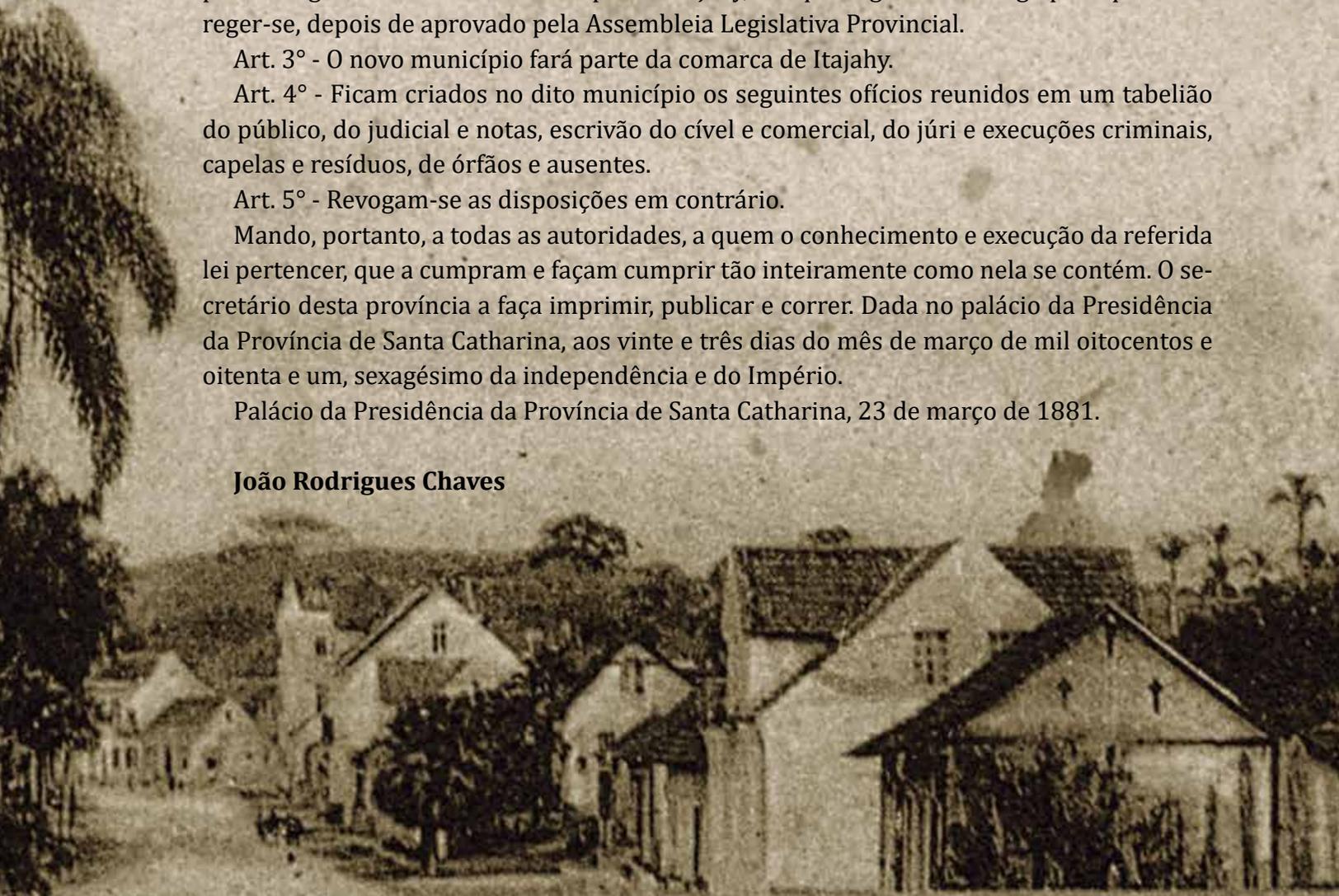
Art. 4º - Ficam criados no dito município os seguintes ofícios reunidos em um tabelião do público, do judicial e notas, escrivão do cível e comercial, do júri e execuções criminais, capelas e resíduos, de órfãos e ausentes.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio da Presidência da Província de Santa Catharina, aos vinte e três dias do mês de março de mil oitocentos e oitenta e um, sexagésimo da independência e do Império.

Palácio da Presidência da Província de Santa Catharina, 23 de março de 1881.

**João Rodrigues Chaves**



municipais, o equivalente ao atual cargo de prefeito municipal. Com a instituição do regime republicano, o Governo do Estado de Santa Catarina extinguiu as Câmaras Municipais constituídas e criou os Conselhos de Intendência em que os conselheiros votavam na presidência do Conselho.

Com a promulgação da nova Constituição Estadual, de 26 de julho de 1928, ocorreram alterações administrativas nas áreas municipais. O superintendente municipal passou a denominar-se prefeito, o Conselho Municipal foi denominado de Câmara Municipal e os conselheiros vereadores.

Ao longo da nossa história, muitos cidadãos ilustres, habitantes de Brusque, foram vereadores e prefeitos e ajudaram a construir a cidade que temos hoje.

- Em 4/08/1860, chega à Colônia Itajahy-Brusque o primeiro grupo organizado de colonizadores de origem alemã, acompanhados do Diretor da Colônia Itajahy-Brusque, o Barão Maximilian von Schneeberg, dando início à nova Colônia.

- Em 6/12/1869, pelo aviso do Ministério da Agricultura, a Diretoria da Colônia Príncipe Dom Pedro foi anexada à

*Diretoria da Colônia Itajahy-Brusque e, a partir de então, a correspondência oficial passou a ser dirigida à Diretoria da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro.*

- Em 31 de julho de 1873, pela Lei Provincial nº 693, o então Presidente da Província, Pedro Afonso Ferreira, desmembrou a Colônia Itajahy-Brusque, que era anexa da freguesia do Santíssimo Sacramento (Itajaí), formando a Freguesia (paróquia) de São Luis Gonzaga. Era o primeiro passo para a emancipação política e administrativa.

- Em 23/03/1881 ocorre a emancipação político-administrativa de Brusque. Por força da Lei provincial nº 920/1881, a freguesia de São Luiz Gonzaga das colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro foi elevada à categoria de Vila e município, igualmente denominado de São Luiz Gonzaga.

- Em 17/01/1890, através do decreto nº 77, outorgado pelo governador Lauro Severiano Müller, o nome de vila e município de São Luiz Gonzaga foi substituído oficialmente pelo de Brusque, em homenagem póstuma ao Conselheiro Imperial Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da Província de Santa Catarina quando da fundação da Colônia Itajahy-Brusque, em 4 de

agosto de 1860.

- Em 23/09/1916, o governador Felipe Schmidt sancionou a lei nº 1.123, elevando a Vila de Brusque à categoria de cidade, marcando o dia dos 30 anos de falecimento do Conselheiro Imperial Araújo Brusque.

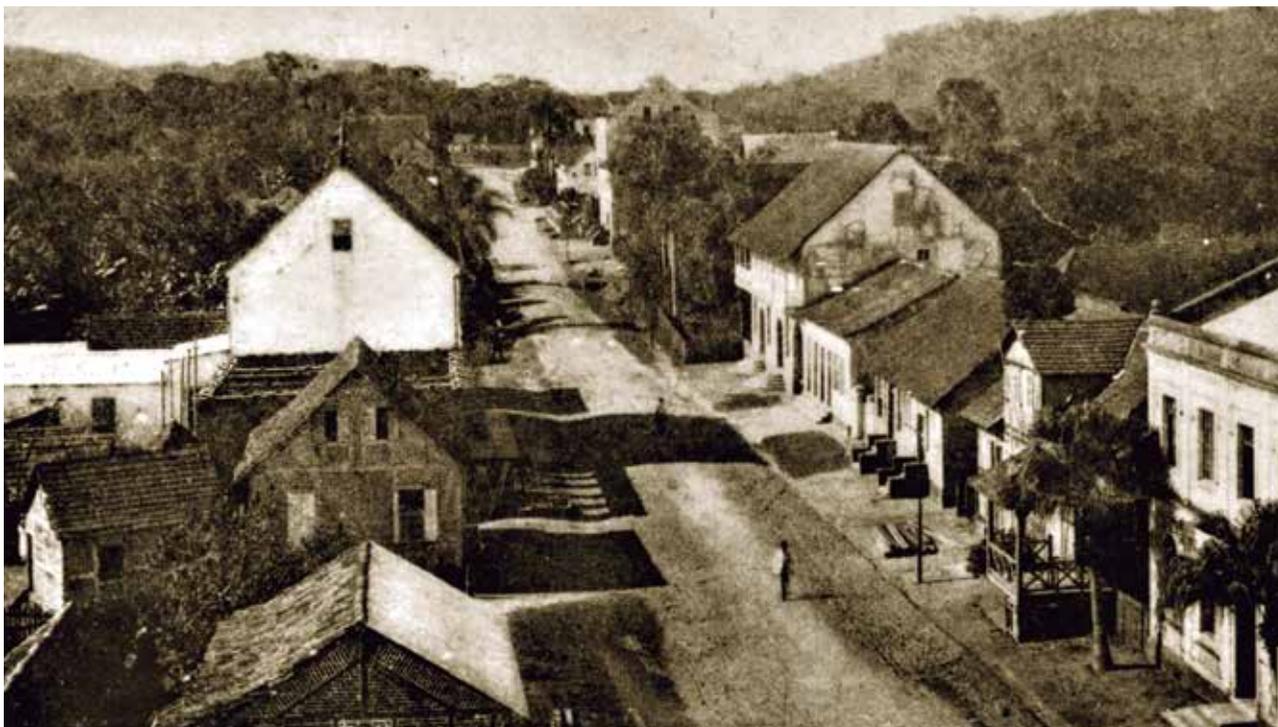
## REFERÊNCIAS

BUGGENHAGEN, E. A. von. História Econômica no Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

SANTA CATARINA. Coleção das leis da Província de Santa Catharina do ano de 1881. Rio de Janeiro.

KONS. Paulo Vendelino. Emancipação política administrativa: Brusque completa 137 anos hoje. Olhar do Vale. 23 de março de 2018. Disponível em: < <http://olhardovale.com.br/novo/geral/emancipacao-politica-administrativa-brusque-completa-137-anos-hoje/> >. Acesso em 19/09/2018.

GEVAERD, Cyro. GEVAERD, Evilásio Guilherme. Os Administradores de Brusque. Álbum do 1º Centenário de Brusque – Edição da Sociedade de Amigos de Brusque. 1960.



*Centro de Brusque no início do século XX. Acervo: SAB*

## A evolução territorial e os desmembramentos

Quando em meados do século XIX, se iniciara a colonização de Blumenau no Itajaí-Açu, o governo se propôs criar finalmente um equivalente nas terras do Itajaí-Mirim. Nas margens do curso inferior desse rio estendiam-se largas faixas de terrenos planos e alagadiços que ofereciam vantajosas condições para a lavoura e a criação do gado nas sesmarias. O Governo Imperial entendia que era preciso povoar as terras es-

cabrosas dos cursos médio e superior do rio Itajaí-Mirim, onde não havia a lavoura, sendo o resto montanhoso.

Escolhera-se como primeiro núcleo de exploração, a zona do atual município de Brusque, cuja colonização foi iniciada de acordo com um decreto de Dom Pedro II, datado em 18/06/1860. O motivo político a que se deve a fundação de Brusque foi, no conjunto histórico mais largo, o propósito de desenvolver

rapidamente a prosperidade, por meio de medidas artificiais, em uma zona bastante abandonada de uma parte pouco explorada do Brasil.

A região do atual município, então ainda inexplorada, era de importância puramente geográfica, pois constituía, dentro do vasto plano de povoamento concebido pelo governo, a primeira estação do vale do Itajaí-Mirim. Quando a colonização oficial da Colônia Itajahy-Brusque começou,

em 1860, a Colônia consistia numa parcela de “território” organizado, sob o comando de uma diretoria, para onde se encaminhavam colonizadores alemães incumbidos de explorar o território (BUGGENHAGEN, 1941)

Em 6 de dezembro de 1869, o território da colônia Príncipe Dom Pedro, instalada à margem direita do rio Itajaí-Mirim, e cortada pelo Ribeirão Águas Claras, Limeira, Limoeiro, Cedro Grande, Cedro Pequeno, Alferes e Crecer, foi anexada à Diretoria da Colônia Itajahy”. A partir de então, a correspondência oficial passou a ser dirigida à Diretoria da Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro e as dimensões coloniais também aumentaram, passando a somar aproximadamente 70.000 hectares. Muitos anos depois, partes do território da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro deram origem aos municípios de Nova Trento, Vidal Ramos, Presidente Nereu e Botuverá. Uma parte do território continuou pertencendo a Brusque. Guabiruba pertencia apenas ao território da Colônia Itajahy-Brusque.

Em 31 de julho de 1873, pela Lei Provincial nº 693, o então presidente da Província,

Pedro Afonso Ferreira, desmembrou a Colônia Itajahy-Brusque, que até então era anexa da freguesia do Santíssimo Sacramento (Itajaí), formando a Freguesia (paróquia) de São Luiz Gonzaga. Em 1881 ocorre a emancipação político-administrativa de Brusque. Por força da Lei Provincial nº 920/1881, de 23/03/1881, a freguesia de São Luiz Gonzaga das colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro foi elevada à categoria de Vila e município, igualmente denominado de São Luiz Gonzaga. Só mais tarde, esse nome de município e vila foi substituído oficialmente pelo de Brusque, em homenagem a Araújo Brusque, antigo presidente da Província de Santa Catarina. Ao longo da sua história, alguns distritos foram incorporados à Vila e município de São Luiz Gonzaga e houve algumas modificações e umas poucas deslocamentos das divisas, obedecendo, logicamente, ao ponto de vista que faz o traçado das divisas depender das condições naturais de paisagem. Do território que compunha Brusque em 1892, tiveram origem os municípios de Nova Trento (1892), Vidal Ramos (1957), Presidente Nereu (1961), Botuverá e Guabiruba (1962).

Apenas uma pequena parte do território continuou pertencendo a Brusque.

## Nova Trento

Após o fim do período colonial, Nova Trento, que na lei de criação do município de São Luiz Gonzaga (Brusque) integrava seu território, passou a fazer parte do município de Tijucas. A comunidade neotrentina foi emancipada política e administrativamente em 8 de agosto de 1892. Conforme informações disponíveis no site oficial da Prefeitura de Nova Trento (2018), a história do município inicia muito tempo antes da chegada dos primeiros imigrantes trentino-italianos, provenientes da região norte da Itália, a partir de 1875. No período de 1834 e 1838, esta região do Vale do Rio Tijucas havia sido ocupada por norte-americanos, com a intenção de explorar a madeira abundante do local. Uma serraria foi montada próximo ao atual centro da cidade, aproveitando-se a correnteza do Ribeirão Alferes, Braço do Rio Tijucas-Grande. Christóvão Bonsfield, negociante estabelecido em Nossa Senhora do Desterro, foi o grande propulsor do negócio. Porém, anos depois, devido às dificuldades encontradas, o território foi aban-



*Igreja Matriz de Nova Trento*

donado e suas propriedades passaram posteriormente a Pedro Kohn, que, na formação da colônia Nova Trento, foram vendidas ao Governo Provincial. Anos mais tarde, a partir de 1875, começam a chegar os primeiros grupos de imigrantes trentino-italianos. Eles deixaram para trás um período de crise, fome, miséria e desesperança, na qual a Europa passava. O momento coincidiu com a vontade governamental brasileira de povoar as terras localizadas ao sul. Aliciados pelas companhias de imigração, os imigrantes aportaram no Brasil com a promessa de encontrar uma terra “onde se

plantando tudo dá”, rios e riachos em abundância, moradia e trabalho remunerado.

Do porto de Itajaí, os imigrantes foram deslocados para regiões de mata virgem, sem boas condições de comunicação. O grupo dos primeiros imigrantes, cerca de 20 famílias originárias da Valsugana, no Alto Vale do Brenta, no Trentino e de Monza, se estabeleceram a 16 quilômetros da atual Nova Trento. Abriu-se uma picada na linha Pomerânia (por Brusque), até a linha Tirol, e nos lotes marginais as famílias foram se estabelecendo. Ao invés de terrenos limpos, encontraram mata fechada, insetos, ani-

mais que desconheciam e os índios (os bugres), os primeiros habitantes desta localidade. Em 1876, famílias inteiras estavam estabelecidas nas colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro. A imigração intensificou-se nos anos seguintes, inclusive com a vinda de alemães, poloneses e outros povos europeus. Estima-se que, até 1880, cerca de 11 mil pessoas tenham sido instaladas na colônia.

Em 18 de março de 1881, o Decreto nº 8.455 emancipou as colônias da região, inclusive aquela a que Nova Trento pertencia. Em 02/01/1884 foi criado o Distrito Policial de Nova Trento, tendo como primeiro subdelegado de polícia, Hipólito Boiteux. Em 04/04/1884, o Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, presidente da Província de Santa Catarina, sancionou a Lei nº 1.074, criando a freguesia e o Distrito de Paz de Nova Trento. Em 08/08/1892, através da Lei Provincial promulgada pelo presidente da província, tenente Joaquim Machado, Nova Trento tornou-se município. Em 21 de dezembro de 1892, foi criado o Conselho Municipal para dirigir o município até as suas primeiras eleições, que ocorreram somente em 1894 com o voto indireto, elegendo Henrique Boiteux, primeiro prefeito.



*Imóvel da família Stoltenberg em Vidal Ramos. A construção teve início em 1928. Acervo: SAB*

Em 1919, August Stoltenberg chegou a Vidal Ramos com seus dois filhos, Erich e Karl. A família havia emigrado de Kiel, na Alemanha.

Em 1920, fazia-se a primeira ligação Vidal Ramos-Brusque, uma picada aberta por Martins e Jacinto Bugreiro. Estando o pai e os filhos a desbravar a mata da nascente colônia, em 1923, August Stoltenberg faleceu subitamente.

Como estavam no meio da mata, não havendo ainda um cemitério, e sendo muito

longe de casa, os filhos o enterraram ali mesmo e sobre a sepultura do amado pai plantaram um pinheiro, hoje uma frondosa árvore.

Em 1924 os irmãos Stoltenberg abriram no local um comércio. Iniciaram com um pequeno rancho coberto de folhas que mais tarde se chamou "Stoltenbergs Caetheblaterrach".

Sua primeira viagem a Brusque, trazendo mercadoria num cavalo, levou dois dias. Ao voltar, trouxeram

uma lata de café e fósforos e seus vizinhos os procuraram para negociar. E assim surgiu a Casa Comercial Stoltenberg Irmãos, implantada no entroncamento das estradas de Botuverá, Vidal Ramos e Brusque, que ocupa uma área onde está o comércio enxaimel e uma grande construção em madeira que era uma pousada para viajantes.

A construção da Casa Stoltenberg, localizada na praça Stoltenberg, teve início no ano de 1928, sendo concluí-



da em 1929. Naquela época o projeto foi criado pelos proprietários e pelo engenheiro Hans Prütter, agrimensor que morava com eles enquanto trabalhava para a Companhia Colonizadora Constâncio Krummel.

Toda a madeira utilizada na obra foi derrubada, serrada e aplainada à mão - incluindo-se as janelas e portas. Para a confecção dos tijolos foi construída uma pequena olaria no local. Toda a estrutura da casa não possuía cimento, apenas argila, areia e cal. A cobertura do casarão inicialmente foi feita com tabuinhas rachadas à mão, sendo que os vidros, pregos e ferragens foram buscados em lombo de mula na cidade de Brusque, através de uma picada.

Participaram da construção os pedreiros Hugo Kochanski e Josef Wessel, além dos carpinteiros Heinrich Böing e Wendelino Böing.

Com a construção da casa, tiveram início as atividades comerciais da família, com o funcionamento de uma casa de comércio, açougue e seraria, o que contribuiu muito para o crescimento da economia de Vidal Ramos por muitas décadas.

Em 1932, a “Stoltenber-

gs Caetheblaeterrach” já era uma casa ampla e bem sortida, tendo como meio de transporte uma tropa de 20 mulas de cargueiro.

Naquele tempo, para ir de Brusque até Vidal Ramos, atravessava-se um sertão a partir do Ribeirão do Ouro (Botuverá), onde se “pousava” na casa do Sr. Ângelo Barini, um italiano simpático e hospitaleiro.

Depois de um dia de viagem pelo sertão no lombo da mula que muitas vezes enterrava até a barriga, nos caldeirões de lama, abria-se o mato e encontrava-se um lugar aberto, onde existiam estradas carroçáveis, escola, igreja, além de casas de colonos.

O primeiro professor da Colônia foi o Sr. Rudolf Fink. O primeiro intendente de Vidal Ramos se chamava Augusto Klapoth, e o primeiro prefeito nomeado foi Jorge Paulo Krieger.

Após 80 anos de existência desta casa, no local ainda funcionava um bar e o escritório da empresa Irmãos Stoltenberg.

(GEBLER, Geraldo. Dados Históricos de Vidal Ramos. Notícias de Vicente Só. Sociedade Amigos de Brusque. Ano III. Nº 11. Julho, agosto e setembro de 1979).

Na tarde do dia 12 de outubro de 2010, num trágico incêndio, a casa foi praticamente destruída.

Os proprietários do imóvel, que ainda pertence à Família Stoltenberg, acreditam que o sinistro incêndio foi causado por um curto-circuito no sistema elétrico da construção, que infelizmente provocou a perda total dos arquivos da empresa, assim como uma parte da história de Vidal Ramos e região.

Mesmo com a destruição quase total do histórico imóvel, tombada pelo Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em dezembro de 2008, a família decidiu reconstruir as ruínas do antigo casarão.

Em 2018, totalmente reconstruída, a estimada Casa Stoltenberg continua sendo um importante marco da história de Vidal Ramos, e a araucária que os filhos Erich e Karl plantaram em 1923 para guardar a sepultura do pai, o pioneiro August Stoltenberg, continua frondosa, simbolizando a força do imigrante contra a adversidade.

## Vidal Ramos

Segundo informações disponíveis no site oficial da Prefeitura de Vidal Ramos (2018), a história do município tem início por volta de 1916, quando João Filomeno da Rosa, chefiando um grupo de caçadores, saiu de Bom Retiro em direção aos sertões do hoje município de Vidal Ramos, e marcaram sua presença na região, e por isso os primitivos moradores da cidade, que conhecem a história local, os consideram como os desbravadores de Vidal Ramos.

No ano seguinte chega outro grupo de caçadores, desta vez vindos de Ribeirão do Ouro (atual Botuverá). E, ainda em 1917, Walter Rhode, comandando um grupo de homens, veio de Bom Retiro e começou a proceder ao mapeamento e medição das terras que formam a parte mais alta da cabeceira do rio Itajaí-Mirim.

Toda aquela área de terras, na época, era propriedade do Dr. Possidônio, do comendador Guimarães e de D<sup>a</sup> Corália Luz. Em 1919 foi criado, por lei estadual, o distrito de Adolfo Konder que pertencia ao município de Brusque,

na mesma área em que mais tarde seria criado o município de Vidal Ramos. Nesse mesmo ano, o padre Augusto Schwierling, acompanhado de Nicolau Petry e Henrique Blomer, saíram de Capivari, região sul do Estado, passando pelas vilas de Angelina, Garcia e Boiteuxburgo, atravessando o rio Alferes à procura da parte mais alta da cabeceira do rio Itajaí-Mirim, sendo que o primeiro colono fixou morada no lugar denominado “Molungú”, e o segundo na confluência dos rios Itajaí-Mirim e Santa Cruz.

Foi nesta época que foi dado o nome dessa localidade de Alto Itajaí-Mirim ou Rio da Brusque, onde hoje está situada a sede de Vidal Ramos. Nos anos seguintes, outras famílias começaram a chegar à região, à procura de terras férteis, tendo uma delas – a de Pedro Weber – se estabelecido na confluência do rio Santa Luiza com o Itajaí-Mirim e as famílias Boeing e Vanderlinde fixaram-se naquelas proximidades provindas da Região de Capivari.

Em 1923, o Dr. Constâncio Krümmel adquiriu imensa gleba de terras no local em que está hoje instalado o município, com o fim de colonizar a região, denominando a

sede da fazenda de “Boa Esperança”.

No artigo intitulado Um Pouco de História do Município de Vidal Ramos publicado na revista Blumenau em Cadernos (1995) vamos encontrar mais algumas informações sobre Vidal Ramos.

Vejam os que nos traz a publicação: encravado entre a Serra do Itajaí e a Serra do Tijucas, o município de Vidal Ramos localiza-se na parte alta da Bacia do rio Itajaí-Mirim, ocupando uma área de aproximadamente 314 km<sup>2</sup>, interligando-se por vias de acesso aos municípios de Ituporanga, Presidente Nereu, Brusque e Leoberto Leal. Por volta de 1910, fixaram-se na região os primeiros colonizadores imigrados, principalmente, do Vale do Rio Capivari.

Bem-sucedida a fixação inicial do núcleo, a eles vieram juntar-se famílias oriundas de outras regiões do Estado. Entre os primeiros que enfrentaram os desafios de desbravar as florestas e conquistar novas terras, destacaram-se, entre outras, as famílias Weber, Petry, Boing e Stoltenberg. A história registra o nome de Rodolpho Pink, imigrante alemão, como primeiro professor local, en-

quanto que a mais remota assistência religiosa à comunidade era feita pelo Pe. Augusto Schwirring.

Território inicialmente conhecido sob o nome de Santa Luiza, foi com essa mesma denominação elevado à categoria de distrito do município de Brusque, pela Lei Municipal nº. 4, de 15/07/1928. Logo em seguida, pela Lei Municipal nº. 8, de 21/11/1928, o distrito mudou sua denominação para Adolfo Konder. Somente após a Revolução de 1930, por força do Decreto Estadual nº. 16, de 29/11/1930, é que o distrito passou a denominar-se, definitivamente, Vidal Ramos, cujo nome perdura até os tempos atuais.

A criação do Município se deu pela Lei Estadual nº 272, de 03/12/1956, e o novo território passava a constituir-se pelo próprio distrito e abrangia o distrito de Itaquá (atualmente incorporado ao município de Presidente Nereu) e parte do distrito de Botuverá. A instalação oficial é datada de 17/02/1957, e o ato contou com a presença de Jorge Lacerda, então governador do Estado. Por nomeação, Jorge Paulo Krieger assumia as funções de primeiro chefe do Poder Executivo de Vidal Ramos.

## Presidente Nereu

De acordo com as informações disponíveis no site oficial da Prefeitura de Presidente Nereu (2018), a história do município tem início na segunda metade da década de 1920.

Os primeiros moradores eram caçadores, oriundos de São Pedro de Alcântara, primeira colônia de imigração alemã em Santa Catarina. Nesta mesma época, José da Costa Miranda demarcou a colônia agrícola de Edelberto Brasilides de Oliveira e, em 1928, Antônio Fernando Jönk fixou-se na região, sendo considerado oficialmente o primeiro morador. Na década de 1930, mais de 10 famílias de imigrantes italianos e alemães formavam a comunidade, que pertencia à época a Brusque.

Em Presidente Nereu ainda é possível encontrar marcas de seus colonizadores nos hábitos e costumes da população. E, para preservar e resgatar sua história, a cidade tem o Centro Histórico Expedicionário Dionísio João Comandolli.

A colônia teve diversos nomes: Vila D'Alva, Gaspar, Brus-



*Igreja Matriz de Presidente Nereu*

que Nova, Santa Rita, Boa Esperança e Naufrágio, este último para lembrar o naufrágio de um barco com imigrantes que afundou no rio Itajaí-Mirim em que felizmente todos se salvaram. Mais tarde foi criado o distrito de Nilo Peçanha, pertencente a Vidal Ramos.

Mas logo o nome mudou novamente, dessa vez para Itaquá, que em tupi-guarani significa “local pedregoso”. Quando o município foi criado, em 30/12/1961, finalmente recebeu o nome atual, numa homenagem a Nereu Ramos, o único presidente da República nascido em Santa Catarina.

## Botuverá

Conforme informações disponíveis no site oficial da Prefeitura de Botuverá (2018), a história do município guarda relação com o continente europeu. As guerras, as crises sociais e econômicas, provocaram a emigração de italianos, principalmente da região norte, para o Brasil.

A miséria, o desemprego, a propaganda enganosa das agências de emigração, motivaram muitos italianos a deixarem sua pátria e par-

tirem em busca de novas esperanças em novas terras. A viagem, dura e demorada, era feita por pequenos navios a vela ou vapor, sem conforto, sem segurança. Chegava-se a levar meses para chegar ao Brasil. Doenças aconteciam e se a morte “batesse à porta” o mar se tornava o túmulo.

Durante a longa viagem, amizades se estabeleciam, amores aconteciam e a cantoria era comum como tributo à pátria que os imigrantes deixavam para trás. Chegando ao Brasil, após o desembarque, dirigiam-se às colônias de destino. Em Brusque eram alojados em Barracões de Imigrantes na localidade conhecida como Águas Claras.

Depois de autorizados, os pioneiros subiam o rio Itajaí-Mirim com canoas e balsas improvisadas, se fixaram nas terras que denominaram “Porto Franco” e logo deram início ao desbravamento das matas, construíram seus novos lares e deram início nos trabalhos da agricultura, que se tornou o marco econômico da população botuveraense até a atualidade.

Ao longo de sua história, Botuverá viveu momentos econômicos distintos: a primeira fase, que data de sua fundação até aproximada-

mente 1940, caracterizou-se pela agricultura de subsistência, exploração de madeira e ouro de lavagem.

A segunda fase durou até aproximadamente 1970, e se caracterizou pela agricultura comercial do fumo, sendo que algumas estufas ainda podem ser avistadas pelo interior da cidade, lembrando tempos de trabalho duro na colônia, em que a família toda se reunia para colher as folhas de fumo, fazer “as bonecas”, dependurá-las para secar com auxílio de calor e livre da umidade tão característica na região, para, finalmente, vender a produção, normalmente para a empresa Souza Cruz.

A terceira fase, bem recente, caracterizou-se pelo fortalecimento do segmento industrial, especialmente o setor têxtil e de mineração.

Com a chegada das primeiras 33 famílias, em 1876, fundou-se o povoado, denominado pelos próprios imigrantes de “Porto Franco”, subordinado a Brusque.

O território pertenceu à antiga Colônia Itajahy-Brusque e Príncipe Dom Pedro. Para Botuverá emigraram principalmente lombardos de Bergamo, Mântua e Trentinos.

Não há fontes seguras dos

nomes dos primeiros imigrantes, mas, de acordo com informações dos mais antigos, descendentes diretos dos imigrantes, foi possível confirmar que entre os pioneiros vieram as famílias Bósio, Bonomini, Pedrini, Molinari, Tirloni, Aloni, Giancesini, Bettinelli, Raimondi, Rampelotti, Dognini, Morelli, Tomio, Maestri e Comandolli, num total de 33 famílias.

Cada família procurou um local para se estabelecer, delimitou e formou ali sua propriedade. Outras levas de imigrantes vieram. Ocuparam outras localidades como Águas Negras, Ribeirão do Ouro e Lageado.

Em 14/02/1925, o superintendente municipal de Brusque, João Schaefer, sancionou a Lei n. 26 que criou o Distrito de Paz de Porto Franco com limites entre o ribeirão das Águas Negras e a cabeceira do rio Itajaí-Mirim.

Foi primeiro juiz o Sr. João Merico e suplentes os Srs. Francisco A. Werner, José Fachini e Pedro Colzani; escrivão o Sr. Humberto Mazzolli e subdelegado o Sr. Adamo Bonomini.

A sede foi elevada à categoria de Vila pela Lei Estadual nº 86 de 31/03/1938. Ainda em 1925, o Distrito de Paz de



*Antigos fornos de cal em Botuverá. Acervo: Rosemari Glatz*

Porto Franco, recém-instalado, recebeu a 24 de julho, a visita do Cônsul da Itália Cav. Caetano Vechietti.

Em 1945, Porto Franco foi elevado à categoria de Distrito, e como primeiro Intendente Distrital foi nomeado o Sr. Adão Bonomini, que permaneceu no cargo até 1952. Quem assumiu como novo Intendente foi o Sr. Augusto Ângelo Maestri, que governou a intendência até maio de 1962.

Botuverá foi desmembrada de Brusque em 1962. Em 28/04/1962, a Câmara Municipal de Brusque, sob a presidência do Sr. João Batista Martins, sancionou a Resolução

de nº 238, criando os municípios de Botuverá e Guabiruba, desmembrados do território do município de Brusque. Em 07/05/1962, através da Lei nº 821, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina homologou a criação dos municípios de Botuverá e Guabiruba.

Em 09/06/1962, foi instalado oficialmente o Município de Botuverá, sendo considerada como data oficial de emancipação política e administrativa. Nesta data assumiu provisoriamente como prefeito o Sr. Zeno Belli, até ser eleito um prefeito efetivo, o que aconteceu em 03/10/1962.

## Guabiruba

Segundo os relatórios do Barão Maximilian von Schneeburg, primeiro diretor da Colônia Itajahy-Brusque, a primeira leva de colonizadores chegou à Colônia no dia 4 de agosto de 1860 e foi instalada na sede de Brusque. A partir da segunda leva, em 19 de agosto daquele mesmo ano, os imigrantes já passaram a ser instalados em direção ao rio Guabiruba, e foi ali que iniciou a história de Guabiruba.

A viagem da Alemanha para o Brasil levava em torno de três meses. Da barra do Porto de Itajaí, onde os imigrantes aportavam, até o Barracão dos Imigrantes na Colônia Itajahy-Brusque, o transporte dos colonizadores e seus pertences era feito por embarcações a remo que, rio acima, durava entre três e cinco dias. Assim também foi com os colonizadores de Guabiruba que, quando chegaram à colônia, foram instalados no Barracão dos Imigrantes, que ficava nas proximidades do atual Clube de Caça e Tiro de Brusque.

Quando eles chegavam, tudo estava por fazer. O trabalho de ocupação das terras

era feito em mutirão, também chamada de “pixurum”, com grupos de homens abrindo as picadas, os claros na floresta nativa, derrubando as árvores, delimitando os lotes e neles construindo as primeiras casas provisórias. Eram barracos de chão batido que serviriam como moradia nos primórdios da colônia, feitos de troncos de palmito. Em alguns casos, as frestas das paredes eram fechadas com barro.

As folhas de palmeiras eram trançadas para cobertura do barraco e o miolo do palmito servia para o preparo de alimentos com carnes de caça. E assim, de forma comunitária, os espaços eram preparados para que as famílias dos imigrantes se instalassem provisoriamente.

Durante o tempo de preparação do espaço que receberia a família, mulheres e crianças ficavam instaladas no Barracão dos Imigrantes.

Na mata virgem, os colonizadores, em famílias, plantaram e viveram em plena natureza, isolados de tudo e de todos.

A religiosidade foi fundamental para manter a união e a força do povo em inúmeros momentos de provação e, com o passar do tempo, a situação econômica dos imigrantes foi

melhorando. Os barracos provisórios foram sendo substituídos por casas de madeira e, em alguns casos, por casas feitas com tijolos. Foram tempos difíceis, e só com muita fé em Deus e união é que as famílias conseguiram suportar aqueles primeiros tempos e prosperar em terras brasileiras.

Quanto à origem do nome da cidade, é de conhecimento público que o nome Guabiruba foi utilizado, pela primeira vez, pelo Barão Maximilian von Schneeburg.

Outras referências ao nome Guabiruba, também escrito como “Gabirola” ou “Guabiroba”, são encontradas já nos primeiros mapas da Colônia Itajahy-Brusque.

Apesar de existirem mais versões para a origem do nome, assumimos a versão de que a origem do nome Guabiruba é uma corruptela do nome da árvore frutífera guabiroba, palavra de origem Guarani que significa árvore de casca amarga.

Planta nativa, a guabiroba cresce naturalmente tanto em áreas planas como em encostas de morros, aprecia as proximidades de cursos de água e cresce em abundância na região. O seu tronco pode chegar a 15 metros de altura,



*Casa enxaimel em Guabiruba. Acervo: Rosemari Glatz*

e suas frutas são consumíveis. A cidade de Guabiruba é repleta de nascentes e cursos de água, e os pés de guabiroba são facilmente encontrados, tanto nos vales como nas encostas dos morros e montanhas da cidade.

A sua floração acontece entre agosto e novembro, por um curto período de tempo, e a maturação dos frutos também é rápida, ocorre entre 15 e 20 dias após a florada. Os frutos - doces, amarelos e em forma de baga - amadureceram logo após a chegada dos primeiros imigrantes alemães e, assim como o miolo

do palmito, é possível que também tenham servido de alimento para as famílias dos colonizadores logo após a sua chegada. E assim a árvore emprestou seu nome à cidade, que, entre a população local, é chamada carinhosamente de “Guaba”.

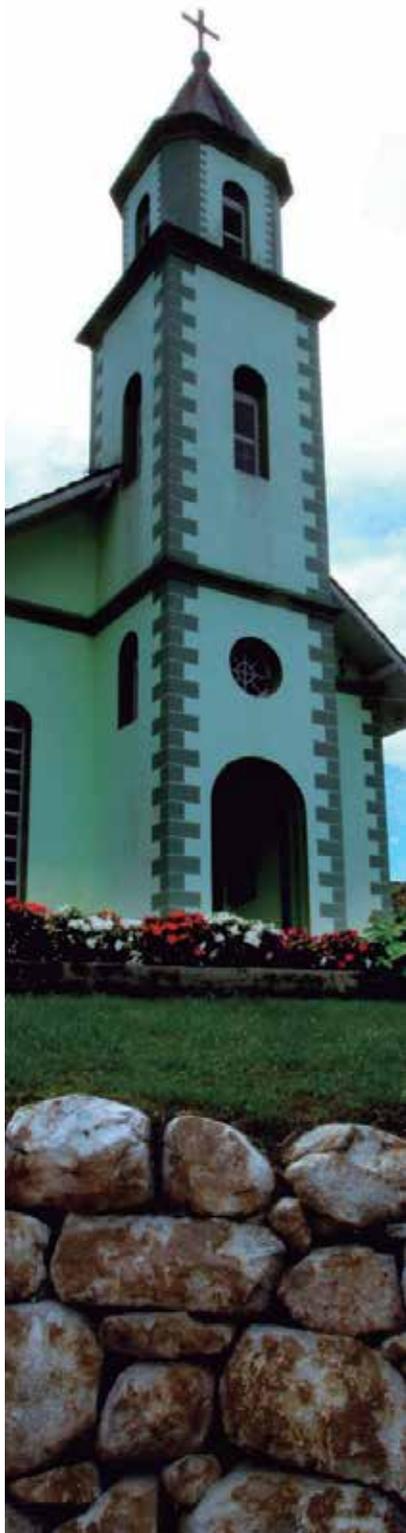
De acordo com as informações disponíveis no site oficial da Prefeitura de Guabiruba (2018), os primeiros imigrantes alemães, a maioria originária de Baden, chegou a partir de agosto de 1860.

Posteriormente chegaram os italianos, os poloneses e os austríacos. Inicialmente os

imigrantes se dedicaram à lavoura e à extração de madeira, construindo ranchos para seu abrigo. Muitos trouxeram sua profissão de origem. Seu esforço, empreendedorismo e coragem moldaram uma cidade próspera.

Depois dos primeiros empreendedores, comércios e indústrias têxteis, foi aberto o caminho para a modernização, com o início das fábricas de malhas, confecções, tinturarias e metalurgias, que se deu a partir da década de 1970.

O desenvolvimento propiciou a vinda de novas famí-



*Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Lageado Alto, Guabiruba.*

lias, culturas e tradições, que escolheram o município para construírem seu lar.

A cidade está distribuída em uma área de 195 km<sup>2</sup> e situa-se no Vale do Itajaí-Mirim. A sede do município fica a uma altitude de 21 metros acima do nível do mar e a cidade limita-se ao norte, com Gaspar e Blumenau; ao sul e a oeste com Botuverá e a leste com Brusque.

Guabiruba foi desmembrada de Brusque em 1962. A criação do município ocorreu a partir da Resolução nº 238, de 28/04/1962, aprovada pela Câmara Municipal de Brusque, com o voto minerva do seu presidente, João Batista Martins. Encaminhada para Assembleia Legislativa pelo deputado estadual Raul Schaefer, os termos da resolução foram ratificados pela Assembleia Legislativa, mediante a promulgação da Lei nº 821, de 7/05/1962.

Em 10/06/1962 foi realizada, em sessão solene, a instalação oficial do Município de Guabiruba, sendo considerada como data oficial de emancipação política e administrativa. Nesta data Henrique Dirschnabel tomou posse como prefeito, tendo permanecido no cargo até 30/01/1963.

## REFERÊNCIAS

BOTUVERÁ. História do Município. Disponível em: < <http://www.botuvera.sc.gov.br/historia-do-municipio/> >. Acesso em 24 setembro 2018.

BUGGENHAGEN, E. A. von. História Econômica do Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

GUABIRUBA. Histórico. Disponível em: < <https://www.guabiruba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/15252> >. Acesso em 24 setembro 2018.

PRESIDENTE NEREU. História da Cidade. Disponível em: < <https://www.presidentenereu.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/61431> >. Acesso em 24 setembro 2018.

VIDAL RAMOS. História. Disponível em: < <https://www.prefeituravidalramos.com.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/20729> >. Acesso em 24 setembro 2018.

NOVA TRENTO. História. Disponível em: < <https://www.novatrento.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/37323> >. Acesso em 24 setembro 2018.

Um Pouco de História do Município de Vidal Ramos. Blumenau em Cadernos, Tomo XXXVI. Nº 4. Abril de 1995.



Vista do centro de Brusque nas primeiras décadas do século XX. Acervo: SAB

# A evolução econômica da Colônia

## O comércio

Na área colonial, o comércio constituiu-se em monopólio de um pequeno grupo de pessoas estabelecidas na sede da vila, a “Stadtplatz”: eram os vendeiros, isto é, os proprietários de casas comerciais, das “vendas”, onde os colonos vendiam ou trocavam sua mercadoria por produtos da cidade que não eram produzidos pela economia de

subsistência nas propriedades dos agricultores, como sal, ferramentas, tecidos e armas. Nos primeiros anos da Colônia Brusque, o sistema de vendas estava ligado ao tipo de povoamento da área colonial. Implantado o núcleo, seu desenvolvimento era balizado, como nas demais colônias alemãs, pela fixação de um eixo comercial, a partir do qual se subordinavam outras funções, como a religiosa, a

recreativa e a educacional. Inicialmente, as vendas se instalavam junto à administração da colônia e ao porto fluvial, que dispunha de um trapiche de pedras, mastro de madeira e guincho, e ficava nas cabeceiras da ponte Iri-neu Bornhausen (atual ponte estaiada). Ali aportavam os barcos, as canoas, e lanchas que visavam o abastecimento da população que se fixava na Colônia Itajahy-Brusque, ou

a saída dos produtos para o porto marítimo, em Itajaí.

Os colonos se dirigiam à vila para participar das festas e atividades religiosas, para tratar de problemas legais, dentre outros. Mas, principalmente, para trocar ou vender a produção excedente das suas colônias, pois era na *Stadtplatz* que estavam as principais vendas, as “*Kaufläden*”. Era lá que se realizavam as maiores transações comerciais. A fertilidade da roça e a viva atividade da venda caracterizaram o sistema inicial, de onde nasceu o progresso da nova comunidade colonial. A lavoura e a venda, é preciso que se combinem em uma unidade orgânica.

A figura do vendeiro na mata virgem é, apesar de tudo, a personificação das esperanças do colono, e, indubitavelmente, o facheiro da civilização. Para Buggenhagen (1941), é ele quem fazia chegar ao alcance do colono os produtos da indústria moderna: a pá, a enxada, o machado, os pregos, a corda, a louça, a carne-seca, o bacalhau, o sal, o toucinho, a farinha, a azeitona, o queijo, o fumo, os produtos químicos, o chumbo, a pólvora, etc. Esses artigos, no mato virgem, não são simples mercadorias; são antes arti-

gos de estimação que facilitam e embelezam a luta pela existência. O colono, superestimando o que encontra na venda, é incapaz de atribuir-lhe justo valor em comparação ao de seus produtos naturais. É a psicologia da terra bravia que decide; apaga-se a noção do preço. O colono entrega ao vendeiro boa parte da abundância de produtos agrícolas; o vendeiro dá-lhe em paga um pouco do pouco que tem na venda. Parafraseando, com algum exagero, o rifão, pode-se dizer que o colono “compra a ferradura, pagando com o cavalo”.

Os vendeiros eram conhecedores do ramo a que se dedicavam, e muitos deles se fizeram dignos da gratidão e da estima dos colonos. Além disso, eram eles os representantes do capital, o que vale dizer que gozavam de uma posição privilegiada entre aqueles que, dispendo apenas de valores materiais, não tinham noção exata do capital. Eram os vendeiros quem orientava as atividades agrícolas isoladas no sentido de adaptá-las às necessidades da economia geral. Eram eles quem encomendava as culturas mais vantajosas e, estabelecendo os preços dos produtos, se faziam senhores

absolutos dos meios econômicos com que imprimiam um cunho pessoal à vida em sua zona de influência. Conhecendo as necessidades de sua freguesia, o vendeiro procurava satisfazê-las, indo buscar as mercadorias nos mais distantes centros produtores e colocando nestes o que sobejava na colônia. Essa tarefa de intermediário, que à primeira vista parece tão fácil, exige um perfeito conhecimento das praxes comerciais e mesmo um talento especial, tanto que só pouquíssimos colonos conseguiram fazer os primeiros ensaios neste ramo de atividade.

No terceiro ano após a fundação, já se contavam quatro casas comerciais na Colônia Itajahy-Brusque. Duas pertenciam a imigrantes alemães que haviam entrado na área como colonos: a Hospedaria e Negócio de Philippe Krieger e a Loja de P. Heil. Uma terceira venda, que não funcionou muito tempo, pertencia a um brasileiro: J.P. Liberato, de Itajaí. Giralda Seyferth (1974) informa que, conforme relatório do ano de 1862 do Barão Maximilian von Schneeberg, a última das quatro casas comerciais era a filial da firma La Roche & Cia. que também não durou muito

O colono produzia para o consumo da sua família e também para a venda e, por isto, estava sujeito ao controle exercido através dos vendeiros. O agricultor cultivava basicamente milho, aipim, feijão, arroz, cana-de-açúcar, fumo e batata, deixava na venda o excedente da produção agrícola e levava sal, toucinho, ferramentas, óleo, tecidos e armas. Era de menor importância a cultura de verduras e frutas, embora a boa horta completasse o bem-estar do colono. As hortaliças preferidas eram: o repolho, a couve, a alface, o chuchu, pepinos, cenouras, o nabo, a couve-flor, a raiz-forte, diversas espécies de feijão, a couve-roxa e tomates. As frutas mais cultivadas eram: a banana, a laranja, o abacaxi, a tangerina, o pêssego, o limão, a goiaba, o caqui, a carambola, a jabuticaba, o morango, a melancia, o figo e outras. Culturas de menor importância eram as de amendoim e de diversas espécies de ervilhas. As pastagens que ocupavam apenas pequena parte do respectivo lote estavam cobertas de gramíneas. Preferia-se o capim gordura para terrenos secos, o capim branco para os pastos planos, e diversas espécies de grama para as pastagens situadas em terras montanhosas. Para preparar as terras de plantio, usava-se, em geral, o arado, embora seu emprego encontrasse grandes dificuldades nos declives. Em combinação com o arado fazia-se uso da carpideira (capinador) e da grade. Onde o terreno não podia ser lavrado com o arado e, sobretudo, nas partes montanhosas, trabalhava-se com a enxada. À variedade de culturas correspondia uma variedade de criações, como a de gado cavalariço, gado vacum e de aves. A criação de ovelhas era incomum. O colono também produzia vinhos de uva e laranja. Abundavam peixes no rio e ribeirões, os quais supriam as famílias com carnes, ao lado da produção de aves domésticas e suínos, o que fazia que os colonos negociassem com os vendeiros apenas aqueles itens que não conseguiam produzir. Mas se a policultura garantia em boa parte a independência do colono, a área limitada de seu lote não deixava de obrigá-lo a produzir para o mercado, e a venda era o local onde as transações comerciais se realizavam: as trocas aconteciam entre uma pessoa que detinha nas mãos os mecanismos que regulam as transações, o vendeiro, e os proprietários dos lotes coloniais, o agricultor.



*Horta de família de imigrante no interior da Colônia. Acervo: Rosemari Glatz*

tempo. Alguns anos depois, as vendas mais importantes da vila achavam-se nas mãos de imigrantes alemães. De acordo com Buggenhagen (1941), um dos primeiros vendeiros de Brusque chamava-se Mota. Era um homem de boa índole, pouco ativo, porém, no terreno comercial. Os vendeiros propriamente ditos, isto é, aqueles que consideravam seu dever explorar todas as possibilidades que se lhes ofereciam, aproveitando-as plena e conscientemente, esses surgiram mais tarde e justamente quando a capacidade produtora da colônia era questão resolvida. Sobressaem entre todas as vendas as de Krieger, Bauer, Buettner e Willerding; esta última, que era apenas uma filial, passou às mãos de Carlos Renaux em 1886.

Era considerável o movimento de mercadorias entre a colônia e a venda. Dia após dia as carroças puxadas por cavalos passavam rangendo ou levando as mercadorias da venda, um verdadeiro entreposto dos produtos da lavoura e das mercadorias. As vendas eram, ao mesmo tempo, uma espécie de bolsa. Tomando café e comendo doces, os colonos trocavam suas ideias, e na conversa comum sobre

Deus e o mundo, o vendeiro impunha-lhes o seu modo de pensar, juntamente com os seus preços. Foi assim durante anos e anos.

Também existiam os pequenos vendeiros do interior da colônia, conhecidos entre os imigrantes como “Hinterland”. Eram vendas pequenas, de importância secundária, que se localizavam nos entroncamentos de picadas e tinham características de entreposto de trocas, pois na prática estes vendeiros - que também eram colonos e tinham como atividade suplementar, na sua residência, uma pequena venda - eram intermediários dos vendeiros da “Stadtplatz”. Nela se encontravam alguns produtos de primeira necessidade, como alimentos e pequenas ferramentas. O nível de transação comercial nessas vendas era muito baixo, e os estoques bastante reduzidos.

Seyferth (1974) menciona ainda que havia um terceiro elemento: o intermediário, chamado “pombeiro”, que fazia circular mercadorias entre os colonos e os vendeiros. Muitos colonos, instalados em linhas coloniais distantes da vila, como Sternthal, Holstein e Hochebene (Guabiruba), tinham dificuldades

para levar seus produtos até as vendas. O pombeiro quase sempre era um colono que, em determinados dias do mês, recolhia com sua carroça as mercadorias que os seus vizinhos podiam dispor para venda. Essas mercadorias eram trocadas ou vendidas na “Stadtplatz” aos vendeiros, ou de casa em casa para os fregueses e, assim como os donos das “Kaufläden” ou das “Hinterland”, o “pombeiro” ficava com os possíveis lucros dessas transações.

A jovem Colônia Itajahy-Brusque começou a florescer desde os seus primeiros dias, porque os dois fatores do progresso - lavoura e venda - se reuniram em perfeita harmonia, criando, assim, a base segura do bem-estar comunal. A participação dos vendeiros era muito importante na economia da novel Colônia Itajahy-Brusque. Eles exportavam madeira serrada, açúcar, farinha de mandioca, fumo em folha e charutos. A aguardente, o arroz, a manteiga e a banha também integravam o rol das exportações. Eram importados ferragens, panos, vidros, louças, cimento, sal e outros utensílios de uso doméstico e de recreio. A economia encontrava-se alicerçada nos engenhos de açúcar, de fa-

rinha de mandioca e de serrar madeira. Além das destilarias de aguardente, das atafonas, das fábricas de charutos, das olarias e das fábricas de cerveja. E, assim, as transações comerciais na colônia desde a sua fundação até a primeira década do século XX foram controladas pelos principais comerciantes de Brusque, e, entre os vendeiros de destaque no final do século XIX e início do século XX, vamos encontrar os Bauer, os Buettner, os Krieger e os Renaux, dentre outros.

## A indústria

Buggenhagen (1941) conta que, a par dos bons resultados da lavoura, foi se desenvolvendo a respetiva pequena indústria, embora em escala modesta. Assim, existiam já em 1862 três engenhos para beneficiamento de milho, quatro engenhos de açúcar e os de farinha, estes últimos movidos à força de bois. Havia também alguns engenhos para beneficiamento de arroz. Abriram-se, ainda, outras empresas para acorrer às necessidades gerais de população. Existiam, já então, quatro cervejarias, com uma produção anual de 4.000 garrafas (pro-

vavelmente ao todo), uma fábrica de vinagre, dois hotéis, quatro casas de negócio, além de um serviço de viação fluvial, contando com 15 canoas e cinco lanchas para passagens e transportes no Itajaí-Mirim.

Com os novos imigrantes chegando, no decorrer dos anos, havia pessoas que, em vez de se dedicarem à lavoura, preferiram exercer o ofício que haviam aprendido. Em 1863 havia em Brusque: três ferreiros, dois marceneiros, dois padeiros, três moleiros, dois construtores de carros, dois serradores, dois charuteiros, dois pedreiros, um jardineiro e um carnicheiro. É de ver que já se notava alguma atividade industrial que compensava os esforços dos que a exerciam.

Assinala-se, até, para o ano de 1863, uma exportação de 812 arrobas de fumo e 48.000 charutos. As receitas provenientes das vendas começaram a cobrir a custo das mercadorias que vinham de fora: gêneros alimentícios, ferragens, tecidos, louças, etc. Ao que se deduz das estatísticas, a economia foi se desenvolvendo gradativamente; por toda parte foram surgindo novas casas, substituindo as pobres construções de pau

a pique, cobertas de folhas de sapé; casas mais sólidas de uma vez ou outra armação de madeira e enchimento de tijolo.

Conseguira a colônia refazer-se, em pouco tempo, das misérias dos primeiros anos. Os resultados obtidos com a colonização de Brusque eram bem animadores. A dualidade: colônia e venda, por problemática que fosse durante os decênios passados, não deixou, com todas suas imperfeições, de produzir ótimos resultados. Foi ela que criou primeiro a abastança na colônia que assentou as bases para o desenvolvimento da indústria.

Foi só nos dois últimos decênios do século XIX, que a economia de Brusque atingiu um grau de adiantamento que permitia a criação de uma indústria. Era indispensável para tanto a existência de capital e de braços. O que era preciso havia-o, na Brusque de então, em modesta escala. Os vendeiros tinham feito bons negócios, chegando a fazer algumas economias. A população da colônia tinha aumentado o bastante. Nem todos os imigrados que se haviam inicialmente dedicado à lavoura desejam continuar nessa ocupação. Se lhes

## **João Bauer: figura típica da época de transição de predomínio da venda para o da indústria**

Com os lucros tirados da colônia, os vendedores conseguiram as somas necessárias para iniciar as indústrias. Dotados de atividade comercial, conceberam novos projetos que iam além dos moldes da venda. Começando pelas pequenas indústrias de beneficiamento dos produtos agrários, passaram para outras maiores que aniquilaram por completo a influência da colônia e da venda. O representante típico dessa época de transição é o Sr. João Bauer, que deu provas de extraordinária atividade em vários ensaios.

No começo da colonização, trabalhou, inicialmente, a 14 vinténs por dia, na construção de estradas. Tendo feito suas economias, abriu uma venda que ele dirigia, valentemente secundado por sua mulher. João Bauer era vendeiro, mas toda a sua dedicação pertencia ao comércio de madeiras. No último decênio do século XIX, começou a desenvolver esse ramo em uma escala bastante vasta em relação às condições do núcleo. Por toda parte ainda havia ricas existências de madeiras em rolos e das mais variadas qualidades, sobretudo madeiras de lei. Havia abundância de canela, peroba, de cedro e imbuia; menores quantidades de cambará e óleo, e, raramente, pinho, cujo hábitat propriamente dito é o planalto de Santa Catarina.

Bauer explorou as existências que, de outra forma, seriam destruídas inutilmente na queima das roças. Mandou, para esse fim, instalar umas vinte serras alternativas, usando o sistema Tissot para o desdobro de toras, na forma de madeira serrada, e concedendo os respectivos créditos aos colonos interessados. As tá-

buas que excediam o consumo local eram atadas e amarradas em forma de jangada, sendo conduzidas pelo rio Itajaí-Mirim abaixo, até a cidade de Itajaí, onde eram embarcadas para Santos ou Rio de Janeiro. O comércio de madeiras ocupava um lugar especial na vida econômica, visto que o exercício do mesmo pressupõe uma extraordinária mobilidade e capacidade de adaptação.

O comerciante de madeiras encontra-se frequentemente, no exercício de sua profissão, diante de problemas tão complicados como raras vezes aparecem em outros ramos comerciais. Para vencer os obstáculos do transporte desde o ponto de origem até o mercado, é indispensável que o comerciante saiba encontrar continuamente novas soluções para as novas dificuldades que vêm surgindo. Parece-nos bem provável fosse essa capacidade de adaptação multiforme que levou João Bauer a conceber muitos projetos que se afastavam bastante de seu raio de ação.

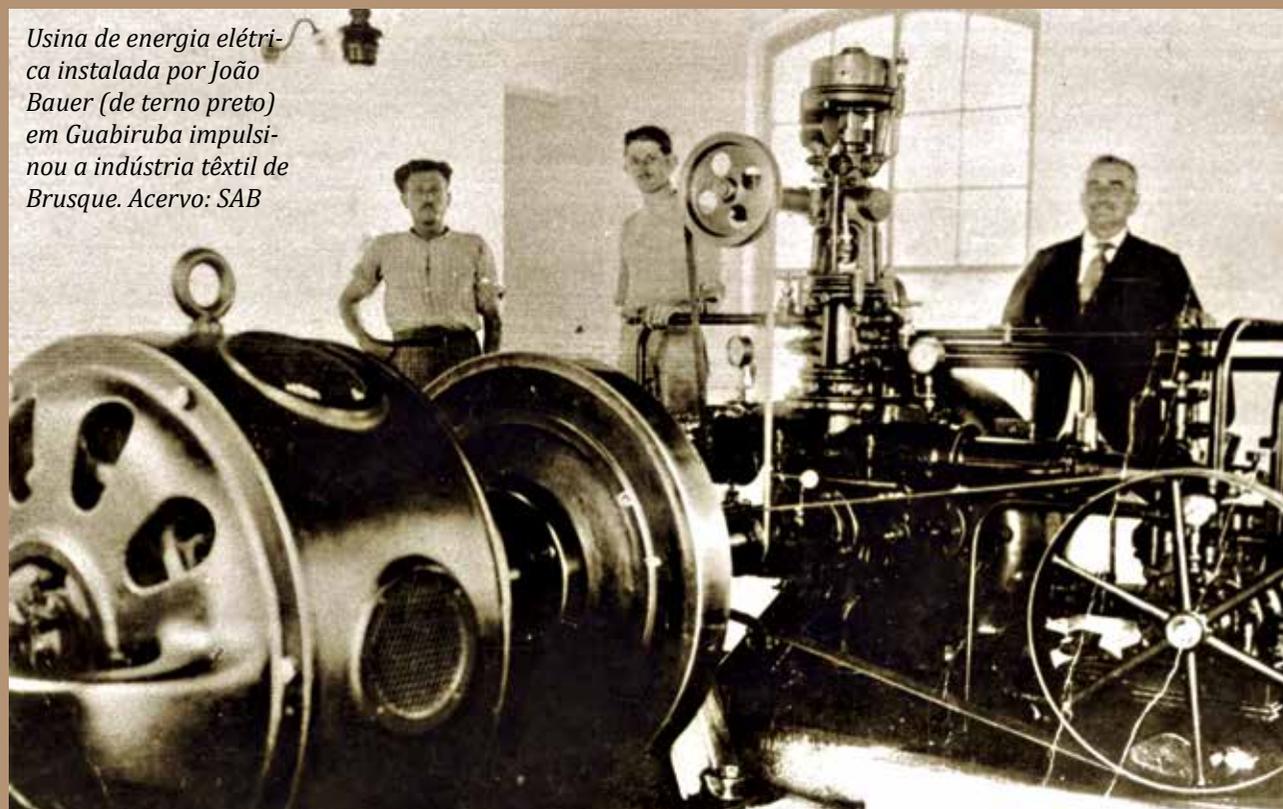
Bauer participou na navegação, mantendo com vários sócios um serviço de lanchas no rio Itajaí-Mirim, onde ele dominava os transportes. Quando lhe surgiram, em Itajaí, dificuldades no transporte de madeiras para o Rio de Janeiro, adquiriu, em Hamburgo, da firma Augusto de Freitas, um vapor cargueiro de 600 toneladas, que então, fazia o transporte de madeiras para o Rio de Janeiro, trazendo de lá mercadorias para a colônia. Mais tarde, o vapor foi substituído por um veleiro de igual tonelagem. Outro grande projeto que chegou a realizar-se, foi o da montagem de uma usina elétrica, plano este que prova, pela execu-

ção, quão profunda era a compreensão de Sr. Bauer diante das necessidades que vinham se impondo, cabendo-lhe o mérito de iniciador da eletrificação das fábricas e da iluminação de Brusque, que lhe devem também, e em boa parte, abastecimento de água encanada.

Esses empreendimentos desenvolveram-se satisfatoriamente; em vários outros João Bauer foi menos feliz. Em 1900, fundou, em Itajaí, uma cervejaria que fabricava cerveja de alta fermentação. O produto, porém, não correspondeu às expectativas, e a fábrica teve de fechar. As jazidas de mármore em Camboriú, que hoje estão sendo exploradas, foram descobertas por João Bauer, faltando-lhe, entretanto, o capital para realizar os planos respectivos. Foi ele também o autor intelectual da fabricação de féculas no município de Brusque. E em 1913 encomendara, na Alemanha, o maquinário necessário para a fabricação. A Guerra Mundial impediu a execução do projeto. A vida de João Bauer caracteriza-se pela atividade interrupta. Viajando muito, adquirira profundo conhecimento das condições

econômicas de Brusque e dos municípios vizinhos. Algumas de suas concepções foram produtivas, sendo realizadas por outros; umas poucas ele mesmo pôde executar com sucesso. João Bauer é a figura típica da época de transição de predomínio da venda para o da indústria. Não conseguiu criar uma indústria, mas foi inalcançável em suas tentativas de encontrar novas soluções para o problema industrial.

A tarefa de realizar a transição coube a Carlos Renaux, que, em 1890, era proprietário de uma venda que ocupava o quarto lugar na sede do município. E essa evolução do município para uma forma mais aperfeiçoada de sua existência – convém sublinhar o fato – não seria possível, se o sistema da colônia e da venda não tivesse assentado as bases (BUGGENHAGEN, 1941). E não seria exagero afirmar que João Bauer reunia as principais características de um empreendedor de sucesso: iniciativa, capacidade de planejamento, autoconfiança, liderança, perseverança e resiliência.



*Usina de energia elétrica instalada por João Bauer (de terno preto) em Guabiruba impulsionou a indústria têxtil de Brusque. Acervo: SAB*

oferecia uma oportunidade, muitos estavam prontos a abandonar o trabalho na roça. Havia, pois, o que era imprescindível para dar início a uma nova etapa econômica. Brusque, tendo começado como colônia estatal, teve maiores dificuldades para se desenvolver economicamente do que a vizinha Blumenau, uma colônia particular. Mas os dados indicam que, tanto aqui quanto lá, os comerciantes de maior porte eram imigrantes alemães, principalmente os luteranos, e foram eles que assentaram as bases para o desenvolvimento da indústria têxtil.

E, dada a relevância histórica da indústria têxtil para a economia de Brusque, o tema é abordado em capítulo próprio. Brusque vivia um momento de superação de uma atividade econômica exclusivamente rural.

Como bem afirmou o grande estudioso João José Leal (2012), “aos poucos, as mãos calejadas dos colonos abandonaram o machado, a enxada, a pá, a foice, para lidar com espulas e lançadeiras e produzir o tecido, novo símbolo da riqueza desta comunidade, emergindo no contexto catarinense como o <berço da fiação>”.

## A indústria da moda

A evolução econômica de Brusque não passou só pela atividade agrícola, pela relação entre os colonos e os vendedores e pela indústria têxtil, também existem outros elementos que se fizeram presentes. Um deles é a chamada “Indústria da Moda”. A historiadora Edineia Pereira da Silva Betta (2013), ao escrever sobre a história da moda, diz que entre revistas e retratos, a moda permeava Brusque no século XIX. Segundo ela, o constante contato com a Europa colocou a cidade em situação privilegiada. Diversos produtos tinham que ser importados. Entre eles, as fazendas, como eram chamados os tecidos e os aviamentos, que vinham acompanhados de cartões postais, revistas de moda e cartas. O que permitia que os modelos confeccionados na Colônia se aproximassem daqueles que, no período, estavam fazendo moda na Europa. A moda é efêmera. Nasce, vive rapidamente, dá frutos de beleza e morre. Betta conseguiu identificar diversos elementos presentes na moda europeia nos trajes dos brusquenses. Por meio de

imagens congeladas pelos retratos fotográficos é possível conhecer um pouco da moda de cada período e foi a partir de fotografias das famílias brusquenses que Betta fez um comparativo com o vestuário em voga ilustrado em revistas e a moda que esteve presente na Colônia Itajahy-Brusque já nos primeiros tempos. E constatou que não apenas as mulheres e as crianças, mas também os homens em Brusque tinham cuidado com o visual. Estavam sempre alinhados e sérios já que, no período, a atenção se voltava para as mulheres. A moda para os homens estava atrelada ao comportamento. O século XIX foi o período de ascensão para a burguesia, que se destacava, uma vez que mais e mais pessoas se dedicavam ao comércio e às fábricas.

Entre os colonos e diversas profissões, eram os vendedores os mais bem-sucedidos na Colônia, foram os grandes responsáveis pela economia e pela transição da Brusque agrícola para a Brusque industrial. No final do século XIX, quando começamos a ter as indústrias têxteis, as vendas que mais se destacavam eram os Krieger, os Buettner, os Bauer e os Renaux, e viagens para a Europa era uma



Desfile de moda em Brusque. Acervo: SAB

realidade entre os comerciantes mais abastados e suas famílias. Essas eram oportunidades para, além de visitar parentes, também participar de feiras, exposições e tratar de negócios. E, na volta, trazer novas ideias para desenvolver a indústria e o comércio brusquenses.

No que se refere à indústria do vestuário em Brusque, destaca-se o pioneirismo da Alfaiataria Krieger, fundada em 1898, que iniciou sob a denominação de Alfaiataria Elegante e, com o passar do tempo, se tornou uma conhecida confecção. O empreendimento foi uma iniciativa de Gustavo Krieger que, depois de aprender a profissão em Florianópolis, começa a trabalhar como profissional, abrindo o seu próprio negócio em Brusque. Na alfaiataria eram desenvolvidos ternos sob medida e Gustavo Krieger se tornou conhecido pela perfeição na confecção de ternos. Ele se inspirava em figurinos europeus e a fama da qualidade dos seus serviços era tamanha que Carlos Renaux, mesmo no tempo em que era Cônsul do Brasil em Baden-Baden, em que tinha à disposição o serviço de alfaiates europeus, quando vinha a Brusque para acompanhar

os empreendimentos Renaux e visitar a família, contratava os serviços profissionais de Gustavo Krieger para confeccionar seus elegantes ternos.

Na Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro em 1908, Brusque foi destaque com seus tecidos de algodão, meias, rendas e bordados e outros produtos, conquistando três grandes prêmios, 13 medalhas de ouro, 14 de prata e 14 de bronze (Kons, 2018). Já em meados do século XX, outro elemento de destaque eram as máquinas de costura, verdadeiro objeto de desejo das mulheres. Betta (2013) escreve que a moda brusquense estava em comum acordo com a moda apresentada no país. Além de importantes revistas, a cidade promovia cursos de moda às mulheres, como os cursos de corte e costura, que ofereciam as ferramentas necessárias para a confecção do próprio vestuário. Ao longo da história, dos corredores das fábricas, os tecidos foram às passarelas da moda. Depois vieram as feiras exclusivas para o setor têxtil e a Festa do Tecido, que também mobilizavam a cidade com desfiles de moda. Novo impulso desenvolvimentista deu-se a partir de 1980, através da

implantação da indústria de malhas, quando inúmeras empresas do ramo de confecções se instalaram em Brusque, provocando verdadeira revolução econômica, à medida que dezenas de operários têxteis passaram à condição de empresários, descentralizando a renda.

Kons (2018) conta que, após a Primeira Guerra Mundial, dois fatores conjunturais favoreceram o processo industrial de Brusque: a questão da inflação brasileira e a liberação da demanda, no mercado mundial, de produtos que haviam sofrido retração no consumo, motivada pela abrangência da guerra. E assim, em 27/04/1925, foi fundada a empresa Indústrias Renaux S.A. (na atualidade RenauxView), numa iniciativa de Otto Renaux, Otto Nietsch e outros sócios e, até o final da década de 1960, a empresa foi uma das principais fornecedoras nacionais de tecidos para estofamentos, cortinas, toalhas de mesa e outras aplicações domésticas. Outra iniciativa que teve grande importância na transformação da indústria têxtil de Brusque e região foi o Centro de Treinamento Têxtil de Brusque, com o Laboratório de Fiação e Tecelagem – Lafite, inaugu-

rado em 1º/08/1971, pelo presidente da Fiesc, Carlos Cid Renaux.

## Desenvolvimento econômico e meios de transporte

Nos primeiros anos, o transporte na nascente Colônia Itajahy-Brusque se dá pelos rios e ribeirões. O comércio, representado pelas vendas, se instalava junto à administração da colônia e ao porto fluvial.

Ali aportavam os barcos, as canoas e lanchas que visavam o abastecimento da população que se fixava na Colônia Itajahy-Brusque, ou a saída dos produtos para o porto marítimo, em Itajaí, bem como o transporte de pessoas. Aos poucos vão sendo abertas picadas e construídas as estradas, e o transporte já começa a ser feito também com carroças e aranhas (uma espécie de carroça, com apenas duas rodas, puxada por um cavalo), mas o transporte pelo rio, embora com menor intensidade, continua sendo usado até 1922.

O ilustre pesquisador Ricardo José Engel (2010) informa que, aos poucos, as estradas de rodagem iam

recebendo melhorias, viabilizando cada vez mais o transporte rodoviário, que na década de 1930 já contava com linhas regulares de caminhões e ônibus.

Entre os meios de transporte do incipiente núcleo urbano, continua Engel, o predomínio era das carroças e dos carros de mola, pela via terrestre, e das lanchas, através do rio. Os raros automóveis pertenciam aos membros da elite econômica. No tempo da Brusque agrícola, os meios de transporte se resumiam às carroças e aos carros de mola, pela via terrestre, e às lanchas, através do rio.

À medida que, impulsionada pelas características da mentalidade do colonizador alemão luterano “protestante, espírito empresarial, conhecimento técnico, pioneirismo. (...), cuja mentalidade se relaciona com a entrada no capitalismo industrial na Alemanha” (SOUTO, 2000, citado por Engel, 2010, p. 82), a cidade deixa de ser agrícola e passa para a fase industrial, e então vamos presenciar também a evolução no sistema de transporte. E os teares que ergueram e sustentaram o desenvolvimento de Brusque, também vão se refletir no desenvolvimento econômico



*As primeiras bicicletas de Brusque eram um luxo caro, sinônimo de status. Acervo: SAB*

das famílias.

A partir de 1910, Brusque começa a receber bicicletas, originárias da Alemanha e da Itália, o que se justifica em face da origem dos imigrantes colonizadores da nossa região. E a chegada das primeiras bicicletas guarda estreita relação com o processo de desenvolvimento da cidade.

No início, ter uma bicicleta era o equivalente a ter um carro de luxo e, em 1915, Brusque tinha cerca de dez bicicletas. Em 1917 podiam ser contados 18 carros de mola particulares e seis de

aluguel, um automóvel particular (pertencente a Augusto Bauer, filho do grande vendedor João Bauer, casado com a filha do grande industrial Carlos Renaux), um carro de aluguel (Guilherme Niebuhr: linha Brusque-Florianópolis), e oito exemplares de bicicleta.

À medida que a indústria ia impactando no desenvolvimento econômico de Brusque, também iam melhorando as condições de transporte. Engel (2010) escreve que, em 1919, o número de operários das principais fábricas era o seguinte: Renaux:

150 empregados. Buettner: 60 empregados. Tietzmann: 30 empregados. E o relatório de gestão referente ao exercício de 1919 dá conta que a população era de 10.800 habitantes e a viação era assim distribuída: Veículos: 3 automóveis; Carroças: 357 particulares, puxadas por 2 ou 4 animais, 44 comerciais, 13 carretões, 14 carros de mola de aluguel, 29 carros de mola particulares, 7 bicicletas, 2 aranhas e 4 lanchas peruas.

Nas primeiras décadas do século XX da história do povo brusquense, a bicicleta constituía um artigo de luxo, considerando que para adquirir uma, era necessário ter um bom dinheiro. Todas eram importadas, principalmente da Alemanha. Por essa razão, as primeiras bicicletas a desfilar pelas ruas de Brusque pertenciam às famílias de melhor renda ou posse, tendo lugar de destaque uma vez que sinalizam a condição de abastança na vida social. Pedalar era sinônimo de status privilegiado, um luxo caro, materializando um privilégio para o cidadão brusquense.

E, à medida que a cidade crescia, tanto em termos de desenvolvimento econômico quanto populacional, o número de bicicletas apresentava

maior expressão, mas ainda estava longe de ser o principal meio de transporte da cidade. Mas logo se tornou um destacado meio de transporte, utilizado, inclusive, pelos proprietários das indústrias têxteis, um deles é o industrial Otto Renaux (filho mais velho de Carlos Renaux), que saía de casa para trabalhar, no centro de Brusque, às 4h30 da manhã e ia de bicicleta até a fábrica, na rua Pomerânia (atual rua 1º de maio).

A partir da Segunda Guerra Mundial, no aspecto econômico Brusque passa a ser marcada efetivamente pela predominância das atividades industriais sobre as atividades agrícolas. As indústrias se expandem, o número de empregos aumenta, e o povo precisava de um meio de transporte barato, resistente e econômico para se deslocar até o trabalho. A bicicleta desponta como uma solução possível. Aumentou o consumo de bicicletas. Se antes somente as famílias ricas tinham acesso às bicicletas, agora também as classes assalariadas haviam adquirido poder de compra e andar de bicicleta passa a ser um traço permanente da mobilidade brusquense nos anos de 1950-1960, esvaindo-se, to-

dava, nas décadas seguintes, finaliza Engel.

## O início da indústria metalúrgica

Concomitante ao desenvolvimento econômico impulsionado pelo segmento têxtil, a ampliação do panorama industrial de Brusque se dá a partir dos anos 60, com a inserção do setor metalúrgico na economia local.

De acordo com o historiador Kons (2018), graças à experiência adquirida no ramo têxtil em função da proibição à importação de maquinário durante a guerra, fazendo com que se desenvolvessem soluções locais para o conserto das peças faltantes, e até mesmo a criar maquinários, inaugurando um novo e próspero ramo dentro da indústria brusquense. Instalaram-se em nossa cidade as metalúrgicas Siemens, Brusque, Irmãos Fischer, e outras. A Irmãos Zen, fundada em São Paulo em 1960, transferiu-se para Brusque em meados da década de 1970. O ramo metalúrgico atua na área automobilística, eletrodoméstica, construção civil, máquinas de processamento gerais, fundição e serralheria.

## REFERÊNCIAS

BETTA, Edineia Pereira da Silva (organizadora). Fragmentos da História da Moda e do Têxtil em Brusque. Editora Município Dia a Dia, 2013.

BUGGENHAGEN, E. A. von. História Econômica no Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

ENGEL. Ricardo José. Pedalando pelo tempo: história da bicicleta em Brusque. Itajaí: S&T Editores. 2010.

KONS, Paulo Vendelino. Síntese história econômica de Brusque. Disponível em: <[https://rc.am.br/homes/page\\_noticia/id\\_45839/](https://rc.am.br/homes/page_noticia/id_45839/)>. Acesso em 9 setembro 2018.

LEAL, João José. Inauguração da Primeira Ponte sobre o Rio Itajaí-Mirim: Crônica sobre um Fato que Marcou a Vida Econômica, Política e Social de Brusque. Notícias de Vicente Só. Ano 12, nº 59. 2012.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico. Editora Movimento. Porto Alegre. 1974.



*Carlos Renaux com a esposa Selma Wagner e os filhos do casal. Acervo: Rosemari Glatz*

## A indústria têxtil em Brusque

Brusque é conhecida como “Berço da Fiação Catarinense”, pois a fiação de Carlos Renaux foi a primeira instalada em Santa Catarina. Também foi em Brusque que teve início um dos maiores polos têxteis do estado e do Brasil, nascido a partir do último decênio do século XIX. Anteriormente já houvera empreendimentos tendentes para o ramo industrial. Mesmo antes do início da colonização já haviam funcionado na zona de

Brusque umas serrarias instaladas por comerciantes de Itajaí, e após 1860 surgiram vários empreendimentos que se ocupavam com o beneficiamento e conservação de produtos, de preferência, agrícolas. Mas todos eles tinham o caráter de improvisações. Funcionavam sem grande capital, simplesmente porque a matéria-prima abundava e exigia um beneficiamento. Paravam quando começava a faltar a matéria-prima que

provinha da roça. Não eram indústrias propriamente ditas, cujas produções em larga escala independessem das quantidades limitadas de matérias-primas, de cada vez disponíveis na mesma praça, por tê-las garantidas em outras partes. A primeira iniciativa no segmento têxtil coube à família Bauer, seguido dos Renaux, Buettner e, finalmente, da família Schlösser, responsáveis pelo novo impulso econômico dado à região.

Só nos dois últimos decênios do século XIX, ou seja, uns 20 a 30 anos depois da fundação da colônia, é que a economia de Brusque havia atingido um grau de adiantamento que permitia a criação de uma indústria. Era indispensável para tanto a existência de capital e de braços. O que era preciso havia-o, na Brusque de então, em modesta escala. Os vendeiros tinham feito bons negócios, chegando a fazer algumas economias. A população da colônia tinha aumentado o bastante. Nem todos os imigrados que se haviam inicialmente dedicado à lavoura, desejavam continuar nessa ocupação. Se lhes oferecia uma oportunidade, muitos estavam prontos a abandonar o trabalho na roça. Havia, pois, o que era imprescindível.

## Os tecelões de Lodz

O início da atividade fabril em Brusque deve-se a um pequeno grupo de pessoas vindas da região de Lodz. Os “tecelões de Lodz”, como são lembrados localmente os artesãos poloneses, foram os responsáveis pelo treinamento inicial da mão de obra em

Em agosto de 1869 algumas famílias polonesas já haviam se estabelecido em Brusque, o que, anos depois, rendeu à cidade o título de “Berço da Imigração Polonesa no Brasil”. Mas os que efetivamente contribuíram para a transição da Brusque agrícola para a Brusque industrial foram os que vieram entre 1889 e 1896, entre eles os “Tecelões de Lodz”.

Brusque, orientada, até então, para o trabalho na lavoura. Esses imigrantes, geograficamente provenientes da Polônia, que era então província da Rússia, eram, na verdade, tecelões da Silésia e da Saxônia, ali radicados desde o século XVIII, atraídos pelo governo russo para iniciar, na região, a atividade têxtil. Em decorrência disso, em Lodz, Ozorkow, Zgierz e adjacências, a indústria têxtil do algodão desenvolveu-se acentuadamente. Com a adaptação dos teares manuais para engrenagens mecânicas, depois de 1853, os tecidos de Lodz entraram sempre mais em concorrência com a produção de Moscou, o que motivou, a partir de 1875, um movimen-

to oposicionista contra as minorias alemãs. O pan-eslavismo, que foi um movimento político e sociocultural do século XIX, estava em alta naquele tempo; o que era de origem alemã era olhado de esguelha, no império dos czares. As autoridades russas, por si impotentes contra a minoria alemã que era laboriosa e industrialmente ativa, conceberam o plano de contrapor-lhes os judeus, processo que surtiu o efeito desejado. Com as manobras da praxe comercial, recomendada por Aschkenasim, a situação dos alemães da região de Lodz foi piorando de maneira tal, levando-as a emigrar a partir de 1880.

Buggenhagen (1941) conta que em 1889 tinham emigrado, para o Brasil, vários tecelões da região de Lodz, na Polônia. A pequena turma daqueles imigrantes de Lodz que aportou a Brusque estava resolvida a exercer, também aqui, o ofício de tecelão, pois não eram adeptos do trabalho na roça. Dentre eles, vamos encontrar os Haacke, Hartke, Kreibich, Petermann, Wilke, Yescke e Yankowsky, mestres na arte da tecelagem. Os Schlösser chegam mais tarde, em 1896 e já vêm contratados para trabalhar na Fábrica Re-

naux. Eram todos “auslands-deutché”, assim chamados os imigrantes alemães que estavam estabelecidos em território polonês.

O fato, porém, de ter surgido uma indústria, e, sobretudo, uma indústria têxtil, deve-se a um acaso.

A historiadora Maria Luiza Renaux (2010) escreveu que inicialmente o trabalho dos tecelões poloneses em Brusque era doméstico. Em teares simples de madeira construídos por eles próprios, teciam fios fornecidos pelos comerciantes e, depois, revendiam o pano pronto. Yankowsky, Kreibich e Petermann se estabeleceram em terras no interior de Brusque, acima do centro de Guabiruba, no lugar chamado Sibéria.

Tietzmann esteve primeiro em Blumenau, como tecelão da firma Hering. Depois veio para Brusque, produziu tecidos para Carlos Renaux em sua própria casa, até que, mais tarde, este o financiasse para abrir uma fábrica de artigos de malha no centro da cidade.

Os demais poloneses, querendo transformar o caráter artesanal e doméstico de seu trabalho, procuraram Carlos Renaux para que este constituísse uma fábrica de tecidos.

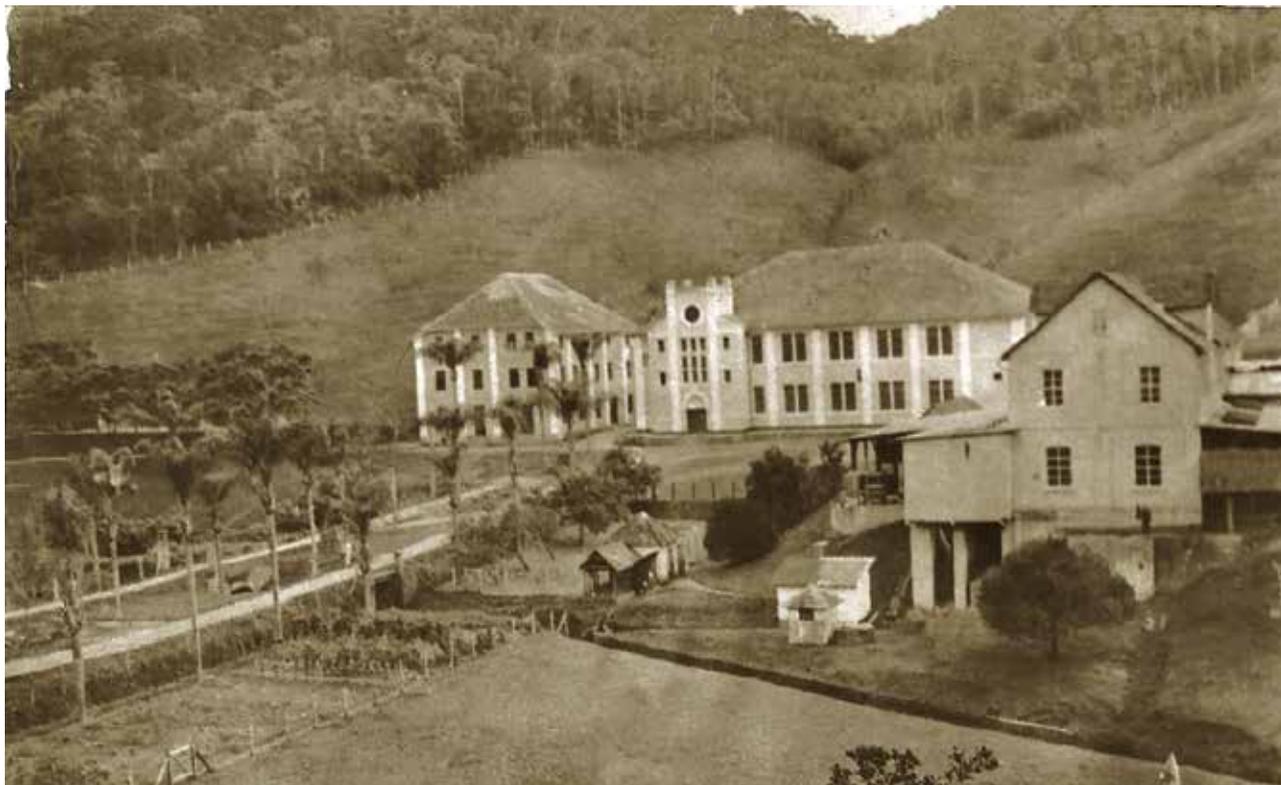
## 1890: Bauer

A primeira tentativa de produção de tecidos no município se desenvolveu com ajuda dos imigrantes poloneses, os conhecidos “tecelões de Lodz”. Foi uma iniciativa do imigrante alemão João Bauer, nascido na Baviera que havia se estabelecido com a família na região de Guabiruba, que pertencia à Colônia Brusque. Após a morte do pai, João Bauer se mudou para Brusque e montou uma pequena loja. Comerciante e industrial bem-sucedido, era dono de muitos empreendimentos, e foi pessoa atuante na comunidade e na política. Em 1890, Bauer fez a primeira experiência de indústria de fiação e tecelagem em Brusque, mas o empreendimento têxtil não teve sequência.

## 1892: Renaux

De acordo com Buggenhagen (1941), é provável que os imigrantes alemães da região de Lodz tenham exposto a uma ou outra pessoa do lugar o seu projeto de fundar uma fábrica de tecidos, mas quem lhes compreendeu o alcance do plano e estava disposto a ir ao encontro de suas propos-

tas, foi Carlos Renaux, emigrado da Alemanha em 1882 e que, depois de uma rápida passagem por Blumenau, em 1884 viera estabelecer-se em Brusque. O jovem negociante adotou e fez adotar no comércio das vendas da pequena praça, princípios até então desconhecidos. Ele acabou com o sistema de troca entre colonos e vendeiros, único então em uso, adotando para grande parte de suas transações a base da moeda corrente. A venda de Carlos Renaux foi aumentando cada vez mais a afluência da freguesia, de sorte que, em menos de dez anos, conseguira os meios que o habilitariam a estudar a realização de uma proposta, como a que lhe haviam submetido os “tecelões de Lodz”. Se a venda por si não dispunha de bastante capital, em compensação seu proprietário gozava do crédito pessoal que tinha de negociantes ricos, e assim, em 1892, Carlos Renaux instalou, sob sua firma individual, uma pequena fábrica de tecidos. Eram seus sócios Paul Hoepcke, irmão de Karl Hoepcke, do fundador da conhecida firma comercial, e August Klapoth. Um e outro retiraram-se, mais tarde, da empresa. Na estrada dos Pomeranos, Renaux adquiriu



*Fábrica Renaux na avenida 1º de Maio no início do século XX. Acervo: Rosemari Glatz*

um terreno, o mesmo onde hoje ainda se encontra a antiga fábrica. Não demorou a compra de 30 teares usados e antiquados, na Inglaterra, metrópole da indústria têxtil, os quais foram embarcados num vapor para serem transportados para o Brasil.

A princípio, tudo parecia falhar. A chegada das máquinas a Itajaí coincidiu com a revolta contra Floriano Peixoto, ficando paralisada toda a vida econômica e os serviços de transportes do país. Os teares que, justamente se achavam no caminho de Itajaí para Brusque, ficaram algum tempo abandonados no

campo, ao ar livre, expostos às inclemências da chuva e do sol. Mal estavam montadas as máquinas, quando surgiram as dificuldades do início, com maior evidência. Não eram somente os problemas puramente técnicos que criavam dificuldades. Havia falta de operários práticos, na colônia. Os tecelões de Lodz tiveram que fazer um esforço especial para encaminhar para o trabalho na tecelagem os homens acostumados aos trabalhos da lavoura. O maquinário era incompleto, certos processos maquinais tinham que ser substituídos de maneira primitiva, por operações ma-

nuais. Os fios vinham tingidos da Europa. A importação representava já por si um ônus bastante gravoso para o custo dos produtos.

No princípio, a fábrica produzia somente artigos simples, de acordo com as instalações imperfeitas. Eram os chamados “suíços” que compreendiam o algodão xadrez vermelho e branco e os riscados para camisas e calças para homens, destinados ao consumo das colônias. Essa espécie de fabricados também era, talvez, a única que poderia ser vendida, na praça, com alguma probabilidade de êxito. Os colonos não podiam deixar

de comprá-la, e, em comparação à concorrência estrangeira, o artigo fabricado na praça levava vantagem tanto pelo gosto do comprador, como pela utilidade prática do tecido, particularidades estas que os fabricantes do lugar conheciam melhor do que os do estrangeiro. Como, porém, os produtos têxteis produzidos em Brusque não podiam concorrer com os preços baixos do artigo estrangeiro, Renaux muitas vezes precisou mandar vender seus tecidos nas próprias zonas rurais por empregados que iam com suas carroças de lote em lote, oferecendo-os a preços compensadores aos colonos que desconheciam os preços do mercado.

Devido às dificuldades de venda, frequentemente a fábrica ficava parada, e às vezes, durante semanas. Essa circunstância se fazia sentir desagradavelmente na questão da conservação de uma turma de operários experimentados. Ainda segundo Buggenhagen (1941), o fato de achar-se a colônia em pleno florescimento, foi o que criou condições de vencer os embaraços criados pela falta dos salários. O maior empecilho do desenvolvimento da empresa era, no entanto, a falta

*Emilie Abel Haacke, conhecida em Brusque como "Mutter Haacke" compunha o grupo de imigrantes aqui chamados de "tecelões de Lodz". Foi um elemento muito importante nos primórdios da industrialização na região porque ela, além de contribuir com seu próprio trabalho, ensinava às novatas o mecanismo da fiação. Devido à sua importância dentro da indústria, ela tinha o privilégio de amamentar seus filhos nas dependências do emprego, coisa incomum naquele tempo (RENAUX, 1995).*

de capital. A soma empitada na montagem da fábrica foi muito além do orçamento, de sorte que parecia impossível cobrir regularmente as despesas de movimento. A venda Renaux não produzia os lucros necessários para suprir a escassez financeira da fábrica e para mantê-la em movimento, era preciso recorrer a empréstimos temporários, feitos por amigos, e aos créditos concedidos pelos fornecedores de fios. De 1892 até 1900, a nova fábrica tinha um quê de grotesco no meio dos contratemplos em que se debatia, tanto que não se poderia imaginar sua existência, senão longe dos grandes centros.

Não fosse a extraordinária tenacidade de seu fundador, ela teria fechado as portas, logo no princípio, diante da força das circunstâncias aniquiladoras. Renaux resistiu até o extremo sem esmorecer, conseguindo, dessa forma, acomodar, paulatinamente, tudo às circunstâncias e adquirir a prática de que carecia no início. A fábrica, tal como se apresentava em 1900, não era uma empresa robusta; resistira, apenas, às perigosas moléstias da primeira idade e prometia, para o futuro, alguma esperança de melhoras.

O ano de 1900 marca uma nova etapa no desenvolvimento da firma. Sob vários aspectos, a situação começou a melhorar, embora perdurassem ainda por muito tempo certas dificuldades. Coube a Renaux, primeiramente, a tarefa de assegurar, com o acréscimo de seu capital, as bases de sua empresa. Convencera-se ele que, numa praça como a de Brusque, não poderia vingar a fábrica de tecelagem sem possuir a sua própria fiação. Por essa razão propôs à firma A. O. de Freitas, de Hamburgo, a montagem de uma fábrica de fiação. Aprovado esse plano, a firma Freitas fez um pedido de algumas máquinas de fiação com um total de 1.000

fusos à firma Platt Bros & Co, de Oldham, Inglaterra. Em 1900, montada a fábrica, não tardaram a surgir as mesmas dificuldades que se haviam verificado nos primeiros tempos da fábrica de tecidos.

A experimentação indispensável das máquinas, funcionando ainda sem o material de fabricação, levou pouco tempo, mas depois foi preciso iniciar a produção de fios com homens que nunca tinham visto uma máquina de fição e menos ainda haviam manejado. Além disso, havia as questões climáticas, ora muito úmido, ora muito seco. A preparação inicial do algodão para a fição tinha que ser feita à mão, por falta das máquinas apropriadas. O algodão era pesado em pequenas balanças. Só aos poucos, tudo foi se acomodando e os operários foram se habituando ao manejo das máquinas. A fábrica de fição de Renaux foi a primeira instalada em Santa Catarina. Prestara-se um serviço extraordinário com essa instalação, pois deram-se, assim, uma base segura à fição que pôde, desde então, dispensar os fios importados a preço muito mais elevados. Alguns anos depois, anexou-se à fição Renaux uma seção de tinturaria, com-

pletando-se dessa maneira, organicamente a instalação. O tingimento processava-se de uma forma primitiva. Tingia-se em cubas os fios torcidos em cordões e as opções de cores eram poucas. Entretanto, é de constatar que, até a época após a Guerra Mundial, os êxitos da fábrica não foram muito satisfatórios, devido às circunstâncias contrárias já citadas.

Nascera, porém, nova dificuldade, a de conseguir o algodão apropriado. Buggenhagen conta que antes de 1914 ainda não se produzia algodão no estado de São Paulo, sendo plantado, apenas no norte do Brasil. Esta tinha as fibras bastante heterogêneas, de sorte que se fazia mister uma segunda preparação na fição. Ficou, assim, muito prejudicada a capacidade produtora da fábrica. Acrescia que o algodão era fornecido em estado sujo e coberto de areia, resultando numa percentagem relativamente alta de resíduos. O comércio de tipos de algodão ainda se achava nos começos, e, na prática, não merecia confiança. Renaux comprava a matéria-prima, de preferência, por intermédio da firma Usslaender que tinha seus agentes compradores no Norte.

Durante a Guerra Mundial ele comprou parte do algodão necessário na América do Norte. Além dos embaraços criados pela nova matéria-prima, já por si desagradáveis, sentia-se sobretudo a já crônica falta de capital para a cobertura das despesas de movimento e para a aquisição de um maquinário têxtil moderno. Na expansão do mercado tudo dependia da qualidade dos produtos. Os da fábrica Renaux não podiam rivalizar com a mercadoria estrangeira em padrões e apresentação. Distinguiam-se, porém, entre os produtos nacionais, pelos preços módicos e a qualidade superior, e, sobretudo, pela boa coloração fixa que nas cores vermelha e preta criou a fama dos tecidos Renaux. A freguesia do artigo compunha-se, até então, principalmente de caboclos e colonos que trabalhavam no campo.

Buggenhagen (1941) informa que um quadro comparativo demonstra que entre os anos de 1900 até 1918, efetivamente, se verificaram lucros nas indústrias Renaux; embora não tenham sido excessivos. A Guerra Mundial também não pôde dar impulso especial à novel indústria, porque o poder aquisitivo da população rural se acha-

va bastante reduzido. Mas, mesmo assim, a Renaux conseguiu liquidar, em 1917, os grandes créditos da firma A. O. de Freitas, de Hamburgo, que continuavam consumindo os lucros da empresa, prejudicando o seu progresso. Deve-se esse resultado, antes de tudo, à tenacidade e perseverança de Renaux, seguido pela boa qualidade dos seus produtos e, fator não menos importante: a feliz escolha dos seus colaboradores.

## 1898: Buettner

A segunda manufatura têxtil de Brusque foi uma empresa de bordados finos, a “E. v. Buettner e Cia.”, que durante algum tempo manteve em paralelo aos negócios têxteis o beneficiamento de produtos coloniais. Em 1873 Eduard von Buettner havia se mudado para Brusque com a família, onde foi proprietário de uma loja de fazendas, secos e molhados e armarinhos, além de torrefação e moagem de café e serrarias. A “E. v. Buettner e Cia.”, precursora da Buettner S/A Indústria e Comércio, surgiu em 1898, fundada por Albertine Burow, esposa do vendeiro Eduard von Buettner, em sociedade com o filho

mais velho do casal, Edgar, e guarda relação com a produção artesanal de aventais por Albertine, toalhas de mesa, colchas e cortinas bordadas com máquinas à manivela por Idalina, esposa do filho Edgar.

A origem da empresa Buettner guarda relação com a produção artesanal de aventais e toalhas bordadas. Albertine foi quem iniciou a primeira confecção em Brusque: talhava pessoalmente aventais que mandava costurar por mulheres costureiras da vila.

Quando Eduard, seu esposo, desviveu, Albertine precisou tomar as rédeas dos negócios da família. Com seu filho mais velho, Edgar, fundou a E.v.Buettner e Cia., com a importação de armações para sombrinhas – proteção imprescindível das peles claras das mulheres europeias em nosso país tropical - as quais então eram forradas com filó – também importado – e bordadas com as máquinas à manivela, trazidas por seu filho mais velho da Alemanha, e instaladas em 1900. A empresa começou pequena, com duas máquinas a pedal nas quais se confeccionava sombrinhas, aventais, cortinas, mosquiteiros e pano de bordar.

De acordo com Renaux (2010), graças ao empenho pela qualidade, a partir de 1906 novas oportunidades foram surgindo para a Buettner, que teve seus artigos especiais, as cortinas bordadas, encomendadas para as repartições públicas do Rio de Janeiro (Palácio Monroe, Rio Negro, do Catete, Biblioteca Nacional). Depois no mercado local, que se estendeu pelo estado. O primeiro absorvedor dos tecidos bordados foi o Rio de Janeiro e, no Nordeste, a Bahia.

Seu mercado era constituído principalmente por pessoas abastadas, mas também pela classe média, atendendo ao costume de presentear as filhas com guarnições bordadas para o enxoval. Certo tipo de mercadoria era também despachado para a Alemanha, constando como atraentes os motivos brasileiros nos padrões. Com a expansão do mercado, o estabelecimento fabril consolidou-se, deixando de depender dos altos créditos particulares. Em 1912 a firma, sob influência do político itajaiense Lauro Müller, então Ministro das Relações Exteriores, obteve o primeiro crédito bancário. Os bordados da fábrica Buettner foram várias vezes premiados em



*Fábrica da Buettner, localizada onde hoje está a Praça Sesquicentenário. Acervo: Rosemari Glatz*

exposições no Brasil e no exterior. A guerra traria mudanças na organização interna da firma que, lentamente, passou para o ramo da tecelagem, sem, contudo, abandonar os bordados. Dois teares foram adquiridos para a fabricação de tecidos e a atividade têxtil teve início em 1915 com a instalação de uma pequena tecelagem, branqueamento e tinturaria do fio, objetivando suprir as dificuldades existentes, como falta de mão de obra especializada e alto custo do material importado.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, Edgar Von Buettner viajou à Alemanha e adquiriu novas máquinas para tecelagem de algodão, as

quais foram instaladas e deram início à produção de tecidos mais sofisticados, como étamines, rendados e filó para mosquiteiros. O ano de 1922 é considerado o ano da grande ofensiva têxtil e a firma se transforma em sociedade de capital e indústria com a razão social de “E.v. Buettner & Cia.”.

A diversificação da sua linha de produção tornou-se uma constante e a empresa tomou grande impulso. Modernizando ainda mais suas instalações e ampliando continuamente os seus negócios, a empresa teve grande ascensão e se transformou numa das três principais indústrias têxteis de Brusque.

## 1911: Schlösser

A terceira grande empresa têxtil a iniciar operações em Brusque e se consolidar no mercado, pertencente à primeira fase da industrialização do Vale do Itajaí-Mirim, foi a Gustav Schlösser & Filhos, fundada em 1911 por Gustav Schlösser, um tecelão de Lodz, e seus dois filhos, Hugo e Adolph.

Gustav Schlösser, o fundador, chegou a Brusque em 1896, contratado como técnico têxtil na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux. Antes de emigrar para o Brasil, em 1890, Schlösser estudou no grupo especial da tecelagem da Escola Estadual da Indústria na

Monarquia Austro-Húngara em Bielsko (Bielitz) – escola técnica têxtil, no Sul da Polônia, que então estava sob o domínio da Áustria, onde se formou técnico no ano de 1891. Por intermédio de um agente que contratava pessoas especializadas como técnicos e tecelões, Gustav Schlösser decidiu emigrar para o Brasil para o desenvolvimento da indústria têxtil do vale do Itajaí-Mirim. E assim, no final do ano de 1895, Schlösser, a esposa e os quatro filhos embarcaram no porto de Hamburgo, na Alemanha, com destino a Brusque.

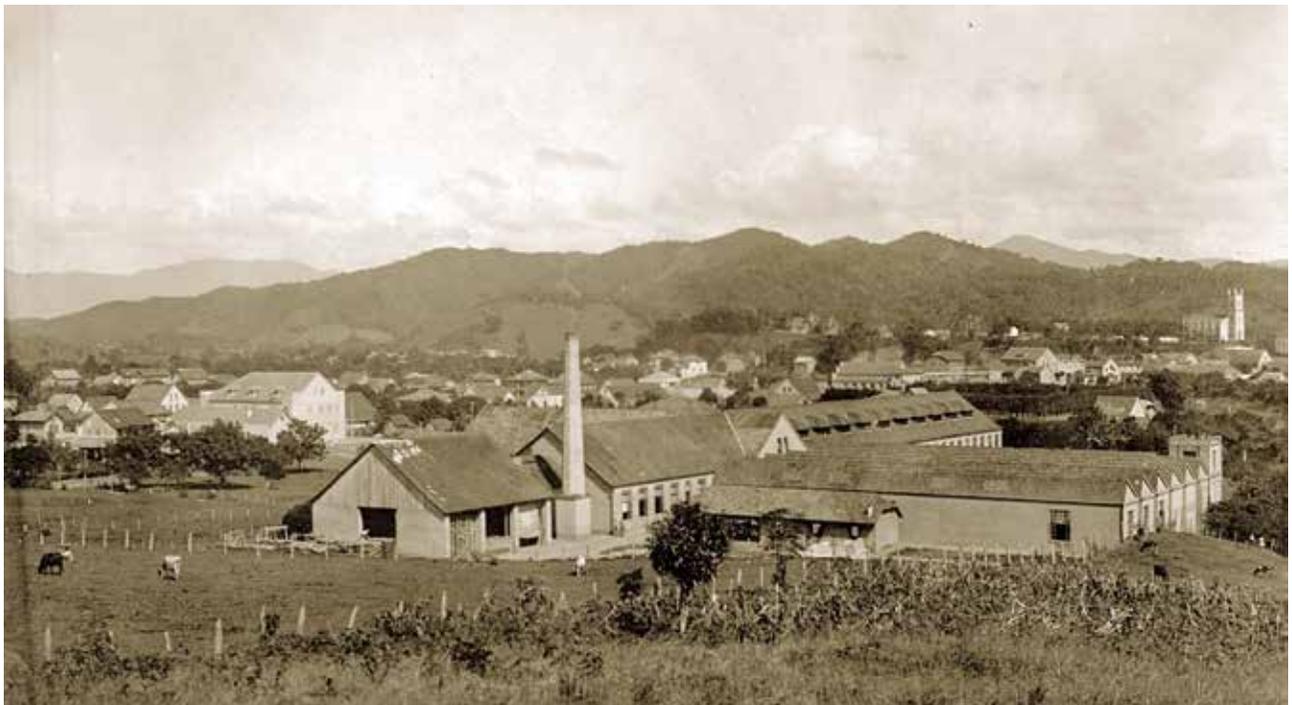
Segundo Renaux (2010), assim como o pai Gustav, os filhos Hugo e Adolph Schlös-

ser haviam trabalhado como tecelões na fábrica de Renaux. Em 1908, Hugo e Adolph estiveram entre fevereiro e agosto no Rio de Janeiro trabalhando no mesmo ramo para uma firma de nome Prinz & Cia. Decididos a voltar para Brusque, ainda em 1908 Hugo Schlösser começou a tecer em casa, em tear manual adquirido do tecelão Tietzmann, que o trouxera de Lodz; Adolph foi trabalhar na Empresa Industrial Garcia, em Blumenau. Durante cerca de 15 anos, Gustav Schlösser, o pai, trabalhou como técnico têxtil na Fábrica Renaux.

Com a fundação da firma Schlösser, em 1911, Gustav Schlösser e os filhos Hugo e

Adolph voltaram a trabalhar juntos em Brusque, desta vez por conta própria, uma pequena tecelagem com a denominação de “Gustavo Schlösser & Filhos”. O capital inicial era de seis contos. A tecelagem iniciou com dois teares manuais, um deles provavelmente aquele utilizado por Hugo na fabricação doméstica, e o outro, um tear jacquard, adquirido com o crédito concedido por Carlos Renaux, que se encarregou, também, do fornecimento de fio e da distribuição do produto em sua “venda”.

Os artigos produzidos por Schlösser, no início, eram toalhas de mesa e rosto com flores na bainha, de jacquard,



*Fábrica da Schlösser na avenida Getúlio Vargas. Acervo: Rosemari Glatz*

com base no mostruário da tecedura trazido por Gustav Schlösser. A produção mensal no início da fundação da empresa – 1911, era de 400 metros de tecido por mês.

Além do negócio de Carlos Renaux, a historiadora Renaux (2010) informa que Bauer e Buettner aparecem como compradores. Pano de seda, com matéria-prima fornecida pelos italianos de Nova Trento, também era fabricado e esse material era utilizado para a confecção de lenços especiais para as italianas irem ao cemitério. Nos anos seguintes, Renaux continuou a ser o fornecedor de fios para a firma Schlösser. Esses fios eram importados pela empresa Carl Hoepcke. A Empresa Industrial Garcia, de Blumenau, também era fornecedora de fios.

De 1913 em diante, as vendas foram efetuadas para as companhias de Hoepcke, Wendhausen e outras de Florianópolis e também para Blumenau e Joinville, vindo, a seguir, Jaraguá do Sul, Curitiba e Pelotas. Em 1914, antes do início da Primeira Guerra Mundial e quando em Brusque já havia energia elétrica – fornecida pela hidrelétrica de João Bauer, a fábrica Schlösser se expandiu, inaugurando

As três grandes fábricas têxteis de Brusque chegaram a ser centenárias, mas não existem mais em 2018. A crise que levou ao fechamento das empresas começou com a abertura comercial no Brasil, nos anos de 1990. As indústrias não conseguiram competir com as importações. Com produção verticalizada, faltou capital de giro para manter o negócio. O modelo dessas empresas concentrava na fábrica todo o processo produtivo, da compra do algodão à entrega da toalha ou tecido. Isso faz com que o prazo entre o investimento nos insumos e a receita com o produto fique mais longo, prejudicando a situação do caixa. Outro golpe foi a crise do algodão, em 2011, que fez o preço da commodity triplicar em um ano. Na época, as empresas entraram em recuperação e não conseguiram sair da situação.



uma fase de crescimento.

Depois de 1918 a indústria têxtil do Brasil entrou em sua fase decisiva. O governo começou a gravar os tecidos estrangeiros, em escala ascendente, com direitos de importação, o que veio proporcionar ótimas condições de desenvolvimento à indústria nacional. Era natural que essa medida viesse favorecer as empresas que já se haviam adaptado e, efetivamente, estavam em condições de satisfazerem a parte que lhes cabia no grande consumo do país. É o que se deu em relação às indústrias têxteis de Brusque.

## REFERÊNCIAS

BUGGENHAGEN, E. A. von. História Econômica no Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

RENAUX, Maria Luiza. O Outro Lado da História: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950. Blumenau. Editora da Furb, 1995.

RENAUX, Maria Luiza. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O Modelo Catarinense de desenvolvimento. 2ª ed. Florianópolis: Instituto Carl Hoepcke, 2010.



*Os coronéis de Brusque. Acervo: SAB*

## A Guarda Nacional e os Coronéis de Brusque

Em 1831, D. Pedro I abdicou ao poder, porém, como seu filho tinha apenas 5 anos o Brasil foi governado por um sistema regencial. Depois de três meses de uma Regência Provisória, em junho de 1831 teve início “Regência Trina Permanente”.

Uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação, no dia 18/08/1831, da Guarda Nacional, com base na experiência da França, que havia transferido a segurança

do país para os próprios cidadãos. Assim, a Guarda Nacional foi criada com o propósito de defender a constituição, a integridade, a liberdade e a independência do Império Brasileiro.

A Guarda Nacional também simbolizava a ordem elitista da sociedade, pois os cargos assumidos na instituição estavam diretamente associados à renda e à cor da pele, sendo as patentes mais elevadas nomeadas pe-

los presidentes de províncias. O brasileiro com idade entre 18 e 60 anos, saudável e com renda mínima para ser eleito, era obrigado a se alistar para a Guarda Nacional.

Os únicos que não estavam incluídos nesta lista eram as autoridades administrativas, judiciárias, policiais, militares e religiosas. As tropas não eram remuneradas, no entanto tinham as obrigações de prestar serviço até os 60 anos, de providenciar seu

**DIÁRIO OFICIAL  
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
REPÚBLICA FEDERAL  
ORDEM E PROGRESSO**

**ANO XXXVII – 10º DA REPÚBLICA – Nº 1 CAPITAL FEDERAL  
SÁBADO 1º DE JANEIRO DE 1898**

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

Por decretos de 29 de dezembro último, foram nomeados para a Guarda Nacional

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Comarca de Brusque

Coronel comandante: Guilherme Krieger

Capitães-assistentes: Oscar Renaux e Manoel dos Santos Bittencourt

Capitães-ajudantes de ordens: Germano Krieger e Antônio Werner

**7º Regimento de Cavalaria**

Tenente-coronel, comandante: Carlos Renaux

Major-fiscal: Carlos Gevaerd

Capitão-ajudante: João Francisco da Rocha

Tenente-secretário: Victor Gevaerd

Tenente-quartel-mestre: Arthur Germer

**8º Regimento de Cavalaria**

Tenente-coronel, comandante: Nicolau Lauritzen

Major-fiscal: João Luiz Gonzaga

Capitão-ajudante: Tenrini Aquillino

Tenente-secretário: Augusto Maluche Filho

Tenente-quartel-mestre: Emilio Raguse

uniforme, fazer a manutenção das armas e equipamentos que utilizavam, e pagar contribuições em dinheiro.

A Guarda Nacional para a Comarca de Brusque foi no-

meada pelo Decreto Presidencial assinado em 29/12/1897 pelo Presidente da República Prudente José de Morais e Barros, e publicado na página 3 do Diário Oficial da União

(DOU) no dia 1º/01/1898. O historiador Paulo V. Kons, que conseguiu localizar a publicação do Decreto, destaca a importância do achado pois, segundo ele, os nossos coronéis foram nomeados por um governo civil e constitucional.

O primeiro desfile da Guarda Nacional aconteceu no dia 2/12/1832, celebrando o aniversário de Pedro II que completava sete anos de idade. Após a Proclamação da República, em 1892, a Guarda Nacional foi integrada ao Ministério da Justiça e Negócios Exteriores e, em 1918, passou a ser subordinada ao Ministério da Guerra, quando foi tacitamente absorvida pelo Exército.

A última atuação da Guarda Nacional foi sua participação do desfile do Centenário da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1922.

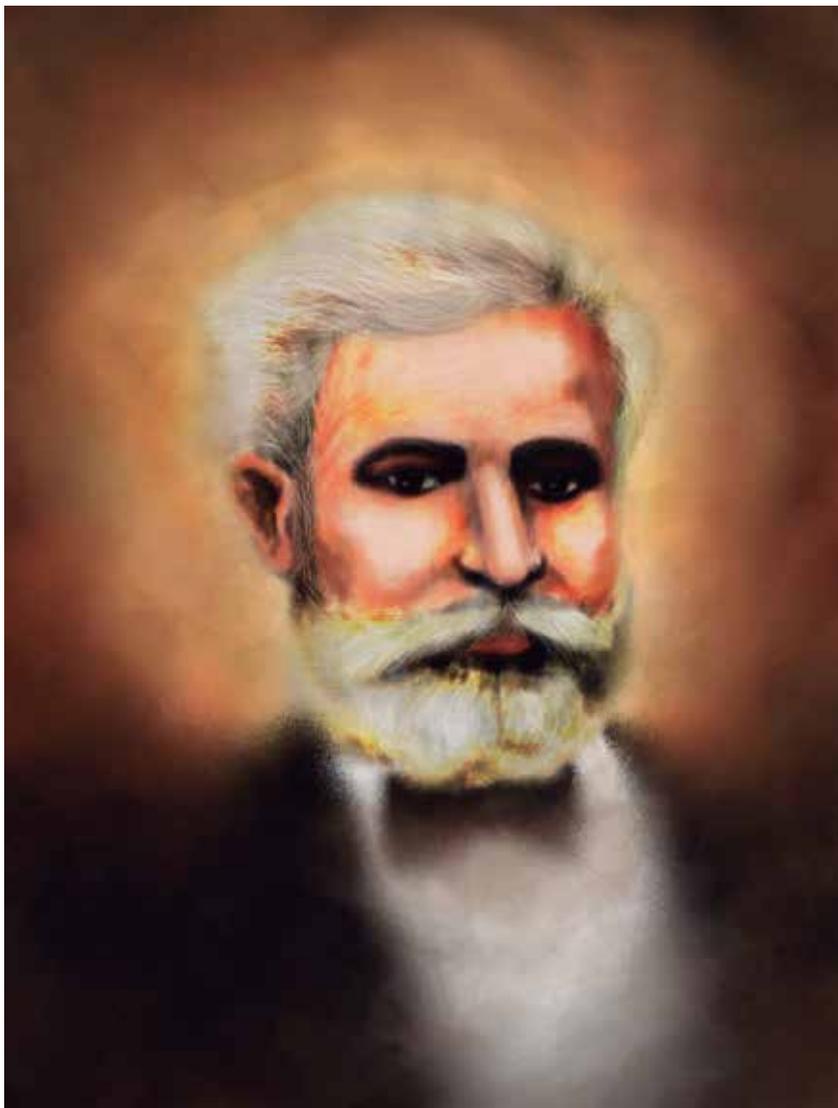
## REFERÊNCIA

KONS, Paulo V. A Guarda Nacional em Brusque. Disponível em <<https://www.brusquememoria.com.br/site/noticia/17/A-Guarda-Nacional-de-Brusque-em-1898>>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

# Francisco Carlos de Araújo Brusque

Francisco Carlos de Araújo Brusque foi nomeado Presidente da Província de Santa Catarina, em 06.09.1859, por ato do Imperador, vindo a substituir João José Coutinho. Naquele tempo, Araújo Brusque era deputado da Assembleia Geral Legislativa pela Província do Rio Grande do Sul. Acompanhado da família, chegou a 20 de outubro de 1859, a bordo do vapor “Princesa de Joinville”. Desembarcaram no trapiche da Alfândega de Desterro, de onde seguiram para o Palácio. Tomou posse da administração catarinense no início da tarde do dia 21, com as formalidades de costume. Os festejos de recepção envolvendo as forças políticas duraram até meia-noite.

A árvore genealógica de Araújo Brusque revela ascendência de alta fidalguia. Seu avô, Nicolau Bruschi, era um nobre de Florença (região da Toscana, Itália) que se instalou em Portugal por volta de 1762. Conquistou a confiança do rei e foi nomeado Mordomo-Mor do Paço.



*Francisco Carlos de Araújo Brusque, enquanto Presidente da Província de Santa Catarina, acompanhou pessoalmente os primeiros imigrantes à Colônia Itajahy, fundada em 4 de agosto de 1860. Em sua homenagem a cidade recebeu seu nome. Gravura: Francine Cavalheiro Carbonera.*

*Acervo: Rosemari Glatz*

**Uma curiosidade: a família utilizou o sobrenome Bruschi até 1846, quando passou a assinar a forma abasileirada do nome: Brusque.**

Nicolau se casou em Lisboa com Ana Joaquina Vieira de Aguiar e Almada, que pertencia à alta nobreza lusitana. O nome de Nicolau Bruschi foi inscrito nos registros da fidalguia portuguesa, com direito de transmitir a todos os seus descendentes os privilégios decorrentes.

Em 1808, a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil fez com que a família Bruschi se separasse. Nicolau, o pai, permaneceu em Portugal, com a esposa e os filhos José Luís e Maria Amália, administrando os bens da Família Real. Dois filhos, João e Vicente, militares, acompanharam a Real Família no seu êxodo para o Brasil. Vicente foi incorporado ao Exército do Vice-Reinado e, em janeiro de 1818, foi promovido a Tenente-Coronel de Milícias. Na Capitania de São Pedro do Rio Grande, Vicente se casou com Delfina Carlota de Araújo Ribeiro, filha do Comendador José Antônio de Araújo Ribeiro, de nobre ascendência lusitana.

Francisco Carlos de Araújo Bruschi, filho de Vicente e Delfina, nasceu em Porto Alegre no dia 24.05.1822. Diplomou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1845 e depois voltou à terra na-

tal, onde se filiou ao Partido Liberal. Católico praticante, casou-se com Cecília Amália de Azevedo, com quem teve 7 filhos: Francisco Carlos; José; Arthur; Raphael; Emma; Horáclito; Cecília e Francisca. De estatura pequena, magro, olhos pretos e vivos, seus cabelos escuros ao tempo de estudante se tornaram brancos já aos 40 anos.

Foi eleito deputado à Assembleia Provincial em 1849, 1854 e 1856. Fez as campanhas do Sul e obteve a medalha de mérito militar de ouro, com honras de coronel. Como deputado à Assembleia Geral, figurou pela sua Província de 1856 a 1859 e pela Província do Amazonas, de 1863 a 1866. De 1873 a 1875 voltou ao Parlamento ainda pela Província do Amazonas.

Ocupou a Presidência da Província de Santa Catarina durante um curto espaço de tempo, 21.10.1859 a 17.04.1861, mas na sua gestão, além da Colônia Itajahy-Brusque, também foram instaladas as Colônias de Teresópolis e Angelina, todas em 1860. Atendendo aos apelos do Imperador, em 20 de março de 1861 Araújo Brusque concordou em assumir a Presidência da Província do Grão-Pará e em 22.04.1861 e

acompanhado da família, deixou Santa Catarina. Foi Ministro da Marinha e interino da Guerra. Retirou-se da política em 1875, passando a exercer a advocacia. Possuía os títulos de Oficialato da Rosa, o Hábito de Cristo e a Grã-Cruz do Leão Neerlandês.

Brusque faleceu repentinamente, na cidade gaúcha de Pelotas (RS), em 23 de setembro de 1886. Em 1998, com honras de Chefe de Estado, seus restos mortais foram trasladados de Pelotas para Brusque por ocasião dos festejos dos 138 anos da cidade. Seus restos mortais foram depositados, sob os acordes do pistão de Pedrinho Knihns, no monumento construído junto à Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim – SAB/CASA DE BRUSQUE, com a lápide original, esculpida em mármore de Carrara há mais de um século.

## REFERÊNCIA

Álbum do 1º Centenário de Brusque – Edição da Sociedade Amigos de Brusque. 1960.

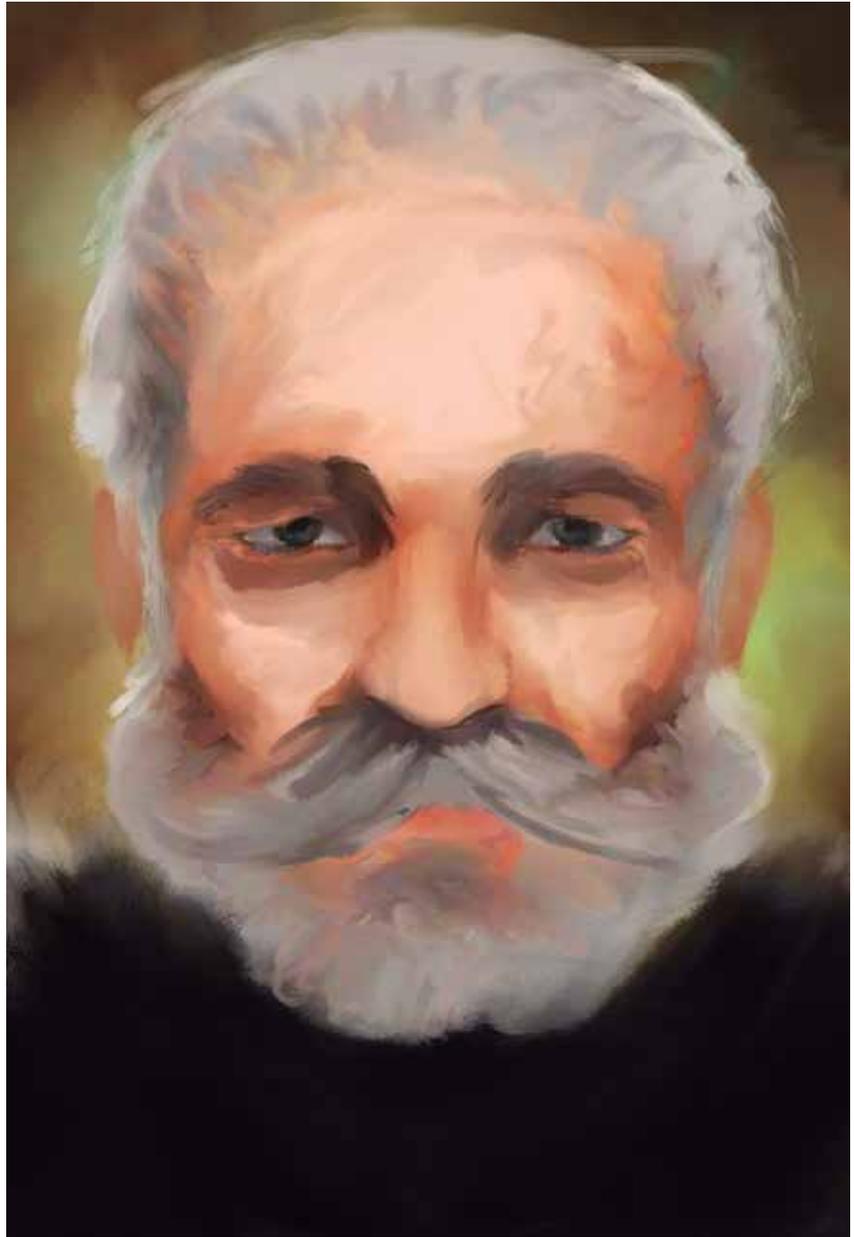
KONS, Paulo Vendelino. A vinda do Conselheiro que deu o nome a Brusque. 2018.

# Barão Maximilian von Schneeberg

Maximilian von Schneeberg (Maximiliano von Schneeberg, em português), católico, foi o primeiro diretor da Colônia Itajaí-Brusque, administrando-a honradamente e com especial dedicação desde a sua fundação, em 4 de agosto de 1860, até o seu afastamento da função por motivos de saúde, em abril de 1867. Organização e disciplina são palavras que descrevem adequadamente as suas características enquanto administrador.

Schneeberg pertencia a uma antiga família nobre germânica, detentores do título nobiliárquico de Freiherr, cuja posição na nobreza latina equivale-se à do barão. O Freiherr, com significado de Barão, pertenceu à nobreza durante o Sacro Império Romano. Na Áustria e na Alemanha este título existia até 1919 e, com a abolição da nobreza, são legalmente eliminados do nome.

O pesquisador Dirschnabel (2018) nos brinda com informações relevantes sobre a família Schneeberg. Baseado no livro escrito em 1845 por Beda Weber, ele informa que



*O Barão Maximilian von Schneeberg foi o primeiro diretor da Colônia Itajaí-Brusque. Minucioso na documentação, era um governante preocupado e sempre voltado à responsabilidade que o cargo exigia. Em 15 de outubro de 1865, acompanhou até a vila de Itajahy, os 25 “Voluntários da Pátria” que partiram da colônia para lutar pela sua nova Pátria – Brasil - na Guerra do Paraguai. Gravura: Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

documentalmente os primeiros Schneeberger apareceram em 1370 no Tirol Austríaco. O primeiro chamava-se Peter Schneeberger de Zimmers, para diferenciá-lo dos Schneeberger de Trins que se estabeleceram no Castelo de Schneeberg, pois, apesar de pairar uma certa confusão sobre os antepassados de Maximilian von Schneeberg em Mills, no Hall, eles não tinham nada em comum com os Schneeburgers mais jovens.

## Cronologia

1524: A família Schneeberger atuou como administradora da casa de penhores em Hall, servindo ao Imperador Karl V (1500-1558), uma das personalidades dominantes mais importantes da história europeia. Herdeiro das três principais casas dinásticas europeias, durante o império de Karl V, a Europa se tornou o centro de um império mundial. E foi por aquele tempo que, em 1524, Ludwig Schneeberger, casado com Anna von Lingen, filho de Sigmund de Meran e sobrinho de Peter Schneeberger, foi elevado ao posto de “Cavaleiro” como um soldado corajoso e em reconhecimento pelos serviços de fidelidade prestados ao Imperador.

1587: O filho mais velho

de Ludwig, Hanns, era casado com Helena von Kripp e com ela teve onze filhos durante a administração da casa de penhores de Ferdinand I, em Hall, dos quais o filho mais velho Rupert seria o mais importante. Rupert von Schneeberger durante o reinado do Arquiduque Ferdinand II, fez por merecer o direito de construir uma residência no Tirol. Assim, em 1587, ele construiu o Castelo de Schneeberg em Mils, e recebeu o sobrenome de Schneeberg. A partir de então as famílias que originalmente se titulavam Schneeberger passaram a ser chamadas de “barões de Schneeberg”. Em decorrência da união matrimonial da nobreza, os von Schneeberg tiveram a junção da residência de Rubein, em Obermais, resultando numa brilhante descendência, os quais eram titulados de “barões von Schneeberg de Saltaus, no Platten e Rubein”.

1664: Johann Wolfgang von Schneeberg, filho de Ludwig, neto de Rupert e bisneto de Hanns Schneeberger havia se tornado mordomo do Arquiduque Leopold V, marido de Claudia von Medizis. Leopold V e Claudia se casaram em 1626 e tiveram cinco filhos. Leopold morreu depois de apenas seis anos de casamento e então, entre

os anos de 1632 a 1646, Claudia von Medizis, juntamente com um conselho, assumiu os assuntos do governo, representando o seu filho menor de idade, Franz Karl, que só pode assumir o poder ao atingir a maioridade, em 1646. Em 1664, Johann Wolfgang von Schneeberg, já com a idade bastante avançada, recebeu o título de Barão, pelos relevantes serviços de fidelidade prestados ao Imperador durante a Guerra dos Trinta Anos no Tirol (1618-1664).

1771: As últimas gerações da família Schneeberger de Trins que se estabeleceram no Castelo de Schneeberg, praticamente desapareceram em 1771, quando Karl Joseph Schneeberg, o último Schneeberg, faleceu de tédio e paixão, em seu Castelo Lichenthurn de Hötting, e deixou o Castelo que pertencia aos Schneeburgers mais jovens para Johann Maximilian von Schneeberg, trineto de Wolfgang. Johann Maximilian von Schneeberg era tio de Maximilian von Schneeberg, o primeiro diretor da Colônia Itajaí-Brusque.

## Sobre o Barão

Maximilian von Schneeberg nasceu em 28/10/1799, no Castelo de Schneeberg, em Mils, Tirol, Arquiduca-

do da Áustria, Sacro Império Romano-Germânico. Era filho do Joseph Johann von Schneeberg, casado com Bárbara Limbeck von Lilienau, e sobrinho de Johann Maximilian, que herdara o Castelo de Schneeberg. Seu pai, Joseph, morreu em combate na batalha de Taufers, em 1799, sem conviver com o seu filho Maximilian que teria sido criado sob tutela militar. Bárbara, sua mãe, se casou novamente com outro barão, Schmidl-Seberg. Sobre a infância e juventude de Maximilian nada se sabe. Ele não teve filhos, e emigrou para o Brasil ainda jovem depois de se afastar do serviço militar.

Ainda conforme Dirschnabel (2018) baseado no livro escrito por Weber (1845), aos 16 anos Maximilian ingressou na Academia de Engenharia de Viena, na Áustria. Após a conclusão da instrução, ele foi nomeado Cadete do Corpo de Engenheiros Militares. Em 1821, foi promovido a Subtenente no Corpo de Engenharia e transferido para Venedig, como 1º Tenente, e, logo depois, para Josefsstadt, na Boêmia, onde afastou-se dos serviços por causas psicológicas. Ao retornar foi transferido para Arad, na Hungria, onde sofreu nova crise mental. Maximilian von Schneeberg resolveu se afas-

*O Barão passou grande parte da sua vida no Brasil. Foram cerca de 40 anos dedicados ao governo imperial, e os frutos de seus feitos aqui permaneceram. Em 26/01/1867, o Governo por iniciativa de Sua Majestade Imperial Dom Pedro II, lhe conferiu o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa.*

tar do serviço militar, sendo-lhe concedido dispensa em 1828. Perdeu a patente militar e, nessa situação, aceitou o convite da Princesa Leopoldina, da Áustria, e do imperador D. Pedro II, para integrar a cavalaria da Escola Militar em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Atuou como professor do Colégio Militar Calógeras e, finalmente, em 1856, trabalhou na Sociedade Agrícola de Petrópolis. Depois disso, aceitou o convite para instalar a colônia alemã no Vale do Itajaí-Mirim em 1860.

O brusquense Ayres Gevaerd, em diversos escritos publicados na revista Blumenau em Cadernos conseguiu descrever com perfeição a trajetória do Barão Maximilian de Schneeberg enquanto este foi o diretor da Colônia Itajahy-Brusque. Segundo Gevaerd, o Barão von Schneeberg dedicou muito carinho à sua Colônia, procurando dar-lhe o sustento físico e com

certa abundância através da exuberância da terra, a assistência espiritual por intermédio de igrejas e sacerdotes das confissões católica e evangélica e, finalmente, a assistência cultural, embora rude ainda, através de escolas. Gevaerd ainda acrescenta que, antes de vir para Brusque, von Schneeberg residiu por muitos anos em Petrópolis, foi professor do famoso Colégio Calógeras e Capitão do Exército Imperial do Brasil.

A Schneeberg cabe o mérito de ter organizado uma nova Comunidade no seio da mata virgem, imprimindo-lhe educação cívica, moral, espiritual e cultural, aliada ao espírito de ordem e trabalho peculiares às etnias que então colonizavam o vale do Itajaí. Cabe a ele um preito de homenagem e justiça por sua extraordinária obra, especialmente, com relação às duas Confissões religiosas, católica e evangélica, em Brusque, durante todo o período de sua administração. Consolidando a Colônia, Schneeberg não descurou em proporcionar à sua gente, indistintamente, assistência moral e espiritual. Verifica-se em seus documentos, quando se referia à Igreja protestante, a confiança, dedicação e amizade que o ligava ao pastor Henrique Sandrescky. Tanto que, por várias vezes, confiou

ao pastor a direção da Colônia quando, por força do cargo, viajava a Itajaí ou Desterro. Apesar de pedir com insistência, ele rogar, de implorar até, empregando uma linguagem simples e franca que lhe era característica, o nosso primeiro diretor não chegou a ver a Casa de Orações na sede da Colônia pela qual tanto se empenhou.

Mosimann (2010) conta que não se sabe se o Barão costumava frequentar as tavernas, provavelmente não, e que o círculo de amizades do diretor naqueles primórdios da colônia parecia restringir-se aos raros homens diplomados da aldeia. Mas, segundo os próprios escritos do Barão Maximilian von Schneeberg, no início da noite ele costumava sair um pouco, vela de sebo na mão para iluminar o caminho, visitando o agrimensor Germano Thiemme, que morava bem próximo da casa da Diretoria, ou o Sr. Ewert Knorring, marido de Augusta von Knorring, primeira professora pública da Colônia. Morando na própria casa da Diretoria, na Stadtplatz, o Barão costumava ir jantar na casa particular do Dr. Eberhard, onde pagava pensão de alimentação.

Serriamente doente, o Barão Maximilian von Schneeberg deixou sua querida Co-

lônia em abril de 1867, com o “coração na mão”, para nunca mais voltar. Quase cego, portador de afecção ocular, o primeiro diretor da Colônia Itajahy-Brusque foi conduzido de canoa pelo colonizador Johann Kormann, imigrante alemão instalado em Guabiruba, sacristão e acompanhante do padre Alberto Gattone, até a vila de Itajahy. Kormann levou von Schneeberg ao veleiro que o conduziu até o Rio de Janeiro, e foi seu último amparo em terras catarinenses. Depois de algum tempo, sem encontrar os recursos médicos para o alívio de sua doença, e pouco antes da sua morte, Schneeberg voltou para sua pátria de origem. Viveu seus últimos dias junto à sua meia-irmã, residindo em Franzensbad nº 15, onde desviveu no dia 16 de setembro de 1869, aos 70 anos. Naquela época, Franzensbad, Cheb (Eger), pertencia ao Reino da Boêmia, Império Austro

-Húngaro, e hoje pertencente à República Tcheca. O Barão Maximilian von Schneeberg foi sepultado no cemitério paroquial em Franzensbad, no dia 18 de setembro de 1869, e o padre St. Johan Wenig, de Cheb, realizou a cerimônia fúnebre.

## REFERÊNCIAS

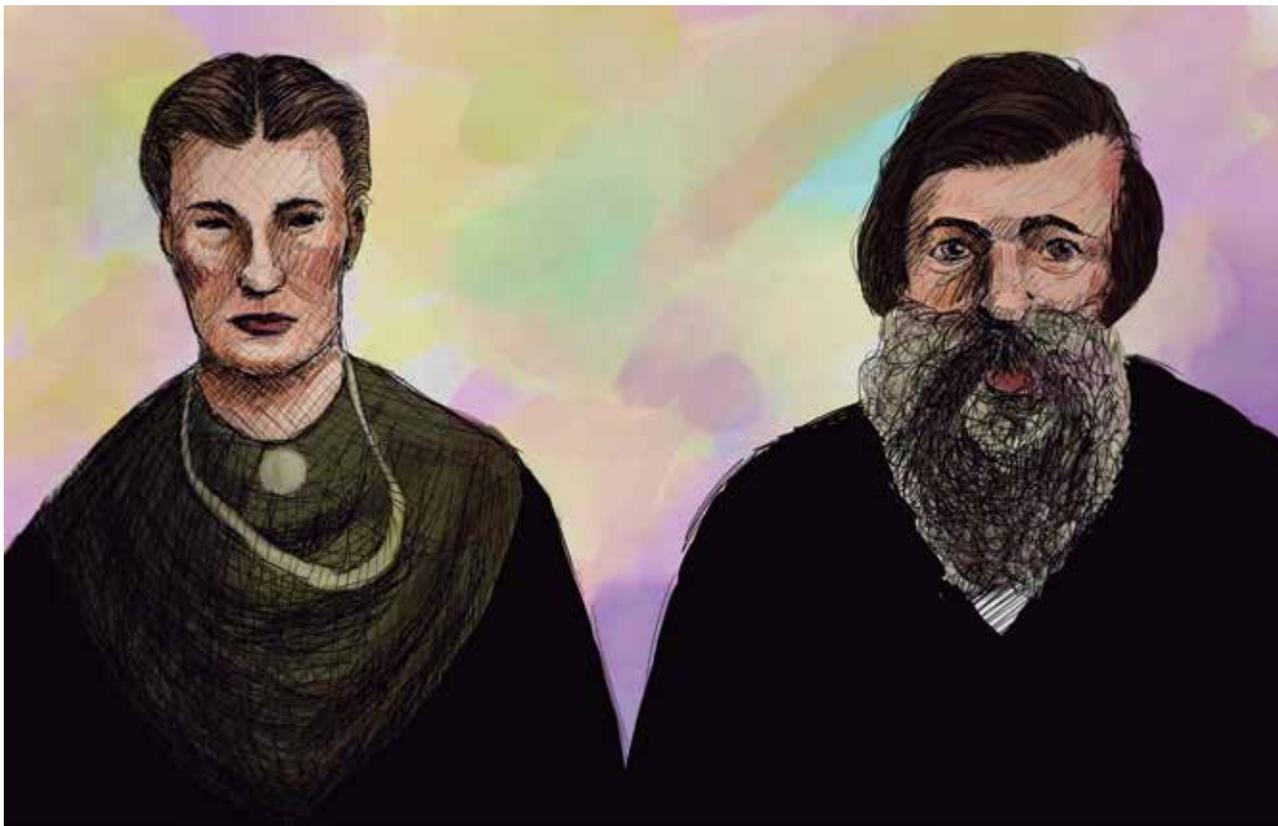
Blumenau em Cadernos. Diário de Viagem do Imigrante Paul Schwarzer. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, tomo XXV, nº 9, 1987.

DIRSCHNABEL, Roque Luiz. Entrevista concedida à autora, por e-mail, em 9/09/2018, a partir de tradução livre do alemão gótico para o português, de partes do livro de Beda Weber, “Meran und Seine Umgebungen, oder das Burggrafentum von Tirol: Für Einheimische und Fremde”. Arquivo Nacional da Áustria, 1845.

GEVAERD, Ayres. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau. Diversas publicações escritas a partir dos documentos da então Colônia Itajahy-Brusque, disponíveis na Casa de Brusque.

MOSIMANN, João Carlos. As famílias de Brusque, Guabiruba e Botuverá – Nos meandros do Itajaí-Mirim. Florianópolis: Edição do autor. 2010.

*Em 1964, o Barão foi homenageado quando a praça central de Brusque passou a ser denominada Barão von Schneeberg. Em 2017, ele também foi homenageado como Patrono da Academia de Letras do Brasil de Santa Catarina, Seccional de Guabiruba.*



*Pedro Werner e a esposa Catharina Palm em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

## A família de Pedro José Werner

Peter Joseph Werner, ou Pedro José Werner (em português) nasceu em Bremen, Alemanha, em 20.01.1822 e faleceu em 10.01.1882 em Brusque. Era o filho mais velho do casal Johann Peter Werner e Anna Werner, e, com seus pais e irmãos, emigrou para o Brasil ainda criança. Da Alemanha até o Rio de Janeiro, viajaram a bordo do navio Johanna Jakobs. Compondo um grupo de 359 pessoas, em 28 de outubro de 1828 a família embarcou no bergatim

“Marquês de Viana” e seguiu viagem do Rio de Janeiro para o seu destino final em solo brasileiro: Desterro (hoje Florianópolis). Aportaram no dia 12 de novembro de 1828 e foram instalados na Colônia São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã no estado de Santa Catarina.

Ainda em São Pedro de Alcântara, em 29/12/1854, Peter Joseph Werner se casou com Catharina Palm, já nascida na mesma colônia, filha de Mathias Palm e Maria Philippi,

imigrantes alemães que haviam chegado a São Pedro de Alcântara junto com a família Werner. Após o casamento, o jovem casal se mudou para o território onde, poucos anos depois, seria instalada a Colônia Itajahy-Brusque. De acordo com Tomio (2018), a família Palm também se instalou na região e há registros de que, em 1846, Mathias Palm e seu irmão Peter Palm requereram meia légua em quadro no rio Itajaí-Mirim, nas proximidades da atual cidade de

*Pedro José Werner, apelidado de Pedro Miúdo, oriundo da colônia de São Pedro de Alcântara, latifundiário, proprietário de engenho de farinha e serraria, acolheu em seu galpão os primeiros imigrantes quando da sua chegada a Brusque em 1860, e foi um dos fundadores do Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque, em 1866 (GEVAERD, 1977).*

Brusque.

Pedro e Catharina Werner tiveram quatro filhos. A primogênita, Maria Werner, nasceu aos 17/10/1855 e é considerada, por alguns, como a primeira pessoa que nasceu em território brusquense. Maria se casou com João Augusto Maluche, um alemão descendente de espanhol, músico e fundador da primeira orquestra da Colônia Itajahy-Brusque. Mathias nasceu em 1856. Em 1859 nasceu o terceiro filho, Nicolau, que se casou com Madalena Imhof e, em 1862 nasceu o último filho do casal, Pedro José, que se casou com Elisabeth Westarb.

Em 15/02/1855 começaram a funcionar suas primeiras indústrias no território onde mais tarde seria

Brusque. Visionário e empreendedor, Pedro José Werner construiu engenhos de farinha, serraria, olaria, além de trabalhar como balseiro e garimpeiro. Foi proprietário de grandes áreas de terras requeridas junto ao Departamento de Terras Públicas da Província, e de outras que ele comprou de seu vizinho Francisco Sallenthien. Mas Pedro não foi o único pioneiro da área que viria a ser Brusque, pois vários outros possuíam terras nas proximidades, inclusive o seu sogro Mathias Palm e cunhados. Mas o verdadeiro pioneiro, apesar de não possuir terras, foi Vicente Ferreira de Mello, conhecido por Vicente Só, que morou no local em que Pedro José Werner construiu suas benfeitorias. Foi com aquele senhor de cor parda que Pedro aprendeu a dominar melhor o português e a habilidade para a vida na selva, assim como lidar com os índios.

De acordo com a Paróquia São Luis Gonzaga (2018), Pedro José Werner é referenciado como um dos colonizadores que, junto com Pedro Jacob Heil, solicitou à administração da Colônia autorização para – com recursos próprios e de outros fiéis, construir uma igreja na sede.

Em 2018, poucos descendentes de Pedro e Catharina Werner residem em Brusque, porque todos os seus filhos foram ser fazendeiros em Lages. Catharina, já viúva, acompanhou seus filhos para Lages e lá está sepultada. Dos descendentes do casal, apenas o seu neto Antônio Maluche, filho de Maria Werner Maluche, é que voltou para Brusque. Também Antônio Maluche fez história, principalmente no que se refere ao Clube Esportivo Paysandú.

## REFERÊNCIAS

[http://www.familiaimhof.com.br/ath\\_peter\\_joseph\\_werner\\_e\\_familia.htm](http://www.familiaimhof.com.br/ath_peter_joseph_werner_e_familia.htm). Acesso em 16 de agosto de 2018.

GEVAERD, Ayres. Política e Políticos de Antanho. Notícias de Vicente Só, I, n. 2, abr-mai-jun, Sociedade Amigos de Brusque, 1977.

PARÓQUIA SÃO LUIS GONZAGA. Disponível em: <http://www.paroquiasaoluisgonzaga.com/historia/>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

TOMIO, Telmo. Disponível em: <http://telmotomio.blogspot.com/2015/01/post-114-familia-palm-de-itajai.html> Acesso em 19 de agosto de 2018.



João Bauer e a esposa Maria Olinger em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz

## João Bauer e a primeira usina de energia elétrica na região

João Bauer nasceu em 13 de novembro de 1849, na Baviera. Emigrou para o Brasil aos 11 anos acompanhando seu pai, o viúvo Balthasar Bauer. A família se fixou na região de Guabiruba, que naquele tempo pertencia à Colônia Itajahy-Brusque.

Enfrentaram a selva agreste, vivendo inicialmente de palmitos, frutas silvestres, alguma caça e fazendo o seu

café de casca de batata-doce torrada. Mas o jovem João Bauer queria mais e tinha muita força de vontade, então mudou-se para Itajaí onde trabalhou por um tempo como auxiliar de padeiro.

Com a ajuda do pai, juntaram algumas economias e conseguiram comprar uma propriedade em Guabiruba e instalaram um engenho de serra, mas o emprendimen-

to teve baixa lucratividade. Após a morte do pai, o espírito empreendedor e corajoso de João Bauer o trouxe para o povoado de Brusque, onde iniciou suas atividades empresariais com uma pequena venda.

Graças ao trabalho incansável, espírito perspicaz, e sempre com a ajuda de sua amada esposa, Maria, com o passar dos anos ele se tornou

*Em 3/11/1871, João Bauer se casou com Maria Olinger, natural de Luxemburgo. Tiveram os filhos João, Leopoldo, Matilde, Jacob, Augusto (que se casou com Sophia Renaux, filha do Cônsul Carlos Renaux) e Maria Rosa. Sua primeira residência na sede de Brusque foi uma casinha modesta, de tijolos, perto da ponte Vidal Ramos (atual ponte estaiada). Já na idade adulta, depois de experiente comerciante, João Bauer ainda aprendeu a ler e escrever e não deixava de cultivar a música. Na área pública, foi presidente do Diretório do Partido Republicano e o segundo administrador de Brusque, entre novembro de 1897 e março de 1898, função na qual foi precedido por Adriano Schaefer e sucedido por Nicolau Gracher. João Bauer desviveu a 30 de abril de 1931, com 81 anos, e foi sepultado no Cemitério Católico de Brusque, na fé que professava e a cujas instituições apoiava. O ritual das exéquias foi realizado por seu neto, o Monsenhor Harry Bauer, filho de Leopoldo Bauer e Evelina Guerreiro.*

o maior líder do comércio nessa zona e o mais forte comerciante daquela época.

João Bauer era jovial, sempre bem-disposto e pronto a servir a qualquer hora do dia ou da noite, em feriados e mesmo aos domingos, quando os colonos do interior, após a missa lhe traziam os seus produtos agrícolas, em troca de mercadorias de seu comércio.

Desde madrugada, até altas horas da noite, a sua casa abrigava hóspedes, gratuitamente, dando-lhes café e comida, servindo o pirão com carne-seca e o viradinho de feijão com ovos e linguiça, um hábito alimentar da família Bauer. As turmas se sucediam ininterruptamente, e a família Bauer tanto abrigava os colonos e caboclos do interior, como os nobres da Igreja Católica, governadores e homens públicos.

## Negócios

Graças ao espírito jovial e sua disposição para servir, a sua pequena loja prosperava. O comércio passou a servir a qualquer hora do dia ou da noite, abrindo aos feriados e até mesmo aos domingos, quando os colonos do interior, após a missa, lhe traziam

os produtos agrícolas em troca de mercadorias. Diversos foram os empreendimentos de João Bauer, que iam desde estabelecimentos comerciais até os veleiros “Tigre” e “Brusque” e o primeiro navio a vapor da região, o “Rudi”, um misto de passageiros e cargas.

Construiu a primeira rede de abastecimento d’água em Itajaí e foi proprietário de uma cervejaria e de um importante armazém de despachos, principalmente de madeira.

Contando com a ajuda do tecelão polonês Yankowsky para trabalhar manualmente teares circulares de madeira, juntamente com outro maquinário para malharia e tricotagem, em 1890, Bauer fez a primeira experiência de indústria de fiação e tecelagem em Brusque, mas o empreendimento têxtil não teve sequência.

Em Brusque, foi introdutor do primeiro automóvel e instalou uma pequena rede d’água particular. Dedicou-se, ainda, à extração de mármore em Camboriú e ao comércio em Trombudo Central, onde teve casa comercial e montou uma importante serraria. Bauer ainda instalou a primeira fábrica de tecidos de

*Na época áurea da sua grande expressão comercial, social e política, a família de João Bauer oferecia bons banquetes. Naquelas oportunidades, os nomes e as assinaturas em autógrafos dos ilustres convivas eram marcados na ampla e alva toalha de mesa. Depois, essas assinaturas eram pacientemente revestidas de fios bordados, sem que escapasse qualquer detalhe.*

seda natural com teares de ferro, e uma fábrica de gelo, possuindo também engenhos de serrar madeira, de arroz e de farinha. Como comerciante, possuía armazém e loja de fazendas e armarinhos.

## **A primeira usina de energia elétrica na região**

De acordo com Ayres Gevaerd (1973), em 1911 João Bauer iniciou estudos para instalar energia elétrica em condições de movimentar as indústrias e o comércio, proporcionar iluminação pública e particular na então Vila de Brusque. Para tanto contratou os serviços de um engenheiro, Max Selinke, auxiliado

por João Belli, Osvaldo Gleich e Guilherme Diegoli, objetivando aproveitar o salto de Planície Alta que conduziria suas águas ao grupo de turbinas e geradores instalado nas imediações.

Aprovado o estudo foi montada a Usina com dois conjuntos de turbinas e geradores com 135 KWA cada um, totalizando 270 KWA. Seguiu-se a linha de fios com 14 quilômetros com capacidade para transportar 5.000 volts até a estação distribuidora construída no início da rua das Carreiras. Na Villa os postes de ferro foram levantados nas ruas Barão de Ivinheima (Carlos Renaux), Carreiras, Conselheiro Willerding (Ruy Barbosa), Lauro Müller (parcial), Barão do Rio Branco (parcial) e 15 de novembro.

Antes do Conselho Municipal conceder-lhe privilégio para instalar eletricidade na Vila (8 de junho de 1912 - Resolução nº 39), João Bauer tinha iniciado a montagem.

No dia 10 de agosto seguinte foi firmado o contrato assinando o documento Guilherme Krieger, Superintendente, e João Bauer, servindo de testemunhas Otávio de Oliveira e Godofredo Mosimann. O contrato, com 26 cláusulas, estabeleceu 30 anos de du-

ração. (Livro de Contratos da Superintendência de Brusque - Arquivo da SAB).

Em dezembro de 1912, com as obras em pleno andamento, João Bauer realizou um piquenique nas imediações da Represa no qual participaram mais de 250 convidados e a Banda Musical «Concórdia». Dava João Bauer um testemunho público de sua grande obra, em ambiente agradável e festivo. Nos primeiros meses de 1913 com os postes já instalados nas citadas ruas, a título experimental, foram beneficiados os primeiros consumidores: o famoso cinema do Willy Strecker, o salão e o hotel do Schönen Wilhelm sede do Clube 4, o salão dos Atiradores, algumas casas e a iluminação pública, parcial.

Finalmente, no dia 13 de novembro de 1913 foi inaugurada oficialmente a Usina hidroelétrica de João Bauer. Exatamente às 18h30, o superintendente Guilherme Krieger procedeu a ligação, iluminando um belo lustro instalado na Superintendência.

Na oportunidade discursaram as seguintes personalidades: Dr. Bento Portela, juiz de direito; Vicente Schaefer, em nome do Superintendente; professor Trajano Marga-

A grande contribuição de João Bauer para o progresso econômico de Santa Catarina foi aproveitar o salto d'água da Planície Alta, em sua fazenda na Guabiruba do Sul, para instalar a primeira usina hidrelétrica e introduzir a energia elétrica na região. A inauguração aconteceu no dia do aniversário de João Bauer, 13 de novembro de 1913 quando, às 18h30, o superintendente Guilherme Krieger acionou a chave. Ao som de bandas musicais, autoridades e populares desfilarão pelas ruas de Brusque, agora iluminadas. Com disponibilidade de energia elétrica, a atividade industrial recebeu grande impulso e a demanda por energia elétrica em Brusque foi aumentando. Logo a usina já não tinha mais capacidade para atender a demanda, e no ano de 1922 Bauer transferiu a usina para a Empresa Força e Luz Santa Catarina. No local onde funcionou a usina ainda permanecem instalados alguns equipamentos, possibilitando uma verdadeira viagem no tempo.

rida; padre Henrique Müller, vigário, e o engenheiro Max Solinke. As bandas “Concórdia” e “Liberdade” abrilhantaram a solenidade. Nesse mesmo dia, 13 de novembro, João Bauer festejava mais um aniversário de seu nascimento. Apesar de sua avançada idade, João Bauer cuidou de sua usina, durante nove anos. No início da década de 1920 a usina não tinha mais condições suficientes para suprir a cidade e suas indústrias.

Alguns contratempas apareceram com as condições da represa e do canal condutor de água, assim como aspectos técnicos na rede.

Teve dissabores sérios inclusive uma ação penal que lhe moveu uma empresa que se sentiu prejudicada com a falta temporária de energia. Não contando com pessoa ou pessoas que se interessassem na continuidade de suas organizações e principalmente de sua usina, João Bauer resolveu negociá-la. Antes havia reduzido as atividades industriais e comerciais.

A transação consumou-se no dia 12 de agosto de 1922 com a Empresa Força e Luz Santa Catarina, sediada em Blumenau.

O termo de compromisso entre a Empresa represen-

tada no ato pelo Sr. Cel. José Ramão Junqueira e Cel. Pedro Christiano Feddersen e a Superintendência Municipal de Brusque representada pelo substituto em exercício Carlos Gracher, entre outras cláusulas, obrigava a primeira parte a respeitar o contrato celebrado com João Bauer e a Superintendência em 10 de agosto de 1912 com relação ao fornecimento de energia elétrica a Brusque. Testemunharam o ato, João de Freitas e Adolfo Ulrich e como secretário Francisco Adolfo Otto (GEVAERD, 1973).

---

## REFERÊNCIAS

GEVAERD, Ayres. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Tomo XIV, nº 9. Blumenau: setembro de 1973.

O Estado. Florianópolis, 13 de novembro de 1949. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestado-fpolis/1949/EST194910622.pdf>>. Acesso em 3 setembro 2018.



Guilherme Krieger e esposa Carolina Jungblut em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz

## Coronel Guilherme Krieger

Guilherme Krieger emigrou de Oldenburg para Brusque com 14 anos, em 1861 e tornou-se comerciante. Na virada do século XIX, era um dos mais prósperos empreendedores da região. Foi nomeado Coronel comandante da Guarda Nacional de Brusque e, no período compreendido entre 1890 a 1915, um quarto de século, disputou a liderança política de Brusque com Carlos Re-

naud. Nesse tempo, Guilherme Krieger possuía grande e movimentada casa comercial, exportava produtos agrícolas para os mais importantes centros comerciais do país e importava, em regular escala, as mais variadas mercadorias da Alemanha.

A história da família Krieger na Colônia Itajahy-Brusque começou em 1861, quando Wilhelm (Guilherme) Krieger e os irmãos Karl

Johann, Jakob e Johann Philipp deixaram seu torrão natal, em Oldenburg rumo ao Brasil. Jorge Paulo Krieger (2018), bisneto do Coronel Guilherme Krieger, conta que a família Krieger viajou a bordo do navio Maria Thereza, e que saíram do porto alemão em 20/12/1860. A viagem foi longa e demorada, e, em 1861 foram enviados para a recém-criada Colônia Itajahy-Brusque. Conforme Krieger

(2018), Wilhelm, Karl Johann, Jakob, e Johann Philipp eram filhos de Carl Krieger, lutera-no, nascido em 17/03/1793, em Hettstein, principado (Fürstentum) de Birkenfeld, Grão-Ducado (Großherzogtum) de Oldenburg, hoje comarca (Kreis) de Birkenfeld, Renânia Palatinado, Alemanha. Em 28 de agosto de 1816, Carl Krieger se casou com Anna Elisabetha Cullmann, e faleceu em Algenrodt no dia 18/08/1839. Sabe-se que Carl e Anna Elisabetha tiveram quatro filhos que, junto com suas esposas e filhos, emigraram para o Brasil.

O mais velho dos quatro irmãos Krieger, Johann Karl, (em português: João Carlos Krieger), nasceu em Hettenrodt no dia 04/06/1819. Por ocasião da chegada declarou ser tintureiro. Faleceu em Brusque em 20/09/1881. Era casado desde 02/04/1845 com Marie Caroline Krummenauer, que nasceu em Hettenrodt no dia 13/11/1820, e faleceu em Brusque em 07/01/1897. Filhos de Carlos e Marie Caroline: Juliane (1844-1930), casada com José Galm; Karl (1845-1846); Wilhelm Philipp (1846-1889), casado com Gertrudes Kannengiesser; Caroline (1848-1850); Jakob Karl

(1850-1892), casado em primeiras núpcias com Auguste F.L. Kuchenbäcker e em segundas núpcias com Henriette E. Kuchenbäcker; Caroline (1851); Emilie (1853-1933), casada com Wilhelm Müller; Catherine (1854-1855); Carl (1855); Laura (1857-1908), casada com August Albert Wilhelm Ristow; Charlotte (1859) e Rudolf (1863 - antes de 1865). Segundo Mosimann (2010), o grande maestro Aldo Krieger, nascido em Brusque em 1903 e fundador do Conservatório de Música de Brusque, descendia de Gustav Phillip Krieger, segundo filho de Jakob Karl Krieger.

Jakob Krieger (em português: Jacó Krieger), nasceu em Algenrodt no dia 01/08/1821. Não há dados de quando e onde faleceu. Por ocasião da chegada declarou ser lapidário e recebeu terras em Weiherstrasse (atual bairro Aymoré), Guabiruba. Em 20/12/1842, se casou com Louise Schmidt, nascida em 02/11/1822 em Algenrodt. Filhos de Jacob e Louise: Luise (1844-1928), casada com Johan Ludwig Meyer; Ludwig (1845), casado com Friedericke Müller; Jakob (1847), casado com Luise Conrad; Lina (1851); Otto (1854-1856); Karoline (1857-1865); Otto

(1860) e Wilhelm Karl (1865).

O terceiro filho do casal Carl Krieger e Anna Elisabetha Cullmann era Wilhelm Krieger, que nasceu em Algenrodt no dia 15/01/1824. Por ocasião da chegada à Colônia Itajahy-Brusque, Wilhelm declarou ser pai-deiro e faleceu em Brusque em 11/10/1875. Era casado desde 31/03/1846 com Catharina Reichardt, nascida em 1826, e falecida em Brusque no dia 12/06/1897. Filhos de Wilhelm e Catharina: Wilhelm (1847-1932), conhecido como “Coronel Guilherme Krieger”, casado com Carolina Jungblut, e sobre o qual voltaremos a tratar mais adiante; Caroline (1848-1851); Gustav (1850-1851), Gustav (1851) casado com J. F. Albertina Kreidlow; Helene (1854-1866); Wilhelmine (1855); Ferdinand (1858-1858); Eduard (1859), casado com Bertha Friedericke Maria Zircke; Ferdinand (1862-1866); Johan Karl Frederick (1865) e Maria (1868), casada com Leonardo Monegaglia.

O mais novo dos quatro irmãos se chamava Johann Philipp Krieger (em português: Felipe Krieger), nascido em Algenrodt no dia 23/07/1832, e falecido em Brusque em 23/11/1891. Por



*Casarão Krieger, depois vendido para a família Renaux. Atual avenida Cônsul Carlos Renaux. Acervo: SAB*

ocasião da chegada declarou ser boticário e lavrador. Era casado desde 24/08/1854 com Maria Catharine Schmidt, nascida em Elchweiler em 26/02/1837, e falecida em Brusque em 19/09/1891. Mosimann (2010) conta que Felipe era conhecido primeiramente como Bäker (padeiro), depois foi dono do hotel “Zum Deutscher Kaiser”, o primeiro hotel de Brusque, e que sua esposa, Maria Catharine, chegou à Colônia Itajahy-Brusque somente em

setembro de 1863, trazendo consigo a filha Charlotte. Segundo Krieger (2018) Johann e Maria Catharine tiveram os seguintes filhos: Philipp (1856); Charlotte (1857-1903), casada em primeiras núpcias com Hermann Wilerding e em segundas núpcias com Otto Moldenhauser; Philipp (1859-1863); Heinrich Philipp (1864-1905), casado com Emilie Maas; Gottlieb August (1866-1896), casado com Elisabeth Jönk; Wilhelm Ludwig (1868-1914), “Schö-

nen Wilhelm”, casado com Ida Scheurich, e que prosseguiu com os negócios de hotelaria do pai; Rudolf (1871), casado com Therese Pietsch; Hermann (1875-1913), casado com Bárbara; Emil (1877-1877); Maria Luiza (1878-1878); Anna Gertrud (1880-1880) e Johann Adrian Franz Ernest (1882, morreu antes de 1891).

A família Krieger professava a religião luterana e fez parte das famílias que ajudaram a estabelecer a Igreja Lu-

terana em Brusque. Conforme informações do site da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Brusque (2018), a história da Comunidade Evangélica de Brusque iniciou com a chegada dos imigrantes pioneiros em 04/08/1860. Com eles, chegaram as famílias luteranas de Augusto Hoefelmann, Frederico Guilherme Neuhaus, Frederico Orthmann, Daniel Walther e Luiz Richter, todos casados e com filhos. Esses imigrantes, ainda que não o tenham percebido, foram os responsáveis por plantar a semente evangélica em Brusque, que cresceu e floresceu. Os colonizadores foram acolhidos no galpão de Pedro José Werner e, meses depois, foram estabelecidos à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, na localidade de Bateas. À medida que chegavam novos colonizadores, os novos luteranos se somavam aos que já estavam estabelecidos na Colônia e, em 1861, as famílias Krieger se uniram às famílias já existentes. Os imigrantes luteranos haviam trazido consigo a Bíblia, Hinário e o Catecismo Menor, e em Bateas foi construída a primeira casa de oração, sendo o serviço religioso praticado pelos próprios colonos, mas para batizar, casar,

e serem confirmados, era necessário deslocar-se até Blumenau, onde o Pastor Oswaldo Hesse estava instalado.

## Coronel Guilherme Krieger

Wilhelm Krieger (em português: Guilherme Krieger) nasceu em Ida, Algenrodt, Oldenburg, em 1847. Era filho de Wilhelm Krieger e de Catharina Reichardt e emigrou para Brusque em 1861, quando contava com 14 anos, acompanhando os pais, tios e primos. Guilherme Krieger casou-se, em Brusque, no dia 11/05/1869, com Carolina Jungblut, também de Algenrodt, Oldenburg. Guilherme Krieger foi membro da primeira Câmara Municipal de Brusque (1883) e durante cerca de um quarto de século esteve envolvido com os destinos de Brusque, chegando a exercer a presidência do Conselho Municipal de Brusque, acumulando as funções de chefe do executivo por dois quadriênios. Desviveu aos 85 anos, em 05/05/1932.

Nomeado Coronel comandante da Guarda Nacional de Brusque, Guilherme Krieger passou a integrar a Guarda

Nacional, por força do Decreto Presidencial, assinado pelo Presidente da República Prudente José de Moraes e Barros em 29/12/1897, e publicado na página 3 do Diário Oficial da União (DOU) de sábado, 01/01/1898. Naquele tempo, a Guarda Nacional simbolizava a ordem elitista da sociedade, pois os cargos assumidos na instituição estavam diretamente associados à renda e à cor da pele, sendo as patentes mais elevadas nomeadas pelos presidentes de províncias. As tropas não eram remuneradas, tinham a obrigação de prestar serviço até os 60 anos, de providenciar seu uniforme, fazer a manutenção das armas e equipamentos que utilizavam, e pagar contribuições em dinheiro. O Coronel Krieger era o mais abastado comerciante de Brusque daquela época e assim também ocupou o mais elevado cargo da Guarda Nacional da Comarca de Brusque. Chegou a exercer a presidência do Conselho Municipal de Brusque, acumulando as funções de chefe do executivo por dois quadriênios.

Augusta Carolina Ida (mais conhecida como Ida), filha de Guilherme Krieger e Carolina Jungblut, nasceu em Brusque no dia 06/06/1886, casou-se



*Coronel Guilherme Krieger. Acervo: Rosemari Glatz*

com Otto Reginald Renaux e teve dois filhos. O casamento de Otto Renaux, filho mais velho do cônsul Carlos Renaux, e Ida Krieger, em abril de 1910, foi considerada uma união inusitada, pois os pais dos noivos, Carlos Renaux e Guilherme Krieger, eram rivais políticos. Com o casamento, a história de dois dos poucos casarões que ainda existem

em Brusque na atualidade, se misturou. Um deles é o casarão onde em 2018 funciona uma loja de departamentos. A construção, do início do século XX, inicialmente pertenceu à família Krieger. Com o casamento de Otto e Ida, as famílias se aproximaram e os negócios se misturaram. O local chegou a ser moradia de Paulo Renaux, irmão de

Otto e, depois de ampliações, funcionou ali a Loja Renaux e hoje funciona a Casas Bahia.

O outro casarão – também conhecido como “Casarão Amarelo” ou “Casarão Dom Joaquim” e que pertenceu ao Coronel Guilherme Krieger, no bairro Dom Joaquim, ainda existe. Não há data precisa, mas estima-se que este casarão, construído por Hort Davi, foi edificado entre 1875 e 1880 e hoje é um dos mais antigos prédios construídos no município. No térreo ficava uma grande venda, ainda hoje em atividade. No andar superior, funcionava a residência dos proprietários. O casarão já teve diversos donos e moradores ilustres, entre eles Guilherme Krieger e seu genro, Otto Renaux.

Guilherme Krieger foi um grande comerciante e, na virada do século XIX, era um dos quatro mais prósperos empreendedores de Brusque. A localização do Casarão Dom Joaquim era estratégica para os negócios do Coronel Krieger, que possuía uma fazenda em Endoenças, acima de Dom Joaquim, antigo Cedro, e em Dom Joaquim ficava sua grande loja, instalada no pulmão econômico de uma região rica pela produção de madeira serrada, farinha de mandioca



*“Casarão Amarelo” ou “Casarão Dom Joaquim” pertenceu ao Coronel Guilherme Krieger. Acervo: Rosemari Glatz*

e açúcar. Em 1915, Otto Renaux foi residir no pavimento superior do imponente casarão Dom Joaquim com sua esposa Ida e os dois filhos, Waldemar e Roland, e assumiu a direção dos negócios do sogro no Cedro, pois havia se desentendido com seu pai, Carlos Renaux, em função da condução dos negócios da família.

Arrendatário de terras em toda a região, Guilherme Krieger explorava a plantação de cana-de-açúcar e criação de gado e também a extração de madeira. No final do século XIX e primeiros decênios do século XX, existia uma grande demanda de balseiros que fa-

ziam o transporte da madeira, desde Vidal Ramos, pelo rio Itajaí-Mirim. A madeira ficava “estacionada” na curva do rio, e o Casarão ficava num ponto estratégico para que os balseiros e colonos frequentassem a venda do Coronel onde eram comercializados sal, açúcar grosso, milho, farinha de mandioca, café, batata, banha, etc. Para escoar as mercadorias, Guilherme Krieger tinha lanchas-perua que iam até a barra do Cedro para carregar os produtos agrícolas da região, e transportados pelo rio até a Stadtplatz chegando a ir, inclusive, até Itajaí onde ele mantinha uma empresa de exportação.

## REFERÊNCIAS

BUGGENHAGEN, E. A. von. História Econômica no Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

KRIEGER FILHO, Jorge Paulo. Entrevista concedida à autora, por e-mail, em 20/08/2018.

Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Brusque. Disponível em: <http://www.ie-clbrus.com.br/historia.html> Acesso em 20/09/2018.

MOSIMANN, João Carlos. As famílias de Brusque, Guarubiruba e Botuverá – Nos meandros do Itajaí-Mirim. Florianópolis. 2010.



*Carlos Renaux e a esposa Selma Wagner em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

## A Família Renaux e a indústria têxtil

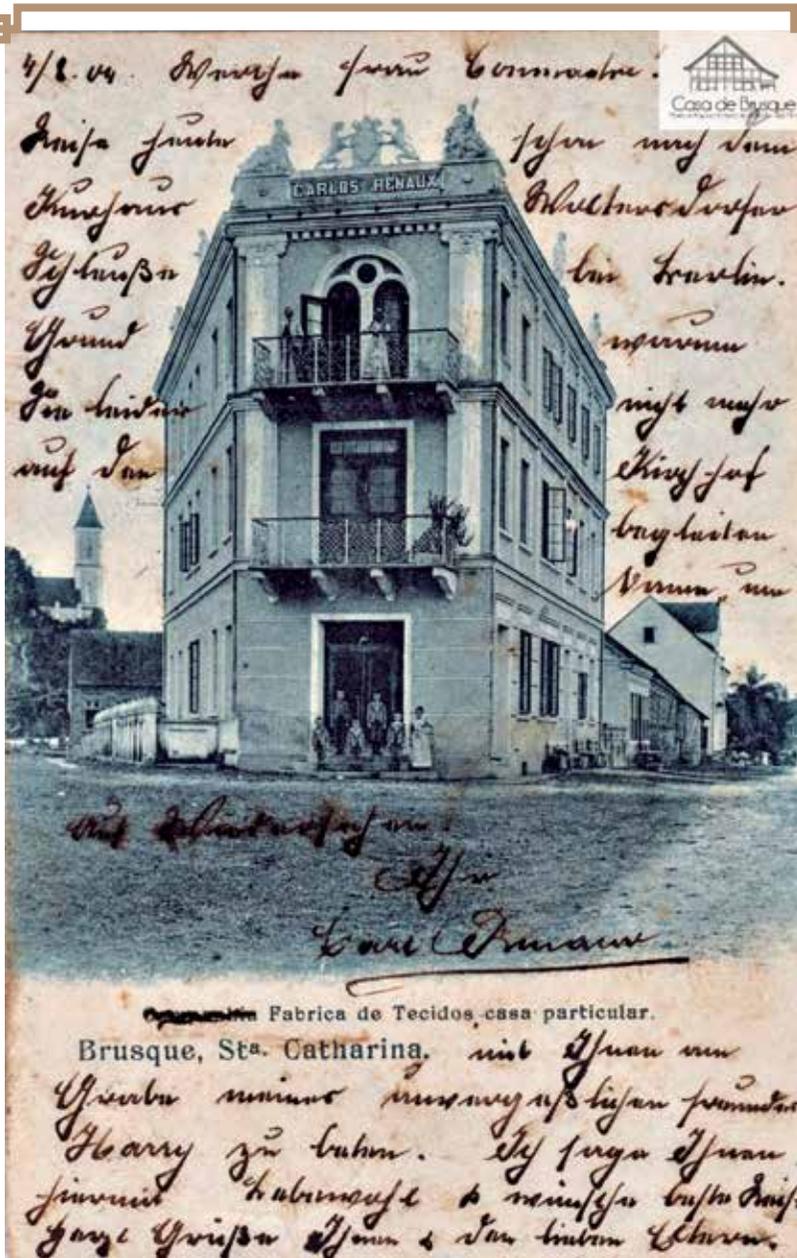
Uma das mais importantes famílias ligadas à história econômica de Brusque é a Família Renaux, cuja história começa em 1882 com a chegada, ao Brasil, de Carlos Renaux, um homem visionário, negociador, empreendedor e político, e que com a família, prestou grande contribuição para a transição da Brusque colonial para a Brusque industrial.

Carlos Renaux, em alemão: Karl Christian Renaux, de

religião protestante, nasceu em Loerrach, Grão-Ducado de Baden, Alemanha, no dia 11/03/1862. Frequentou a escola Pedagógico Graoducal e o Ginásio de Loerrach, o equivalente ao atual ensino médio. Entre 1879 e agosto de 1882 empregou-se como aprendiz no Banco Hipotecário de Loerrach – “KreishypothekenBank”. Em setembro de 1882, emigrou para o Brasil com carta de recomendação escrita pelo gerente do banco,

e se instalou em Blumenau, onde, em fevereiro de 1884, se casou com Selma Wagner, filha do bem-sucedido pioneiro alemão Peter Wagner.

Quando chegou no Brasil, Carlos Renaux foi acolhido pelos comerciantes de Blumenau que lhe deram trabalho como caixeiro em uma casa comercial, na época conhecida como “venda”, onde conheceu a esposa. Após curta permanência em Blumenau, graças à sua rara inteligência



No final do século XIX, a família Renaux fez construir o seu palacete no centro de Brusque, símbolo de prosperidade e poder - no local onde em 2018 existe a Praça Barão de Schneeberg.

adquiriu essa empresa sendo, para isso, fundamental a herança recebida por sua mulher, Selma Wagner. Era uma venda pequena, mas o jovem negociante adotou no comércio os princípios que até então eram desconhecidos por aqui: acabou com o sistema de troca entre colonos e vendedores e adotou a base da moeda corrente para grande parte das transações.

Renaux começou a participar nos acontecimentos políticos e duas vezes tomou parte em atos de suma importância política: na redação da Constituição do Estado de Santa Catarina, em 1891, e nas lutas da revolta contra Floriano Peixoto, em 1893. Bem relacionado e envolvido na política, tinha grande amizade com a família Müller, mais precisamente com Lauro Müller, de Itajaí. Com ele havia lutado em prol da fundação do Partido Republicano que elegeu Lauro Müller primeiro governador republicano catarinense e, ele próprio, Carlos Renaux, deputado constituinte da Primeira Assembleia Constituinte de Santa Catarina em 1889. Em 1890, Carlos Renaux foi nomeado pelo governo estadual para presidir o Conselho Municipal. Foi escolhido para

e capacidade organizadora, em 1884 Carlos Renaux assumiu o cargo de gerente da filial de Asseburg & Willer-

ding em Brusque, atuante no comércio de exportação de produtos coloniais em Itajaí. Um ano depois, em 1885, ele



*Deputados da primeira Assembleia Constituinte de Santa Catarina em 1891. Acervo: SAB*

o cargo de superintendente (prefeito) em várias gestões.

Carlos Renaux foi um dos chefes republicanos locais da Revolução Federalista que teve início em 02/02/1893 e terminou em 23/08/1895, quando a guerra civil espalhou-se pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que durou 31 meses e foi marcada por atrocidades contra civis e militares. Segundo José Ferreira da Sil-

va (1972), neste período, Renaux foi preso e submetido a Conselho de Guerra que terminou por condená-lo à morte por fuzilamento. Contudo, graças à enérgica interferência de seu ferrenho adversário político - Elesbão Pinto da Luz, a sentença foi anulada, e assim Renaux não se somou à estatística dos mortos daquela revolução.

Em 1898, Carlos Renaux e seu irmão passaram a integrar

a Guarda Nacional, por força do Decreto Presidencial, assinado pelo Presidente da República Prudente José de Moraes e Barros em 29/12/1897, e publicado na página 3 do Diário Oficial da União (DOU) de sábado, 01/01/1898. Carlos Renaux foi nomeado tenente-coronel comandante do 7º Regimento de Cavalaria, e seu irmão, Oscar Renaux, foi nomeado capitão assistente do Coronel comandante Guilher-

me Krieger. Naquele tempo, a Guarda Nacional simbolizava a ordem elitista da sociedade, pois os cargos assumidos na instituição estavam diretamente associados à renda e à cor da pele, sendo as patentes mais elevadas nomeadas pelos presidentes de províncias. As tropas não eram remuneradas, tinham as obrigações de prestar serviço até os 60 anos, de providenciar seu uniforme, fazer a manutenção das armas e equipamentos que utilizavam, e pagar contribuições em dinheiro.

## Berço da Fiação Catarinense

Após atuar alguns anos como comerciante em Brusque, Renaux conseguiu reunir economias e, da associação com colonos agrícolas da região, e com dinheiro de alguns sócios, montou, em 1892, a primeira empresa têxtil da família Renaux. Era 11/03/1892 e Carlos Renaux estava completando 30 anos de idade.

Nesse dia, Carlos Renaux iniciou a primeira fábrica de tecidos em sociedade com Paulo Hoepcke e Augusto Klapoth, que mais tarde se retirariam da firma. Os primei-

ros teares da fábrica pioneira em Brusque foram acionados com os tecelões de origem alemã, vindos de Lodz, que pensaram em estabelecer uma pequena indústria de tecelagem em Brusque. Necessitavam, todavia, de uma pessoa que desfrutasse de conceito na comunidade e que fosse homem de capacidade dinâmica, capaz de tomar sobre si a responsabilidade do empreendimento. Renaux conquistara reputação de trabalhador eficiente e honesto e aceitou o desafio, mas, até então, ele não conhecia o ramo de negócio a que iria, depois, dedicar toda a sua existência.

Para ampliar a empresa e adquirir máquinas, Renaux tomou dinheiro emprestado de uma firma de Hamburgo e com esse aporte de recursos as indústrias se desenvolveram e marcaram um novo episódio na vida da cidade. Brusque não poderia mais manter-se como célula exclusivamente agrícola, e estaria condenada à decadência se não fosse sua transformação em parque industrial, e o primeiro passo desta transição coube ao visionário empreendedor Renaux.

Em 1900, Carlos Renaux instalou a primeira fiação de algodão de Santa Catarina,

que rendeu a Brusque o título de “Berço da Fiação Catarinense”.

## Família Renaux: esposas e filhos de Carlos Renaux

Era 19/02/1884 e fazia pouco mais de um ano que Carlos Renaux havia chegado ao Brasil quando do se uniu em matrimônio, na Igreja Luterana em Blumenau, com a bela Selma Wagner. Antes disso, tinham anunciado publicamente o seu noivado, em agosto de 1883. Selma era filha de Peter Wagner e Friedericke Metzner e nasceu em Blumenau no dia 08/12/1865. Foi criada entre os colonos pioneiros do Vale do Itajaí, e foi aprendiz de professora. Selma trouxe para o casamento um “Mitgift” – um dote de 10 contos de réis, considerado uma quantia bastante significativa naquele tempo e sólidas raízes na região.

No tronco familiar de Selma Wagner, vamos encontrar os Baumgarten, Moellmann, Hoepcke, Altenburg, Brückheimer, Hering, etc., que, casados com membros da família Wagner, renderam a Carlos Renaux boas relações

empresariais e políticas. Após o casamento, Selma e Carlos se estabeleceram em Brusque.

A historiadora Maria Luiza Renaux (1995) escreveu que, para a jovem esposa, os primeiros anos em Brusque foram iguais aos de tantas outras mulheres casadas que dividiam sua atividade entre o negócio familiar e o domicílio. No início, o casal morava numa casa no centro, junto ao pequeno comércio que ele administrava.

Depois que Carlos Renaux fundou a fábrica de tecidos, o local de trabalho passou a ser separado da casa de moradia. A casa e a venda permaneceram no centro e a fábrica foi instalada a 3 km além, na Estrada dos Pomeranos, atual rua 1º de Maio. Guiada pelos princípios simples de quem lida com a terra, Selma encontrou no casamento com “um moço da cidade”, ávido de refinamento e de progresso, momentos difíceis. O marido viajava muito, e então Selma era vista controlando as instalações da fábrica. No retorno das viagens, Carlos Renaux trazia em sua bagagem as influências da burguesia europeia, às quais ela tinha de sujeitar-se.

No final do século XIX, a

família passou a residir num palacete construído no centro, de três andares, pintado de rosa, terraços de ferro e um gramado circundado por esculturas representando as profissões.

Foi a primeira casa em Brusque servida por encanamento, luz elétrica e dependências sanitárias com água corrente. Não era mais uma residência comum. Seguindo o modelo burguês da época, pelo qual os mais bem-sucedidos buscavam possuir bens imóveis em primeiro lugar – o palacete era o signo indispensável de distinção entre os burgueses – quando aparecer era mais importante do que ser. O palacete devia ser o símbolo do status alcançado pelos Renaux. Crianças, hóspedes, negócios, tudo se misturava naquela atmosfera.

Ali eram recebidas pessoas importantes, desde empresários até políticos influentes. E Selma, além de auxiliar nos empreendimentos, devia garantir a infraestrutura de hospitalidade em casa. Dentro desse ambiente confortável e luxuoso, “trabalho e muito trabalho” é o que Selma tinha pela frente todos os dias.

Selma e Carlos tiveram onze filhos, sendo três mulheres: Sophia, Maria, e Selma

Carolina, e oito homens.

O filho Otto Renaux foi o continuador da obra do pai. Sobre os filhos: (1) Wilhelm Max Renaux nasceu em 04/09/1884 e faleceu poucos dias após. (2) Sophia, nasceu no dia 23/09/1885 e casou-se com August Bauer, filho de João Bauer, grande empreendedor de Brusque e teve seis filhos. (3) Maria casou-se com Gustav Büeckmann e teve dois filhos. (4) Otto Reginald Renaux casou-se com Augusta Carolina Ida Krieger, mais conhecida como Ida, filha do Coronel Guilherme Krieger e também teve dois filhos (5). Oscar nasceu em 10/03/1889 e faleceu no dia 23/07 do mesmo ano. (6) Carlos Júlio Renaux nasceu em 16/08/1891 e não teve descendentes. (7) Carlos Renaux Júnior nasceu em 16/07/1893 e faleceu em 09/1917, sem descendência. (8) Paulo Guilherme Renaux nasceu em 1894, casou-se com Alvina Haendchen e desviveu em 1947, deixando cinco filhos. (9) Luís nasceu em 1895 e teve dois filhos. (10) Guilherme (Willy) Renaux nasceu em 1896 e teve quatro filhos. E, finalmente, (11) Selma Carolina Renaux nasceu em 1898, casou-se com Albert Wilhelm Gommersbach e teve dois filhos.

Selma Wagner Renaux era uma mulher inteligente, forte, saudável. Como mãe, costumava brincar com os filhos, era amorosa e em tudo irradiava calor. Por sua amabilidade, temperamento alegre e grande bondade para com os necessitados, ela soube conquistar as simpatias de toda a gente com que vivia. Selma desviveu às 18h45 do dia 29/09/1912, com 47 anos de idade, em sua residência em Brusque, em consequência de leucemia. Em seu túmulo, encontramos a epígrafe que resume sua vida: “Se a vida foi bela, foi trabalho e preocupação”. (Salmo 90, versículo 10)

Poucos meses após enfiar, Renaux se casou com a atriz europeia Johanna Maria von Schönenbeck, filha de Mathias Alois Josef Müllern von Schönenbeck e de Joanna Mathilde Müllern von Schönenbeck, conhecida pelos brusquenses como “Hanna”. O casamento civil foi realizado na residência do noivo no dia 20/06/1913 pelo Juiz de Paz Mathias Moritz, tendo como testemunhas: Vicente e João Schaefer. Ela tinha 29 e ele tinha 51 anos. Consta que Hanna era uma artista vienezense, elegante, muito bonita e que se expressava bem, e que o casamento não foi visto

com “bons olhos”. Por volta de 1918, para curar a doença da esposa, o casal se mudou para a Holanda. Hanna desviveu com apenas 35 anos de idade, no dia 31/12/1919, em Arnhem, na Holanda.

Passados sete meses da morte da segunda esposa, Carlos Renaux contraiu novas núpcias com sua governanta, a holandesa Maria Luitza Auguste Lienhaerts - conhecida pelos brusquenses como “Goucki”. Ela nasceu no dia 26/12/1884, filha de Franz Leopold Lienhaerts e de Joanna Maria Hubertina Roosenboom. O casamento ocorreu no dia 10/08/1920 na terra natal da noiva, em Merkelbeek, Limburg, Holanda. Goucki era considerada uma mulher inteligente, disciplinada e falava várias línguas.

Em 1922 o casal se mudou para Baden-Baden pois, no tempo do Epitácio Pessoa, o governo brasileiro o nomeara Cônsul Honorário (sem ser funcionário de carreira e sem remuneração) para o Consulado em Baden-Baden. Goucki desviveu aos 54 anos de idade, no dia 27/06/1939, em São Paulo - onde estava internada para tratamento de saúde.

O corpo de Goucki foi em-

balsamado, transportado a bordo do iate “Angela” até Itajaí, e está sepultado no Mausoléu da Villa Renaux, em Brusque.

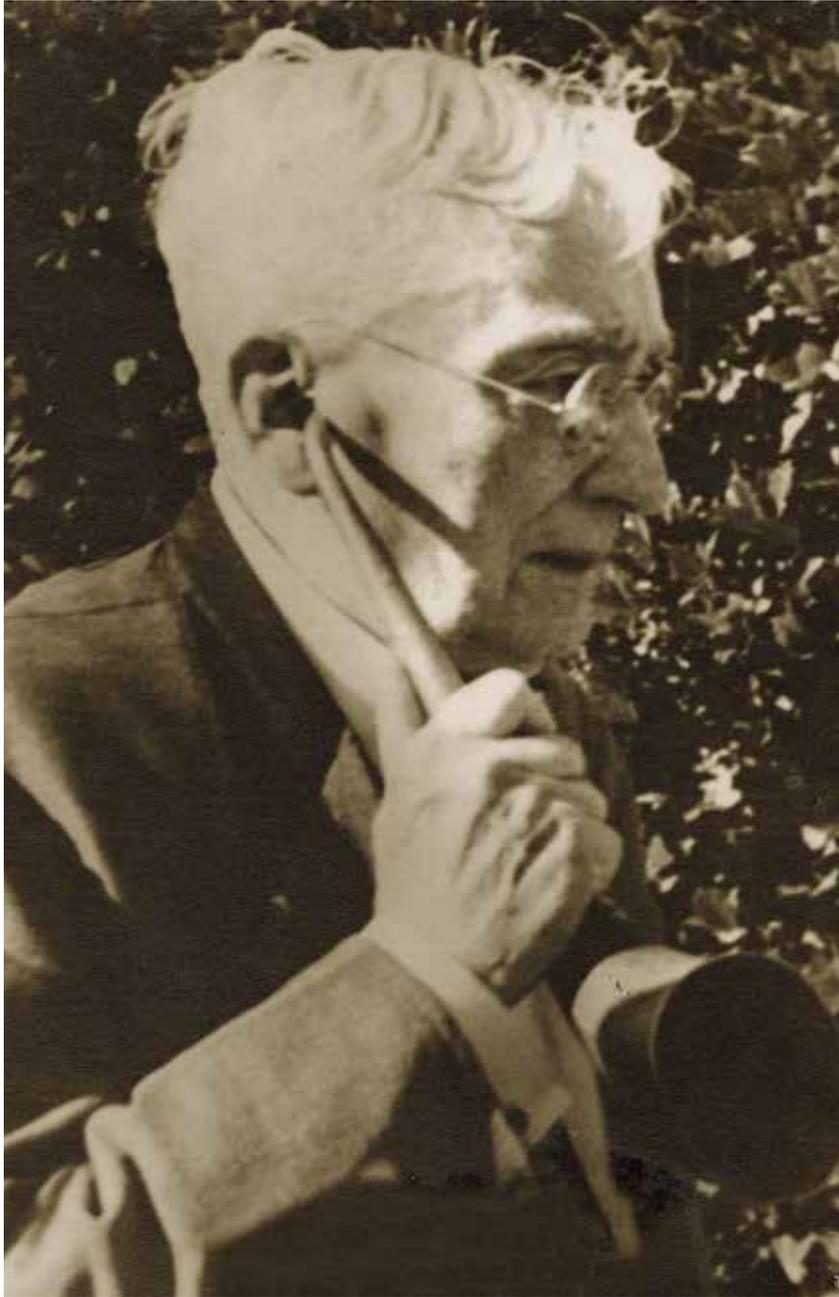
No total, o Cônsul Carlos Renaux teve três esposas, mas filhos teve apenas com a primeira, Selma Wagner.

## Cônsul Honorário em Baden-Baden

Em 1922, Renaux transferiu residência com a esposa para Baden-Baden pois, no tempo do Epitácio Pessoa, o governo brasileiro o nomeara Cônsul Honorário (sem ser funcionário de carreira e sem remuneração) para o Consulado em Baden-Baden, para cuidar da transferência de imigrantes alemães para o Brasil logo após o término da I Guerra Mundial.

Durante os anos em que esteve morando na Europa, Carlos Renaux manteve-se ativo nas atividades empresariais no Brasil, delas se retirando definitivamente só em 1937.

Do período em que foi Cônsul em Baden-Baden, existe carta que ele escreveu de Brusque para a esposa Goucki que ficara na Europa enquanto ele, o Cônsul, viera ao Brasil inspecionar a expansão



*Cônsul Carlos Renaux em 1942. Acervo: Rosemari Glatz*

da Fábrica Renaux, então dirigida por seu filho mais velho, Otto: “todas as construções foram feitas de acordo com meu plano de 1929 e ficaram grandiosas”.

A partir do início da década de 1930, Carlos Re-

naux mandou projetar, pelo engenheiro alemão Eugen Rombach, sua residência em Brusque. Estava se preparando para retornar definitivamente para o Brasil. A construção completa da “Villa Goucki”, como foi chamada

pelo Cônsul em homenagem à terceira esposa, envolvendo o projeto, a construção, o mobiliário, os jardins e o lago, bem como o mausoléu, foi concluída por volta de 1935.

## **Fundação Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux**

O Cônsul também deixou feitos na área social e cultural e, para financiar projetos que trouxessem benefícios para a região, em 1936 a família Renaux criou a Fundação Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux, conhecida entre nós como “Cultural”.

Dessa fundação veio o dinheiro para que Rudolfo Stutzer montasse a oficina onde acabou sendo produzida a primeira geladeira brasileira – a geladeira Consul. Também foi por meio da “Cultural” que foram beneficiadas diversas outras instituições, como igrejas, escolas e hospitais.

Em discurso proferido pelo Cônsul por ocasião da inauguração do Hospital de Azambuja, a 11/03/1936, ele assim se expressou:

“De modo algum quero eu

ser agradecido pelo que fiz ou dei em benefício desta obra. De igual maneira, não quero ser louvado por atitudes de benemerência de igual caráter. Se a conquista de bens materiais realmente traz algumas facilidades na vida e o sucesso empreendedor desperta o reconhecimento social, por outro lado exige do cidadão muito mais responsabilidade e compromisso frente a sua comunidade. Eu conheço muito bem tais obrigações pois, de início modesto, minha vida foi de trabalho duro e repleta de sacrifícios e de privações. É dentro desse mesmo espírito pois, e movido pelo mesmo sentimento de gratidão, que minha oferta se destina à terra a qual, há mais de meio século, deu-me generosa acolhida e que um dia me abrigará em sono eterno (In: arquivo pessoal Villa Renaux).

## O findar da vida

Depois de enviuar pela terceira vez, em 1939, o Cônsul Carlos Renaux morou sozinho em sua residência, onde desviveu, de morte natural, em decorrência de acidente colapso cardíaca, no dia

28/01/1945, aos 82 anos de idade.

Para o seu sepultamento, uma longa carreata composta por membros da comunidade, empregados, familiares, e grandes nomes da economia e da política de Santa Catarina e de outros estados vieram para o último adeus. Estimase que cerca de 10.000 pessoas compareceram ao seu funeral.

Após a morte do Cônsul, seus descendentes costumavam se reunir na Villa Renaux duas vezes ao ano, para render homenagem aos antepassados: no dia 11/03, aniversário natalício de Carlos, e em 8/12, aniversário natalício da sua esposa Selma Wagner, mãe de todos os 11 filhos de Carlos Renaux.

Durante muitos anos, Selma Carolina, a filha mais nova de Carlos e Selma, residiu na Villa Renaux, contribuindo para a preservação do patrimônio.

E, no início dos anos 1990, a bisneta do Cônsul, a historiadora Maria Luiza Renaux – conhecida como Bia, fixou residência na Villa Renaux, em ânimo definitivo. Bia desviveu no dia 05/01/2017, e durante os cerca de 25 anos em que morou no imóvel, se dedicou a preservar a propriedade tal

como concebida pelo arquiteto Eugen Rombach, deixando como legado o projeto do Museu Cônsul Carlos Renaux.

## REFERÊNCIAS

BUGGENHAGEN, E.A. von. História Econômica no Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.

Blumenau em Cadernos. A Família Renaux. Tomo III, nº 8, agosto de 1860.

[http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1960/BLU1960008\\_ago.pdf](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1960/BLU1960008_ago.pdf). Acesso em 3 de setembro de 2018.

KONS, Paulo V. A Guarda Nacional de Brusque. Disponível em: <<https://www.brusquememoria.com.br/site/noticia/17/A-Guarda-Nacional-de-Brusque-em-1898>>. Acesso em 10 setembro 2018.

RENAUX, Maria Luiza. O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí, 1995.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis: Editora EDEME - Empreendimentos Educacionais Ltda., 1972.



*Eduard von Buettner e esposa Albertine Burow em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

## A Família von Buettner e a indústria têxtil em Brusque

A segunda manufatura têxtil de Brusque foi uma empresa de bordados finos, a E. v. Buettner & Cia., que durante algum tempo manteve, em paralelo aos negócios têxteis, uma loja de secos e molhados e o beneficiamento de produtos agrícolas e florestais.

Em 1873 Eduard von Buettner havia se mudado de Blumenau para Brusque com

a família, onde foi proprietário de uma loja de fazendas, secos e molhados e armários, além de diversos outros empreendimentos. A “E. v. Buettner e Cia.”, precursora da Buettner S/A Indústria e Comércio, foi fundada pelo seu filho primogênito Edgar von Buettner, tendo sua mãe Albertine, esposa do vendeiro Eduard von Buettner, como

sócia comanditária, e guarda relação com a produção artesanal de aventais por Albertine, toalhas de mesa, colchas e cortinas bordadas com máquinas à manivela por Idalina, esposa do filho Edgar.

Edgar Ricardo von Buettner (2018), filho de Edgar von Buettner, apresenta importante contribuição para a história da família Buettner a

partir de documentos obtidos em fontes primárias, como certidões e registros nos livros de igreja e outras instituições, como juntas comerciais e associações de ofícios. Edgar Ricardo tem se dedicado ao estudo da história da família, desde 1997, quando visitou na Europa os lugares relacionados à história da sua família: Bunzlau e Kotzenau na Polônia, Berlim, Potsdam, Leipzig, Dresden, Plauen e Hamburgo na Alemanha.

De acordo com Edgar (2018), Eduard Friedrich Büttner nasceu em 16/10/1807 como filho do ourives e conselheiro municipal da cidade de Jauer, na Silésia, Prússia, Friedrich Daniel Büttner, de confissão luterna. Faleceu em 24/06/1850 na cidade de Sambor, Reino da Galícia e Lodoméria, que pertencia ao Império Austro-Húngaro, deixando enlutada a esposa Condessa Marie Poninska Büttner, nascida no Castelo de Siebeneichen (Sete Tílias), na Silésia em 10/11/1811 e falecida em 06/07/1864, na Colônia São Pedro de Alcântara, município de São José, Santa Catarina.

Marie foi a filha caçula de 11 filhos (sete homens e quatro mulheres) de Au-

gust Ignaz Conde Lodzia-Poninski (Lodz-Prússia Oriental - 1750 – Siebeneichen–Silésia - 1826), que teve o seu título de nobreza reconhecido pela Silésia, casado em segundas núpcias, com Friederike Otilie Burggräfin e Condessa zu Dohna-Schlodien (13/06/1765 em Klein-Kotzenau – 16/12/1832 em Siebeneichen).

Ainda conforme Edgar (2018), com a morte de Eduard Friedrich Büttner, em 24/06/1850, a viúva Marie Poninska decidiu mudar-se de Sambor (hoje Sambir, Polônia) para Potsdam, sede do Reino da Prússia, onde residia o seu irmão, Christoph Heinrich Ludwig Conde Poninski (nascido em 24/02/1802 em Kreibau e falecido em 05/03/1876, em Breslau, Silésia, hoje Wroclaw, Polônia), o fundador do ramo evangélico (luterano) da família e membro do Conselho Superior de Administração do Reino da Prússia, com o título de Oberregierungsrath.

Com Marie Poninska mudaram-se também os seus dois filhos, Christina Ottilie Appolonia (chamada Lony), nascida em Sambor, Império Austro-Húngaro, em 17/09/1841 e Friedrich Eduard Adolph, nascido em

28/09/1844, também em Sambor, e sua irmã mais velha, Constance Condessa Poninska (nascida em 17/02/1789 na Silésia, Prússia e falecida em 10/08/1878 em Blumenau). Constance Condessa Poninska acompanharia sua irmã Marie Poninska e sobrinhos e Eduard von Buettner na sua viagem de emigração para o Brasil, em agosto de 1858, no verão europeu. Edgar ainda destaca que já em julho de 1850, o irmão Christoph havia emitido o passaporte de Marie para que ela pudesse viajar com os seus dois filhos menores para o Rio de Janeiro, mas a viagem só se concretizou oito anos mais tarde.

A família embarcou no porto de Hamburgo rumo ao Rio de Janeiro, de onde seguiu para Santa Catarina, onde inicialmente se dirigiram para a Colônia Dona Francisca. Depois de algum tempo, mudaram-se para Desterro (atual Florianópolis), capital da província. A jovem von Buettner, inteligente e ativa, assentiu em ser professora e foi nomeada, pela resolução provincial de 23 de março de 1861, interinamente, para a cadeira de primeiras letras na Colônia São Pedro de Alcântara, região metropolitana de Des-

terro, hoje Florianópolis.

Após prestar os exames exigidos pela lei, foi efetivada no cargo. Acostumadas ao conforto e à riqueza, não se conformavam com a precariedade dos cômodos que passaram a habitar, nos fundos da casa da escola. Esta era de madeira, mas os demais compartimentos da moradia eram de palmitos barreados. Tantas contrariedades, tantos desgostos sucessivos, quebraram o ânimo da Condessa Maria Poninska von Buettner. Após curta enfermidade, com apenas 45 anos de idade, morreu em São Pedro de Alcântara, em 1864.

Em 1865, a jovem, mas decidida, Appolonia von Buettner, que havia sido contratada por Francisco Carlos de Araújo Brusque, Presidente da Província de Santa Catarina, aceitou o convite do Dr. Hermann Blumenau, a assumir como diretora, a primeira escola pública do sexo feminino em Blumenau, tornando-se assim, a primeira professora pública daquela Colônia. A transferência se deu por meio da resolução provincial de 30/08/1865. Appolonia estava então com 24 anos a serem completados, em 17 de setembro daquele ano.

Em Blumenau, a família



*Residência e Casa de Negócios dos von Buettner no centro de Brusque. Acervo: Helga Kamp*

passou a viver com maior conforto, tomando parte ativa nos meios sociais, ainda muito restritos, mas nem por isso menos alegres e divertidos. A casa da escola fora construída na Rua do Imperador, a então Kaiserstrasse, hoje Alameda Rio Branco. Era uma casa de enxaimel, com parte destinada a sala de aulas e a outra à residência da diretora e sua família.

Já na casa dos trinta anos, von Buettner casou-se com

Guilherme Scheffer. Este era viúvo de dona Clara Frie denreich, filha de um dos 17 primeiros imigrantes fundadores de Blumenau. Scheffer residira em Campinas, São Paulo, onde perdera a esposa, numa epidemia de varíola, tendo ficado com quatro filhos. Guilherme (chamado de Willy) e Appolonia não tiveram filhos. Muito estimada e benquista pelos alunos, foi, por diversas vezes, homenageada por eles. Em 1894,

após 33 (trinta e três) anos de magistério, requereu aposentadoria. Pouco tempo depois, falecia o marido e ela então transferiu sua residência para Brusque, indo morar em companhia da família de seu único irmão Eduard. Christina Ottilie Appolonia von Buettner faleceu aos 88 anos de idade, em Brusque, no dia 23/02/1929. Os seus restos mortais encontram-se no jazigo da família von Buettner, no cemitério luterano em Brusque.

De acordo com Helga Erbe Kamp (2018), Eduard von Buettner estabeleceu em Blumenau uma atividade comercial com Luiz Sachtleben, abrindo eles, em sociedade, uma casa de secos e molhados. O jovem e bem-apegoado Eduard, nascido em Sambor em 28/09/1844, e falecido em Brusque/SC em 29/10/1902, acabou se apaixonando pela culta e recatada Albertine Burow e com ela se casou. Albertine nasceu em 28/06/1851, em Klein Satspe na Pomerânia, hoje Zaspny Małe, na Polônia, e era filha de uma família de professores. Sua irmã, casada com o serralheiro Krause, a convidou para acompanhá-la ao Brasil, onde sonhavam encontrar melhores condições para

a profissão de serralheiro.

Como era bem letrada, Albertine recebeu o convite de ser a leitora para a idosa Constance, Condessa Poninska, na época já quase cega. A condessa residia em Blumenau, em companhia de seus sobrinhos Apollonia e Eduard von Buettner, ambos filhos de sua irmã Condessa Maria Poninska von Buettner, falecida em 1864 na Colônia São Pedro de Alcântara em Santa Catarina.

## Os negócios

A história da família Buettner em Brusque começa quando, em 1873, Friedrich Eduard Adolf von Buettner, mudou-se de Blumenau para Brusque. No mesmo ano, a sua futura esposa, Albertine Burow, também se mudou para Brusque, levando consigo o seu primogênito Edgar, filho de Eduard, que nascera em São Pedro de Alcântara, no dia 2 de junho daquele mesmo ano (1873).

Eduard e Albertine viriam a se casar apenas cinco anos mais tarde, quando celebraram o batismo da primeira filha do casal, Konstance Alice Maria, chamada Mimi, que nascera em Brusque, no dia

19/05/1878 onde também faleceu, em 15/12/1977. Da união de Eduard com Albertine nasceram seis filhos: Edgar, Alice Maria Constância (Mimi), Oswald Clarence, Arthur Waldemar, Erna e Irmgard Wally.

Após a fundação da loja de secos e molhados, a chamada “venda Buettner”, Eduard decidiu ir além da atividade comercial, que aprendera em Blumenau nos anos de 1864 a 1872.

A atividade empresarial de Eduard incluiu também uma torrefação de café; uma casa de farinha; um alambique para produzir álcool e uma ou mais serrarias. Em Brusque, Eduard desenvolveu uma série de atividades empresariais. Em sociedade com João Bauer, adquiriu um veleiro, para o transporte dos seus produtos para Santos e Rio de Janeiro.

Este, com toda a carga, acabou naufragando em um temporal. Ele também construiu a mansão, que ficava ao lado da Loja Buettner, na rua Barão de Ivinheima, hoje av. Cônsul Carlos Renaux, em frente à rua Alberto Torres, que faz o acesso pelo lado leste à Igreja Luterana. Esse imponente casarão, no estilo de um palazzo italiano, acolhia muitos hós-

pedes e nela celebravam-se muitos saraus musicais. Apesar de esforços para conservá-la, a mansão dos von Buettner acabou sendo demolida em 1987.

As lojas de secos e molhados em Brusque, chamadas de 'vendas', funcionavam também como instituições financeiras, já que na época não havia bancos em Brusque. A venda aceitava depósitos de poupança e concedia créditos para os colonos. Essa atividade era administrada pela sua esposa Albertine, que também iniciou, junto com a sua filha mais velha Mimi, a produção de aventais e de panos para sombrinhas, incluindo, provavelmente, a produção de mosquiteiros.

Buettner (2018) conta que, seguindo a orientação da sua mãe, o primogênito Edgar viajou em 1896 para a cidade de Bunzlau, na Silésia, Alemanha (hoje Polônia), onde vivia a sua tia Selma Buettner Neumann, que o acolheu e onde foi aprender o ofício de bordar com máquinas de bordar à manivela e a confecção de sombrinhas. A cidade de Plauen, um dos três polos da indústria de bordados e rendas na Europa (os outros dois são Sankt Gallen, na Suíça e Lyon, na França) fica não

muito distante de Bunzlau. Edgar partiu de Hamburgo no dia 12/05/1899, em viagem de regresso ao Brasil, Rio de Janeiro, trazendo na bagagem duas máquinas de bordar à manivela, adquiridas na Bohemia, hoje República Tcheca.

Em 1900, Edgar e sua mãe Albertine, na qualidade de sócia comanditária, fundam a empresa E.v.Buettner & Cia., precursora da Buettner S/A Indústria e Comércio. Vale destacar aqui, mesmo após a expansão da sua empresa,

*As cortinas de filó da empresa E.v. Buettner & Cia. alcançaram tal fama, que o Palácio do Governo, no Rio de Janeiro, foi com elas garantido. Este ramo industrial, que foi a primeira e, durante muito tempo, a única fábrica de bordados e rendas no Brasil, aos poucos se transformou numa grande indústria de cortinas, se especializando também na produção de tecidos em geral, mosquiteiros de filó, garnições de mesa estampadas, e tecidos de revestimento de móveis estofados. Enquanto isso, a jovem indústria continuava em franco processo de crescimento e expansão.*

com a agregação dos segmentos de fiação, tecelagem e estamparia e tinturaria.

A esposa Albertine, além de excelente e enérgica mãe, dona de casa e anfitriã, foi uma das fundadoras do "Frauenverein", Grupo de Senhoras Auxiliadoras da Comunidade Luterana de Brusque. Como mulher, vivia nos bastidores, na função da esposa a dar um eficiente suporte às atividades mais públicas de seu marido que, além de seus empreendimentos comerciais, tornou-se um dos fundadores da Escola Evangélica Alemã, que viria a ser o atual colégio Cônsul Carlos Renaux. Eduard também participou da fundação do "Turnverein", o Clube de Ginástica de Brusque, a atual Sociedade Esportiva Bandeirante, tendo sido o seu Presidente. Eduard faleceu em 29/10/1902, o que forçou Albertine e o seu primogênito Edgar a assumirem as rédeas da família e dos negócios.

Albertine Burow von Buettner foi quem iniciou a primeira confecção em Brusque: talhava pessoalmente aventais que mandava costurar por mulheres costureiras da vila. Com as duas máquinas de bordado à manivela, trazidas pelo seu primogênito Edgar da Europa e instaladas

*Na área do Baú, a família von Buettner adquiriu grandes áreas, sobretudo para a extração de madeira. Esta área, no ano 1960 foi doada por seus herdeiros ao Parque Natural Municipal Morro do Baú, em Ilhota, cujos iniciadores foram o botânico Padre Raulino Reitz, o botânico e ecologista Roberto Miguel Klein, de Itajaí, e o farmacêutico Dr. Guilherme Gemballa de Rio do Sul, casado com Wera von Buettner. O Parque Morro do Baú foi um dos pontos de amostragem do Museu Botânico Fritz Müller, de grande relevância histórica para a Ciência brasileira.*

em 1900 sobre a estrebaria e cavalaria da família, mãe e filho bordavam as telas de filó importado, que cobriam as armações para sombrinhas também importadas, uma proteção imprescindível das peles claras das mulheres europeias em nosso país tropical.

Em 20 de dezembro de 1920, Edgar von Buettner contrai núpcias, em Porto Alegre, com a gaúcha Idalina Diemer Weiss (nascida em 20/02/1888 em Porto Alegre

e falecida em 14/01/1935 em Brusque). Segundo Buettner (2018), através da sua primeira esposa, sua irmã caçula, Irmgardt Wally (nascida em 20/03/1893 em Brusque e falecida em 09/07/1981 em Brusque) trava conhecimento com o técnico têxtil alemão Heinrich (Heinz) Richard Bruno Erbe (nascido em 09/06/1892 em Thüringen, e falecido em 23/07/1952, em Brusque), com quem se casa no dia 10/11/1920. Heinz Erbe é quem se encarrega de agregar o segmento de tecelagem à indústria Buettner, visto que os bordados e as rendas estavam sendo oneradas com impostos de 50% a 60%, tornando praticamente inviável a sua comercialização.

Também é Heinz Erbe quem assume a expansão da indústria, agregando-lhe uma filiação, instalada num prédio no centro de Brusque, cujo projeto arquitetônico de 1934 ficou a cargo do renomado arquiteto alemão radicado em Blumenau, Simão Gramlich. Também a instalação de uma tinturaria e instalações para o alvejamento de tecidos no bairro Bateas foram concluídas em 1923, tendo como símbolo deste esforço de industrialização, uma enorme chaminé feita de tijolos.

A matriarca da família von Buettner em Brusque, Albertine Burow von Buettner, faleceu aos 73 anos, em 12/03/1924.

## REFERÊNCIAS

Blumenau em Cadernos. Apolônia von Buettner. Tomo III, nº 11, novembro de 1960. Disponível em: < [http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1960/BLU1960011\\_nov.pdf](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1960/BLU1960011_nov.pdf) > Acesso em 10 de setembro de 2018.

Blumenau em Cadernos. Os von Buettner. Tomo III, nº 8, agosto de 1960. Disponível em: <[http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1960/BLU1960008\\_ago.pdf](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1960/BLU1960008_ago.pdf)>. Acesso em 3 de setembro de 2018.

BUETTNER, Edgar Ricardo von. Dados do arquivo pessoal. Fornecido a Rosemari Glatz, por e-mail, no dia 14 de outubro de 2018.

KAMP, Marga Helga Erbe. Dados do arquivo pessoal. Fornecido a Rosemari Glatz, por e-mail, no dia 1º de março de 2018.



*Gustav Schlösser e esposa Nathalie Starnell em gravura de Francine Cavalheiro Carbonera. Acervo: Rosemari Glatz*

## A Família Schlösser e a indústria têxtil em Brusque

A história da família Schlösser no Brasil começa em 1896, quando chegava a Brusque o imigrante Gustav Schlösser (em português: Gustavo Schlösser), um tecelão de Lodz, Polônia, contratado como técnico têxtil na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux.

Acompanhavam-no sua esposa Natália e quatro filhos

menores, Hugo, Adolph, Carl e Robert.

### Da Polônia para Brusque

A família de Gustav Schlösser fazia parte dos chamados “auslandsdeutsche”, assim nominados os imigrantes alemães que estavam estabe-

lecidos em território polonês. Geograficamente, a família veio da Polônia, que, naquela época, era província da Rússia. Eles faziam parte de um grupo de tecelões da Silésia que haviam sido atraídos pelo governo russo para iniciar a atividade têxtil em Lodz, Ozorków, Zgierz e adjacências, e estavam lá radicados desde o final do século XVIII.

Um pouco sobre a genealogia histórica da família Schlösser, com base nas contribuições de Marcus Schlösser (2018):

A Família Schlösser é originária de Rothenburg, na Silésia. Eles eram silesianos de origem alemã, possivelmente imigrantes de outros estados da Alemanha. Dedicavam-se ao ramo têxtil como fabricantes de tecidos de lã.

**1789:** Nasceu o avô de Gustav Schlösser, Gottfried Schlösser, filho de Christian Gottfried e Anna Schlösser. Gottfried nasceu na cidade de Rothenburg, quando a Silésia pertencia ao Reino da Prússia (Rothenburg in Schlesien).

Naquela época, os silesianos eram considerados pioneiros têxteis de alto gabarito, que procuravam expandir suas experiências como mão de obra qualificada. A Polônia oferecia boas perspectivas de sobrevivência e futuro desenvolvimento da indústria têxtil, atraindo profissionais do ramo têxtil. Verificou-se uma forte tendência para a imigração, apoiada pelo próprio governo da Prússia.

O deslocamento de pequenos fabricantes e tecelões de lã centralizou-se na região de Ozorków-Zgierz-Lodz, e em outras pequenas cidades des-

sa região. O enorme desenvolvimento da indústria têxtil facilitou a abertura do mercado russo para tecidos, um mercado ainda inexistente no império dos Czares. No fim do século, essa região tornou-se grande núcleo da indústria têxtil da Polônia, sendo considerada a mais importante da Europa.

Gottfried Schlösser, motivado pelo enorme desenvolvimento do ramo têxtil na Polônia, emigrou de Rothenburg, Silésia, para a Polônia, e se radicou em Ozorków, primeira cidade fabricante de tecidos do Reino. Naquela época, cada mestre era considerado “fabricante de tecidos”, ocupando-se da produção até a venda do tecido. O fio de lã era fiado manualmente.

Em 1820, época em que Gottfried Schlösser emigrou, a cidade de Ozorków contava com 403 teares manuais, produzindo 4.000 peças de tecido.

**1829:** Nasceu o pai de Gustav Schlösser, Karl Wilhelm Schlösser, filho de Gottfried Schlösser. Nesse mesmo ano de 1829, o Czar da Rússia, Alexandre I, visitou Orzokow, considerada a primeira cidade têxtil na Polônia.

Vislumbrando melhores oportunidades, após mui-

tos anos de permanência em Ozorków, a família Schlösser se mudou para a cidade de Zgierz, que geograficamente fica muito perto de Ozorków, e distante apenas 10 km de Lodz. Zgierz era considerado um importante centro têxtil, com tradição histórica desde o ano de 1404, e possuía grande tradição na fabricação de tecidos. Em função da fabricação de tecidos de linha mais nobre, Zgierz apresentou ótimo desenvolvimento econômico, compatível, inclusive, com o desenvolvimento de Lodz.

**1860:** Nasceu Gustav Schlösser, em Zgierz, filho de Karl Wilhelm Schlösser. Para se ter ideia da força do têxtil na economia da região onde Gustav nasceu, em 1860 Zgierz contava com 12.000 habitantes e, destes, 1/3 eram alemães, havia 116 fabricantes de tecidos de lã e 32 de tecidos de algodão.

Existiam cinco fiações de lã e algodão, e várias tinturarias. Nesta época foram instaladas as primeiras tecelagens com teares mecânicos importados da Inglaterra e Bélgica, provocando uma revolução na indústria têxtil. Zgierz é vizinha de Lodz e, no ano de 1888, as fábricas Scheibler, de Lodz, um gigante no contexto

mundial das indústrias têxteis, possuíam 230.953 fusos, 10.954 retorcedeiras e 3.664 teares na fiação de algodão.

**1885:** Gustav Schlösser se casa com Nathalie, da família Starnell. Nathalie nasceu em 1862, em Unikaw, Polônia, e foi batizada em Wielum - Polônia. Seu pai era moleiro, mas faleceu cedo.

Em **1890**, seguindo a tradição da família, Gustav Schlösser começa a se aperfeiçoar na área têxtil. Ingressou no grupo especial da tecelagem da Escola Estadual da Indústria na Monarquia Austro-Húngara em Bielsko (Bielitz) – escola técnica têxtil, no Sul da Polônia, que então estava sob o domínio da Áustria. Em 1891, ele se formou técnico têxtil, e então retornou para Zgierz.

**1895:** Gustav e Nathalie Schlösser decidem emigrar para o Brasil. Eles já tinham quatro filhos, dos quais três deles nasceram em Zgierz e o último nasceu em Lodz. Gustav tomou conhecimento das oportunidades de trabalho por intermédio de um agente que contratava gente especializada, como técnicos e tecelões, para atuar no desenvolvimento da indústria têxtil do vale do Itajaí-Mirim e do Itajaí-Açu.

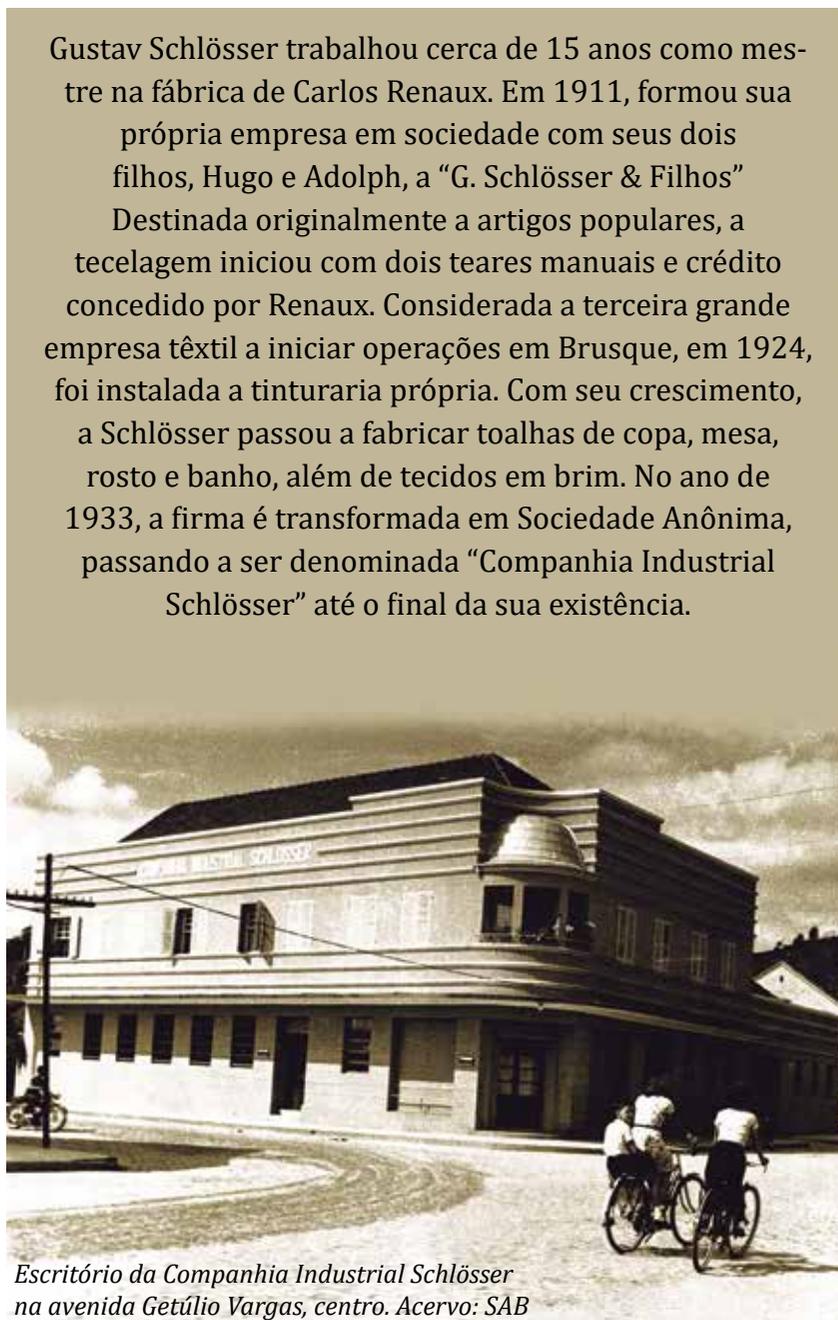
Gustav Schlösser e Nathalie Starnell Schlösser saíram de Lodz, na Polônia, no dia 08/12/1895 e, em Hamburgo, Alemanha, embarcaram no navio “Paraguassu” no dia 19/12/1895.

Chegaram ao Rio de Janeiro

no dia 13/01/1896, e a Brusque no dia 02/02/1896. Após a chegada a Brusque, moraram no bairro Águas Claras. Gustav trabalhou como mestre de tecelagem na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux.

De 1898 a 1902 a família

Gustav Schlösser trabalhou cerca de 15 anos como mestre na fábrica de Carlos Renaux. Em 1911, formou sua própria empresa em sociedade com seus dois filhos, Hugo e Adolph, a “G. Schlösser & Filhos” Destinada originalmente a artigos populares, a tecelagem iniciou com dois teares manuais e crédito concedido por Renaux. Considerada a terceira grande empresa têxtil a iniciar operações em Brusque, em 1924, foi instalada a tinturaria própria. Com seu crescimento, a Schlösser passou a fabricar toalhas de copa, mesa, rosto e banho, além de tecidos em brim. No ano de 1933, a firma é transformada em Sociedade Anônima, passando a ser denominada “Companhia Industrial Schlösser” até o final da sua existência.



Escritório da Companhia Industrial Schlösser na avenida Getúlio Vargas, centro. Acervo: SAB

morou na localidade do Cedro (hoje bairro Dom Joaquim), onde Gustav Schlösser foi professor na Escola Evangélica Luterana do Cedro. Depois se mudaram para o centro de Brusque. Nathalie e Gustav Schlösser tiveram sete filhos, sendo que três deles, Hugo Adolph e Carl, nasceram em Zgierz. O filho Robert nasceu em Lodz, e os outros três, Richard, Olga Anna e Otto, nasceram em Brusque.

De acordo com Renaux (2010), além de Gustav, os filhos Hugo e Adolph Schlösser também trabalharam como tecelões na fábrica de Carlos Renaux por algum tempo, mas, entre fevereiro e agosto de 1908, Hugo e Adolph estiveram trabalhando no mesmo ramo no Rio de Janeiro, para uma firma de nome Prinz & Cia.

Decidiram voltar para Brusque, e ainda em 1908 Hugo começou a tecer em casa, em tear manual adquirido do tecelão Tietzmann, que o trouxera de Lodz; Adolph foi trabalhar na Empresa Industrial Garcia, em Blumenau.

Enquanto isso, Gustav Schlösser, o pai, trabalhava como técnico têxtil na Renaux. Dotado de extraordinários conhecimentos de sua arte, Gustav orientava a fabri-

cação de teares de madeira, alguns dos quais funcionaram até o final do século XX.

Em muitas ocasiões difíceis na nova indústria, principalmente no setor técnico, era Gustav Schlösser que conseguia contornar e resolver as situações. Gustav trabalhou na Fábrica Renaux durante cerca de 15 anos e durante toda a sua vida exercendo atividades na indústria têxtil. Entusiasta do esporte amador, da arte e da cultura, Gustav Schlösser desviveu em Brusque no dia 15/02/1935.

## Gustav Schlösser & Filhos

Em 1911, Gustav e os filhos Hugo e Adolph fundaram uma pequena tecelagem, a empresa “Gustav Schlösser & Filhos”, cuja razão social mais tarde passou para Cia. Industrial Schlösser.

Com a fundação da firma, Gustav e os filhos Hugo e Adolph voltaram a trabalhar juntos em Brusque, desta vez por conta própria. O capital inicial da empresa era de seis contos e a tecelagem iniciou com dois teares manuais, um deles provavelmente aquele utilizado por Hugo na fabricação doméstica, e o outro, um

tear jacquard, adquirido com o crédito concedido por Carlos Renaux, que se encarregou, também, do fornecimento de fio e da distribuição do produto em sua “venda”.

A firma Gustav Schlösser & Filhos foi a terceira grande empresa têxtil a iniciar operações em Brusque. No ano de 1933, a empresa é transformada em Sociedade Anônima, passando a ser denominada “Companhia Industrial Schlösser” até o final da sua existência.

## REFERÊNCIAS

GEVAERD, Ayres. Os Tecelões de LODZ na História de Brusque. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, tomo V, nº 3, março 1962.

RENAUX, Maria Luiza. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O Modelo Catariense de desenvolvimento. 2ª ed. Florianópolis: Instituto Carl Hoepcke, 2010.

SCHLÖSSER, Marcus. Documentos sobre a origem da família fornecidos por Marcus Schlösser à autora em 20/08/2018.



*Festa dos Atiradores, a mais querida manifestação popular de todos os tempos. Era realizada anualmente no Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque. Acervo: SAB*

## Folclore e tradições

Desde os primeiros anos de fundação, a então Colônia Itajahy-Brusque já evidenciava, através das lideranças da comunidade, o desejo de difundir sua cultura sob vários aspectos. Dotados de espírito comunitário admirável, as características culturais dos primeiros imigrantes do século XIX foram sendo transmitidas através das gerações que se sucederam, que souberam se unir e estabelecer os elementos de identificação da

nova colônia. Um dos exemplos foi a fundação da primeira sociedade de atiradores (Schützenverein), e a vida social que nos primórdios da colônia se baseava nos encontros familiares, religiosos e de lazer, com o passar do tempo foi estabelecendo outros elementos de identificação, como as festas de igreja e da comunidade, as sociedades esportivas, as comemorações de Páscoa e do Natal e os piqueniques.

### Schützenverein: a Sociedade de Caça e Tiro

Uma instituição que sempre foi muito importante entre a população de origem alemã era a "Schützenverein", a Sociedade de Caça e Tiro, que existiu em áreas de colonização alemã no sul do Brasil.

A força da cultura aliada à representatividade dos líde-

res pioneiros deu vida e vigor à Sociedade, permitindo a estabilidade necessária para se transformar no centro de lazer e distração comunitária, seja pela prática do tiro, da dança, do canto, da música, do teatro, do consumo de cervejas e outras atividades recreativas originárias da velha Alemanha. Ainda no ano de fundação, a diretoria providenciou a aquisição de terreno e construção de ranchos para stand e guarda de material de tiro. Na segunda-feira de Páscoa do ano seguinte, realizou-se a primeira “Schützenfest”, com vasta programação e a primeira disputa para o “rei do alvo”. Nascia assim a festa dos atiradores, como a mais querida manifestação popular brusquense de todos os tempos. Hoje a “Schützenverein” se chama Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque e se orgulha de ser um dos clubes mais antigos do Brasil (CAÇA E TIRO BRUSQUE, 2018).

Uma importante instituição do tempo de colônia para manter as tradições trazidas pelos imigrantes eram as festas. Havia a festa anual de cada igreja e a grande festa do município, a “Schützenfest”. Ia toda a família, porque era a festa dos alemães.

A “Schützenfest” (em português: Festa do Tiro), é uma

festa tradicional que acontece anualmente na região noroeste da Alemanha, bem como na Baviera. No Brasil, a “Schützenfest”, era realizada pelas sociedades de atiradores, e servia tanto para manter as tradições quanto para reunir a maior parte dos colonizadores de origem alemã numa grande festa. Em Brusque também foi assim.

Ao tratar sobre o assunto, Seyferth (1974) escreveu que o formato da Schützenverein foi transplantado da Alemanha para o Sul do Brasil tal como funcionava lá no século XIX, e, assim, além da festa anual de cada igreja, o maior evento da colônia era a festa do município “Schützenfest”, a festa do rei do alvo, da qual a família toda participava, mesmo porque muitas vezes a parentela só se reunia nestas ocasiões, o que denota a importância desses eventos.

Em Brusque, a “Schützenfest” acabou evoluindo para a Fennarrecó.

## Festas de Igreja

Desde os primórdios da fundação de Brusque, nas festas religiosas os participantes não ficavam restritos ao grupo da religião beneficiada. No dia festivo, se estimulava a participação fraternal de todos os membros da comunidade e, assim, os resultados financeiros eram maiores.

Para atrair o maior número de participantes, a compra dos gêneros alimentícios, guloseimas, utensílios e tudo o mais indispensável para a festa, era feita nas diversas casas comerciais da região próxima, anulando, a priori, os ressentimentos. Algumas vezes, mesmo a festa sendo da igreja católica, o grupo financeira-



Festa de igreja em Azambuja. Acervo: SAB



*Sociedade Ginástica, atual Sociedade Esportiva Bandeirante. Acervo: SAB*

mente poderoso era o luterano e no costume local nunca se menosprezava a contribuição financeira. Também os negociantes se sentiam mais comprometidos a comparecer no evento quando vendiam para a festa, indistintamente do lado religioso.

Esse tipo de festa, organizado com zelo e esforço para envolver e comprometer toda a sociedade, muitas vezes explica como cada comunidade conseguiu ter a sua escola, a sua igreja e o seu cemitério, o triângulo social característico do povoado na área cultural da sociedade teuto-brasileira, e também em Brusque.

## **Turnverein Brusque**

De grande valor pedagógico, uma das atividades que tiveram notável desenvolvimento na organização diversional nas regiões de ocupação teuta foram as sociedades de ginástica. Aqui também foi assim e, desde o início do século XX, um dos pontos altos da sociedade brusquense chamava-se “Turnverein”

que, traduzindo, significa associação de ginastas, a atual Sociedade Esportiva Bandeirante.

A “Turnverein”, ou associação de ginastas, tinha como símbolo os quatro F da ginástica criada por Friedrich Ludwig Jahn. Nos estabelecimentos de ginástica, os bons costumes deveriam ser ainda mais cultivados do que em qualquer outro lugar. As regras morais configurariam, conforme Jahn, o maior norteador da vida de um ginasta, e deste princípio surge o lema “frisch, frei, fröhlich, fromm – ist des Turners Reichthum”. Os denominados “4F” de Jahn indicam que “a riqueza do ginasta é ser vivo, livre, alegre e devoto”. Jahn entendia que, enquanto houver a necessidade de uma vida corporal, haverá a necessidade de trabalhar este corpo, dando-lhe habilidade, resistência, persistência, coragem, atributos sem os quais ele facilmente mergulharia nas sombras da futilidade e do egoísmo.

O Turnen destaca-se, assim, como um dos aspectos mais essenciais da instrução do indivíduo, como algo fami-

liar ao povo e à Pátria, e como algo pertencente apenas às pessoas de alma livre (JAHN, 1967).

No dia 16/06/1900, a estrela do esporte na cidade de Brusque passou a brilhar com mais força, quando foi criada a “Turnverein Brusque”. Essa fortaleza do esporte nasceu, cresceu, desenvolveu-se, projetou-se e atingiu sua maioria como fruto do labor de seus atletas, dirigentes e funcionários, conquistando mares nunca navegados pelo esporte do “berço da fiação catarinense”.

A Sociedade Esportiva Bandeirante (2018) surgiu com a denominação inicial “Turnverein Brusque”, nome dado por seus 14 idealizadores e que, traduzida para o português significa associação de ginastas. Por esse motivo, o Clube também era conhecido por Sociedade Ginástica, hoje potência esportiva fulgurante. Cada mudança de nome, de Turnverein para Bandeirante, determinou a conclusão de um estágio e início de outro, em busca do progresso, porém, a ideia original jamais foi podada ou desprezada.

## Tradições da Páscoa

Na Alemanha, assim como na região de Brusque desde o início da colonização, a Páscoa é um grande evento. As casquinhas de ovos são usadas para decorar as tradicionais árvores de páscoa: a “Osterbaum”, ou árvore de Páscoa. Na Europa, é costume colocar a decoração cedo, logo após o Carnaval, quando os galhos ainda estão quase secos, apenas com os brotinhos verdes, que florescem com o passar dos dias, levando a primavera para os lares e preparando o clima de renovação da Páscoa.

Muitas pessoas também montam a “Osterbaum” no jardim, decorando, com as casquinhas coloridas, alguma árvore ainda seca por conta do fim do inverno europeu. A árvore de Páscoa traz em seu contexto um conceito ligado à religião, pois a cruz de Jesus Cristo também é feita de uma árvore.

Na tradição cristã, Cristo se fez a árvore da vida, e a Páscoa simboliza a vitória da vida sobre a morte.

Outro elemento comum na Páscoa, tanto em Brusque como nas outras cidades de colonização alemã na região do Vale Europeu são as casquinhas de ovos decoradas

e recheadas com amendoim confeitado.

Costumamos ouvir que se trata de uma tradição alemã, mas essa é uma tradição que não existe na Alemanha. As amêndoas açucaradas constituem uma tradição de Páscoa portuguesa e, como no Brasil não havia amêndoas, seus descendentes as substituíram por amendoins. Assim, recheiar as cascas de ovos decoradas com amendoins confeitados é apenas um sincretismo cultural entre as tradições portuguesas e alemãs no Brasil, e faz parte de uma cultura mais recente.

Mas um costume que existe na Alemanha e em outras regiões da Europa, como a Polônia, por exemplo, e que ainda se preserva por aqui, é a tradição de enfeitar as cestinhas e também de cozinhar ovos com anilina, beterraba ou marcela para colorir-lo naturalmente.

No domingo de Páscoa, os ovos cozidos e coloridos são colocados em “ninhos” escondidos na mata, ou em cestas de ovos e chocolates, para que a criança possa ir procurar quando acordar.

Até os adultos entram na brincadeira. Na tradição cristã, o ovo é o símbolo de vida que surge, uma vida nova que se inicia, onde o ovo simboliza a ressurreição.

## Tradições Natalinas

No livro Folclore de Brusque (1960), vamos encontrar uma literatura interessante sobre São Nicolau, Pelznickel e Christkind. Ao escrever sobre as festividades natalinas, Piazza dizia que em Brusque e Guabiruba, além do São Nicolau, era comum certos tipos populares trajarem-se com trapos e, conduzindo pesadas correntes, representavam o Pelznickel, para atemorizar a garotada, o que, de certo modo, consistia num preparo psicológico para o Natal, como que avisando: os bons serão premiados e os maus esquecidos.

Para aguardar a passagem de São Nicolau no período natalino na região de Brusque e Guabiruba, algumas famílias costumavam colocar pratos na janela, ou nas mesas, para que fossem enchidos com guloseimas. Às vezes o São Nicolau passava e, do centro da rua, ia atirando, pelas janelas e portas abertas, nozes, amêndoas açucaradas, balas, doces secos, etc.

Ainda de acordo com Piazza, a imagem de São Nicolau, comumente venerada na Europa Central e Nórdica, é de um bispo, com mitra na cabeça e báculo na mão. Entretanto, na região de Brusque,



*Pelznickel em Guabiruba em 1954. Acervo: Sociedade do Pelznickel*

a legenda popular regional o representa acompanhado, no dia da distribuição dos presentes, de um criado chamado “Ruprecht”, que aqui o povo apelidou de “Pelznickel”, a quem compete amedrontar as crianças e, às malcomportadas, ameaçar de castigo, caso não se emendem até o Natal.

Dentre os relatos atribuídos ao Ruprecht, consta que foi dele que saiu a imagem do Papai Noel que conhecemos na atualidade, numa adaptação do personagem desenhado pelo alemão Thomas Nast no final do século XIX, a partir

de uma fotografia do criado “Ruprecht”.

Em Brusque e Guabiruba o “Papai Noel” era comumente acompanhado pela Christkind -, uma criança vestida com ampla camisola branca, representando o Cristo criança, com um véu no rosto para evitar a identificação e uma sinetinha na mão, para anunciar sua aproximação. A família, ouvindo a sinetinha tocar, acendia as velas da árvore de Natal – o pinheirinho – e apagava as demais luzes da casa e cantava “Stille Nacht” (canção “Noite Feliz”). Em seguida, a família recebia a dupla: Papai

Noel e Christkind, contando-lhes as virtudes e diabruras de cada um dos petizes da casa e discutindo se mereciam ou não os presentes desejados. Quando o ‘suspense’ estava no auge, havia o gesto de magnanimidade da Christkind, mandando o Papai Noel distribuir os brinquedos e guloseimas. A abertura do saco de presentes era um estouro de alegria. Feita a distribuição, a família homenageava a dupla benfazeja, dando-lhes doces e bebidas” (PIAZZA, 1960).

Dentro das tradições natalinas da nossa região, vamos encontrar lugar de destaque para as canções folclóricas, reflexo de um tempo e que fornecem informações sobre o que as pessoas pensavam e sentiam.

Baron (2017), na sua obra *Melodien von Guabiruba*, compartilhou os resultados de uma importante pesquisa sobre as canções trazidas pelos imigrantes alemães e que são cantadas na região na atualidade. A canção “Stille Nacht! Heilige Nacht!”, que encontramos nas páginas 79 e 80 do livro de Baron, com letra e melodia iguais às que ainda hoje se cantam na Alemanha, curiosamente é a canção a que Piazza se referiu ao escrever sobre os natais passados de Brusque e Guabiruba.

## Piqueniques que uniam famílias e gerações

Em desuso atualmente, o piquenique reunia muitas famílias aos domingos e dias de feriados e era uma das formas encontradas pela população para desfrutar de uma tarde de lazer em Brusque e região. Os piqueniques costumavam acontecer durante os meses mais agradáveis do ano, como na primavera, em espaços próximos da natureza, como montanhas e bosques, assim como também, nas regiões de cachoeiras no interior da cidade e nas praias formadas pelo Itajaí-Mirim.

O deslocamento muitas vezes se dava com bicicletas ou mesmo a pé, dependendo da distância. A refeição tinha como base as comidas de fácil preparo e transporte, como sanduíches, frutas, ovos cozidos e bolachas, além de bebidas.

Tradicionalmente, os alimentos eram transportados até o local do piquenique dentro de uma cesta e, para servir, eram dispostos em uma toalha apropriada, geralmente com motivos de estampa xadrez, sobre o solo, em torno dos quais as famílias e amigos se acomodavam. Realizados ao ar livre, sem restrições de horários, refeições feitas em meio à natureza, muitas vezes os piqueniques envolviam também atividades recreacionais. Eram momentos muito especiais, de relaxamento e de integração entre amigos, famílias e gerações.



## REFERÊNCIAS

BANDEIRANTE. Como e quem originou a Sociedade Esportiva Bandeirante. Sociedade Esportiva Bandeirante. Disponível em: < [http://www.sebandeirante.com.br/o\\_clube/?id=OA==&historia](http://www.sebandeirante.com.br/o_clube/?id=OA==&historia) >. Acesso em: 22 setembro 2018.

BARON. Sidinei Ernane. Melodien von Guabiruba. Tradução de Úrsula Rombach; ilustrações Cláudia Rieg Baron e Maria Rejane dos Santos Gomes. Navegantes: Editora Papaterra, 2017.

CAÇA E TIRO BRUSQUE. História do Clube. Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque. Disponível em: < <http://www.cacaetirobrusque.com.br/historia.php> >. Acesso em: 22 setembro 2018.

JAHN, Friedrich Ludwig; EISELEN, E. (1816) Die Deutsche Turnkunst zur Einrichtung der Turnplätze. Stuttgart: Verlagsdruckerei Conradi & Co, 1967.

PIAZZA, Walter F. Folclore de Brusque: Estudo de uma comunidade. Edição da Sociedade Amigos de Brusque. Brusque, 1960.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico. Editora Movimento. Porto Alegre. 1974.

# Palacete Renaux

Edificado no final do século XIX e implantado no ponto mais nobre do coração de Brusque, no cruzamento das ruas Monte Castelo e Barão de Ivinheima (atual Cônsul Carlos Renaux), o palacete foi construído para servir de residência da família de Carlos Renaux e Selma Wagner Renaux. Símbolo arquitetônico de Brusque e dotado de características peculiares, o palacete era pintado de rosa, como outras construções nacionais de destaque na época. O terraço era de ferro, e um gramado entrecortado por flores e árvores circundava a casa.

No alto do palacete residencial de três andares, as estátuas, em tamanho real, representavam o Comércio, a Indústria, as Artes, a Lavoura, e outras profissões. A casa foi a primeira e, durante algum tempo, a única de Brusque servida por encanamento e luz elétrica. Dependências sanitárias com água corrente também foram uma inovação do palacete Renaux, concluído em 1900. Essa novidade havia surgido nas residências finas da Europa nessa mesma época: a descarga nos sanitários foi inventada na Inglaterra em 1885. Na sala, os lustres iluminavam o espaço e a madeira do assoalho era talhada como raios de sol e havia grandes espelhos nas paredes da sala. Um grande salão de música era utilizado para que os filhos to-

cassem violino, violoncelo, piano e outros instrumentos. As leituras eram feitas em torno da grande mesa de jantar.

O palacete foi construído com modelo de arquitetura Historicista, com elementos neoclássicos. A casa do industrial foi centro de inúmeros encontros e reuniões. Lá eram recebidas pessoas importantes, não só as diretamente ligadas à atividade fabril, mas figuras públicas influentes, cujo beneplácito se fazia necessário para os empreendimentos nascentes. Carlos Renaux se tornara político para poder afirmar seus valores e abrir portas aos seus empreendimentos no Estado. Como deputado, assinou a primeira constituição republicana do Estado de Santa Catarina em 1889, e foi também um dos superintendentes (prefeitos) municipais de Brusque. O Palacete Renaux foi demolido em 1949 e estava situado onde hoje é a praça Barão de Schneeberg. Na compreensão da filosofia do Historicismo, que considera as particularidades históricas como etapas ou fases do desenvolvimento da humanidade e permeou o modelo construtivo da edificação, se não tivesse sido demolido, certamente o palacete seria considerado um dos patrimônios históricos mais significativos da região, pois foi o marco físico da transição da Brusque colonial para a Brusque industrial.



*Mapa área de influência das etnias no  
Vale do Itajaí-Mirim de autoria do  
Cartógrafo, C. Medeiros, do Departamento  
Estadual de Geografia e Cartografia.*



## REFERÊNCIA

PIAZZA, Walter F. Folclore de Brusque: Estudo de uma comunidade. Edição da Sociedade Amigos de Brusque. Brusque, 1960.



VALE DO RIO ITAJAÍ-MIRIM

ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS ETNIAS



LEGENDA

-  - INFLUÊNCIA LUSA
-  - INFLUÊNCIA ITALIANA
-  - INFLUÊNCIA ALEMÃ



***Porque é conhecendo o passado  
que podemos enxergar o futuro...***

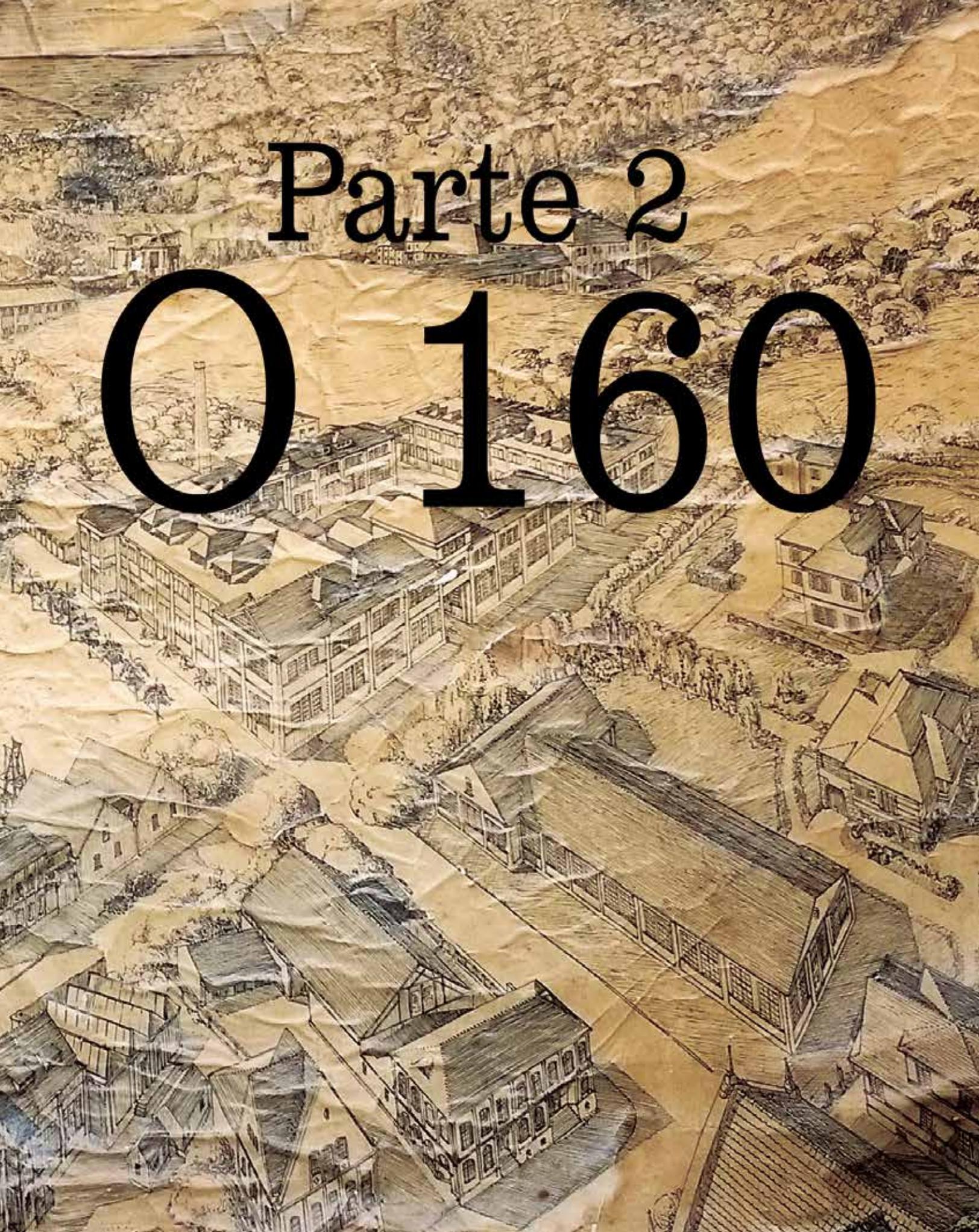


***Mapa de Brusque retratando os empreendimentos  
Renaux. Autor Eugen Rombach. Acervo: SAB***



Parte 2

0160





## Pórtico de Entrada na Rodovia Antônio Heil

*Das an der Antônio Heil Landstraße (SC-486) zwischen Brusque und Itajaí gelegene Kunstwerk symbolisiert die starke Wirtschaft und die solide Gesellschaft der Stadt Brusque. Zwei Türme aus Marmor und Granit, ein großes rotes Betonband, das für die Freiheit, die Verwandlung und das Wachstum der Stadt stehen. Es versinnbildlicht das Baumwollgarn, das zu edlem Stoff wird und die Stadt große wirtschaftliche Fortschritte brachte.*

O pórtico que marca a entrada de Brusque pela Rodovia Antônio Heil representa a solidez da economia e da sociedade brusquense, onde a forma orgânica dos fios de algodão marca sua história através das mais nobres linhas que caracterizam o tecido multiétnico que é Brusque. O projeto foi arquitetado por meio de um concurso público nacional e as obras foram viabilizadas por meio de uma parceria entre a iniciativa privada e a Administração Pública Municipal.

A primeira estrutura do pórtico

apresenta duas torres de mármore e granito, que emergem do piso da praça de maneira sólida, forte e imponente, representando a solidez da sociedade brusquense e da sua indústria têxtil. A segunda estrutura é uma grande fita vermelha de concreto, que emerge do piso com um desenho retilíneo, de forma horizontal, passando por entre as duas torres, quando dá início a algumas ondulações, simulando uma fita em movimento, ao vento. Essa fita de concreto representa a liberdade, a transfor-

mação e crescimento da cidade, assim como o fio de algodão que se transforma em tecido, e gerou grande desenvolvimento para a cidade. Fazendo parte do cenário da praça, um espaço cria uma atmosfera de contemplação do marco – uma praça seca contornada por um paisagismo colorido que garante a permeabilidade, tanto física quanto visual.

O pórtico marca a divisa de Brusque com o município de Itajaí.

Localização: Rodovia Antônio Heil. Brusque.



## Pórtico de Entrada na Rodovia Ivo Silveira

*Der Portikus an der Ivo Silveira Landstraße (SC-108) zwischen Brusque und Gaspar stellt künstlerisch einen großen Webstuhl dar. Er verweist auf die traditionelle Arbeit am Webstuhl und auf die wirtschaftliche Basis der Stadt Brusque, die bundesweit als „Stadt der Tücher“ bekannt ist.*

O pórtico que marca a entrada de Brusque pela Rodovia Ivo Silveira simboliza um grande tear e foi arquitetado por meio de um concurso público nacional. As obras foram viabilizadas por meio de uma parceria entre a iniciativa privada e a Administração Pública Municipal, com diferentes empresas patrocinando o projeto.

Feito de blocos de mármore que se transformam em muro, ao mesmo tempo em

que fios de aço são tecidos para formar uma fita, a arquitetura remete ao mote de “Cidade dos Tecidos”. Apresenta uma releitura da tecelagem artesanal de forma bastante singela, reportando-se à cultura e à economia do Município.

Sua estética é de grande significado. A pedra, que dá solidez e segurança, retrata a base para a construção da cidade. O tecido simboliza o trabalho e a inspiração do seu

povo, lembrando a grande importância das pessoas que a construíram. As ondulações da longa fita vermelha de concreto simulam uma fita de tecido em movimento, ao vento, e representa a liberdade, a transformação e crescimento da cidade.

O pórtico marca a divisa de Brusque com o município de Gaspar.

Localização: Rodovia Ivo Silveira. Brusque.



## Ponte Estaiada Irineu Bornhausen

*In den Jahren 2002-2004 wurde über den Fluss Itajaí-Mirim die Brücke „Irineu Bornhausen“ gebaut. Sie gilt als eines der Wahrzeichen der Stadt Brusque.*

A Ponte Irineu Bornhausen, mais conhecida como “Ponte Estaiada”, foi construída entre os anos de 2002 e 2004, e inaugurada em 20 de abril de 2004.

A ponte se destaca pela materialidade, o concreto branco, sendo considerada a primeira ponte estaiada construída com este material no Brasil.

A escolha do material se deu pelo aspecto estético do mesmo, que permite um concreto aparente com uma característica diferente da convencional. Tem 90 metros

de comprimento, e 36 metros de altura. O pilar central tem formato em A, de onde saem quatro grupos de dois estais cada, num total de 512 cabos, que correspondem a 4,6 mil toneladas de força.

O projeto arquitetônico é de autoria de Mário de Miranda, inspirado em uma ponte que leva ao aeroporto de Malpensa, na Itália, e o projeto estrutural foi assinado por Osvaldemar Marchetti. A opção da técnica construtiva de estaiamento se deu por um aspecto técnico evidenciado num estudo da Universidade

Federal do Paraná – UFPR, que atribuída parte da responsabilidade das enchentes à antiga ponte existente, que havia sido construída na década de 1980 e possuía apenas 20 metros de vão, causando um estrangulamento do canal do rio e a retenção de resíduos sólidos nos pilares da ponte.

A edificação é um importante patrimônio arquitetônico de Brusque, e um dos principais cartões postais da cidade.

Localização: Avenida Lauro Muller. Centro. Brusque.



## Fórum Dr. Pedro Alexandrino Pereira de Mello

*Das heutige vom Amtsgericht genutzte Gebäude wurde im Jahr 1992 gebaut. Es befindet sich auf dem Verwaltungsgelände neben dem Rathaus und dem Gemeinderatsgebäude.*

A Comarca de Brusque foi instalada em março de 1892 e o primeiro juiz foi o Dr. Antônio Wanderley Navarro Pereira Lins. O Fórum da Comarca de Brusque é denominado Dr. Pedro Alexandrino Pereira de Mello, que exerceu o cargo de Juiz de Direito na Comarca entre 25/07/1898 e 13/03/1902.

A edificação foi inaugurada em 28 de fevereiro de 1992.

A construção é belíssima, e busca lembrar as antigas construções que utilizavam o sistema de edificação usado pelos alemães e, com isso, reafirmar uma identidade e trazer à memória a história da colonização de Brusque e homenagear a imigração alemã.

Considerado um importante atrativo turístico de Brusque, ao lado da Câmara de Vereadores e da Prefeitura, o falso enxaimel que permeia a construção contribui para dar um ar europeu à cidade.

Localização: Rua Eduardo Von Buettner, Centro. Brusque.

Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira



## Câmara de Vereadores de Brusque

*Die Gemeinderatssitzungen finden wöchentlich in dem 2008 erbauten Gebäude neben dem Rathaus statt. Im Jahr 1883 wurde der erste Ortsgemeinderat gewählt und erster Gemeinderatsvorsitzender war Hermann Willerding.*

A história da Câmara de Vereadores remonta ao Brasil Império. No período monárquico, os municípios eram administrados pelas câmaras municipais, e os presidentes das câmaras correspondiam aos superintendentes, o equivalente ao cargo de prefeito hoje.

E para instalar e administrar o novo município, em 5 de maio de 1883 foram eleitos os primeiros vereadores. A solenidade de tomada de posse foi realizada em 8 de julho de 1883, e o comerciante Germano Willerding foi eleito

o primeiro presidente da Câmara.

No período monárquico, os municípios eram administrados pelas câmaras municipais. Em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República e instaurada a forma republicana presidencialista de governo no Brasil, encerrando a monarquia constitucional parlamentarista do Império.

A Câmara Municipal de Brusque atuou até 13 de janeiro de 1890, e somente no dia 20 de dezembro de 1947 voltou a funcionar, porém

exercendo apenas o Poder Legislativo, sendo responsável por fiscalizar e julgar os atos do Poder Executivo Municipal.

Também conhecida como “Casa do Povo”, a Câmara de Vereadores de Brusque passou a funcionar em sua primeira sede própria apenas em 4 de abril de 2008. Está localizada ao lado da Prefeitura Municipal e do Fórum da Comarca de Brusque.

Localização: Praça das Bandeiras, nº 65. Centro. Brusque.



## Prefeitura Municipal de Brusque

*Das heutige Gebäude des Rathauses wurde im Mai 1992 eingeweiht. Die Konstruktion ist schön und erinnert uns an die alten deutschen Fachwerkhäuser. Damit ehrt die Stadt die Geschichte der deutschen Einwanderung nach Brusque.*

O prédio da Prefeitura de Brusque foi inaugurado no dia 29 de maio de 1992, com projeto do engenheiro civil Rubens Aviz. A construção é belíssima, e procura reafirmar uma identidade e trazer à memória a história da colonização de Brusque e homenagear a imigração alemã.

Um dos principais pontos turísticos da cidade, o estilo de construção buscou recriar a aparência germanizada dos primórdios da cidade. A fachada, que imita a técnica de enxaimel, é conhecida entre os arquitetos como “falso enxaimel”, ou como neoenxaimel, pois apenas simula a

aparência das antigas casas, mas não utiliza a técnica.

A edificação é considerada um dos principais atrativos turísticos de Brusque.

Localização: Praça das Bandeiras, nº 77, em frente à Praça do Sesquicentenário. Centro. Brusque.



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Observatório Astronômico de Brusque

*Die Sternwarte liegt im Kloster Heiliges Herz Jesu und wurde 1979 eröffnet.*

O Observatório Astronômico de Brusque foi inaugurado em 3 de novembro de 1979, no Convento Sagrado Coração de Jesus, numa iniciativa dos padres Pedro Canísio Rauber e Tadeu Cristovam Mikowski. Inicialmente foi denominado Observatório Kappa Scorpii, em alusão a uma das estrelas representadas na constelação do Escorpião. É considerado uma referência nacional na área de pesquisa e divulgação da astronomia e ciências afins.

Em 1987 foi criado o Grupo de Estudos Astronômicos Antares, ligado ao Observatório.

Com o crescente interesse dos estudantes e da própria comunidade em torno das atividades do Observatório, em 19 de março de 1988, e com o apoio do então Pe. Tadeu Cristovam Mikowski, foi fundado o Clube de Astronomia de Brusque - CAB, numa junção do Observatório Kappa Scorpii e do Grupo de Estudos Astronômicos Antares.

O Observatório é bastante procurado por escolas, e funciona como um complemento do conteúdo visto em sala de aula.

O Observatório Astronômico é aberto ao público todo segundo e terceiro sábados de cada mês, das 20h às 24h, se houver condição atmosférica favorável, com entrada gratuita.

Localização: Avenida das Comunidades, nº 111 – Centro. Brusque.



## RPPN Chácara Edith

*„Chácara Edith“ ist ein privates Naturschutzgebiet und hat eine Gesamtfläche von 509,32 Hektar. Ungefähr 95% dieses Gebietes ist vom Atlantischen Regenwald bedeckt.*

A Chácara Edith é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. Tem uma área de 415,79 hectares, inserida dentro de uma área total de 509,32 ha de propriedade. Aproximadamente 95% dessa área é de Mata Atlântica.

A RPPN Chácara Edith é fruto do histórico trabalho de preservação da natureza feito desde 1930 pelo jovem Willy Hoffmann, que convenceu seu pai, proprietário das terras, a abandonar a exploração de madeira e permitir a regeneração da mata nos locais devastados.

Em 5 de junho de 1982, a

Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA) de Santa Catarina premiou o esforço da família em defesa do meio ambiente, conferindo a Willy Hoffmann o Troféu Fritz Muller. No início de 2001, o prefeito da época baixou um decreto para desapropriar toda a área para fazer ruas e loteamentos. Para manter o local preservado, a família decidiu transformar a propriedade em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Desde 2006, a RPPN Chácara Edith possui o título de Posto Avançado de Reserva

da Biosfera da Mata Atlântica conferido pela Unesco. Lá podemos encontrar córregos que nascem dentro da propriedade e diferentes espécies nativas, algumas delas raras como lontra, gato-maracajá, bugio, tamanduá-mirim, tatu-de-rabo-mole, gralha-azul, garça-moura, etc.

Mediante agendamento prévio, a Reserva recebe escolas, universidades e pesquisadores para observação da fauna e da flora, e para pesquisas científicas.

Localização: Rua Carlos Cervi nº 300. Centro II - Brusque.



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

*Brusque hat seit 1992 einen Tiergarten. Er umfasst eine Fläche von rund um 120.000m<sup>2</sup>. Der 3.200 Meter lange gepflasterte Weg zwischen Natur und Gehege bietet eine schöne Möglichkeit zum Spazieren und zur Entspannung.*

A Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, conhecida como Parque Ecológico e Zoobotânico Padre Raulino Reitz em homenagem ao grande naturalista catariense, foi inaugurada no dia 19 de setembro de 1992. Localizado em uma região estratégica da cidade, o Zoobotânico está inserido em uma área de vegetação específica da região, que forma um corredor ecológico que liga a cidade, do bairro Guarani, até o município de Guabiruba.

O Zoobotânico de Brusque

compreende um complexo de 120.000 metros quadrados. Em meio à mata nativa, estão inseridos recintos de exposição de fauna, exibindo desde répteis, aves e mamíferos naturais desta região, até espécies exóticas.

Por meio do programa de educação ambiental, o Zoobotânico atende cerca de 40.000 alunos anualmente, gerando educação ecológica e visando o despertar da consciência para o papel do indivíduo no contexto ambiental que lhe envolve.

Mais que opção de turismo, o Parque Zoobotânico trabalha para conservar espécies. O lugar é centro de pesquisas científicas e acolhe animais silvestres vítimas de agressão e até mesmo animais livres se abrigam e se reproduzem no lugar. Uma trilha pavimentada de 3.200 metros, toda à sombra, fica entre os recintos dos animais que conferem uma beleza ímpar ao lugar e é uma boa opção de passeio.

Localização: Rua Manoel Tavares, s/nº. Centro - Brusque.



## Parque Leopoldo Moritz – Caixa D'água

*Der Park hat 22.000m<sup>2</sup> und ist ein beliebtes Ausflugsziel für die städtische Bevölkerung und für Touristen.*

O Parque Leopoldo Moritz, popularmente conhecido como parque da Caixa D'água, está localizado na região central da cidade, e desde 1960 é um local de encontro e lazer dos moradores de Brusque.

Com área de 22 mil m<sup>2</sup>, o Parque é cercado por árvores

que garantem boa sombra, orquidário, bromeliário, rodas d'água, lago com peixes, ponte pênsil, parque infantil, quiosques e sanitários. Uma das atrações é o Avião North American T-6D, instalado na entrada do Parque e que já foi um importante cartão postal

da cidade.

O Parque é um importante atrativo turístico da cidade e recebe moradores, visitantes e grupos escolares para atividades ao ar livre e piqueniques.

Localização: Rua Dr. Penido. Centro. Brusque.



## Terminal Rodoviário Alvim Battistotti

*Der Busfernbahnhof wurde im Jahr 1990 gebaut und nach dem ehemaligen Besitzer des „Expresso Brusquense“, Alvim Battistotti, benannt.*

O prédio do terminal rodoviário foi inaugurado em 5 de agosto de 1990, e denominado Terminal Rodoviário Alvim Battistotti, em homenagem ao proprietário do Expresso Brusquense, que fazia transporte entre cidades.

O projeto do terminal é do arquiteto Rubens Aviz e assume caráter pós-moderno com

elementos historicistas. Sua estrutura é linear e marcada por dois pórticos na fachada principal. Possui detalhes que se referem à cultura germânica.

É revestido em partes por pedras, e a cor verde-clara é a utilizada em sua pintura. As esquadrias são marrons, assim como o guarda-corpo da

escada e do mezanino do segundo pavimento – esses em especial possuem travamento em X, o que remete ao enxaimel.

A edificação é considerada um atrativo turístico de Brusque.

Localização: Rua Manfredo Hoffmann, 92. Centro. Brusque.



## Terminal Rodoviário Urbano Balthazar Bohn

*Der Busbahnhof bekam seinen Namen zu Ehren von Balthazar Bohn.  
Bohn besaß in den 40er und 50er Jahren ein Busunternehmen,  
das die Fabrikarbeiter zu ihren Arbeitsstätten fuhr.*

O prédio do terminal urbano de transporte coletivo foi inaugurado no dia 30 de abril de 2005 e originalmente denominado como Terminal Urbano Francisco Roberto Dal'Ígna. Pela lei nº 2.874, de 28 de setembro de 2005, passou a ser denominado Terminal Rodoviário Urbano Balthazar Bohn, em homenagem ao pioneiro do transporte coletivo urbano de Brusque

que, com seu “circular”, fazia o transporte de operários das fábricas durante as décadas de 1940 e 1950. A edificação foi projetada no estilo construtivo pós-moderno. O Terminal Urbano Balthazar Bohn veio para substituir o antigo terminal urbano da cidade, um simples galpão, e sua arquitetura buscou refletir a cultura alemã do município.

Sua forma assemelha-se a

um L, e a entrada é bem marcada pelo volume central. As telhas são do tipo germânica, e a estrutura do telhado é feita por treliças. O local é revestido por tijolinhos e suas esquadrias são de cor marrom.

A edificação é considerada um atrativo turístico de Brusque.

Localização: Rua Prefeito Germano Schaefer, 73. Centro. Brusque.



## Arena Multiuso Antônio Neco Heil

*Die Sporthalle hat eine Gesamtfläche von 14.000 m<sup>2</sup> und bietet insgesamt 12.000 Zuschauerplätze. In der Arena finden Konzerte, Shows und Sportveranstaltungen statt.*

A Arena Multiuso Antônio Neco Heil foi inaugurada no dia 16 de agosto de 2005 e recebeu esse nome em memória ao ex-prefeito de Brusque Antônio Heil.

A fachada da construção é conhecida entre os arquitetos como “falso enxaimel”, pois busca lembrar as antigas construções que utilizavam o sistema de edificação empregado pelos alemães e, com isso, reafirmar uma identidade e trazer à memória a história da colonização de Brusque.

O espaço conta com uma área total de 14.000 m<sup>2</sup>, com

capacidade para 4.250 pessoas sentadas e 12 mil pessoas em shows, quadras especiais para futsal e handebol, vôlei e basquete. Possui estacionamento para 7 mil veículos e foi projetada com condições de receber todos os tipos de eventos esportivos, inclusive apresentações musicais.

A Arena já foi palco de grandes eventos esportivos, como campeonatos nacionais de vôlei e futsal, além de sediar jogos em nível nacional e internacional de campeonatos mundiais de basquete, vôlei, futsal e handebol. Também é o principal espaço da

cidade para campeonatos estaduais e regionais.

O espaço, que já recebeu jogos da Superliga de Vôlei, jogos de futsal do Brasil, e jogos de basquete e handebol, garante à comunidade brusquense um espaço próprio, com infraestrutura adequada, para a prática de esportes e realização de campeonatos de várias modalidades.

A edificação é considerada um importante atrativo turístico de Brusque.

Localização: Rua Deputado Gentil Battisti Archer. Centro 2. Brusque.



## Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof

*Die Festhalle in Brusque ist eine 1991 erbaute repräsentative Mehrzweckhalle mit über 12.000 m<sup>2</sup>. Heutzutage findet jährlich in der Halle das Volksfest „Fenarreco“ statt. Die Mehrzweckhalle wurde zu Ehren von Maria Celina Vidotto Imhof, ehemalige Lehrerin und jahrelang Mitgestalterin des Festes, benannt.*

O Pavilhão foi inaugurado em 1991 e sua construção foi impulsionada pelo sucesso da principal festa de Brusque, a Fenarreco - Festa Nacional do Marreco, realizada pela primeira vez em 1986, no Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque. Após três edições, o espaço ficou pequeno e a quarta edição já foi realizada, embaixo de lonas, no espaço onde viria a ser construído o pavilhão, que se tornou a sede oficial da Fenarreco.

Em setembro de 1992 a

edificação foi denominada Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof, em homenagem à professora que fez parte do grupo que criou a Fenarreco e trabalhou nas primeiras edições da festa, ajudando na decoração, na contagem dos tickets e na cozinha.

Com estrutura que busca lembrar as antigas construções que utilizavam o sistema de edificação usado pelos alemães, e fachada que imita a técnica de enxaimel, o pa-

vilhão possui uma área superior a 12 mil metros quadrados de construção, amplo espaço para estacionamento, e hoje é o principal local para eventos da cidade. O prédio passou por ampla reforma em 2018.

A edificação é considerada um dos principais atrativos turísticos de Brusque.

Localização: Rua Deputado Gentil Battisti Archer, ao lado da Rodovia Antônio Heil. Centro 2. Brusque.

Foto: Rosemari Glatz



## Museu Histórico e Geográfico do Vale do Itajaí-Mirim/Casa de Brusque

*Der Freundeskreis der Stadt Brusque ist der Träger des im Jahr 1953 gegründeten Historischen Museums „Tal“. Das Museum beherbergt eine Sammlung zahlreicher historischer Dokumente, Zeitungen und Gegenstände aus der Zeit der Kolonisierung Brusques.*

A Sociedade Amigos de Brusque, que mantém o Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim- SAB/Casa de Brusque, foi fundada em 4 de agosto de 1953 por Ayres Gevaerd. A maior parte dos artefatos foi adquirida nos anos de 1960 e 1970 e o acervo está aberto à visitação pública desde 1970.

A partir de 1973, o espaço passou a ser denominado Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. No Museu está guardada grande parte do acervo documental, fotográfico, bibliográfico e de objetos da história do Vale do Itajaí-Mirim, peças que retratam o cotidiano dos moradores desde a colonização de Brusque e região, bem como edições muito antigas de jornais que já circularam no município. Os acervos estão disponíveis para consultas e pesquisas, e o Museu promove ações educativas para escolas públicas e privadas e desenvolve visitas guiadas para grupos me-

diante agendamento.

Em 1994, o Rotary Clube homenageou Ayres Gevaerd com um busto de bronze, que se encontra implantando em frente à Casa de Brusque, onde também encontramos a estátua feita em comemoração ao 50º aniversário da Fundação da Colônia, apelidada de Joana. Inicialmente, a estátua havia sido implantada em frente ao Palacete da Família Renaux, onde fica a atual Praça Barão de Schneeburg.

Desde 1998, o Museu abriga os restos mortais de Francisco Carlos de Araújo Brusque, Presidente da Província de Santa Catarina quando da fundação de Brusque, em 4 de agosto de 1860. Seus restos mortais foram trasladados com honras de Chefe de Estado de Pelotas para Brusque por ocasião dos festejos dos 138 anos da cidade, e descansam sob a lápide original, esculpida em mármore de Carrara há mais de um século.

A edificação da Casa de Brusque é uma remontagem no sistema construtivo enxaimel, sendo a única neste estilo no centro da cidade, e representa uma das heranças da imigração alemã. A construção que abriga o Museu fica nos fundos do terreno.

Localização: Avenida Otto Renaux, 285. Centro.

Foto: Rosemari Glatz





Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Instituto Aldo Krieger - IAK

*Die gemeinnützige Aldo-Krieger-Stiftung wurde am 05. Juli 2002 gegründet.*

*Die Stiftung fördert und pflegt das Andenken an den Dirigenten*

*Aldo Krieger und verwaltet den Nachlass seiner Werke.*

O Instituto foi criado no dia 5 de julho de 2002. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, que preserva a história da vida e obra desse grande músico, promove e apoia atividades de manutenção, conservação e divulgação do acervo e obra do maestro, que na cidade ficou conhecido por Aldinho.

Uma de suas obras é o Hino do Centenário de Brusque que acabou se tornando

o Hino de Brusque.

Desde sua inauguração, o Instituto Aldo Krieger tem servido como palco das mais diversas ações em prol da cultura e, ao mesmo tempo, mantém viva a história do músico brusquense, reconhecido e aclamado no país e considerado um dos maiores expoentes musicais da cidade e também é referência histórica para o município.

O espaço conta com com-

posições originais, instrumentos, fotos, documentos, prêmios e tudo que lembra o ilustre maestro e abre para visitas.

Implantada na área central, a edificação é considerada um importante patrimônio histórico de Brusque, pois na casa viveu o maestro Aldo Krieger.

Localização: Rua Paes Lemes, nº 63. Centro - Brusque.



## Complexo de Azambuja

*Der Gebäudekomplex von Azambuja beherbergt eine Reihe historischer Gebäude, unter anderem die Azambuja Kirche, die Grotte, den Rosenkranzweg, das Erzdiözesanmuseum, das Krankenhaus und das Priesterseminar. Das Azambuja-Tal ist auch Wallfahrstort und empfängt jährlich tausende Pilger.*

Conhecido também como “Vale do Azambuja, Vale dos Milagres ou Vale de Graças”, o Complexo de Azambuja abriga o Santuário de Azambuja, a Gruta, o Morro do Rosá-

rio, o Museu Arquidiocesano, o Hospital e o Seminário, formando um conjunto de construções históricas muito importantes para Brusque e região. Devido ao seu im-

portante complexo histórico, social, religioso e cultural, o Vale de Azambuja é local de peregrinações de turistas e devotos de inúmeros lugares do Brasil.

Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira



## Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio

*Im Herzen des Azambuja-Tals gelegen, ist die Kirche ein wichtiger Wallfahrtsort in der Region und wegen seiner Architektur und Repräsentation des katholischen Glaubens ein wichtiger Teil der Identität der Stadt Brusque.*

Desde 1876, sobre a fonte que corre no interior da Gruta de Nossa Senhora de Azambuja havia um Capitelô; ali está o alicerce que embasou o santuário atual. A primeira capela foi edificada em 1884.

Em 1892, é construída uma nova capela e este ano também marca o paroquiato do padre Eising. A partir da última década do século XIX, Azambuja começa a ser uma referência e centro de peregrinações.

O Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio de Azambuja foi elevado à dignidade de Santuário Episcopal em 1º/09/1905, sendo o primeiro Santuário Episcopal de Santa Catarina.

É considerado um ponto de parada obrigatório de turistas de todo o Brasil que pagam promessas e fazem pedidos a Nossa Senhora, ou param apenas para conhecer o local.

A pedra fundamental do atual Santuário foi lançada

em 8/12/1939. A decisão partiu dos padres, o responsável foi o reitor, Padre Bernardo Peters.

O projeto é do arquiteto alemão Simão Gramlich, e Helmut Kress foi o responsável pelo alicerce. José Bolognini foi um dos responsáveis pelas paredes, e Vicente Schöning, pela carpintaria. Várias colunas internas, com arcos entre elas, remetem à Arquitetura Romântica.

No exterior da igreja percebem-se as estruturas denominadas de ambulatorios, que auxiliam na sustentação das abóbodas e arcos, e demarcam um local de circulação, um movimento que revivifica características do gótico e barroco.

A edificação conta com duas torres frontais de 40 metros de altura que marcam a face frontal da igreja.

Outra característica é a estrutura marcada pelas três naves, sendo a principal com dimensões de 45 metros de

comprimento, 16 metros de largura e 20 metros de altura.

O altar-mor em mármore, dois altares – Sagrado Coração de Jesus e Imaculada Conceição e duas capelas laterais - São Judas e Santo Antônio, quatro confessionários, um púlpito, 72 bancos de madeira, são outros diferenciais.

O interior da igreja é adornado por belíssimas pinturas no teto e um riquíssimo trabalho de marcenaria.

O altar em mármore, as imagens dos santos e vitrais coloridos nos mais diversos formatos trazem iluminação e representações de cenas bíblicas.

Instalada em pleno coração do Vale do Azambuja, a igreja é um importante local de peregrinação e parte importante da identidade de Brusque, por sua arquitetura e a representação da fé católica.

Localização: Rua Azambuja, nº 1076. Bairro Azambuja.



## Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

*Das „Dom Joaquim“ Museum beinhaltet eine Sammlung von etwa 4.000 Objekten. Die Sammlung lässt sich in drei unterschiedliche Bereiche teilen: Naturgeschichte, sakrale Kunst und Geschichte der Einwanderung in Brusque und Santa Catarina.*

O Museu de Azambuja conta com um amplo espaço e as peças estão divididas entre os três andares do prédio. O primeiro andar é destinado à história natural. O segundo andar abriga os artefatos da arte sacra. E o terceiro conta com peças históricas da colonização da região de Brusque.

O espaço do museu foi criado em 1933, com o propósito inicial de contribuir na formação cultural e histórica dos seminaristas. Era um espaço

a mais que, ao contar a história dos que habitaram a região e exibir artefatos usados no passado, contribuía para a formação integral dos futuros padres. Ao longo dos tempos os padres foram enriquecendo o acervo, com coleções variadas. Na década de 1950 o Pe. Raulino Reitz enriqueceu o acervo ao acrescentar inúmeras peças de artes sacras.

Hoje o museu possui aproximadamente 4 mil peças, sendo considerado um dos

maiores e mais completo museu de Arte Sacra popular do Brasil.

Instalado em pleno coração do Vale do Azambuja, o Museu Arquidiocesano Dom Joaquim é um local de grande valor histórico e cultural. O prédio é um dos mais históricos e significativos de Brusque, pois serviu como primeiro hospital da cidade.

Localização: Rua Azambuja, nº 960. Bairro Azambuja.



## Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux

*Die im Azambuja-Tal gelegene Krankenhausanlage umfasste früher ein Altenheim, ein Kinderhaus und ein Irrenhaus. Im Laufe seiner Geschichte wurde das Gebäude mehrmals umgebaut und erweitert, um den Anforderungen neuer medizinischer Geräte und Verfahren gerecht zu werden. Das Erzdiosänkrankenhaus wurde am 11. März 1936 eröffnet. Das heutige Gebäude umfasst eine Fläche von 10.800 m<sup>2</sup> und ist in drei Stockwerke aufgeteilt. Der ehrwürdige Unternehmer und Konsul Carlos Renaux spendete eine bedeutende Summe für den Bau des Krankenhauses.*

Em 1901 foi fundada, em Azambuja, a Santa Casa de Misericórdia para acolher pessoas doentes e toda sorte de desvalidos. Mas os atendimentos passaram a ser mais frequentes a partir de 1902 quando as Irmãs da Divina Providência, recém-chegadas da Alemanha, assumiram os cuidados do hospital. A casa foi inaugurada em 29/06/1902. Ainda não havia médicos, e os atendimentos eram realizados pelas religiosas. Além do hospital, a San-

ta Casa também abrigava um asilo, um orfanato, escola paroquial, escola catequética, e ala de psiquiatria.

Em 1910, a seção hospitalar da Santa Casa ganhou autonomia com a finalização de uma construção própria, e hoje o antigo prédio abriga o Museu Arquidiocesano. O atual prédio do Hospital foi erguido na administração de Dom Jaime de Barros Câmara.

A construção, de 10.800 m<sup>2</sup>, teve início em 1933. O edifício foi inaugurado em

11/03/1936. Com a nova edificação, o hospital e o seminário foram separados definitivamente.

Ao longo da sua história, a edificação sofreu diversas alterações e ampliações. Instalado em pleno coração do Vale do Azambuja, o HACCR é um local de grande valor histórico e social para a comunidade regional.

Localização: Rua Azambuja, nº 1089. Bairro Azambuja. Brusque.



## Gruta de Nossa Senhora de Azambuja

*Neben der Kirche befindet sich auch die Grotte Unserer Lieben Frau von Lourdes. Aus der Grotte entspringt eine Quelle, die schon 1876 von den italienischen Einwanderern sehr geschätzt wurde.*

No início, a fonte de Azambuja indicou o núcleo da localidade, o ponto da coesão comunitária. Ainda em 1876, logo após a chegada dos imigrantes italianos, a fonte foi coberta e virou oratório. A Gruta, na forma em que se encontra hoje, foi construída entre 1927 e 1928.

A obra foi liderada pelo Padre Jaime de Barros Câmara.

A padroeira do Seminário determinaria a escolha do título mariano da gruta: Nossa Senhora de Lourdes.

Sobre a gruta há uma capela, em que encontramos o quadro de Nossa Senhora de Caravaggio. A Gruta sempre foi muito frequentada pelos moradores de Brusque e pelos visitantes em geral. Muitos devotos entram no local

para beber da água e levar para casa, acendem velas para pagar suas promessas, e oferecem flores. Uma fonte de água natural corre sem cessar no interior da gruta. Instalada em pleno coração do Vale do Azambuja, a Gruta de Nossa Senhora é um local de grande valor histórico e religioso.

Localização: Rua Azambuja, nº 960. Bairro Azambuja.



## Seminário de Azambuja

*Das Priesterseminar im Azambuja-Tal ist ein Ort von großer Bedeutung für die Erzdiözese Florianópolis. Hier werden die zukünftigen Seelsorger ausgebildet und gehen von hier aus zu Missionen.*

O Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes, também conhecido como Seminário de Azambuja, foi criado por Dom Joaquim Domingues de Oliveira em 11/02/1927. Visando ao aprofundamento da vocação cristã e o discernimento da vocação presbiteral pela formação integral em todas as dimensões humanas, foi transferido de Florianópolis para Brusque no dia 21/04/1927.

No início o Seminário ocupou o sótão do prédio do hospital. A partir de 11/03/1936, com a inauguração do prédio próprio do Hospital Arquidio-

cesano, o seminário passou a ocupar todo o prédio onde já se encontrava instalado.

Em 15/08/1957 foi lançada a pedra fundamental do novo prédio. A ideia, a responsabilidade pela captação de recursos, e a alma da construção do Seminário foi do padre alemão Guilherme Kleine. O projeto foi assinado pelo engenheiro Antônio Ávila Filho e a execução coube a João Martin Backes. Em agosto de 1960, com metade da obra concluída, os seminaristas passaram a ocupar parte do novo prédio. A edificação, com capacidade para abrigar

200 alunos, foi inaugurada em 7/09/1964. O seminário abriga duas etapas formativas na atualidade: Seminário Menor e Seminário Maior na etapa discipular.

Instalado em pleno coração do Vale do Azambuja, o Seminário é um local de grande valor educacional, formativo, onde a Arquidiocese de Florianópolis tem o seu coração, pois dali sairão os sacerdotes para todas as missões desenvolvidas por padres na Arquidiocese.

Localização: Rua Azambuja, nº 1076. Bairro Azambuja.



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Morro do Rosário Azambuja

*Der Rosenkranzweg neben der Kirche stellt die fünfzehn Mysterien des Rosenkranzes dar. Mit Kerzen und Rosenkranz in der Hand steigen Gläubige die Berge hinauf und bitten Gott um Schutz für Familie und Haus.*

Ao lado do Santuário de Azambuja, na encosta do morro encontramos um caminho que reproduz os 15 mistérios do rosário. Em cada um deles encontramos uma estátua ou grupos de estátuas feitas de cimento, em tamanho natural.

A construção começou em 1949 e foi concluída em 1954.

O Monumento que apresenta o último dos Mistérios Gloriosos, a Coroação da Virgem Maria pela Santíssima Trindade, implantado no alto da colina, foi inaugurado na noite de 14/08/1950.

Em 1954, centenário da

proclamação do dogma da Imaculada Conceição, o conjunto do Morro do Rosário estava completo.

Os Mistérios do Rosário estão assim organizados: Mistérios Gozosos: Anunciação, Visita à Santa Isabel, Nascimento de Jesus em Belém, Apresentação de Jesus no Templo, Perda e Encontro de Jesus no Templo. Mistérios Dolorosos: Agonia de Jesus no Horto, Prisão e flagelação, Coroação de Espinhos, Carregamento da Cruz pelo Calvário, Crucificação e Morte. Mistérios Gloriosos: Ressurreição,

Ascensão, a Vinda do Espírito Santo, a Assunção de Nossa Senhora, e a Coroação de Maria.

No Morro do Rosário ainda faltam os Mistérios Luminosos, instituídos pelo Papa São João Paulo II em 2002.

Em 1990 as imagens foram substituídas.

Em 2006, as imagens foram repintadas e o monumento do 15º mistério - Coroação de Nossa Senhora, foi restaurado.

Localização: R. Padre Antônio Eising, 182. Bairro Azambuja.



## Villa Quisisana

*Die Villa Quisiana wurde 1932-1934 vom deutschen Architekt Simon Gramlich für die Familie von Buettner erbaut. Flankiert von großen und imposanten Toren, die die Villa schützen, behält die zweistöckige Residenz noch ihre ursprüngliche Struktur. Sie hat eine große historische Bedeutung, sowohl wegen ihrer Architektur, als auch wegen der Möbel und vor allem wegen der Uhren, die fast in allen Zimmern des Hauses zu sehen sind. Das Bauwerk zählt zu den wichtigsten architektonischen Denkmälern der Stadt Brusque.*

Construído entre 1932 e 1934, o palacete foi projetado pelo arquiteto alemão Simão Gramlich para servir de residência da família de Edgar Von Buettner. Dotada de características peculiares e implantada em pleno coração de Brusque, a casa foi inspirada em uma residência na Grécia. O imóvel foi batizado Villa Quisisana, que significa Vila da Felicidade.

Ladeada por grandes cercas e imponentes portões que protegem a mansão, a residência de dois pavimentos mantém a estrutura original, apesar de algumas pequenas reformas no sistema elétrico e energético, e possui grande relevância histórica, tanto pela sua arquitetura, quanto pelo mobiliário, quanto pela riqueza estética dos objetos antigos, principalmente os

relógios que existem praticamente em todos os cômodos.

O casarão foi centro de inúmeros encontros e reuniões da sociedade brusquense, e é de propriedade dos descendentes de Iris Renate Von Buettner Pastor. A edificação é considerada um dos patrimônios históricos de Brusque.

Localização: Rua Rodrigues Alves, 270. Centro



## Igreja Matriz São Luis Gonzaga

*Der Bau der neuen katholischen Kirche wurde Anfang der 70er Jahren fertig gestellt. Sie umfasst eine Fläche von 1.375m<sup>2</sup> und wurde nach Plänen des Deutschen Gottfried Böhm gebaut.*

A pedra fundamental foi lançada em 4/04/1955, com grande festa popular, mas somente em 1962 é que as celebrações das Santas Missas começaram a ser realizadas na nova Matriz. A obra foi concluída no início da década de 1970, com a construção da Torre sobre a escadaria.

Com 1.375,05 m<sup>2</sup> de área construída e capacidade para abrigar duas mil pessoas, o projeto do arquiteto alemão Gottfried Böhm se destaca pelo arrojo da planta simples e pela reinterpretação dos elementos da liturgia católica.

A volumetria clara e bem marcada são um dos atributos

da edificação, que mistura características góticas e românicas, tira partido da topografia local e evidencia a monumentalidade da mesma.

A torre dos quatro sinos se conecta ao volume principal que é um prisma retangular. A nave central tem 13 metros de largura, sendo coberta pela abóboda maior que atinge 26,4 metros de altura. A abóboda avança para além da igreja, conectando-se com a torre dos sinos, somando 82,3 metros de comprimento.

No interior da igreja há duas fileiras de pilares esbeltos, e a sobriedade de elementos interiores atende a características do Movimento



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

da Reforma Litúrgica.

A iluminação acontece por janelas pivotantes laterais, por vitrais frontais e traseiros onde encontramos símbolos do cristianismo, e também pelas aberturas superiores.

As 25 mil pedras utilizadas na construção são diferentes entre si. O altar é uma peça de arte em meio à igreja. Esculpidas em granito, as doze colunas existentes representam os doze apóstolos.

A edificação é considerada um dos principais patrimônios e atrativos turísticos de Brusque.

Localização: Rua Padre Gattone, 75. Centro.



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Igreja Evangélica Luterana Paróquia Bom Pastor

*In der evangelischen Kirche kann man eine Kopie des Bildes „Kreuzabnahme Jesu“ des Deutschen Malers Peter Paul Rubens bewundern. Es war ein Geschenk von Victoria Adelaide, Königin von Preußen, an die evangelische Gemeinde der Kolonie Brusque. Die Kirchenorgel ist mit 1200 Pfeifen ausgestattet. Die evangelisch-lutherische Kirche im Zentrum der Stadt zählt zu den ältesten Gebäuden Brusques.*

Localizada na Colina Evangélica, sua posição privilegiada fortalece o conceito de ser um dos mais importantes elementos de identidade de Brusque, pois a sua história é também a história da cidade. Uma cópia do quadro “A descida da Cruz”, do famoso artista alemão Peter Paul Rubens, doado pela Rainha da Prússia, decora a casa de oração e foi o principal ornamento do altar da antiga igreja, inaugurada em 1872.

Em 3/05/1894 foi lançada a pedra fundamental da atual edificação. A igreja, que conta com dois sinos, um instalado em 1895, e outro em 1928, foi

inaugurada em 6/01/1895.

Em 1942 foi renovada, com ampliação das laterais e do altar. O projeto de ampliação foi assinado pelo alemão Simão Gramlich.

Um dos detalhes que mais chama a atenção do projeto é a acústica do espaço, que abriga um órgão de 1.200 flautas, inaugurado em 9/08/1960, ano em que também foi renovada toda a cobertura.

A igreja recebeu mais uma reforma, do piso ao telhado, em 1978-79 e, no ano de 2014, foi realizado o restauro do telhado, das paredes e do forro.

O estilo da arquitetura tem

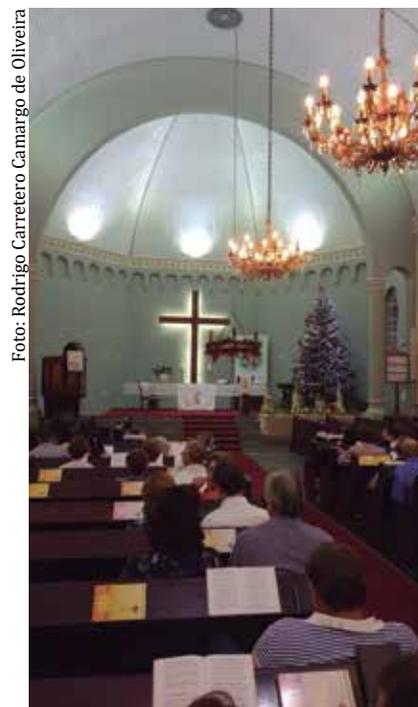


Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

ligação com a cultura trazida pelos alemães. Na edificação há evidências dos estilos neoclássico, românico e neogótico. Os vitrais próximos ao altar, bem assim como a rosácea, são características encontradas em igrejas góticas que utilizam a luz para conferir espiritualidade.

A edificação é considerada um dos principais patrimônios históricos de Brusque.

Localização: Avenida Monte Castelo, 25. Centro.

Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira





## Cemitério da Comunidade Evangélica Luterana

*Ein Besuch des Evangelischen Friedhofes lohnt sich. Einer der ältesten noch erhaltenen Grabsteine stammt aus dem Jahr 1908. Mehrere Grabschriften sind in deutscher Sprache verfasst.*

Foto: Rosemari Glatz



Um cemitério é um registro da história e cultura de uma cidade, e quando o primeiro grupo organizado de imigrantes alemães chegou a Brusque, com eles vieram os luteranos, conhecidos como protestantes. Naquela época, a religião oficial do Estado era a católica e, por uma questão cultural, os protestantes não podiam ser sepultados no mesmo cemitério onde estavam os católicos. Daí a necessidade de os luteranos terem o seu próprio campo santo.

A arquitetura do Cemitério Luterano é composta por túmulos de pequeno porte, com pouca estatuária, e raros ornamentos, com destaque para os símbolos decorativos e esculturas. Há valorização da inscrição de epitáfios - a escrita de uma frase em relevo no túmulo. Nas lápides anteriores à década de 1940, é possível encon-

trar diversos epitáfios escritos em alemão.

É o mais antigo cemitério do centro da cidade que ainda está preservado, e nele estão sepultados vários imigrantes pioneiros da indústria têxtil de Brusque, desde o tecelão, até o industrial.

Com relevância histórico-social, uma visita ao cemitério proporciona um turismo educativo que contempla cultura, memória, identidade e arte, entre outros tantos significados da vida social.

Pelos valores memoriais materiais e imateriais que encerra, de ampla significação histórica, social, ideológica, religiosa e política, este cemitério pode ser considerado um dos patrimônios históricos de Brusque, inclusive com potencial turístico.

Localização: Rua Alberto Torres, 140. Centro.



## Antiga Maternidade Evangélica

*Die Bauarbeiten an der alten evangelischen Entbindungsklinik begannen 1937 mit finanzieller Unterstützung des würdigen Konsuls Carlos Renaux. Am 20. März 1938 wurde feierlich die alte evangelische Entbindungsklinik eröffnete. Im Jahr 1963 wurde der Neubau der evangelischen Entbindungsklinik und des Krankenhauses eingeweiht. Die ersten Krankenschwestern hießen Margarethe Spieweg aus Deutschland und Frau Martha Meinhoefner. Dr Carlos Moritz war einer der ersten Ärzte im evangelischen Krankenhaus. Damals wurden die Geburten von Hebammen begleitet und der Arzt wurde nur bei Komplikationen gerufen. Ein großer Teil der Bevölkerung von Brusque erblickte das Licht der Welt in dieser Entbindungsklinik. Das alte Gebäude der Entbindungsklinik beherbergte ab 1963 andere Einrichtungen. Zwischen 1965 und 1976 diente das große Haus als „Bom Pastor“ Kindergarten und auch als Herberge für Schüler. Danach wurde es an INAMPS (Bundesinstitut für soziale Sicherheit und medizinische Hilfe) vermietet. Schließlich diente es bis 2013 als Stadtbibliothek.*

Inaugurada em 20/3/1938, a antiga maternidade serviu à comunidade regional até 1963. A Comunidade Evangélica doou o terreno à Associação das Damas de Caridade para a instalação da Maternidade e em 5/01/1937 teve início a construção. Em homenagem ao seu idealizador, a instituição recebeu o nome de Associação Hospitalar e Maternidade Cónsul Carlos Renaux.

As primeiras “Schwester” (enfermeiras) foram a alemã Margarethe Spieweg, e a Frau Martha Meinhoefner.

Um dos primeiros médicos foi o Dr. Carlos Moritz. Os partos eram realizados por parteiras e o médico só era chamado em casos complicados. Grande parcela da população de Brusque nasceu nesta maternidade.

A partir de 1963 o casarão abrigou diversas entidades,

entre elas, o Jardim de Infância Bom Pastor, um albergue para estudantes, o INAMPS e por fim, a Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral até 2013.

Arquitetonicamente, a edificação é erudita e permeia entre os conceitos Art Deco e Protomodernista. A edificação é considerada um dos patrimônios históricos de Brusque.

Localização: Rua Pastor Sandrescky. Centro



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Tiro de Guerra de Brusque

*In Brasilien besteht für Männer ab dem 18. Lebensjahr Wehrpflicht. Der Grundwehrdienst dauert in der Regel zwölf Monate. In Brusque werden hauptsächlich Schützen ausgebildet.*

O Tiro de Guerra de Brusque foi fundado em 8/12/1916. Denominado TG 317, inicialmente ocupou a Sociedade de Caça e Tiro, o “Schützenverein Brusque”.

O primeiro desfile do Tiro de Guerra foi realizado em 15/07/1917. Suas atividades foram suspensas por aproximadamente uma década após a assinatura do armistício da I Guerra Mundial em 11/11/1918. Em 1928 foi reativado por organização da própria comunidade brusquense, passando a ocupar uma das dependências da

prefeitura.

A sede atual foi construída em 1941, e foi financiada por diversas empresas e pessoas. A edificação segue a linha da arquitetura oficial do Estado de Getúlio Vargas, o Art Déco. Observa-se também influências protomodernas. Ao longo do tempo a edificação sofreu algumas reformas, mas diversas características ainda permanecem desde a construção, como a frase “Tudo pela grandeza do Brasil” sugerida pelo tesoureiro do Conselho Deliberativo, Erico Krieger, em assembleia geral ordinária

realizada no dia 4/09/1940.

Em 1945, o Tiro de Guerra de Brusque passou a se chamar TG 170. Em maio de 1979, recebeu a denominação de TG 05-005, que permanece até hoje.

A edificação do Tiro de Guerra é o primeiro imóvel registrado no Livro de Tombs de Brusque como Patrimônio Histórico material da cidade. A solenidade de tombamento da construção como patrimônio histórico ocorreu em 12/12/2012.

Localização: Rua Felipe Schmidt, nº 455. São Luiz.



## Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque

*Gegründet im Jahr 1866 ist der Schützenverein „Caça e Tiro Araújo Brusque“ der älteste noch bestehende Schützenverein Brasiliens. Der Verein liegt an der berühmten Hercílio Luz Straße in Brusque. Früher diente die Straße als „Pferderennbahn“.*

Por ser uma edificação instalada numa das ruas mais tradicionais da cidade, a história deste clube se funde com a própria história de Brusque.

Inicialmente conhecido como “Schützenverein”, o clube tinha como principal objetivo preservar a cultura alemã e para isso anualmente realizava a tradicional “Schützenfest”, a Festa dos Atiradores. Por força da campanha de nacionalização, em 1941 o “Schützenverein Brusque” passou a ser denominado de Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque, numa homenagem

ao Presidente da Província de Santa Catarina que criou a Colônia Itajahy-Brusque em 1860. A rua onde está implantado o Clube invoca várias histórias da cidade, tais como: é o local onde foi erguida a primeira “cadeia pública”; foi a rua de excelentes ferreiros, da cervejaria do Lauritzen, do armazém de secos e molhados e padaria do velho Ristow, a rua da primeira queijaria, dos carpinteiros, de pintores, e de um famoso fabricante de carroças. A rua também era um espaço de lazer nos finais de semana, pois lá aconteciam as

famosas “carreiras”- corridas de carroça e cavalos e, por isso, no linguajar popular a via é conhecida por “rua das carreiras”.

O espaço do clube foi palco da primeira Fenarreco, que mais tarde veio a ocupar espaço privilegiado no calendário turístico da cidade.

Fundado em 14/07/1866, é o mais antigo clube de caça e tiro em atividade no país. A edificação é um importante patrimônio histórico de Brusque.

Localização: Rua Hercílio Luz – 180. Centro.



Foto: Rosemari Glatz

## Casarão de Dom Joaquim

*Das zwischen 1875 und 1880 erbaute Haus ist Zeuge vergangener Zeiten. Sein Standort war strategisch im wirtschaftlichen Knotenpunkt der damaligen Kolonie Brusque gelegen. Regionale Erzeugnisse wie Schnittholz, Maniokmehl und Zucker fanden seinen Weg zu den Großmärkten durch Cedro/Dom Joaquim.*

Estima-se que o Casarão Dom Joaquim foi construído por Davi Hort entre 1875 e 1880. Dividido em dois pavimentos e implantado no pulmão econômico de uma região rica pela produção de madeira serrada, farinha de mandioca e açúcar, a localização do casarão era estratégica para negócios.

O Coronel Guilherme Krieger, que possuía uma fazenda acima de Dom Joaquim, comprou o casarão. Entre 1915 e 1917, Otto Renaux, genro do Coronel Krieger, foi residir no

pavimento superior e assumiu a direção dos negócios do sogro. O casarão teve outros moradores e até um pequeno hotel para carroceiros e viajantes. Apesar do desgaste do tempo, a estrutura da edificação se mantém firme.

O fato mais importante da sua história é sua ligação com a Igreja Adventista. Consta que no Casarão, entre os anos de 1879 e 1880 foi aberto o primeiro pacote de literatura adventista no Brasil, o periódico *Stimme der Wahrheit*. A crença se espalhou e, em

1896, foi fundada a primeira igreja adventista em solo brasileiro, em Braunschweig, Gaspar Alto, região que naquele tempo pertencia a Brusque. Por ser considerado o “ninho” da Igreja Adventista do Brasil, a União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia requereu ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico o tombamento do casarão. A edificação é considerada um importante patrimônio histórico de Brusque.

Localização: Rua do Cedro, Dom Joaquim.



## Clube Esportivo Paysandú

*Am 30. Dezember 1918 kam es zur Gründung des Fußballvereins „Paysandu“. Im Jahr 1924 wurde das eigene Spielfeld offiziell eröffnet. Die Vereinsfarben sind grün und weiß.*

Fundado em 30/12/1918, nos primeiros tempos as reuniões aconteciam nas residências dos membros da diretoria, nas casas de sócios ou ainda em salões particulares. Em 1920, o Clube adquiriu personalidade jurídica.

Em 15/06/1924, o Paysandú comemorou a inauguração do estádio próprio, que foi batizado de “Praça de Desportos Coronel Carlos Renaux”, mais tarde denominado de Estádio Cônsul Carlos Renaux. Essa praça de esportes, que incluía também um Pavilhão do Clube, marcou o começo das suas atividades.

Em 4/09/1927 a bandeira oficial do Clube “Mais Querido” foi desfraldada pela primeira vez, evidenciando as cores verde e branco adotadas pelo Paysandú logo depois da fundação. No dia 22/10/2005, o Clube reinaugurou sua belíssima sede social. Novas reformas foram realizadas nos anos seguintes. O Paysandú dispõe de uma área superior a 16 mil m<sup>2</sup> e, passadas quase sete décadas da sua inauguração, a sede social permanece no mesmo endereço. Um prédio imponente e branco, com colunas frontais e detalhes em verde.

Bem no alto de sua fachada, em alto relevo, lê-se Clube Esportivo Paysandú e mais abaixo, Arthur Appel, nome que foi conferido à sede social em 2005. O estádio, com capacidade para aproximadamente 3.000 espectadores, completa o conjunto patrimonial que em 2018 completou seu centenário. O clube disputou o Campeonato Catarinense de futebol profissional até 1987. A edificação é considerada um importante patrimônio histórico de Brusque.

Localização: Rua Pedro Werner, nº 129. Jardim Maluche.



Foto: Rosemari Glatz

## Complexo Histórico Indústrias Renault

*Die Gebäude, aus dem sich das heutige „Renault Industriegelände“ zusammensetzt, stammen aus den dreißigern Jahren. Der Baustil ist vielseitig, aber es herrscht der Art Deco-Stil vor. Eines der herausragenden Merkmale des Gebäudes ist die korallen-orangene Farbe.*

Uma das mais importantes famílias ligadas à história econômica de Brusque é a Família Renault, cuja história começa em 1882 com a chegada, ao Brasil, de Carlos Renault, um homem visionário, negociador, empreendedor e político, e que com a família, prestou grande contribuição para a transição da Brusque colonial para a Brusque industrial.

Em 1892, Carlos Renault instalou uma pequena fábrica de tecidos com a mão de obra

e o conhecimento dos tecelões de Lodz. Iniciou as atividades fabris ao lado da sua casa de comércio, na principal rua da cidade, atual avenida Cônsul Carlos Renault. Passado algum tempo, Renault adquiriu um terreno na “Estrada dos Pomeranos”, hoje avenida 1º de Maio, no mesmo local onde ainda hoje se encontram as edificações da antiga Fábrica de Tecidos Carlos Renault S.A. Ali a família passou a levantar um verdadeiro império que,

dentre outros feitos, concedeu a Brusque o título de Berço da Fiação Catarinense.

A importância arquitetônica dos edifícios do Complexo Industrial Renault se evidencia pela adoção de formas e ornatos típicos da arquitetura do art déco, tais como marquises, paredes com quinas arredondadas e platibandas com formas escalonadas. A elas se acresce a predominância das linhas verticais da arquitetura, a disposição das colunas e janelas de

abertura da edificação, dispostas de forma rítmica e intercaladas nas fachadas, assim como os elementos decorativos com releituras dos temas historicistas, como os capitéis das colunas do edifício mais recuado, que apesar de trazer um novo desenho decorativo, retoma as características da arquitetura clássica greco-romana.

Parte significativa dos projetos das edificações foi assinada pelo arquiteto alemão Eugen Rombach, que chegou a Brusque no início da década de 1930, a convite do Cônsul Carlos Renaux. Além de edificações da fábrica, Rombach também projetou a residência do Cônsul, hoje conhecida como Villa Renaux, e a antiga Maternidade Evangélica, inaugurada em 1938.

A construção da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux data do início na década de 1930 e, apesar de os galpões não terem sido construídos todos de uma vez, as edificações possuem uma identidade arquitetônica bastante homogênea.

Os dois prédios que confluem a frente do conjunto industrial para a avenida 1º de Maio se enquadram no estilo arquitetônico art déco, recorrente e vanguardista na arquitetura industrial do período de construção dos mesmos, principalmente no Brasil. São verdadeiros ícones históricos, arquitetônicos e industriais da sua época.

O sistema construtivo em alvenaria e paredes estrutu-

rais adotado não ousou pela leveza das estruturas modernas, ainda de uso restrito na época, mas se sujeitou ao estilo massudo e bem composto dos estilos historicistas que se adequaram melhor à tecnologia a disposição naquele tempo. Os materiais revelam algo bastante subjetivo: por se tratar de construção maciça, que se compreende na opção por tijolos e concreto, representa o aspecto de não transitoriedade, da solidez necessária a quem aqui veio para ficar.

Uma das características marcantes das edificações é o tom laranja coral distintivo da empresa, que cria a legibilidade de ser propriedade dos Renaux.

Foto: Rosemari Glatz



A torre da chaminé de 48 metros de altura marca o local, com sua estrutura alta e imponente revestida de tijolos.

Os galpões possuem grandes vãos, e o piso ao seu redor é feito em pedra paralelepípedo em todo o complexo.

O telhado shed, que permite a entrada de luz natural no interior dos galpões, faz a plástica do complexo das indústrias Renaux se apresentar contemporâneo.

Apesar de todo o apogeu econômico vivido ao longo de mais de 120 anos de existência, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux teve sua falência decretada em 2013.

Em 2017, os bens da gigante Renaux foram arrematados em leilão e em 2018 passam por ampla reforma para se tornarem o Centro Industrial Renaux, mantendo algumas características originais das edificações, assim como o laranja coral, a cor oficial da marca Renaux.

Determinadas edificações históricas do Complexo Industrial Renaux, incluindo a torre da chaminé, são reconhecidas pelo seu importante valor histórico da sociedade brusquense. Buscando proteger o patrimônio cultural de modo a preservar a memória local, o pedido de tombamento de algumas edificações tramita junto aos órgãos competentes desde 2013.

Localização: Avenida Primeiro de Maio, nº 1286. Primeiro de Maio.



## Villa Ida e seus mistérios

*Als Bühne eines großen Skandals der Familie Renaux, ist die Villa Ida heute eines der schönsten noch erhaltenen alten Häuser der Stadt.*

Entre os belos casarões de Brusque vamos encontrar a Villa Ida, construída entre o final da década de 1910 e início de 1920 para abrigar a família de Otto Renaux. Como de costume, o casarão foi batizado com o nome da esposa, Augusta Carolina Ida Krieger, mais conhecida como Ida. Naquela época, o diretor precisava estar próximo da empresa para qualquer eventualidade, e por isso a mansão foi construída no terreno da fábrica.

A edificação apresenta estilo alheio ao entorno, exibindo traços peculiares e raros no contexto brasileiro. Ape-

sar de suas conformações típicas de chalé europeu, a edificação inova essas definições ao expressar formas curvas e orgânicas, predominantes no telhado, no torreão, e nos volumes da fachada, similares ao estilo conhecido por art-nouveau.

O casarão conta com dois pavimentos principais, mais o porão e o sótão. No térreo, além do hall de entrada, encontramos as áreas sociais e de serviço: um jardim interno, salas de estar, jantar e leitura, cozinha e despensa, um lavabo e um banheiro.

O primeiro pavimento era

destinado à área íntima da família, contando com duas suítes, um quarto, uma sala de leitura com varanda e o acesso ao sótão. Na suíte do casal, uma grande banheira, pias e espelhos individuais indicam que ali era um ambiente de luxo.

Ladrilho hidráulico foi utilizado no piso da cozinha, no jardim de inverno e nas áreas molhadas, sendo que a maioria dos cômodos recebeu assoalho de madeira. O revestimento externo é texturizado, e as paredes são de estuque - uma estrutura em madeira preenchida e revestida com

Foto: Rosemari Glatz



argamassa de areia, cal e gesso. Os belos jardins da mansão eram uma atração à parte e compunham a estrutura da casa. A cor original do casarão era vermelho orgânico escuro, e as esquadrias eram claras.

Uma característica importante da edificação é o telhado escalonado, constituído por 'degraus', em uma espécie de divisão em níveis, com a presença de mansardas, que consistem no vão entre a casa e o telhado, o sótão, que, provido de janelas, se transformando em um último andar habitável, pois as águas do telhado são divididas em dois caimentos, sendo o inferior quase vertical e o superior quase horizontal, resultando

num desvão com maior aproveitamento.

A mansão serviu como residência da família de Otto Renaux até 1947, quando ele ficou doente e se afastou da diretoria da empresa, passando a compor apenas o conselho da fábrica.

A edificação que é considerada um dos casarões mais emblemáticos de Brusque, pois com a saída de Otto a mansão passou a ser a residência do sobrinho Ivo José Renaux, principal personagem do mistério que cerca a Villa Ida. Nesta casa Ivo foi encontrado morto com um tiro na cabeça em um dos quartos escuros e sombrios do 2º andar, na manhã de 30/07/1949.

A partir da década de 1960, e até o encerramento das atividades da empresa, em 2013, a bela e imponente construção serviu como ambulatório da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux.

Passado um século desde a sua construção, ainda hoje a mansão, que já foi um dos maiores símbolos de poder de Brusque, pode ser admirada a partir da avenida Primeiro de Maio.

A edificação é considerada um importante patrimônio histórico de Brusque e desde 2013 o pedido de tombamento tramita junto aos órgãos competentes.

Localização: Avenida 1º de Maio, nº 1286. Primeiro de Maio.



## Villa Renaux: Espaço de Memória Cônsul Carlos Renaux

*Eine der auffälligsten Bauten der Stadt Brusque ist die Villa Goucki. Sie wurde zwischen 1932-1935 nach Plänen des deutschen Ingenieurs Eugen Rombach gebaut. Die Villa war Wohn- und Repräsentationshaus des Konsuls Carlos Renaux in Brusque.*

Denominada originalmente de Villa Goucki em homenagem à terceira esposa, a mansão foi construída para ser a residência do Cônsul Carlos Renaux no seu regresso de Baden, Alemanha e representa um marco para a história da região de Brusque e de Santa Catarina.

Projetada pelo arquiteto alemão Eugen Rombach,

a construção foi iniciada em 1932 e finalizada em 1935.

No jardim aos fundos da mansão, encontramos um pequeno Mausoléu onde estão abrigados os restos mortais da terceira esposa do Cônsul, a Consulesa Maria Luiza Auguste Lienhaerts Renaux, a Goucki.

A edificação consiste em duas casas separadas, a prin-

cipal, destinada à família, e uma menor, utilizada pelos serviços. As duas edificações se interligam por uma espécie de 'passarela' que liga o andar superior das duas edificações. A arquitetura da Villa é art déco, com linhas retas e simples, seguindo o movimento artístico e arquitetônico.

A residência principal tem 3 pavimentos. No subsolo

encontramos o espaço de lazer voltado para o jardim e o espaço reservado às máquinas pois a residência desde a sua construção já possuía sistemas de aquecimento e de ar-condicionado central, considerado o primeiro do estado de Santa Catarina. Os sistemas funcionam por dutos, sendo o aquecimento feito por fornalha. A refrigeração está embutida nas luminárias de cada cômodo, sendo que tanto o aquecimento quanto a refrigeração atingem todos os cômodos da casa.

A casa passou apenas por duas reformas, uma por volta da década de 1990 e outra no ano de 2015 e se encontra em ótimo estado de conservação. Uma revitalização também se fez necessária em alguns cômodos quando, em 2013, a casa foi invadida por vândalos.

Ao longo da sua história, a casa abrigou três gerações de moradores. O Cônsul e a Consulesa Renaux, para quem foi construída a casa e que nela permaneceram até sua morte.

Após a morte do Cônsul, em 28 de janeiro de 1945, seus descendentes costumavam se reunir na Villa Renaux duas vezes ao ano, para render homenagem aos antepassados: no dia 11 de março, aniversário natalício de Carlos Renaux, e em 8 de dezembro, aniversário natalício da sua esposa Selma Wagner.

Depois de um tempo fechada, a Villa Renaux foi habitada por Selma, a filha mais nova do Cônsul. Nas últimas décadas, quem residiu na Casa foi a bisneta do Cônsul, a historiadora Maria Luiza (Bia) Renaux.

Bia manteve o uso residencial da edificação e preservou os espaços tal como foram concebidos pelo arquiteto alemão Eugen Rombach, fazendo da casa um verdadeiro espaço de memória. A atenção e esforço de Bia pela preservação da ambientação da época chegou aos mínimos detalhes, com resgate de mobiliário e peças originais, tais como louças e objetos de decoração.

Após a morte de Bia Renaux, em janeiro de 2017, o possuidor do imóvel assinou um Termo de Cooperação para Cessão de Direitos de Uso de Imóvel e Acervo Documental com o Centro Universitário de Brusque – Unifebe.

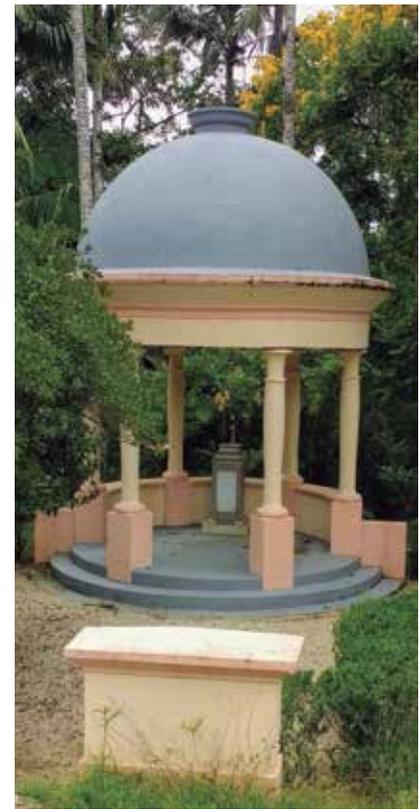
A partir de então a Unifebe passou a ter acesso ao acervo documental histórico físico e digital armazenado na Villa Renaux, com o objetivo de contribuir para a sistematização, preservação e socialização da memória, documentação visual da história e do patrimônio cultural da cidade de Brusque e região.

Desde 2017, o Espaço de Memória Cônsul Carlos Renaux, implantado dentro da

Villa Renaux, tem recebido muitas visitas públicas, principalmente de estudantes e pesquisadores. As atividades educacionais têm sido coordenadas pela Unifebe.

Como está ligada à industrialização catarinense, em setembro de 2018 a Fundação Catarinense de Cultura fez publicar a portaria de promoção de tombamento da Villa Renaux, que será o primeiro imóvel em Brusque declarado como patrimônio histórico pela Fundação Catarinense de Cultura.

Localização: Avenida Primeiro de Maio, nº 1000. Primeiro de Maio.



*Mausoléu onde está sepultada a consulesa Goucki.  
Foto: Rosemari Glatz*

## Parque Internacional das Esculturas em Mármore Ilse Teske

*Der internationale Marmorskulpturenpark wurde am 24. April 2014 eingeweiht. Der Park ist mit über 40 Skulpturen auf einer Ausstellungsfläche von 23.000 m<sup>2</sup> die größte Sammlung von Marmorskulpturen in Lateinamerika. Die Anlage versammelt einen Teil der Werke, die von renommierten Künstlern auf dem internationalen Skulpturen-Symposium zwischen 2001 und 2007 in Brusque geschaffen wurden. Unter den Exponaten befindet sich ein Werk der anerkannten japanischen Bildhauerin Tomie Ohtake, sowie eines der letzten Werke des verstorbenen Gio Pomodoro (Italien). Der Skulpturenpark vereint Kunstwerke, wie eine Skulptur des Künstlers Amílcar de Castro (Brasilien) und das vom Architekten Oscar Niemeyer entworfene Werk „Tortura Nunca Mais“ (Foltern nie wieder), das auf die Zeit der brasilianischen Diktatur anspielt. Besucher können auch Werke wie „Halia“ von Francisco Brennand und „Fille de La Pluie“ (Tochter des Regens) von Juarez Machado betrachten, deren Thema auf einer raffinierten, sinnlichen und poetischen weiblichen Figur basiert. Der Skulpturenpark Ilse Teske befindet sich an der Valentim Maurici Straße und ist ganzjährig zugänglich. QR-Codes an den jeweiligen Exponaten begleiten den Ausstellungsbesuch mit Textbeiträgen.*



Inaugurado em 24 de abril de 2014, o Parque está implantado em uma área de 23 mil m<sup>2</sup> onde estão expostas, ao ar livre e em meio à natureza, 40 esculturas em mármore.

O local reúne parte do acervo deixado por artistas renomados das edições do Simpósio Internacional de Esculturas de Brusque, que ocorreram de 2001 a 2007, como a obra da artista japonesa Tomie Ohtake, reconhecida internacionalmente, e raridades, como uma das últimas peças produzidas por Gio

Pomodoro.

O Parque congrega obras como a única feita em mármore pelo artista Amílcar de Castro, e a peça Tortura Nunca Mais, desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e que faz alusão ao período da ditadura vivida no Brasil.

Os visitantes também podem encontrar obras de Juares Machado, com a escultura Fille de La Pluie (A Filha da Chuva) cuja temática está baseada numa figura feminina sofisticada, sensual e poética.

O local é considerado o maior acervo de esculturas

em mármore da América Latina e, tal qual um “espelho universal”, o parque oferece imagens da consciência coletiva que estimulam o observador a reconstruir e reencontrar o seu lugar no universo.

Implantado às margens da Rodovia Antonio Heil, o Parque está aberto para visita todos os dias, e as informações referentes às esculturas podem ser acessadas por meio de QR Code.

O parque é um dos principais atrativos turísticos da cidade.

Localização: Rua Valentim Maurici, 61. Centro II - Brusque.





Foto: Rosemari Glatz

## Praça do Sesquicentenário

*Der "Praça do Sesquicentenário" wurde 2010 zum 150-jährigen Bestehen der Stadt Brusque eingeweiht. Der neue Platz ist ein Begegnungsort vieler Familien mit Kindern und ein wunderbarer gemütlicher Platz zum Verweilen.*

A Praça foi criada em homenagem aos 150 anos de Brusque e inaugurada em 21/08/2010. No mesmo dia foi inaugurado o monumento intitulado "A Conquista dos 150 anos", um conjunto de figuras geométricas em concreto e metal. As três torres representam os três poderes do município, com uma linha em ascensão. Os bonecos simbolizam o povo, e as engrenagens a indústria, principal responsável pelo desenvolvimento econômico da cidade. Os perfis encontrados em torno das engrenagens formam

o mapa de Brusque.

A praça também recebeu duas esculturas, a estátua de Brusque, e o Monumento à Bíblia. A praça igualmente recebeu árvores que foram transplantadas de um antigo palacete que foi demolido na avenida Otto Renaux.

O local possui uma academia para todas as idades, pista de patinação, parque de diversão infantil, internet ao ar livre, jardim e chafariz. A água para jardinagem, e que também é usada no chafariz, é captada das águas da chuva.

Em outubro de 2011, foi

inaugurado o Ponto de Leitura da Praça Sesquicentenário e, em 9/08/2013, foi inaugurado um novo módulo da praça, que recebeu mais duas quadras, uma poliesportiva e uma de tênis, a pista de esportes radicais e mais vagas para estacionamento. Um dos mais novos cartões postais da cidade, a Praça do Sesquicentenário é palco de vários eventos e atrações e possui a primeira pista de patinação do Estado instalada a céu aberto.

Localização: Rua Eduardo von Buettner, em frente à Prefeitura. Centro.



## Praça Vicente Só

*Der Vicente Só Platz liegt heute dort, wo im Jahr 1860 die ersten deutschen Einwandererfamilien in der Mühle von Pedro Werner provisorisch einquartiert wurden. Die dort stehende Skulptur weist auf die Begegnung zwischen den Einwanderern und den Ureinwohnern auf.*

Inserida na programação oficial do Centenário de Brusque, em 4/08/1960 foi inaugurada a Praça Vicente Só, assim denominada em homenagem a Vicente Ferreira de Melo, um dos primeiros moradores da região.

A cerimônia teve início às 8 horas, com o hasteamento da Bandeira Nacional no pátio oficial, execução do Hino Nacional e do Hino do Centenário, executado pela Banda da Polícia Militar do Estado, seguido de discurso do Prefeito Municipal.

Durante o ato de inaugura-

ção também se procedeu à cerimônia das homenagens ao fundador da cidade, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, ao 1º diretor da Colônia Barão Maximiliano de Schneeburg, e aos primeiros colonizadores, com a inauguração do Obelisco e respectivas placas de bronze. O discurso foi proferido por um membro da Subcomissão do Monumento ao Imigrante.

Em 4/04/2011, a praça foi reinaugurada e recebeu 11 esculturas esculpidas em 2002 pelo artista plástico David Rodrigues. O obelisco

do Centenário de Brusque, e as esculturas representando a chegada e o encontro dos imigrantes alemães com os indígenas, são os principais atrativos da Praça.

A Praça Vicente Só está implantada no local onde Pedro Werner acolheu, em sua casa e engenho, o primeiro grupo organizado de colonizadores alemães em 4/08/1860. Embora pequena, proporciona momentos especiais para os apreciadores da história e da arte.

Localização: Rua Getúlio Vargas. Centro. Brusque.



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Praça da Cidadania

*Der Platz ist nach dem ehemaligen Bürgermeister Paulo Lourenço Bianchini benannt. Die Einweihung fand im August 2013 statt. Das Gelände beherbergt die Stadtbibliothek und die Kulturstiftung der Stadt Brusque.*

Inaugurada em 17 de agosto de 2013, a Praça da Cidadania foi implantada com o objetivo de facilitar a vida dos moradores ao reunir os principais serviços públicos no mesmo espaço.

A praça foi batizada de Prefeito Paulo Lourenço Bianchini, em homenagem ao político brusquense, e a sua inauguração fez parte dos eventos em comemoração aos 153 anos de Brusque.

A praça possui um complexo de serviços públicos que abriga os postos de atendi-

mento do Samae, Sine, Procon, Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializada em Assistência Social, Centro de Convivência Social, Centro de Serviços em Saúde, Centro de Especialidades Odontológicas, Centro de Referência de Especialidades (Policlínica), e as farmácias Básica e de Medicamentos Controlados.

No local também funciona a Fundação Cultural de Brusque, e a Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral, e conta com um palco para apresentações artísticas e shows, sa-

nitários e um espaço destinado aos artesãos brusquenses.

Além dos serviços públicos, na Praça estão implantadas algumas obras de arte que integram o Roteiro das Esculturas, e o monumento intitulado “pinhão”, uma homenagem aos imigrantes poloneses que aqui aportaram em 1869 e concederam a Brusque o título de Berço da Imigração Polonesa no Brasil.

Localização: Rua Prefeito Germano Schaefer, nº 110. Centro. Brusque



## Praça Barão de Schneeberg

*1951 wurde der Platz unter seinem ursprünglichen Namen „Salgado Filho“ eingeweiht. Eine Statue zu Ehren des Konsuls Carlos Renaux wurde im selben Jahr der Öffentlichkeit übergeben. Nach dem Abriss des Palastes der Familie Renaux im Jahr 1949, wurde er in einen öffentlichen Platz umgewandelt und wurde im Laufe der Zeit Zeuge verschiedener Feiern, Demonstrationen und politischer Proteste. Im Dezember 1964 wurde der Platz auf Vorschlag von Ayres Gevaerd in Freiherr von Schneeberg-Platz unbenannt.*

Implantada no coração da cidade, a praça foi inaugurada em 1º/05/1951 e originalmente foi denominada Praça Salgado Filho. Na mesma ocasião também foi inaugurada a Estátua em homenagem ao Cônsul Carlos Renaux, uma obra produzida por Agostinho Malinverni Filho.

O espaço foi transformado em praça após a infeliz demolição do palacete da família Renaux, em 1949, e já passou por inúmeras transformações, presenciou diversas co-

memorações, manifestações e protestos políticos.

A partir de dezembro de 1964, a partir de uma sugestão de Ayres Gevaerd, a praça passou a ser denominada Praça Barão von Schneeberg.

O Barão foi o primeiro diretor da Colônia Itajaí-Brusque, administrando-a honradamente e com especial dedicação desde a sua fundação, em 4/08/1860, até o seu afastamento da função por motivos de saúde, em abril de 1867. Organização e disciplina são

palavras que descrevem adequadamente as suas características enquanto administrador.

Em pleno coração da cidade, próximo a vários pontos turísticos e estabelecimentos comerciais, a Praça Barão von Schneeberg tem enorme valor social, político e estético, ponto ideal para acolhimento tanto dos brusquenses quanto dos turistas.

Localização: Entre a Avenida Monte Castelo e a Avenida Cônsul Carlos Renaux. Centro.



Foto: Rosemari Glatz

## Praça Gilberto Colzani

*Mit der Namensgebung dieses Platzes ehrt der Stadt die italienische Einwanderung und seine Nachkommen. Auf dem Platz steht auch die Gedenktafel aus Bronze, die zur 125-Jahr-Feier der italienischen Einwanderung errichtet wurde.*

A praça foi denominada Gilberto Colzani em 1994 e inaugurada em 19/12/1996. Implantada em frente ao Terminal Urbano de Brusque, e ao lado da cabeceira da Ponte Arthur Schlösser.

É uma das poucas praças da cidade com sobrenome italiano, apesar de o número de imigrantes italianos ter sido muito superior ao de outras etnias que colonizaram Brusque. Em 22/09/2000, o Circolo Italiano di Brusque fez instalar a placa comemorativa aos 125 anos de imigração italiana no Brasil na praça,

simbolizando a memória dos imigrantes italianos.

Para os italianos, as praças não são apenas um espaço de entretenimento e lazer, pois contam a história do povo. São centros vivos, de discussões, um lugar para encontros entre a vida pública e privada, e um convite à meditação sobre os monumentos, fatos históricos e hábitos dos cidadãos.

Em 6/08/2010, o chafariz da Praça Gilberto Colzani foi reinaugurado. Trata-se de um atrativo inédito onde as cascatas d'água e chafarizes com

iluminação artificial permitem oferecer um espetáculo de luzes e cores à noite.

A praça também conta com um lago artificial e com a escultura denominada “Família de Bugre”, que representa o imigrante e o habitante nativo de nossa região que, em alguns casos, formaram famílias. A escultura é uma obra do artista brasileiro José Ubaldo da Silva e foi esculpida em 2001, no Simpósio Internacional de Esculturas do Brasil.

Localização: Rua Germano Schaefer, nº 209. Centro.



## Praça Imigrantes de Karlsdorf

*Der Platz wurde nach den ersten deutschen Einwanderern aus Karlsdorf in Baden-Württemberg, Deutschland, benannt. Die ersten badischen Familien kamen am 19. August 1860 in Brusque an. Die Mehrheit der Einwanderer hat sich in Richtung des Guabiruba-Flusses niedergelassen. Seit 2009 ist die Gemeinde Karlsdorf-Neuthard Partnerstadt der benachbarten Stadt Guabiruba.*

Criada pela Lei Municipal nº 1.400, de 30/03/1988, a Praça fica na cabeceira da Ponte Estaiada. Durante os primeiros anos de colonização da cidade, a região serviu como porto fluvial de Brusque. Ali aportavam os barcos, as canoas e as lanchas que visavam ao abastecimento da população, e a saída dos produtos para o porto marítimo de Itajaí.

A praça recebeu este nome em homenagem aos imigrantes alemães originários de Karlsdorf, que chegaram a Brusque a partir de 19/08/1860.

Quando a praça foi inaugurada, Egon Klefenz, à época prefeito de Karlsdorf-Neuthard e presidente da Badisch-Südbrasilianische Gesells-

chaft - BSG, atendendo a uma resolução da Câmara de Vereadores de Karlsdorf-Neuthard, trouxe a Brusque uma muda de carvalho alemão. A árvore tinha 1 metro de altura e foi plantada na praça para simbolizar a origem dos imigrantes. O carvalho teve um bom crescimento inicial e chegou a atingir cerca de 10 metros de altura.

A Praça foi revitalizada em 2009. Para celebrar os 150 anos da imigração alemã, em novembro de 2010 foi implantado na praça um belo monumento composto por duas colunas entrelaçadas por uma fita, simbolizando Baden e o Brasil, e representando a velha e nova Pátria dos imigrantes. Também foi descerrada uma placa home-

nageando os imigrantes, dada pela BSG e pela Associação Catarinense de Intercâmbio e Cultura – ACIC.

O carvalho plantado em 1988 foi atingido por pragas, sofreu os efeitos do clima, e começou a morrer. Mas, assim como os imigrantes alemães tinham esperança numa nova vida, também o carvalho alemão brotou outra vez. Agora são dois novos ramos que, lado a lado, crescem frondosos e saudáveis. Tal como o monumento implantado na mesma praça, os dois ramos podem simbolizar a velha e nova Pátria dos imigrantes de Karlsdorf.

Localização: confluência do Largo 4 de Agosto com a Rua Hercílio Luz. Centro.



Foto: Rosemari Glatz

## Praça dos Estudantes

*Auf dem Studentenplatz der Universität Unifebe wurde 2017, im Rahmen eines Klimaschutzprojekts mit dem Landkreis Karlsruhe, ein intelligentes Straßenbeleuchtungssystem installiert. Diese intelligenten Straßenbeleuchtungsanlagen sind mit einer Ladestation, Notruffunktion, Umwelt- und Verkehrssensorik ausgestattet. Es handelt sich dabei um eine von der EnBW entwickelte modulare Infrastrukturlösung namens „SM!GHT“. „SM!GHT“ ist eine Unternehmung der EnBW Energie Baden-Württemberg AG und hat ihren Sitz in Karlsruhe.*

A praça privada de uso público, que pertence ao Centro Universitário de Brusque - Unifebe, recebeu uma nova urbanidade e uso a partir da inauguração de uma das três unidades da estação inteligente Smight instaladas em continente americano.

Inaugurada em 17 de novembro de 2017, a estação inteligente Smight é um dos frutos do projeto “50 Parcerias Municipais pelo Clima” firmado entre Brusque e o Distrito de Karlsruhe, Alemanha, e que

conta com o apoio da Unifebe para fins científicos. Denominada carinhosamente de “Praça do Estudante”, pois não é uma praça oficial, conta com uma escultura que integra o Patrimônio Histórico do Município. A escultura “Sem Nome” de Fridel Steiner, traz uma pirâmide que emoldura oito rostos com olhos fechados e um nono rosto com olhos abertos e, num deles, um coração, remetendo ao olhar da Mãe Terra que, com olhar vigilante acolhe, protege, orienta e ensina. É uma obra de

arte que convida a legibilidade da peça para além das aparências das coisas, onde impera um tipo de essência espiritual, uma força ou um ser imanente, cuja manifestação nas formas vivas é só parcial e convida a eterna e incessante busca pelo conhecimento, tão próprio do ambiente universitário.

Caminhos pavimentados, bancos coloridos e canteiros floridos complementam a ambientação do local.

Localização: Unifebe. Bairro Santa Terezinha.

Foto: Diplomata FM



## Festa Nacional do Marreco

*Das Entenfest ist eine der größten Veranstaltungen in der Region des Itajaí-Tals und findet seit 1986 jährlich im Oktober statt. Überregionale Bekanntheit erlangte das Fest als gastronomisches Ereignis und als ein Fest für die ganze Familie.*

Chamada carinhosamente de Fenarreco, é realizada anualmente no mês de outubro e é o principal símbolo da vida social de Brusque. Seus atrativos são os pratos à base de marreco, além do chope, apresentações de grupos folclóricos e bandas alemãs.

A ideia da Fenarreco surgiu em 1985, após a cidade ter sofrido o efeito devastador das duas grandes cheias de 1983 e 1984, mas sua primeira edição aconteceu só em 1986. Inspirada na criação da Oktoberfest, de Blumenau, a festa simboliza a superação, e representa um esforço para manter e redefinir a identidade do povo brusquense.

O marreco recheado – ou “gefüllte Ente”, como é conhecido na Alemanha, é elemento fundamental da festa e serviu para que Brusque reafirmasse

sua identidade étnica. Muito famoso nas regiões do Vale do Itajaí, o marreco recheado é servido acompanhado de repolho roxo ou chucrute, batatas e purê de maçã.

Quando foi realizada a 1ª edição da Fenarreco, em 1986, a cidade possuía pouco mais de 50 mil habitantes e quase nenhuma tradição turística. Em Brusque não existiam locais para a realização de eventos, e as primeiras edições da festa foram realizadas nas dependências do Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque. O crescimento da festa foi intenso e rápido, e o Clube não comportava mais a expectativa de um público maior. Então a Prefeitura, em parceria com a iniciativa privada, construiu o Pavilhão de Eventos que atualmente constitui o principal local de eventos da cidade.

Depois de três edições no Clube, a Fenarreco foi realizada pela primeira vez no atual endereço, mas sem o pavilhão. Duas grandes coberturas de lonas foram utilizadas para os bailes e a feira industrial e outras menores abrigavam os serviços de restaurante e bebidas. Somente em 1991, com a conclusão da construção, a festa pôde ser realizada em dependências mais confortáveis e suficientes para receber um grande público.

A Fenarreco é organizada pela Secretaria de Turismo e acontece anualmente no mês de outubro. É considerada a maior festa de Brusque, e uma das maiores festas de outubro de Santa Catarina.

Local: Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof. Rua Deputado Gentil Battisti Archer. Centro 2.



Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira

## Festa Nacional do Jeep

*Was 1993 als Zusammenkunft von ein paar Dutzend Off-Road-Enthusiasten startete, ist heute zu einem Spektakel geworden, das weltweit seinesgleichen sucht. Fenajeep ist das größte Off-Road Festival Brasiliens.*

Com o objetivo de possibilitar a confraternização entre as famílias jipeiras e os diversos Jeep Clubes do Brasil, em 1993 nascia, do coração do Jeep Clube de Brusque, a Fenajeep. Quando a festa foi criada, em Santa Catarina já existia um Racing com 10 etapas, mas cada uma era realizada em um município diferente. A proposta dos criadores da Fenajeep era concentrar exposições, provas e competições em um único evento, de abrangência nacional, ao mesmo tempo em que divulgava lançamentos de novos

equipamentos off-road e possibilitava às empresas mostrarem seus produtos e serviços. O evento foi crescendo e conquistando cada vez mais adeptos e visitantes. Adquiriu renome internacional quando a questão é off-road.

A movimentação atrelada à Fenajeep passou a incentivar o turismo. O espetáculo proporcionado pelas competições, as novidades e as atrações do salão off-road reúnem tanto o público ligado ao Jeep e amantes do 4x4, quanto aqueles que simplesmente buscam descontração, lazer e

a emoção de um esporte que agrega lindas paisagens e o espírito aventureiro. É na Fenajeep que, ano após ano, se conhece o campeão dos campeões do esporte.

A Festa Nacional do Jeep é organizada pelo Jeep Clube de Brusque e acontece anualmente no feriado de Corpus Christi. É considerada a maior festa off-road da América Latina, e uma das maiores festas de Brusque.

Local: Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof. Rua Deputado Gentil Battisti Archer. Centro 2.

Foto: Rosemari Glatz



## Festival Nacional da Cuca: O doce sabor da tradição alemã

*Das Kuchenfest findet jährlich statt und gilt als eine touristische und kulinarische Attraktion der Stadt.*

O Festival nasceu com o objetivo de resgatar e valorizar a cultura alemã no município. Foi realizado pela primeira vez em 2014, numa promoção do Núcleo de Panificadoras e Confeitarias da Associação Empresarial de Brusque – ACIBr, em parceria com a Prefeitura de Brusque e Secretaria de Turismo. Desde sua primeira edição, o concurso “Cuca Nota 10 do Brasil” acontece durante o festival e atrai grande público de diversas regiões do país.

O doce sabor da tradição alemã guarda relação com a chegada dos imigrantes que,

na sua bagagem, traziam os tradicionais livros de receitas de família e, dentre as receitas preferidas, vamos encontrar as de “Kuchen”, as nossas famosasucas.

Alguns ingredientes próprios da receita original alemã, como cerejas, maçãs e ameixas, raramente eram encontrados, então as receitas acabaram sendo regionalizadas, com a substituição ou inclusão de ingredientes bem brasileiros.

As coberturas começaram a receber frutas tropicais, como abacaxi, banana, coco, uva e uva-passa, castanha,

amendoim, goiaba e goiabada, e incrementadas com cobertura de nata. As coberturas de farofa, maça e queijinho se conservaram entre os imigrantes e seus descendentes e até hoje a nossa cuca tem “cheiro de casa, cheiro de família, e cheiro de amor”.

O Festival é realizado anualmente no mês de julho, sendo considerado um importante atrativo turístico de Brusque.

Local do Evento: Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof. Rua Deputado Gentil Battisti Archer. Centro 2.

# Formação Administrativa de Brusque

**Data de fundação:** 04/08/1860.

**Prefeito [2018]:** Jonas Oscar Paegle.

**Vice-prefeito [2018]:** José Ari Vequi.

**Nº de vereadores[2018]:** 15.



## Formação histórica

1873: A Colônia Itajahy-Brusque é transformada em Distrito subordinado a Itajaí. Pela Lei Provincial n.º 693, de 31/07/1873, o presidente da Província, Pedro Afonso Ferreira, desmembrou as colônias anexadas da freguesia do Santíssimo Sacramento (Itajaí), formando-se a Freguesia (paróquia), subordinada à Igreja Católica, primeiro passo para a emancipação política e administrativa da localidade. Seguindo o costume católico, a freguesia foi dedicada ao patrono São Luis Gonzaga, passando a denominar-se Freguesia de São Luis Gonzaga.

1881: O Distrito (Freguesia) foi desmembrado de Itajaí e elevado à categoria de vila pela Lei Provincial n.º 920, de 23/03/1881, sob a denominação de Vila de São Luis Gonzaga, marcando a sua emancipação político-administrativa. A lei de criação fixava como limites da vila os mesmos da Freguesia de São Luis Gonzaga, abrangendo os territórios dos atuais municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá, Vidal Ramos, Presidente Nereu, Nova Trento e uma porção de São João Batista (localidade de Crecker).

1883: Em 08/07/1883 é

instalado o novo município e Villa de São Luis Gonzaga.

1890: Pelo Decreto Estadual n.º 77, a vila de São Luis Gonzaga passou a denominar-se Brusque em 17/01/1890.

1911: A vila Brusque é constituída como distrito-sede em divisão administrativa.

1916: Brusque é elevada à categoria de cidade e sede do município pela Lei Estadual n.º 1.123, de 23/09/1916.

1925: Pela Lei Municipal n.º 26, de 08/02/1925, é criado o distrito de Porto Franco, e anexado ao município de Brusque.

1928: Pela Lei Municipal n.º 4, de 15/07/1928, é criado o distrito de Santa Luzia, desmembrado do distrito de Porto Franco, e anexado ao município de Brusque.

1928: Pela Lei Municipal n.º 8, de 21/11/1928, o distrito de Santa Luzia passou a denominar-se Adolfo Konder.

1930: Por Decreto Estadual n.º 16, de 29/11/1930, o distrito de Adolfo Konder passou a denominar-se Vidal Ramos.

1933: Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de três distritos: Brusque, Porto Franco e Vidal Ramos.

1936-1937: Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece com qua-

tro distritos: Brusque, Nilo Peçanha, Porto Franco e Vidal Ramos.

1943: Pelo Decreto -lei Estadual n.º 941, de 31/12/1943, o distrito de Porto Franco passou a denominar-se Botuverá e o distrito de Nilo Peçanha, a denominar-se Itaquá.

1955: Em divisão territorial datada de 01/07/1955, o município é constituído de quatro distritos: Brusque, Botuverá, Itaquá, e Vidal Ramos.

1956: Pela Lei Estadual n.º 272, de 03/12/1956, são desmembrados do município de Brusque os distritos de Vidal Ramos e Itaquá, para formar o novo município de Vidal Ramos.

1962: a partir da Resolução n.º 238, de 28/04/1962, aprovada pela Câmara Municipal de Brusque e ratificada pela Assembleia Legislativa pela Lei Estadual n.º 821, de 07/05/1962, Botuverá e Guabiruba são desmembrados do município de Brusque, e elevados à categoria de município.

---

### REFERÊNCIA:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Brusque. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/brusque/panorama>>. Acesso em 12 outubro 2018.

## Dados demográficos

Brusque está localizada no Médio Vale do Itajaí, estado de Santa Catarina.

É circundada por Gaspar, Itajaí, Nova Trento, Canelinha, Botuverá, Guabiruba, Camboriú e Itajaí.

Considerada uma cidade média, é a 12ª maior cidade em população de Santa Catarina.

Brusque é considerada a cidade mais segura para se viver entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, com 4,8 homicídios para cada 100 mil habitantes.

A população é composta principalmente por descendentes de alemães, poloneses e italianos, com uma expecta-

tiva de vida de 75 anos.

Apresenta um clima quente e temperado, com significativa pluviosidade distribuída ao longo do ano.

A temperatura média é de 20 °C, e a sensação de calor pode ser intensificada quando da presença do ar mais úmido.

A cidade é banhada pelo rio Itajaí-Mirim.

População estimada [2018]: 131.703 pessoas

População no último censo [2010]: 105.503 pessoas, sendo 50,3% do sexo feminino e 49,7% do sexo masculino, apresentando equilíbrio.

População urbana: 97%

Possui uma área de

283.223 km<sup>2</sup>.

Densidade demográfica [2010]: 372,51 hab./km<sup>2</sup>

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal [2010]: 0,795

Escolarização 6 a 14 anos [2010]: 98 %

Gentílico: brusquense

## REFERÊNCIA

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?c=4202909&t=destaques>>. Acesso em 13 outubro 2018.





## Distâncias e principais vias de acesso

Destino	Principais vias de acesso a partir de Brusque	Distância
Florianópolis (Capital de Santa Catarina)	Rodovia Antônio Heil BR-101	102 km
Curitiba (Capital do Paraná)	Rodovia Antônio Heil BR-101	240 km
Porto Alegre (Capital do Rio Grande do Sul)	Rodovia Antônio Heil BR-101	540 km
São Paulo (Capital de São Paulo)	Rodovia Antônio Heil BR-101	650 km
Balneário Camboriú (SC)	Rodovia Antônio Heil BR-101	40 km
Blumenau (SC)	Rodovia Ivo Silveira, SC-108	42 km
Botuverá (SC)	SC-486	23 km
Guabiruba (SC)	Rua General Osório Rua São Pedro	9 km
Itajaí (SC)	Rodovia Antônio Heil	35 km
Nova Trento (SC)	Rodovia Deputado Gentil Batisti Archer	33 km
Pomerode (SC)	Rodovia Ivo Silveira, SC-108 BR-470	67 km
São Joaquim (SC)	Rodovia Ulysses Guimarães, BR-282	260 km
Aeroporto Internacional Hercílio Luz. Florianópolis (SC)	Rodovia Antônio Heil BR-101	130 km
Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola. Joinville (SC)	Rodovia Antônio Heil BR-101	132 km
Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder. Navegantes (SC)	Rodovia Antônio Heil BR-101	52 km
Aeroporto Internacional Afonso Pena. São José dos Pinhais (PR)	Rodovia Antônio Heil BR-101	228 km
Porto de Itajaí Autoridade Portuária (SC)	Rodovia Antônio Heil BR-101	36 km
Porto de Navegantes (SC)	Rodovia Antônio Heil BR-101	52 km
Porto de São Francisco do Sul	Rodovia Antônio Heil BR-101	132 km





## Dados econômicos

Reconhecida pela sua característica empreendedora, Brusque é destaque nacional no quesito desenvolvimento econômico.

Conhecida como “Berço da Fiação Catarinense” e “Cidade dos Tecidos”, durante muitos anos a base econômica foi o têxtil.

Impulsionado pelo segmento têxtil, a partir de 1960, o panorama industrial da cidade foi sendo ampliado com a inserção da indústria metalmeccânica.

## Economia

A indústria é a base da economia local, especialmente o setor têxtil e o metalmeccânico, mas o comércio de vestuário, cama, mesa e banho, e o turismo também se destacam na geração de renda da cidade.

Indústria [2015]:

Colocação no ranking entre as 295 cidades catarinenses: 7º

Colocação entre as 5.570 cidades brasileiras: 134º

Serviços [2015]:

Colocação no ranking entre as 295 cidades catarinenses: 12º

Colocação entre as 5.570 cidades brasileiras: 200º

## Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no município. Em 2015, o PIB per capita de Brusque, que é calculado pela relação do PIB municipal pelo número de habitantes, era de R\$ 41.003,42.

PIB Per capita

Brusque [2015]: R\$ 41.003,42

Colocação no ranking entre as 15 cidades da microrregião[2015]: 4º

Colocação no ranking entre as 295 cidades catarinenses[2015]: 37º

Colocação entre as 5.570 cidades brasileiras [2015]: 417º

## Trabalho e Rendimento

Quando o assunto é o total de pessoas empregadas, os dados do IBGE apontam que em 2016 havia 55.355 pessoas formalmente empregadas em Brusque, distribuídas principalmente entre os setores têxtil, metalmeccânico e de serviços.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,4 salários mínimos

Pessoal ocupado: 55.355

População ocupada: 44%

Domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa: 19,8%.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]: 0,795

## REFERÊNCIA

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Brusque. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/brusque/panorama>>. Acesso em 12 outubro 2018.

Foto: Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira







## O Brasão e a Bandeira de Brusque

Criado por Lei Municipal em 22 de dezembro de 1956, pelo prefeito Carlos Moritz, o Brasão de Brusque foi confeccionado pelo tenente-coronel Henrique Wiederspehn.

O escudo apresenta um escudo português redondo, em verde, recordando as florestas encontradas por nossos primeiros povoadores a partir de 1860.

Aguado de prata em barra ondulada, representando o rio Itajaí-Mirim, com uma roda dentada à direita do ondulado, em homenagem às indústrias e todas as demais atividades produtivas e sociais, e uma machadinha à esquerda, lembrando o trabalho pioneiro dos primeiros povoadores e desbravadores, além dos colonizadores germânicos e poloneses, ambos de ouro.

No centro da roda dentada, uma cruz dourada simboliza a fé cristã dos pioneiros e dos atuais habitantes. Timbre, a coroa mural de ouro da sede do município, simbolizando nossa filiação étnica primitiva. Dístico, em letras de prata sobre listel de vermelho, cor que representa o amor e o entusiasmo dos brusquenses por sua terra natal, os dizeres Brusque, entre os milésimos 1860, ano em que Francisco Carlos de Araújo Brusque permitiu o estabelecimento

dos colonos alemães e 1881, criação do município de Brusque.

A bandeira oficial do município é composta pela reprodução do Brasão de Brusque, estampado sobre um fundo de cor branca.

### REFERÊNCIA

BLUMENAU EM CADERNOS. O Brasão de Brusque. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 7. Maio de 1958.





## Hino do Centenário de Brusque

Brusque é das mais belas e prósperas cidades da Bacia do Itajaí. Preparando-se para festejar o centenário da sua fundação, em 4/08/1960, as indústrias, o comércio e o povo se uniram em torno de suas autoridades constituídas para dar às projetadas comemorações o máximo de imponência. A Sociedade Amigos de Brusque – Casa de Brusque, que congregava em seus quadros, desde a sua fundação, as mais altas expressões culturais, econômicas e administrativas da região, procurou de todas as formas revestir os festejos programados não apenas do possível brilhantismo, mas também do maior significado, de maneira a apresentar Brusque ao Brasil, em toda a esplendente realidade de uma comuna que, pelo trabalho e a indústria de seus homens, concorre com elevado coeficiente para a grandeza física e moral do país.

Uma das iniciativas concretizadas foi o Hino do Centenário, letra do poeta itajaiense Eduardo Tavares, e música do brilhante maestro Aldo Krieger, então diretor do Conservatório Brasileiro de Música. Também é da autoria desses dois artistas o Hino do Centenário de Blumenau.

Pela beleza dos versos e pela harmonia e técnica da partitura, o Hino do Centenário de Brusque é um trabalho digno de orgulho.

É esta a magnífica letra que Aldo Krieger musicou:

Foi aqui, neste vale tranquilo  
Entre os montes e o rio escondido.  
Que, há cem anos atrás, um pugilo  
De imigrantes surgiu destemido  
Dos heróis palmilhando o roteiro,  
Sobre o solo, que audaz desbravou.  
Esse grupo invulgar, pioneiro,  
A semente de Brusque plantou.

### **ESTRIBILHO:**

**Salve Brusque imortal, no recesso  
Dos teus vales, ressoa nos ares  
O cantar triunfal do progresso  
Pela voz singular dos teares.  
Salve Brusque imortal.**

Sobre as áreas fecundas da terra.  
Que ao vigor do trabalho se rendem,  
Pela várzea do rio, pela serra,  
Pouco a pouco as lavouras se estendem.  
E do chão brota a casa modesta,  
Construída de palha e de lenho,  
Conquistada vai sendo a floresta,  
E enche os ares o canto do engenho.

Do trabalho sem par do imigrante,  
Com bravura e ardor soberanos,  
Surge Brusque viril e gigante,  
Já passados que foram cem anos.  
Terra minha. Só tens ocupado  
Posição de relevo, altaneira,  
E teu nome, entre mil, é citado  
Como exemplo à nação brasileira.



## Hino de Santa Catarina

Adotado pela Lei 144, de 6/09/1895, no Governo de Hercílio Pedro da Luz, o hino de Santa Catarina foi composto pelo poeta Horácio Nunes de Pinto, nascido no Rio de Janeiro, e pelo músico José Brazilício de Souza, pernambucano. A libertação dos escravos foi o tema chave que permeou a composição do hino.

**Letra: Horácio Nunes**

**Música: José Brazilício de Souza**

Sagremos num hino de estrelas e flores  
Num canto sublime de glórias e luz  
As festas que os livres frementes de ardores  
Celebram nas terras gigantes da cruz  
Quebram-se férreas cadeias  
Rojam algemas no chão  
Do povo nas epopeias  
Fulge a luz da redenção

No céu peregrino da Pátria gigante  
Que é berço de glórias e berço de heróis  
Levanta-se em ondas de luz deslumbrante  
O Sol, Liberdade cercada de sóis  
Pela força do Direito  
Pela força da Razão  
Cai por terra o preconceito  
Levanta-se uma Nação

Não mais diferenças de sangues e raças  
Não mais regalias sem termos fatais  
A força está toda do povo nas massas  
Irmão somos todos e todos iguais

Da Liberdade adorada  
No deslumbrante clarão  
Banha o povo a frente ousada  
E avigora o coração

O povo que é grande, mas não vingativo  
Que nunca a justiça e o Direito calçou  
Com flores e festas deu vida ao cativo  
Com festas e flores o trono esmagou

Quebrou-se algema do escravo  
E nesta grande Nação  
É cada homem um bravo  
Cada bravo um cidadão



## Hino Nacional Brasileiro

O Hino Nacional tem uma melodia inconfundível, bastam dois acordes para que se reconheça de imediato. A melodia vem do Império e a marcha que ouvimos hoje é a mesma que Dom Pedro II ouvia nas cerimônias oficiais e foi concebida por volta de 1830, pelo maestro Francisco Manoel da Silva. Os versos atuais, por sua vez, são a terceira versão.

Ao longo do Brasil monárquico, o Hino Nacional teve duas letras diferentes, ambas acompanhando a mesma melodia triunfal que é tocada hoje em dia. A primeira letra do Hino Nacional tratava da abdicação de Dom Pedro I, em 1831. O episódio foi decisivo por ter afastado de vez os portugueses do Brasil e consolidado a Independência. A segunda letra veio em 1841,

por ocasião da coroação de Dom Pedro II. No Império, o Hino Nacional só podia ser cantado nos teatros, por artistas que dominassem a técnica de alongar os sons vocálicos e acomodar uma sílaba em mais de uma nota, e só cantores líricos conseguiam entoar a música.

Com o golpe que derrubou o Império, em 1889, o novo governo se empenhou em sepultar os legados monárquicos e substituí-los por símbolos nacionais republicanos. Durante as três primeiras décadas da República, o Hino Nacional não era cantado, apenas ouvido. Somente em 6 de setembro de 1922 o presidente Epitácio Pessoa assinou a lei que oficializou os versos do poeta Joaquim Osório Duque-Estrada, escritos em 1909, e que devem

acompanhar a melodia composta quase um século antes pelo maestro Francisco Manoel da Silva.

### REFERÊNCIA

PLANALTO. Hino Nacional Brasileiro: letra. Disponível em:<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/hinos/hino-nacional-brasileiro-1>. Acesso em 28 setembro 2018

SENADO FEDERAL. Senado Notícias. Antes da versão atual, letra do Hino Nacional bajulava Pedro II. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-da-versao-atual-letra-do-hino-nacional-bajulava-pedro-i>>. Acesso em 28 setembro 2018

I

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas  
De um povo heroico o brado retumbante,  
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,  
Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade  
Conseguimos conquistar com braço forte,  
Em teu seio, ó liberdade,  
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó pátria amada  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido  
De amor e de esperança à terra desce,  
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,  
A imagem do cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó pátria amada!  
Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

II

Deitado eternamente em berço esplêndido,  
Ao som do mar e à luz do céu profundo,  
Fulguras, ó Brasil, florão da América,  
Iluminado ao sol do novo mundo!

Do que a terra mais garrida  
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;  
“Nossos bosques têm mais vida”,  
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo  
O lábaro que ostentas estrelado,  
E diga o verde-louro dessa flâmula  
- Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!





# Agradecimentos

Foram muitas as mãos que foram colocadas “na massa”. Juntas, essas “várias mãos” possibilitaram dar forma à obra que agora se apresenta à comunidade. A elas cabe agradecer.

Agradeço:

A Deus.

Aos meus pais, aos meus avós e à minha madrinha Anna (todos em memória), pela vida e estímulo ao estudo e à leitura, pois sem essa base as palavras não sairiam da minha cabeça para se transformar em livro.

Ao meu sogro Geraldo Renato Meyer, o “Alter Meyer” (em memória), e à minha sogra Elfrida Falk Meyer (D<sup>a</sup> Elfi), pela confiança e orgulho.

Às minhas irmãs Edda, Isolde e Zusana, e demais familiares. Vocês são mais do que especiais!

Aos amigos e companheiros de caminhada na vida acadêmica, de modo especial à Edineia Pereira da Silva Betta e ao Ricardo José Engel, pelo estímulo e orientações.

Aos jovens Egon Henrique Kohler Formonte; Rodrigo Carretero Camargo de Oliveira, e Sarah Beatriz Frainer. Vocês foram corajosos, encararam o desafio e conseguiram contribuir de forma muito especial para que este livro se transformasse não apenas em mais um livro de história, mas numa obra de arte colorida, descolada, artística e cultural.

Ao Tchê (Celso Deucher), pela paciente diagramação que permitiu esta obra transmitir ao leitor o que o meu coração queria comunicar.

Ao Francisco Daniel Imhof, o famoso “Chico”, por sua dedicação na revisão dos textos.

Gratidão especial à mestra Emília Rosenbrock que, com sabedoria e conhecimento da língua e cultura alemãs, conseguiu traduzir para o alemão a essência dos textos sobre O 160.

Ao Roque Luis Dirschnabel, pelas inestimáveis contribuições para escrever a biografia do Barão Maximilian von Schneeberg. Sem seu empenho e espírito público, não teria sido possível enriquecer a biografia deste homem que se dedicou com tanto amor à Colônia que fundou.

Ao pastor Claudio Siegfried Scheffer e ao padre Eder Claudio Celva, por suas contribuições nos textos referentes à religião.

À Francine Cavalheiro Carbonera que, com sua veia artística, foi capaz de dar um rosto ao rosto que não conhecíamos, o Barão Maximilian von Schneeberg,

e também pelas demais gravuras.

Às jovens Bruna Burigo e Daiane Benso, pelas fotografias.

À Luciana Tomasi, por sua ajuda nas pesquisas na Casa de Brusque.

A Herbert Pastor, Edgar Ricardo von Buettner e Marga Helga Erbe Kamp, pelas contribuições referentes à família von Buettner. Agradecimentos especiais à Helga pelas informações primárias e fotografias.

Ao Jorge Paulo Krieger Filho, pelas contribuições primárias e fotografias referentes à família Krieger.

À Astrid Renaux, a Gerd Albert Walter Gommersbach e a Vitor Renaux Hering, pelas contribuições atinentes à família Renaux. Agradecimentos especiais a Vitor pois, ao permitir o acesso ao acervo do Espaço de Memória Cônsul Carlos Renaux para pesquisas, abriu as portas do passado e o franqueou ao presente e ao futuro.

Ao Marcus Schlösser, pelas contribuições com informações primárias e fotografias referentes à família Schlösser.

Ao saudoso pastor Lindolfo Weingärtner (em memória) e sua querida esposa Erna Joenk Weingärtner, por abrirem sua casa e seus corações contribuindo com informações inestimáveis sobre as histórias reais da “Brusque Imortal”.

A todos os que cooperaram com esta obra, ainda que não nominados expressamente.

Aos pesquisadores e escritores que me antecederam e, mesmo sem saber, contribuíram com subsídios para a escrita desta obra. Sem eles, este livro não existiria.

Cabe também agradecer às seguintes instituições:

Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

Fundação Cultural de Brusque, Conselho Municipal de Cultura e Prefeitura Municipal de Brusque. Sociedade do Pelznickel.

Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim – SAB/Casa de Brusque.

Agradecimentos especiais:

Ao meu esposo Carlos, aos meus filhos Ariel, Luan, Anna Luiza, Marcele e Sarah e à minha neta Helena Gabriela.

Estou mais agradecida do que sou capaz de dizer.

A compreensão e o estímulo de vocês foram indispensáveis para que o sonho se transformasse em realidade.

Amo muito todos vocês!



# Sobre a obra e a autora

Esta é uma obra diferenciada. Que belo presente recebe o leitor! Ouro puro aos que valorizam a memória e a História, as coisas de nossa terra e de nossa gente.

Trata-se de um livro atrativo, descomplicado, ricamente ilustrado e colorido, que conduz o leitor a uma instigante viagem de reconhecimento das identidades de Brusque, a partir de representações culturais que retratam a memória da coletividade regional. Um fantástico passeio pela nossa história, pela nossa cultura e pelas nossas marcas. Tema para quem sabe pesquisar e escrever, com qualidade e seriedade.

Vale, pois, dizer um pouco sobre a autora.

Rosemari Glatz é escritora, pesquisadora, funcionária pública federal aposentada e professora universitária. Nascida em Taió, Santa Catarina, é brusquense de coração. Sua formação acadêmica é na área de Administração, mas há alguns anos descobriu sua grande paixão pela história e desde então vem se dedicando à pesquisa e à escrita, principalmente aos temas relacionados à imigração alemã, polonesa e italiana para os Vales do Itajaí e Itajaí-Mirim e para a área do turismo regional.

A autora possui várias publicações em livros, jornais e revistas, onde destacamos:

1. Organizadora do livro História, Cultura e Gostosura: Receitas Culinárias de Família como Expressão de Patrimônio Cultural Regional, lançado na modalidade e-Book pela Editora da Unifebe em 2018.

2. Coautora do livro: Famílias de Origem Alemã no Estado de Santa Catarina, lançado em maio de 2017.

3. Publica uma coluna semanal no jornal O Município, de Brusque, desde 2015.

4. Publica no Anuário Notícias de Vicente Só, desde 2017.

5. Publica na Revista da ACIBr, desde 2018.

6. Participou dos Concursos e teve seus textos publicados nos livros: Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil nas edições dos anos de 2014, 2015 e 2016.

- 2014 (5ª edição), na modalidade depoimento Verídico em Prosa, onde obteve menção honrosa, com o tema: Contribuinte do Futuro... a menina-moça que virou servidora.

- 2015 (6ª edição), na modalidade depoimento Verídico em Prosa com o tema: Histórico da Criação da DRF Blumenau e Agências de Brusque, Rio do Sul e Timbó.

- 2016 (7ª edição), na modalidade depoimento Verídico em Prosa com o tema: O capuz e a armadura: o servidor público como cobrador de impostos.

Leitor, viaje tranquilo e saboreie cada uma das páginas deste maravilhoso livro “BRUSQUE - Os 60 e o 160: Elementos da nossa história”. Depois da última página, venha me falar do seu encantamento.

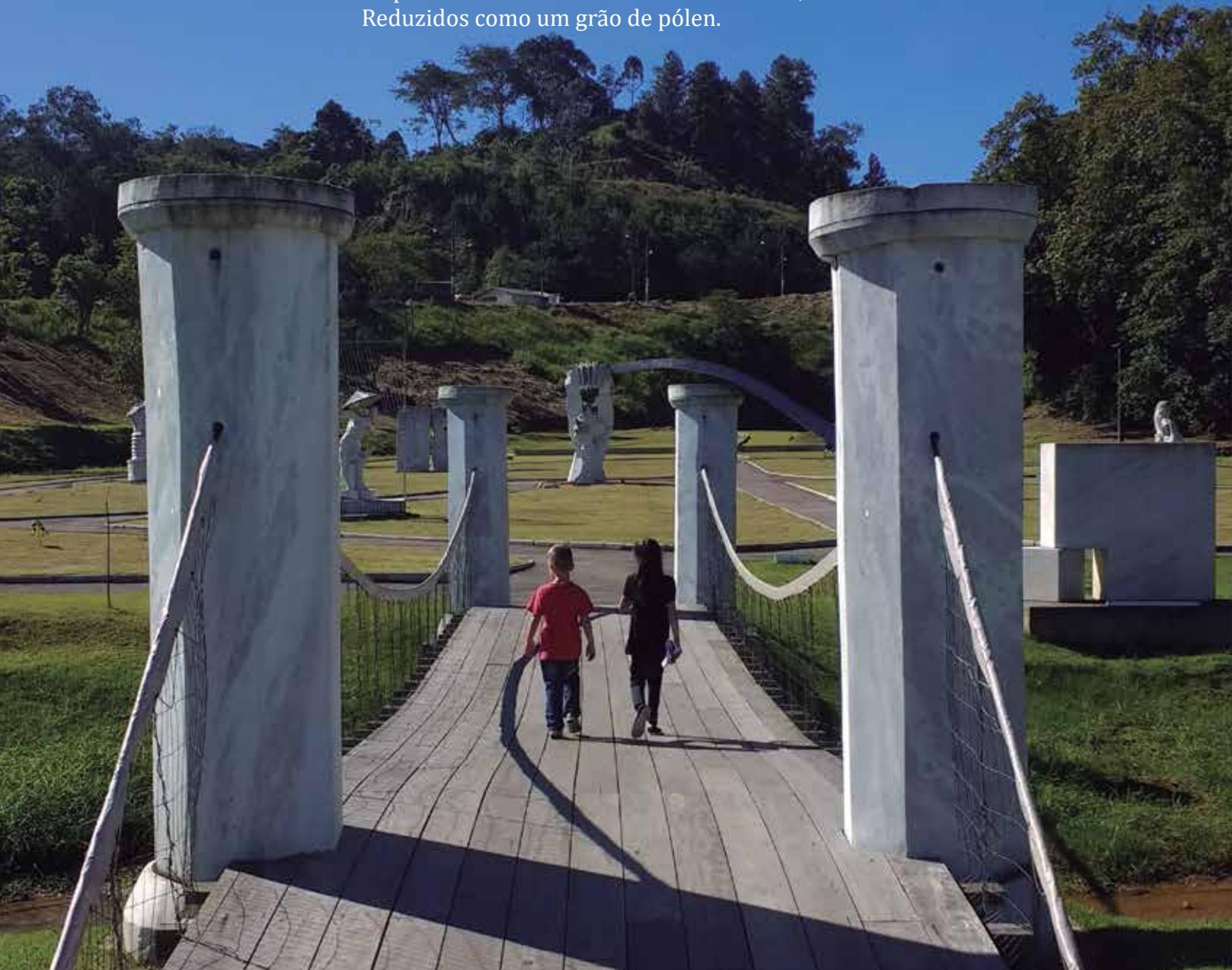
**Ricardo José Engel**  
Professor

# Os 60 e o 160

Há mais de 160 anos,  
Adentraram nesta mata virgem  
Os primeiros rostos mais pálidos.  
Encontraram a terra selvagem  
E um povo diferente e enraizado.

Depois vieram mais, subindo pelo rio.  
Eram cinquenta e quatro, e o Barão  
De Schneeberg era seu visionário:  
Nas margens do pequeno Mirim, ia nascendo um clarão.

Desbravaram o terreno sem limites  
E ali encontraram o povo Xokleng.  
Os primeiros contatos foram interessantes,  
Reduzidos como um grão de pólen.



Com o passar dos anos, foram chegando:  
Mais alemães, italianos, poloneses.  
Foram povoando  
E tornando a terra deles.

O rio se tornou uma estrada conceituada,  
Por onde iam e vinham os colonizadores.  
E a terra passou a ser cultivada,  
Trouxe ouro, comércio e agricultores.

Emancipou-se a colônia  
E a vila ganhou um nome: Brusque,  
Em homenagem à fonia  
Do presidente da província, Araújo Bruschi.

A nova colônia floresceu  
Desde os seus primeiros dias.  
A venda prosperou e cresceu  
E empresários acumularam economias.

Em 1890,  
As iniciativas têxteis se espalham  
E o novo símbolo de riqueza emana.  
O berço da fiação, com carinho chamam  
Aquele que Brusque respeita e ama.

Os povoadores que ocuparam  
Valorizaram sempre a educação  
E, entre dificuldades, se sustentaram  
Honrando sua religião.

Brusque aos poucos foi ganhando uma identidade,  
De povo trabalhador e empreendedor.  
Homens e mulheres em reciprocidade  
Criaram as bases de um contexto engrandecedor.

Hoje, aos 160,  
Brusque é uma cidade próspera,  
Com sua diversidade e história.  
Tem atrações para o turista  
E monumentos de memória.

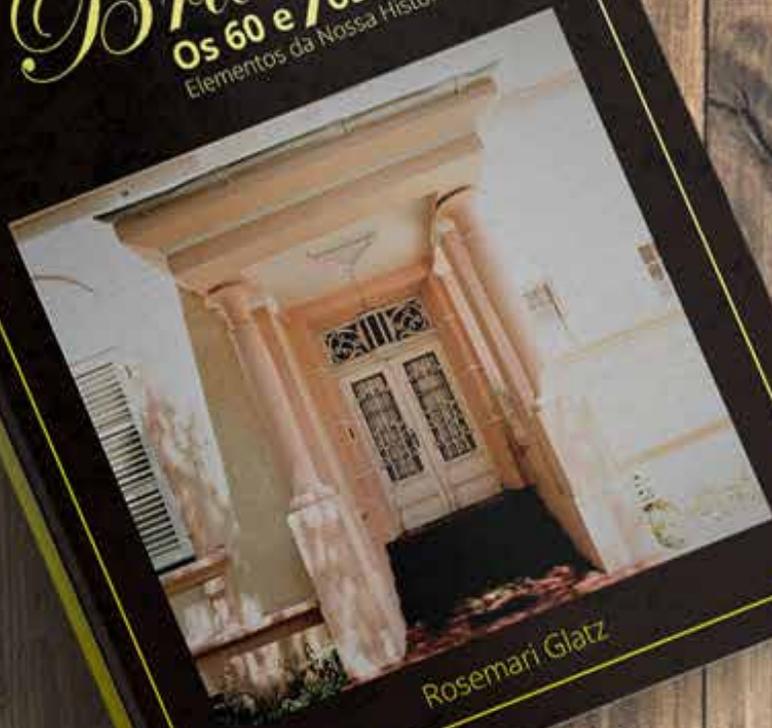
A metalurgia se uniu à tecelagem,  
Tornando Brusque grande em seu princípio.  
Tem um povo de coragem  
E é ilustre município.

**Autoria: Sarah Beatriz Frainer**

*O que você deixa para trás não é o  
que é gravado em monumentos de pedra,  
mas o que é tecido nas vidas de outros.*

*Péricles, político grego, século V a. C.*

*Brusque*  
Os 60 e os 160:  
Elementos da Nossa História



Rosemari Glaz

**BRUSQUE - Os 60 e o 160: Elementos da nossa história** é uma obra diferenciada. Um livro atrativo, ilustrado com fotografias de época em que os fatos se passaram e fotografias atuais e em que gravuras inéditas dão cor e forma a pessoas ilustres da nossa história. Dividido em capítulos, é um livro que leva a história para o povo e pode ser facilmente compreendido por pessoas de qualquer idade. Que pode ser consultado e lido aos poucos, se este for o desejo do leitor. E, acima de tudo, é um livro que serve como importante subsídio para o ensino da história regional.

Em uma retrospectiva pelos primeiros 60 anos de existência, até se tornar o berço da fiação catarinense e, então, nessa ambientação, trazer-nos para a realidade da cidade hoje, "Brusque Os 60 e O 160", considera, de forma central, as questões que dizem respeito à história regional e, de forma didática, está estruturado em dois momentos distintos.

O primeiro recorte temporal, designado como "Os 60" contempla o período que antecede a criação da Colônia Itajahy-Brusque em 1860 até o início do século XX, quando foi fundada a última grande indústria têxtil, concluindo assim a transição da Brusque colonial para a Brusque industrial.

O segundo recorte temporal nos traz para o momento presente, quando a cidade de Brusque está no limiar de completar 160 anos de fundação e já conta com mais de 131 mil habitantes. Numa espécie de manejo estético de códigos culturais, nesse recorte são apresentados os principais pontos e atrativos que marcam a identidade da Brusque atual.

Conhecer a nossa história nos legitima, nos une e nos explica e, no passado, encontramos as razões daquilo que somos hoje, uma identidade. Nesta constatação, o livro "Brusque - Os 60 e o 160: Elementos da nossa história", se apresenta de forma descomplicada, ilustrada e colorida, e possibilita ao leitor confrontar os primórdios da Colônia Itajahy-Brusque e o agora, conduzindo ao reconhecimento das identidades locais a partir de representações culturais que consolidam a memória da coletividade.



FUNDO  
MUNICIPAL DE  
APOIO À CULTURA

CONSELHO  
MUNICIPAL DE  
CULTURA



PREFEITURA DE  
BRUSQUE